



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1309

Sexta-feira - 23 de Agosto de 2013

Florianópolis/SC

## **Sumário**

### **Municípios**

Antônio Carlos .....	6
Arroio Trinta .....	7
Atalanta .....	9
Biguaçu .....	11
Bom Retiro .....	20
Braço do Trombudo .....	21
Caçador .....	30
Camboriú .....	42
Campo Alegre .....	59
Campos Novos .....	64
Canoinhas .....	67
Capinzal .....	67
Catanduvas .....	85
Chapadão do Lageado .....	88
Cocal do Sul .....	89
Concórdia .....	90
Coronel Freitas .....	94
Coronel Martins .....	103
Correia Pinto .....	104
Corupá .....	108
Curitibanos .....	110
Ermo .....	115
Forquilha .....	115
Fraiburgo .....	115
Garopaba .....	125
Garuva .....	126
Gaspar .....	127
Herval d'Oeste .....	128
Iomerê .....	130
Irineópolis .....	144
Itapiranga .....	150
Itapoá .....	154
Joaçaba .....	154
Lages .....	164
Lauro Muller .....	164
Lebon Regis .....	166
Leoberto Leal .....	166
Lindóia do Sul .....	174
Luzerna .....	175
Mafra .....	177
Maracajá .....	178
Maravilha .....	181
Massaranduba .....	181
Meleiro .....	182
Navegantes .....	182
Nova Trento .....	191
Novo Horizonte .....	192
Orleans .....	193
Papanduva .....	193

Passos Maia .....	201
Paulo Lopes .....	202
Peritiba .....	202
Pomerode .....	202
Porto União .....	207
Rio do Sul .....	208
Salto Veloso .....	213
São Bento do Sul .....	215
São Domingos .....	216
São João do Sul .....	217
São José .....	218
São Lourenço do Oeste .....	218
São Pedro de Alcântara .....	219
Schroeder .....	222
Serra Alta .....	226
Timbé do Sul .....	226
Timbó .....	235
Três Barras .....	236
Turvo .....	238
Vargeão .....	239
Vargem Bonita .....	240
Videira .....	240
Xavantina .....	249

### **Associações**

EGEM .....	250
------------	-----

### **Consórcios**

CINCO .....	251
CIS/AMUREL .....	251

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 25 DE AGOSTO

### Parabéns, Chapecó, por seus 96 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 25 DE AGOSTO

### Parabéns, Herval d'Oeste, por seus 60 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 25 DE AGOSTO

### Parabéns, Joaçaba, por seus 96 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.







## 25 DE AGOSTO

### Parabéns, Luzerna, por seus 18 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Lei 1.437/2013

LEI 1.437/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

#### 06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2.038.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais  
133 - Aplicações Diretas  
R\$ 90.000,00

#### 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
149 - Aplicações Diretas  
R\$ 75.000,00

#### 10.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

2.006.3.1.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção da Secretaria de Planejamento  
166 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

#### 06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.021.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção e Remodelação de Praças  
108 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00  
1.023.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Pavimentação de Passeios  
112 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

1.035.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto  
113 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

2.031.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção dos Serviços de Trânsito  
99 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

2.031.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção dos Serviços de Trânsito  
103 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

2.034.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manut. e Melhoria da Iluminação Pública

120 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

#### 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.028.4.4.90.00.00.0.1.000 - Aquisição de Equip. e Implementos Agrícolas

138 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

1.042.3.3.90.00.00.0.1.000 - Recuperação de Áreas Degradadas

145 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

1.042.4.4.90.00.00.0.1.000 - Recuperação de Áreas Degradadas

146 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 20 de agosto de 2013.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

ANICI JOSIANI WIESE DA SILVEIRA

1ª Secretária

### Decreto N° 085/2013

DECRETO N° 085/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 05 -SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

##### 05.03 -FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

05.03.08.244.0006.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 05 -SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

##### 05.03 -FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

05.03.08.244.0006.2.030-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.



Antônio Carlos, 21 de Agosto de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### Portaria N° 375/2013

PORTARIA nº 375, de 23 de agosto de 2013.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00032/13-0, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) Reini Schafer, detentor(a) da matrícula nº 531 e do cargo de provimento efetivo de Motorista, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) Reini Schafer, detentor(a) da matrícula nº 531 e do cargo de provimento efetivo de Motorista, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20001010.1.00032/13-0, para fins de concessão de Aposentadoria e/ou abono de permanência, devendo os períodos de, 22/05/1984 a 13/08/1984, 01/08/1990 a 19/03/1991, 01/04/1991 a 07/03/1992, 27/10/1992 a 18/11/1997 e 12/11/1997 a 20/01/2000, serem integralmente computado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de agosto de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

### Lei N° 1640, de 22/08/2013.

LEI N° 1640, DE 22/08/2013.

Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Arroio Trinta 2014/2017, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, coloca para apreciação e aprovação o seguinte Projeto de LEI:

Art. 1º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Arroio Trinta, para o Quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo.

Art. 2º As Planilhas que compõem o Plano Plurianual, representados no Anexo III referido no art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Objetivo, (Projeto, Atividade, operações Especiais), Produto, Unidade de medida, meta e indicação da Fonte de Recursos.

Parágrafo único. Para fins desta lei, considera-se:

I - Função, como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Objetivo, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

Art. 3º Integrarão a presente Lei, juntamente com o Anexo III, Anexo I, com a especificação dos programas e o Anexo II, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos.

Art. 4º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou projeto de Lei específico.

Art. 5º O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º As ações serão identificadas em Tipo "0" (zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (um) - Projeto e Tipo "02" (dois) - Atividades.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos.

Art. 9º Fica o Poder executivo autorizado a alterar, incluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objeto do programa.

Art. 10 Fica o poder executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 As receitas de Transferências de capital da União e estado indicada nas fontes 01.22 - 01.23 - 01.24 e detalhamento 000054 e 000055 serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil real) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo único. As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 22 de agosto de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 22 de agosto de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### **Lei N° 1641, de 22/08/2013.**

LEI N° 1641, DE 22/08/2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do ano 2013, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

02.10.26.782.2601.2053 MANUT. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS

33900000 - 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 60.000,00

Art. 3º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar definido no Art. 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02.10.26.782.2601.1055 OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL

44900000 - 0100.00 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 60.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 22 de agosto de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 22 de agosto de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### **Decreto N° 1548, de 19 de Agosto de 2013.**

DECRETO N° 1548, de 19 de agosto de 2013.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 780,00m<sup>2</sup>, localizado na Rua Presidente Castelo Branco, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor ADAIR FRANCISCO NUNES, objeto da matrícula RG n° 11.260 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de 420,00m<sup>2</sup>, remanescendo uma área de 360,00m<sup>2</sup>, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de agosto de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **Decreto N° 1549, de 20 de Agosto de 2013.**

DECRETO N° 1549, de 20 de agosto de 2013.

Dispõe sobre as atividades de alto risco para o MEI e para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades municipais responsáveis pelo licenciamento, para efeito de definição de atividades de alto grau de risco, em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, adotarão a lista constante do Anexo I da Resolução (CGSIM) n° 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010, e em relação à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o Anexo II da Resolução (CGSIM) n° 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010.

§1º O grau de risco será considerado alto se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas.

§2º Definidas as atividades de alto risco na forma deste artigo, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Art. 2º Aplicam-se ao Alvará de Funcionamento Provisório e ao Alvará de Funcionamento Definitivo as demais normas concernentes aos alvarás previstas na legislação do município, principalmente as relativas à interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do alvará e a imposição de restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 20 de agosto de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 20 de agosto de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Atalanta

## PREFEITURA

### Lei N.º 1333/2013

LEI N.º 1333/2013

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provisões."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 920.000,00 (Novecentos e vinte mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

#### 02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

##### 02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 65.000,00

#### 03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

##### 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

04.122.0010.2.004 - Manutenção dos Serviços de Assistência Técnica Municipal

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transfer. a Instit. Privadas sem Fins Lucr R\$ 25.000,00

04.123.0013.2.005 - Manutenção dos Serviços Financeiros

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

28.123.0016.2.006 - Amortização da Dívida Pública

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 37.000,00

28.123.0016.2.007 - Cont. p/ Formação Pat. Serv. Pública - PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

#### 04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

##### 04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 - Manutenção das Atividades Produtoras

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

#### 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

#### 06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

##### 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 54.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

#### 07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

#### 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0079.2.033 - Assistência a Infância e Adolescência

3.3.71.00.00.00.00.00.0080 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 4.000,00

#### 08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

##### 08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0082.2.034 - Promoção do Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

#### 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas

R\$ 170.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

10.301.0088.2.037 - Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

3.3.71.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

10.301.0091.2.038 - Manutenção da Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

10.304.0097.2.040 - Manutenção da Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta LEI.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

#### 04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

##### 04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas

R\$ 75.000,00

20.606.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

#### 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.1.003 - Ampliação da Rede Física - Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00



12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00  
12.361.0046.2.017 - Manutenção da Capacitação Educacional  
3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00  
12.366.0052.2.024 - Educação de Jovens Adultos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
15.451.0064.1.005 - Pavimentação Urbana  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas  
R\$ 200.000,00  
15.451.0064.1.007 - Implantação Urbanística  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 21 de agosto de 2013.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### **Lei N° 1330/2013**

LEI N° 1330/2013

"AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR ALEX KRIESER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR ALEX KRIESER, tudo de conformidade com o objeto, condições e cláusulas estabelecidas no referido instrumento de convênio, no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) mensais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do mencionado Convênio correrão a conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Fica revogada a Lei nº 1300/2013 de 06 de fevereiro de 2013, e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta (SC), 21 de agosto de 2013.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### **Lei N° 1331/2013**

LEI N° 1331/2013

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Alienar Veículo de Propriedade da Prefeitura Municipal de Atalanta e dá Outras Providências."

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar veículo de propriedade da Prefeitura Municipal de Atalanta, no estado em que se encontra e na forma da Lei, conforme descrição que segue:

- Uma Motoneta Honda/C100 BIZ ES, 007CV/0097CC, na cor azul, a gasolina, ano de fabricação e modelo 2005, Chassi 9C2HA07105R057289.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 21 de agosto de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

### **Lei N° 1332/2013**

LEI N° 1332/2013

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Criar o Conselho Municipal do Turismo - COMTUR e dá Outras Providências."

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR - que será nomeado por meio de Decreto pelo Poder Executivo e se constitui em Órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Atalanta.

Parágrafo Único - O COMTUR é vinculado à Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Atalanta.

Art. 2º - Compete ao COMTUR:

I - Avaliar, opinar e propor sobre a implantação e aplicação de uma Política Municipal de Turismo;

II - Organizar e manter o seu Regimento Interno;

III - Juntamente com a Secretaria de Turismo, inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;

IV - Programar e executar debates sobre temas de interesse turístico para a cidade e região;

V - Manter intercâmbio com Entidades de Turismo do Município ou fora dele, oficiais ou não, para maior aproveitamento do potencial local;

VI - Sugerir e apoiar medidas de visem à qualificação da mão de obra vincula ao turismo;

VII - Propor programas e projetos nos segmentos do turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a cidade;

VIII - Sugerir e divulgar as atividades ligadas ao turismo no município participando de feiras, exposições e eventos, bem como apoiar a prefeitura na realização de feiras, congressos, seminários, eventos e outras;

IX - Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o

desenvolvimento da atividade turística em geral;

X - Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no município;

XI - Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais.

Parágrafo Único - O COMTUR, juntamente com a Secretaria de Turismo do Município, elaborará o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico, debatendo e elencando as principais metas, prazos e responsáveis, visando o desenvolvimento responsável do turismo municipal.

Art. 3º - O COMTUR será composto por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos suplentes, envolvendo as seguintes áreas:

I - 1 (um) representante da Rede Municipal de Educação de Atalanta;

II - 1 (um) representante da Escola de Educação Básica Doutor Frederico Rolla;

III - 1 (um) representante do Centro de Dirigentes Lojistas de Atalanta (CDL);

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente;

V - 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalanta;

VI - 1 (um) representante de Organização Não Governamental;

VII - 1 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico de Atalanta;

VIII - 1 (um) representante do Clube Amigos do Acampamento;

IX - 1 (um) representante do Jôquei Clube do Cavalo;

X - 1 (um) representante dos Bares e Restaurantes de Atalanta;

XI - 1 (um) representante da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia;

XII - 2 (dois) convidados Especiais da Comunidade.

Parágrafo Primeiro - Após a indicação dos nomes efetuados pelas entidades mencionadas no caput deste artigo, o Prefeito por ato próprio, nomeará os conselheiros;

Parágrafo Segundo - Os convidados especiais da comunidade serão escolhidos e nomeados pelo prefeito, observando afinidade e conhecimentos sobre turismo.

Art. 4º - O mandato dos membros do COMTUR será de 2 (dois) anos, sendo permitida mais um recondução pelo mesmo período.

Parágrafo Único - O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - O COMTUR será conduzido por uma mesa diretora, eleita pela maioria absoluta dos votos do plenário, composta de:

I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III - Secretário Executivo.

Parágrafo Único - O órgão de deliberação máximo do COMTUR é o plenário, cujas decisões serão tomadas em maioria simples, por voto individual dos conselheiros, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 6º - O COMTUR elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação do ato de nomeação dos membros que compuserem o primeiro Conselho e o submeterá a homologação do Prefeito Municipal.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações específicas do orçamento do Município.

Art. 8º - Fica extinto o Conselho Municipal de Turismo instituído pela Lei n.º 696 de 24 de Novembro de 1998, devendo o novo Conselho ser nomeado por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, após sua formação na forma da presente lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no

DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 21 de agosto de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 2505 de 19 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2505 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANO DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FABIANO DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 2506 de 19 de Agosto de 2013

PORTARIA nº 2506 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANO DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FABIANO DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2507 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2507 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HERCIO HENIO CAMPOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HERCIO HENIO CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 31/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2508 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2508 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CARLOS EDUARDO GARCIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CARLOS EDUARDO GARCIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/07/2013 a 11/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2509 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2509 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EMERSON EVERALDO SOARES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse EMERSON EVERALDO SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 31/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N° 2510 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2510 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIOGO ADRIANO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DIOGO ADRIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 31/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal



**Portaria N° 2511 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2511 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAIANY DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DAIANY DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 02/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2512 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2512 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE ZIMMERMANN DE ASSUNÇÃO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE ZIMMERMANN DE ASSUNÇÃO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO DO NASF, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2513 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2513 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE ANTONIO PACHECO ROSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JANICE ANTONIO PACHECO ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ALMOXARIFE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/09/2013 a 30/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/09/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2514 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2514 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PAULO SANDRO NASCIMENTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PAULO SANDRO NASCIMENTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENCANADOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**PEGAS**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Portaria N° 2515 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2515 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOICE IVETE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOICE IVETE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2516 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2516 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARLIN DA SILVA AMARAL DE BITTENCOURT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DARLIN DA SILVA AMARAL DE BITTENCOURT, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2517 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2517 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEIDE INEZ CARVALHO DE FARIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLEIDE INEZ CARVALHO DE FARIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2518 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2518 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DARSONI INACIO GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

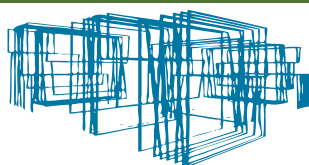
Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DARSONI INACIO GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2013 a 01/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Portaria N° 2519 de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2519 de 19 de agosto de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREA REGINA SCHUH GRUMANN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANDREA REGINA SCHUH GRUMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/08/2013 a 06/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2013.

Biguaçu, 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2548 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2548 de 21 de agosto de 2013

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;

ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;

ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;

ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;

ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo

Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;

ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;

ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;

BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;

CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;

CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;

CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;

CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;

CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;

CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;

DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;

DANIEL FRANCISCO GASPAR FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);

DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;

DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;

DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;

DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;

DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;

DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;

DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;

EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;

ELIAS ZACARIAS ROMÃO; ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;

FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;

FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;

FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;

FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro,

FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;

FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;

FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;

GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;

GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);



GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;  
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calçeteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;  
JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatária;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;  
NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calçeteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;

PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calçeteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;  
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SILCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;  
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal



**Portaria N° 2549 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2549 de 21 de agosto de 2013

**ERRATA:**

Na portaria 294/2013, de nomeação da servidora Francini Martins, ocorreu um equívoco quanto ao cargo de provimento efetivo do servidor.

Portaria 294 de 18 de janeiro de 2013:

Art. 1º Nomear a servidora Francini Martins, detentora do cargo de provimento efetivo de Servente, inscrita na matrícula funcional nº 9684, para exercer a Função de Confiança de Coordenação da Divisão Financeira, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Nomear a servidora Francini Martins, detentora do cargo de provimento efetivo de Contador, inscrita na matrícula funcional nº 9684, para exercer a Função de Confiança de Coordenação da Divisão Financeira, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2550 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2550 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Alexsandro Maquel Lopes, ocupante do cargo temporário de Professor III (Artes), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Alexsandro Maquel Lopes, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/06/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2551 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2551 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Maria Aparecida Pinto Valério, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Maria Aparecida Pinto Valério, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40

horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/06/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2552 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2552 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Giseuda Alexandre da Silva, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Giseuda Alexandre da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2553 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2553 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Aline Olin Goulart Darde, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Especial), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Aline Olin Goulart Darde, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Especial), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/06/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2554 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2554 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Mario José Sartorato Costa, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Física), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Mario José Sartorato Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Física), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2555 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2555 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Maria Aparecida dos Santos, ocupante do cargo temporário de Professor III (Inglês), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Maria Aparecida dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Inglês), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2556 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2556 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Rosana Cerqueira da Silva, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Maria Rosana Cerqueira da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2557 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2557 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Raquel Barboza Elizabete de Carvalho, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Raquel Barboza Elizabete de Carvalho, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/07/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2558 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2558 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Vera Lúcia Scheffer da Silva Pires, ocupante do cargo temporário de Professor III (Língua Portuguesa), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Vera Lúcia Scheffer da Silva Pires, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Língua Portuguesa), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria N° 2559 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2559 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Katia Cruz da Silva Vitorino, ocupante do cargo temporário de Professor II (Ensino Fundamental), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Katia Cruz da Silva Vitorino, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (Ensino Fundamental), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2560 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2560 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Josiane Vilma de Andrade da Rosa, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Vilma de Andrade da Rosa, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2561 de 21 de Agosto de 2013**

PORTARIA nº 2561 de 21 de agosto de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Regina Paula Sautner Mazine, ocupante do cargo temporário de Professor III (Matemática), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Regina Paula Sautner Mazine, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Matemática), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 2562/2013**

PORTARIA nº 2562/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, VANESSA BENEDETTI, ocupante do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 21/08/2013 a 18/12/2013.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria N°. 2546 de 21 de Agosto de 2013.**

PORTARIA nº. 2546 de 21 de agosto de 2013.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) ANA CLAUDIA SAGAS, detentor(a) da matrícula 8127 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ANA CLAUDIA SAGAS, detentor(a) da matrícula 8127 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00032/09-2, da qual se extraiu o período de 16 (dezesseis) anos e 15 (quinze) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.  
JOSE CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**Portaria N°. 2547 de 21 de Agosto de 2013.**

PORTARIA nº. 2547 de 21 de agosto de 2013.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) EDNA REGINA DE SOUZA, detentor(a) da matrícula 224 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) EDNA REGINA DE SOUZA, detentor(a) da matrícula 224 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024030.1.00058/13-9, da qual se extraiu o período de 04 (quatro) anos, 04 (quatro) meses e 17 (dezessete) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de agosto de 2013.  
JOSE CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 88.13 - Dec. Suplementação Superávit. Educação

Decreto N.º 88/13 de 21 de agosto de 2013.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.018.2016- MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.22.0000 (Transferências convênios - Educação- Exercício Anterior) R\$ 21.124,02

Sub Total R\$ 21.124,02

Total Geral da Suplementação .R\$ 21.124,02

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior da respectiva fonte de recurso apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes, referente à transferência do FNDE/PAR - Programa Brasil Carinhoso - Apoio à Creche, totalizando R\$ 21.124,02..

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 21 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 89.13 - Dec. Supl.Excesso Arrec.CME

Decreto N.º 89/13 21 de Agosto de 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.018.2016- MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.22.00 (Transferências com educação) ..

R\$ 92.475,29

Sub Total .. R\$ 92.475,29

Total Geral da Suplementação R\$ 92.475,29

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.22.00 - Transferências com Educação - receita: 24.21.02.00.01 - Transferências de recursos programas Educação - Proinfância - R\$ 91.955,54, e receita: 13.25.01.05 - Rendimentos de aplicações financeiras - R\$ 519,75, do Programa Brasil Carinhoso - Apoio à Creche, totalizando R\$ 92.475,29.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 21 de Agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 792.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Rosa o. V. Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 792/13 de 22.08.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 20 e 21 de agosto de 2013, a funcionária Rosa Olívia Vieira Ferreira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 22 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Lei 0753/2013

LEI Nº 0753/2013

Anula e suplementa dotações do orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), correspondente a seguinte dotação do orçamento vigente:

06.01	- Secretaria de Obras/Estradas/Serviços Urbanos e Agropecuarios	
15.452.0150.2040	- Const./Ampl./Man./ Limpeza Pública/Praças, Jardins, Calçadas, Passeios e Pontes	
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.000-(51)	- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.000-(53)	- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
15.512.0170.2044	- Manutenção do Consórcio de Saneamento	
3.1.7.1.00.00.00.00.00.0.1.000-(56)	- Transf. a Cons.Público por Contrato	R\$ 5.000,00
3.3.7.1.00.00.00.00.00.0.1000-(54)	- Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 5.000,00
4.4.7.1.00.00.00.00.00.0.1.000-(58)	- Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 5.000,00
20.602.0200.1028	- Aquisição de imóveis P/ Abatedouro Municipal	
4.5.9.0.00.00.00.00.00.0.1000-(70)	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
20.602.0200.1029	- Construção /Equip. Abatedouro Municipal	
4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1000-(72)	- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
26.782.0260.1030.	- Construção/Ampliação/ Reforma/Manutenção Pontes Galerias Fluviais/ Estradas	
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1000-(88)	- Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1000-(89)	- Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
	- Total	R\$ 60.000,00

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), destinado

a suplementar a seguinte dotações do orçamento vigente:

12.01 27.812.0270.2050	- Secretaria dos Des- portos -Reequipamento e Manutenção da C.M.E	
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.000.1-(178)	- Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

Art.3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Vigente.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de agosto de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal



**Programa de Gestão de Obras:**  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preço 12/2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ar condicionado split - 12.000 quente e frio, INSTALADO. (3603)	UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	komeco	0	1.529,0000	1
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Elgin	0	1.530,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	comfee	0	1.531,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Komeco	0	1.532,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CONSUL	0	1.533,0000	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LG	0	1.549,0000	6
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	elgin	0	1.550,0000	7
2	Ar condicionado split - 9.000 quente e frio, INSTALADO. (3604)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CONSUL	0	1.390,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	komeco	0	1.392,5000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Elgin	0	1.393,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	york	0	1.399,0000	4
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LG	0	1.415,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Komeco	0	1.416,0000	6
3	Refrigerador 120 litros. (Tipo Frigobar), (Refrigerador com 116,6 litros de capacidade de armazenagem e porta reversível, possibilita a abertura para a direita ou esquerda, classificação A em consumo de energia, tipo de degelo: manual. alimentação: 220 Volts). (3605)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	consul	0	750,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CONSUL	0	790,0000	2
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	CONSUL	0	835,0000	3
4	Fogão a gas 4 bocas, tampo de vidro, acendimento automático, c/ forno. (3606)	UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	braslar	0	320,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	braslar	0	327,0000	2
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	BRASLAR	0	327,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Muller	0	327,0000	4
5	Ventilador de coluna 40 cm branco 220 v e com três velocidades mundial. (3607)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Kasita	0	166,5000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	ventisol	0	167,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ventisol	0	168,0000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	VENTISOL	0	170,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	ventisol	0	170,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VENTISOL	0	171,9000	6
6	RADIO PORTATIL -AM/FM COM CD/MP3 3,5W, 220V, Bratania. (3608)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	britania	0	175,5000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	lenox	0	176,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013**

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 22/08/2013

Válido até: 22/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	BRITANIA	0	176,5000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Britânia	0	177,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LENOX	0	177,9000	5
7	Lavadora de roupa, cor branca, de 15 kg, controle eletrônico. Ajuste do nível de água com 4 níveis, 02 enxagues, com centrifuga, velocidade de rotação para centrifugação 755rpm, selo procel, acabamento ded cesto aço inox, tipo tampa superior em vidro temperado, dispenser alvejante, amaciante, sabão, com filtro para eliminação de fiapos, pás reguláveis, 220w, largura 620mm, altura 1040mm, profundidade 645mm, peso médio 40,2kg. (3609)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ge	0	1.599,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	electrolux	0	1.600,0000	2
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	ELECTROLUX	0	1.604,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Electrolux	0	1.605,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELECTROLUX	0	1.605,9000	5
8	Aquecedor a óleo 1500 w, display digital, 7 elementos de calefação, 3 níveis de potencia controle digital de temperatura, função timer em ate 16h, sistema de segurança com desligamento automático, alça e base com rodas, tensão/voltagem de 229v, controle de temperatura, pés com rodízios. (3610)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	VENTISOL	0	214,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME (6622)	ventisol	0	214,5000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	midea	0	215,0000	3
9	Forno Microondas 31 litros, 220 V sem grill. (3611)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Philco	0	398,9000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	philco	0	399,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	midea	0	400,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PHILCO	0	407,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	eletrolux	0	409,0000	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	ELECTROLUX	0	409,0000	6
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Philco	0	409,6300	7
10	Aparelho DVD c/Karaokê s/microfone, 220 v. (3612)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	mondial	0	153,5000	1
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	tecno	0	154,0000	2
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Tronics	0	154,9000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	TECTOY	0	155,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	cce	0	156,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Britânia	0	157,6700	6
11	Receptor analógico para antena parabólica com controle remoto. Alimentação 220 Volts. (3613)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	LEMON	0	148,5000	1
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	visiontec	0	149,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013**

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 22/08/2013

Válido até: 22/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Century	0	151,0000	3
12	Televisor 32 polegadas, tela LCD com entrada HDMI e USB com controle remoto, com conversor digital 220 v. (3614)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	panasonic	0	996,0000	1
13	CAFETEIRA elétrica, na cor preta, jarra de vidro, capacidade de 30 ou mais de café. (3615)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Britânia	0	87,8500	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	britania	0	87,9000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	cadense	0	88,0000	3
			LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Cadence	0	88,3000	4
14	Lava Jato - (Mangueira alta pressão-Comprimento 7,5 m, Potência: 1,7 KW, Pressão de trabalho 1,740 psi / 120 bar, Vazão máxima de água 360 / 420 l/h, alimentação: 220 Volts). (3616)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	TEKNA	0	525,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Wap	0	528,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	intech	0	528,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	lavor	0	528,0000	4
15	Aparelho de telefone com fio, na cor preta. Três funções Flash, Redial/Rediscar e Mute/Mudo. Três volumes de campainha. Dois timbres de campainha. Posições mesa e parede. Sinalização de linha pulso e tom. Dimensões: 13,7 x 18,7 x 9 cm (A x L x P). (3617)	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Elgin	0	29,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Intelbras	0	30,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Aparelho de telefone sem fio, de 2.4 GHz. Aparelho de telefone sem fio, de 2.4 GHz. (3618	UND	LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA (6638)	Intelbras	0	72,4900	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	intelbras	0	72,5000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	intelbras	0	73,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Intelbras	0	73,3500	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2013****Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 22/08/2013****Válido até: 22/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais Eletroeletrônicos e eletrodomésticos para manutenção da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2013****PROCESSO N° 17/2013**

(6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

(6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME

(6631) - SUPER-AR LTDA ME

(6638) - LICITAMIX MAT. ESCRITORIO LTDA

(6712) - Sandro Vilmar Pires ME

(6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

(6715) - LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME

Braço do Trombudo, 22 de Agosto de 2013.

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto N° 5.669

DECRETO N° 5.669, de 16 de agosto de 2013.

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto n° 5.661/2013, que Nomeia o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 2º e seus parágrafos, da Lei n° 977, de 18/12/1995, mais o previsto no Decreto n° 3.212, de 09/05/2005, mais o previsto na Resolução/CD/FNDE N° 38,

#### DECRETA:

Art. 1º O caput do artigo 1º do Decreto n° 5.661, de 12 de agosto de 2013, que Nomeia o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, passa a vigorar com a seguinte redação, permanecendo inalterados seus incisos:

“Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, pelo prazo de quatro anos, de acordo com a Lei Federal n° 11.947, de 16/06/2009, a Lei Municipal n° 977, de 18/12/1995, que cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências, o Decreto n° 3.212, de 09/05/2005, mais o previsto na Resolução n° 38, de 16/07/2009, do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme segue:” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Decreto N° 5.672

DECRETO N° 5.672, de 19 de agosto de 2013.

Retifica dispositivos do Decreto n° 5.651/2013, que Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os seguintes dispositivos do Decreto 5.651, de 24 de julho de 2013, que Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social:

#### ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1-

6- Secretaria Municipal de Educação  
Titular: Dioclécia Alves de Moura  
Suplente: Bartira Elisa Tomasini

#### ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes de entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS:

1-

2- AMAR- Associação Maria Rosa  
Titular: Neuzeli Aparecida da Silva  
Suplente: Zilda de Mello Albuquerque

Representantes de entidades de Trabalhadores do Setor:

1- Associação de Assistentes Sociais de Caçador  
Titular: Sirlei Heinemann Weber  
Suplente: Marcia R. dos Santos Fenili

2- Associação de Psicólogos de Caçador e Região  
Titular: Janete Aparecida Zaccaron Thomazi  
Suplente: Débora Cunha de Almeida

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Decreto N° 5.673

DECRETO N° 5.673, de 20 de agosto de 2013.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 2.553, de 25/06/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pelo prazo de dois anos - Biênio 2013/2015, de acordo com a Lei n° 2.553, de 25/06/2008, na forma que segue:

#### ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1) Secretaria de Assistência Social  
Titular: Suzana Ribeiro  
Suplente: Maria Goreti de Oliveira Lamera

2) Secretaria de Saúde  
Titular: Claudete Maria Bento Corrente  
Suplente: Sérgio Luiz Figueroa

3) Sistema Nacional de Emprego - SINE  
Titular: Neuzeli Aparecida da Silva  
Suplente: Fátima Noely da Silva

4) Delegacia de Proteção à criança, à mulher e ao Idoso  
Titular: Janes Guzella  
Suplente: Elizete Zanoni

5) Secretaria de Educação  
Titular: Janaina Demin  
Suplente: Marines de Almeida Musskopf

6) Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR  
Titular: Sandra Spautz Granemann  
Suplente: Maryanne Muniz Godinho

7) Fundação Municipal de Cultura  
Titular: Leonires Aparecida Constantini Gonçalves  
Suplente: Patricia Beal de Córdova Cruz

8) Secretaria Municipal de Agricultura  
Titular: Michele Adriana Bassegio  
Suplente: Amanda de Almeida Kirschner

9) Procuradoria Geral da Prefeitura  
Titular: Maria Aparecida Boscatto  
Suplente: Joice Luiza Flores Wagner

#### ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Duas mulheres indicadas dentre os grupos de mulheres do meio urbano:

1) Grupo de Mulheres do Bairro Bom Jesus

Titular: Maria Moreira Vagner

Suplente: Lilian Bender

2) Grupo de Mulheres do Cerro Branco

Titular: Márcia Berger

Suplente: Maria Dalla Santa

Duas mulheres indicadas dentre os movimentos de mulheres urbanas e rurais:

3) Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas- MMTU

Titular: Lucimar Schultz

Suplente: Janeth Anne de Almeida

4) Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Caçador - BPW

Titular: Sirlei Maria Martins Braghini

Suplente: Dóra Lúcia Driessen Pavelski

Duas representantes das entidades e associações:

5) Rede Feminina de Combate ao Câncer

Titular: Ligia Emilia Bramatti Mombelli

Suplente: Sonia Regina de Medeiros Basso

6) Associação de Senhoras de Rotarianos "Casa da Amizade"

Titular: Routh Inez Rotta Goulart

Suplente: Idma Riedi Urio

Um (a) representante dos trabalhadores na área das mulheres:

7) Associação dos Assistentes Sociais de Caçador

Titular: Sirlei Heinemann Weber

Suplente: Andreia Teresinha de Almeida

Um (a) representante de sindicatos:

8) Sindicato dos Empregados no Comércio de Caçador

Titular: Kellin Santos

Suplente: Regina Celi Ghiggi de Souza

Um (a) representante de prestadores de serviços às mulheres:

9) Associação Maria Rosa - AMAR

Titular: Mirela Carla Urio

Suplente: Neida Schineider Carletto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 4.959, de 17 de agosto de 2011 e 5.074, de 25 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

#### Decreto N° 5.675

DECRETO nº 5.675, de 20 de agosto de 2013.

Retifica o Decreto nº 4.557/2010, que Reverte para o Patrimônio Público Municipal, área de terreno urbano doada à Celesc Distribuição S.A.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º do Decreto nº 4.557, de 13 de julho de 2010, que Reverte para o Patrimônio Público Municipal, área de terreno urbano doada à Celesc Distribuição S.A., passando a constar conforme segue:

"Art. 1º Fica revertido ao Patrimônio Público Municipal, uma área de terreno urbano, com superfície de 394,60m² (trezentos e noventa e quatro metros e sessenta décimos quadrados), localizada na Rua Fernando Machado, Centro, de propriedade do Município de Caçador, doada pela Lei Complementar nº 94, de 29/12/06 alterada pela Lei Complementar nº 111, de 19/07/2007, com a cláusula de garantia, a Celesc Distribuição S.A, para a construção da Agência de Distribuição da Centrais Elétricas de Santa Catarina-Celesc em Caçador." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

#### Decreto N° 5.676

DECRETO nº 5.676, de 20 de agosto de 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.400,00m² (um mil e quatrocentos metros quadrados), objeto da Matrícula nº 30.363, do R. I. desta Comarca, localizado na Avenida Albino Phellipe Potrich, Bairro Martello, nesta cidade, de propriedade de Ernesto Fernandes de Lara Junior, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote nº 01, com 800,00m² (oitocentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 2 do desmembramento, medindo 17,82m; ao Sul, com a Avenida Albino Phellipe Potrich, medindo 19,00m; ao Leste, com a matrícula nº 16.221, medindo 42,29m; e, ao Oeste, com a matrícula nº 16.219, medindo 43,64m.

II - Lote nº 02, com 600,00m² (seiscentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com a matrícula nº 26.024 e Rua Eugênio Francisco Paris, medindo 17,30m; ao Sul, com o lote nº 1 do desmembramento, medindo 17,82m; ao Leste, com a matrícula nº 16.221, medindo 36,21m; ao Oeste, com a matrícula nº 30.274, medindo 32,86m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Decreto N° 5.677

DECRETO N° 5.677, de 20 de agosto de 2013.

Nomeia Comissão para Análise de Amostras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais Cristiane Aline de Santi, Suzana Ribeiro e Schayana Zmijevski Simas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para Análise de Amostras dos Processos Licitatórios da Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Portaria N° 22.903

PORTARIA N° 22.903, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, as cidadãs a seguir relacionadas, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Andressa Angelita Nunes Ribeiro	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
Daiane dos Santos	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	EMEB Nossa Sra da Salete	VV Vera Lucia de Moura, Lic Trat. Saúde	01/07/2013 a 12/08/2013

Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Angelita Zir, Lic Trat. Saúde	05/08/2013 a 03/10/2013
Leila Lucimar Gonçalves	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Tabajara	VV Vanuza Zart, Lic Prêmio	06/08/2013 a 02/11/2013
Leila Lucimar Gonçalves	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Rosalba Almeida, disposição da SME, face a rescisão da profª Juliana MAzzotti	06/08/2013 a 20/12/2013
Raquel Aparecida Padilha	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Angelita Zir, Lic Trat. Saúde	07/08/2013 a 03/10/2013
Silvia Cristina de Souza Machado Riedi	Professora de Arte	1.3/A	16	10h-EMEB Alcides Tombini, 06h-Pierina Santin Perret,	10h-EMEB Alcides Tombini, VV Daniela da Silva, 06h-Pierina Santin Perret, V Excedente	06/08/2013 a 20/12/2013
Teresinha de Jesus Trancoso Telles de Lima	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	VV Vilma de Oliveira, Lic Prêmio	05/08/2013 a 07/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria N° 22.904

PORTARIA N° 22.904, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar n° 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, conforme segue:



Nome	Cargo	Local de Atuação	N° de Dias	A contar de:
10825-Kerolyn Cristina Coronado	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sininho, 40h	15	29/07/2013
280-Claudio Granja	Prof Ed. Física	EMEB Henrique J Berger	180	19/07/2013
12269-Angelita Zir	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Ulysses Guimarães	60	05/08/2013
4264-Vera Lucia de Moura	Profª de Ed. Infantil	EMEB Nossa Sra da Salete	15	29/07/2013
7777-Rosana Kormann de Oliveira	Secretária Escolar	EMEB Ulysses Guimarães	30	22/07/2013
Eliane Dupont Machado	Professora	Biblioteca Pública -FMC	90	17/07/2013
6946-Silmara Adamcheski	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sininho	180	20/07/2013
782-Salete Catarina Liskievich	Supervisora Escolar	EMEB Ir. Venâncio José	60	26/06/2013
8660-Ecleides de Fátima Bleichuvel	Professora de História	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barboza	60	11/07/2013
6945-Zeli Moraes de Souza	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	45	06/08/2013
2580-Rosangela Aparecida Ribas de Mello	Supervisora Escolar	EMEB Hilda G. de Souza- a disposição da EEB Graciosa Copetti Pereira	30	06/08/2013
12546-Rosangela Aparecida Ribas de Mello	Professora	CASEP-	30	06/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria N° 22.905

PORTARIA N° 22.905, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

#### RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, local e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	A CONTAR DE
12365-Juliana Padilha Mazzotti	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Alto Bonito	05/08/2013
12323-Silvia Cristina de Souza Machado Riedi	Profª de arte	EMEB Pierina Santin Perret	05/08/2013
12676-Lisete Cristina Pinto	Profª Ed. Infantil	EMEB Vereda dos Trevos	05/08/2013

12236-Andressa Ange-lita Nunes Ribeiro	Profª Ed. Infantil	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	31/07/2013
12567-Fernando Chaves	Prof de Ed. Física (Projetos)	EMEB Pierina Santin Perret	05/08/2013
12700-Katlin Aparecida Hartmann	Profª de Ciências	EMEB Henrique J Berger	05/08/2013
12258-Valmira Aparecida Moriggi	Profª de História	EMEB Morada do Sol	12/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

#### Portaria N° 22.906

PORTARIA N° 22.906, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar n° 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

#### RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código e nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, local e período alterado:

Nome	Cargo	DE	PARA	Local de Atuação	PERÍODO
12389-Reginaldo Klabunde	Secretário Escolar	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Rosana Kormann, Lic Trat. Saúde,	06/08/2013 a 20/08/2013
12326-Suzana Cristina Voltolini	Profª de Ed. Física	24	36	EMEB Walsin Nunes Garcia, VV Marcos Ronald Stein, Lic Prêmio	05/08/2013 a 01/11/2013
12633-Gerson Luiz Frigeri	Prof de Ed. Física	10	29	Sendo 15h na EMEB Pierina Santin Perret e 04h na EMEB Walsin Nunes Garcia, Vaga Transitória -Projetos Esportivos	07/08/2013 a 20/12/2013
12559-Marta Aparecida Goes Cachinski	Profª de Arte	11	21	EMEB Pierina Santin Perret, V Excedente, face a a rescisão de outra Servidora	07/08/2013 a 20/12/2013
12339-Aline Colla Hahn	Profª de Ed. Física	27	39	EMEB Hilda G. de Souza, VV Romney Riedi, Direção da EMEB Hilda G. de Souza	01/08/2013 a 20/12/2013

Tiago Gonçalves Dias	Prof de Ed. Física	18	26	04h-EMEB Morada do Sol, 04h-EMEB Nossa Sra Salete, Projetos Esportivos, V Transitória	08/08/2013 a 20/12/2013
----------------------	--------------------	----	----	---	-------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria N° 22.907

PORTARIA N° 22.907, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.477, de 13 de março de 2013, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, com relação a Servidora Aline Colla Hahn, no que diz respeito ao local de trabalho que passa a ser 9 (nove) horas semanais na EMEB Hilda Granemann de Souza, VV Romney Riedi, Diretor da EMEB Hilda G. de Souza, a contar de 01/07/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria N° 22.908

PORTARIA N° 22.908, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.382 de 19 de fevereiro de 2013 que contratou diversos servidores públicos municipais, com relação a Servidora Dayane da Silva Queiróz, no que diz respeito ao motivo da contratação, que deverá ser 14 horas VV Paulo Sérgio de Moraes, à disposição da Prefeitura Municipal de Caçador e 21 horas Vaga Excedente.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria N° 22.909

PORTARIA N° 22.909, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.389, de 19/02/2013 que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, no que diz respeito ao motivo da contratação da Servidora c Cintia Colussi Graeff, que passa a ser 40 horas Vaga Excedente na EMEB Hilda Granemann de Souza.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria N° 22.910

PORTARIA N° 22.910, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art 1° Alterar a Portaria n° 22.377 de 19/02/2013 que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, no que diz respeito a data fim do contrato do servidor Itamar Fávero, que passa a ser 20/12/2013.

Art 2° Alterar o cargo da servidora Clacir Maria Santin Fonseca, que passa a ser Especialista em assuntos Educacionais (Supervisora Escolar).

Art 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria N° 22.911

PORTARIA N° 22.911, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.390, de 19 de fevereiro de 2013 que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, com relação ao Servidor Marcos Schaphauser, no que diz respeito ao motivo da contratação, que deverá ser 13h na EMEB Alto Bonito, VV Aldonir Anciuti, Secretário Municipal de Educação; 04h EMEB Alcides Tomhini, VV Mara Lipka, atribuição de exercício na EMEB Morada do Sol; 20 horas na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, Vaga Excedente.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 12 de agosto de 2013.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 22.913

PORTARIA Nº 22.913, de 12 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal LUIZ HENRIQUE GRANDO PADILHA, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a Função Gratificada- FGR- 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos, por atender encargos de maior responsabilidade no setor de Saúde Bucal do Município, a contar de 1º de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

### Portaria Nº 22.916

PORTARIA Nº 22.916, de 15 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal, WALMIR RICHTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a contar de 12 de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

DENISE CHIARELLO HARTMANN  
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

### Portaria Nº 22.917

PORTARIA Nº 22.917, de 15 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria de Infraestrutura, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ocupado pelo Servidor Público Municipal WALMIR RICHTER, em virtude de seu pedido de exoneração, com efeitos a contar de 12 de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

DENISE CHIARELLO HARTMANN  
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

### Portaria Nº 22.923

PORTARIA Nº 22.923, de 15 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas justificadas das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação abaixo relacionadas, referente ao período de 12 de julho a 11 de agosto de 2013, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
10430	Bruna Stello Padilha	CMEI Pierina Adami	07
12669	Catarina Polawski	EMEB Alto Bonito	06
12509	Catia Maria dos Santos	EMEB Alto Bonito	05
10185	Maria Elena Pereira Alves	EMEB Nossa Senhora Salete	05
1318	Maria Geni Huçulak	EMEB Nossa Senhora Salete	05
2014			
9877	Marinez Pereira	EMEB Pierina Santin Perret	05
12515	Marlene Fonseca	CMEI Sonho Encantado	05
12281	Roseli Correia	EMEB Esperança	04
12489	Roseli Kinak Golin	CMEI Sonho Encantado	04
12414	Simone Aparecida Pires	EMEB Alto Bonito	06
12311	Suzamara Maria Stachelski	EMEB Padre José Chamot	04

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

**Portaria N° 22.924**

PORTARIA N° 22.924, de 15 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar n° 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionadas, referente ao período de 12 de julho a 11 de agosto de 2013, especificando: código, nome, escola e número de faltas, conforme segue:

Código	Servidor	Escola	Faltas
12630	Adeilda Moura Beserra	EMEB Rodolfo Nickel	05
12423	Ingra Castilho da Silva	EMEB Dr Ulysses Guimarães	14
12465	Ivanice Niendicher	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½
12427	Jocimar Pereira Rosa	CMEI Sonho Encantado	02
12649	Noemi de Melo Alves Batista	CMEI Sonho Encantado	01
12275	Samantha Orsolin	EMEB Morada do Sol	01
12471	Tyale Cardoso Mattos	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	½

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

**Portaria N° 22.925**

PORTARIA N° 22.925, de 15 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar n° 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal ADIR ANTONIO SILVA, ocupante do cargo de Operador de Máquina Média, lotado na Secretaria de Agricultura, com efeitos a contar de 13 de agosto de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Portaria N° 22.926**

PORTARIA N° 22.926, de 15 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar n° 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, por tempo determinado, as cidadãs a seguir relacionadas, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Bernadete Chiesa Carlin do Prado	Auxiliar de Creche Berçário	2.1/A	40	EMEB Educar é Tudo	VV Marisa R. Borges, Lic. Trat. Saúde	05/08/2013 a 20/08/2013
Bernadete Chiesa Carlin do Prado	Auxiliar de Creche Berçário	2.1/A	40	EMEB Educar é Tudo	VV Marisa R. Borges, Lic. Trat. Saúde	22/08/2013 a 05/09/2013
Marivete Aparecida Boff	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Grane-mann de Souza	VV Carla Tatiane Martins, Lic. Trat. Saúde	19/07/2013 a 01/08/2013
Maria Bernadete Polawski	Servente	1.5/A	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barboza	VV Mariluce Lopes Stanke, Lic.. Trat. Saúde	28/07/2013 a 25/08/2013
Carollyne Nizer Cunha	Professora de Ciências	1.1/A	24	EMEB Henrique J Berger	VV Raquel Morona, Lic. Trat. Saúde	08/08/2013 a 20/12/2013
Rosângela da Cunha	Especialista em Assuntos Educacionais (Orientadora Educacional)	1.3/A	40	EMEB Henrique J Berger	Vaga Excedente	01/08/2013 a 20/12/2013
Marcia Ferreira de Souza	Servente	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	VV Iliane Pagotto, Licença Prêmio	14/08/2013 a 05/11/2013 ou até a realização do processo Seletivo
Gisele de Oliveira Moraes	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora Escolar)	1.3/A	20	EEB Graciosa C. Pereira (Convênio com a SME)	VV Rosângela A. Ribas de Mello, Lic. Trat. Saúde	14/08/2013 a 04/09/2013 ou até a realização do processo Seletivo

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.



**Aviso de Licitação - PR 11 - 2013 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO FMAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/09/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/09/2013.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [www.caçador.sc.gov.br](http://www.caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ainda por e-mail: [licitacoes@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de Agosto de 2013.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

**Aviso de Licitação - PR 24 - 2013 - FUNDEMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS (REFRIGERADOR, ASPIRADOR, FOGÃO, TV, DVD, FORNO) DESTINADOS A FUNDEMA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 12/09/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 12/09/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de Agosto de 2013.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI

Presidente da FUNDEMA

**Aviso Licitação PR 01-2013 IPPUC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR - IPPUC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 01/2013 - IPPUC

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E ESTUDOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, BEM COMO, DESENVOLVIMENTO DE PROJETO BÁSICO E PLANO DE OUTORGA VISANDO PROPICIAR AO MUNICÍPIO LICITAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 09/09/2013.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 09/09/2013.  
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.caçador.sc.gov.br](http://www.caçador.sc.gov.br).

[sc.gov.br](http://sc.gov.br)

Caçador, 21 de agosto de 2013.

DILSON EDGAR THOMÉ

Presidente do IPPUC

**Contrato 77-2013 Saúde**

Contrato 77/2013 - O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE TEATRO E AGENTE REDUTOR DE DANOS PARA ATUAREM NO CAPS AD, processo licitatório nº 36/13, PR nº 26/13. Contratada: MARCIA FRANÇA VESOLLI  
Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 15.600,00

**Contrato 78-2013 Saúde**

Contrato 78/2013 - O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE TEATRO E AGENTE REDUTOR DE DANOS PARA ATUAREM NO CAPS AD, processo licitatório nº 36/13, PR nº 26/13. Contratada: VENTO NEGRO COMPANHIA DE TEATRO Prazo: 12 meses. Valor: R\$ 17.760,00

**Contrato Administrativo Nº 67/2013 - Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2013, ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2013 DISPENSA Nº 09/2013, CONTRATADA: UNIARP - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ sob o nº 82.798.828/0001-00, com sede na cidade de Caçador, SC, O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para elaboração, organização e execução de processo seletivo, - DO PRAZO; O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício 2013, findando dia 31 de dezembro 2013

DESCRIÇÃO DA ETAPA/FASE	PRAZO
Elaboração do Edital Provisório para aprovação	Até 03 (três) dias após a assinatura do contrato
Elaboração do Edital Definitivo	Até 02 (dois) dias após a aprovação/devolução do Edital provisório
Período de Inscrições	De 15 (quinze) dias
Data limite para expedição de ato específico indicando as inscrições deferidas e indeferidas	Até 04 (quatro) dia após o término das inscrições
Período de recurso referente ao indeferimento de inscrição	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação das inscrições
Data da realização das provas	Máximo de 18 (dezoito) dias após o término das inscrições
Divulgação do gabarito provisório	Até 01 (um) dia após a realização da prova
Período de Recursos	Até 02 (dias) dias úteis após a divulgação do gabarito
Divulgação do gabarito definitivo	Até 03 (três) dias após o julgamento dos recursos
Publicação da lista dos classificados com provas e títulos	Até 10 (dez) dias após a divulgação do gabarito definitivo
Pedido de Recursos	Até 02 (dois) dias úteis após a divulgação da lista dos classificados
Data limite para apresentação do resultado final.	Até 02 (dois) dias após a divulgação do gabarito definitivo

**Contrato Administrativo Nº 68/2013 - Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2013, 1º aditamento ao Contrato Administrativo nº 104/2012, PRORROGA PRAZO POR 180 DIAS ACRESCENTA SERVIÇOS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO ESPORTE E CULTURA, ANEXA AO CAIC, NO BAIRRO MARTELLO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2012 CONCORRÊNCIA Nº 09/2012 CONTRATA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL, este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 104/2012 datado de 03 de outubro de 2012, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 180 (cento e oitenta) dias, findando no dia 17 de fevereiro de 2014

**Contrato Administrativo Nº 69/2013 - Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2013, 2º aditamento ao Contrato Administrativo nº 37/2013, PRORROGA PRAZO POR 30 DIAS; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO E TUBULAÇÃO DE CONCRETO DA ESCOLA IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2013 TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2013, CONTRATADA: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.214.836/0001-08, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado aos contratos administrativos nº 37/2013 e 59/2013 datados respectivamente de 17 de abril de 2013 e 17 de julho de 2013, O prazo de vigência do contrato para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 30 (trinta) dias, iniciando nesta data e findando dia 19 de setembro de 2013.

**Contrato Administrativo Nº 70/2013 - Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2013, 3º ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2012, ACRESCIMO VEÍCULOS E SUPRESSÃO VEÍCULOS, CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2012 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2012, CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na, Porto Alegre - RS, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 53/2012 de 22 de maio de 2012, Ficam retirados suprimidos do contrato principal descritos na Cláusula Primeira os seguintes veículos placas: MAA 7917, MAL 3422, MFM 8231, MDS 3313, MGC 4093 e MHE 5053, em razão de terem sido baixados do patrimônio do Município.

**Editais Convocação Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Biênio 2013/ 2015

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, CONVOCA as entidades da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - Biênio 2013/2015 que será realizado no dia 19 de setembro de 2013.

Art. 1º - As entidades da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador, biênio 2013/2015, conforme previsto no art. 13, da Lei 2.436, se dará através de Fórum próprio, que será realizado no dia 19 de

setembro de 2013, das 14h00min às 17h00min, na Câmara Municipal de Caçador, no Plenário Osvaldo Jose Gomez, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC,

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial de Caçador e na Imprensa Falada e Escrita.

§ 2º - As entidades da sociedade civil eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, admitindo-se apenas uma recondução.

**DAS VOTAÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 2º - Terão direito a voto todas as entidades da sociedade civil inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único: Somente poderão inscrever-se como candidatas entidades municipais, reconhecidas pelo plenário e credenciadas como candidatas junto a secretaria executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até as 17h (dezesete horas) com setenta e duas horas que antecede a realização do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem como compromisso a eleição das entidades da sociedade civil, para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. As entidades cadastradas, por seus representantes devidamente credenciados, receberão 10 convites por entidade sendo que somente três indicados através de Ofício, terão direito a voto podendo, votar em até cinco entidades.

Art. 4º. As 05 (cinco) entidades mais votadas serão consideradas eleitas.

Parágrafo Único: Constatando-se empate entre as entidades a comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o biênio a ser definido por edital de convocação, considerar-se-á eleita, a entidade com mais tempo de atuação comprovada em nosso município.

Art. 5º. As entidades eleitas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia da realização do Fórum, para indicar seus representantes titular e suplente.

**DA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 6º. O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por entidades que direta ou indiretamente tenham entre suas preocupações, os direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo Único - Para ingresso das Entidades/membros ao Fórum, as mesmas deverão cadastrar-se junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**DA REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO**

Art. 7º - O Fórum de Eleição das Entidades da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será coordenado pela Coordenação Geral do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes cargos: Coordenador Geral: Raquel Aparecida Padilha; Vice-Coordenador: Dilfo Leandro Ribeiro; Secretário Geral: Rafaela Andréia Lopes; Vice-Secretário: Bianca Liduina Chaves Cassiano.

Art. 8º. O Fórum será organizado pela Comissão definida em Reunião Ordinária do dia 05 de Agosto de 2013, Ata nº 285, composta pelas seguintes conselheiras: Maria de Lourdes Roman Ros Ceratti, Patricia Spanholo, Mariany Boscari, Marizete Fatima Iacinski, e

Neide Trento Ioshida.

**Parágrafo Único** - Cabe à Comissão e a Secretaria Executiva do CMDCA, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades da sociedade civil habilitadas a participarem do presente pleito.

**Art.9º** - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 05 (cinco) Entidades da sociedade civil para comporem o CMDCA no biênio 2013/2015.

#### DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

**Art.10º** - Após a apuração dos votos, a comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades que irão compor o CMDCA no biênio 2013/2015 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado no Livro Ata Fórum DCA.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art.11** - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

**Art. 12** - Os conselheiros que representam as entidades da sociedade civil do CMDCA terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

**Art.13** - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição,

Caçador, 19 de setembro de 2013.

EUNICE LINHARES FLECK

Presidente do Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente

#### Edital de Convocação N° 004

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004, de 19 de agosto de 2013.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital n° 08/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### CONVOCA:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital n° 08/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme seqüência de classificação:

#### AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Rosilda de Fatima Lemes Pinheiro

#### AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO

Eli do Nascimento Bellaver

Eva Aparecida Martins Ferreira Bueno Fernandes

Elisabete de Fatima Taborda Somensi

Elisa Aparecida Lourenço Brais

Dezirê Rotta Tomazini

Pâmela Telles de Miranda Menger

Rafaela Andreia Lopes

Aline Cristina Pirolli

Maria Salete Rech Menezes

Rosemari Dias Antunes Thibes

Angelita Milek Alano de Souza

Roselaine de Oliveira Varela

Leiziane de Andrade

Bernardete Chiesa Carlin do Prado

#### EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE E PRÉ-ESCOLA SIBELE BALDICERA

#### PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS VERA APARECIDA DE BIASI LENHANI

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, em 19 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

#### Ata de Registro de Preço N° 108 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 108/2013, PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS DIVERSOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, FUNDEMA E FMAS, empresa ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 78.989.126/0001-28, com sede na cidade de Fraiburgo/SC, referente ao processo licitatório n° 73/2013, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	15.000	UNID	ENVELOPE 23X11,5 1 FOLHA 4X0 CORE EM PAPEL SULFITE 75G. 66X96 75GR 23,00X11,50CM, CORTE/VINCO COLADO	0,138	2,070,00
2	8.000	UNID	ENVELOPE 28X20CM 1 FOLHA 4X0 CORE EM PAPEL SULFITE 90G. 66X96 90GR 28,00X20,00CM, CORTE/VINCO COLADO	0,257	2.056,00
3	8.000	UNID	ENVELOPE 26X36CM 2 FOLHA 4X0 CORE EM PAPEL SULFITE 75G. 66X96 75GR 36,00X26,00CM, CORTE/VINCO COLADO	0,383	3.064,00

7	100	BLOCO	SOLICITAÇÃO E/OU ORDEM DE SERVIÇOS :BLOCOS 50X3 VIAS, - 16,00X16,00 CM 1 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110GR. 50 1ªVIA 1X0 CORES EM PAP AUTO COPIATIVO BRANCO 50 2ªVIA 1X0 CORES EM PAP AUTO COPIATIVO AMARELO 50 3ªVIA 1X0 CORES EM PAP AUTO COPIATIVO BRANCO ULTIMA VIA ALCEADO,NUMERADO, PICO-TADO E GRAPEADO	6,05	605,00
8	3.000	BLOCO	AVISO DE IRREGULARIDADE BLOCOS NAS MEDIDAS 7,00X13,00 CM, 1 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL 110 GR,ALCEADO,NUMERADO.	0,50	1.500,00
13	30.000	UNID	FOLHA TIMBRADA EM PAPEL A4 1 FOLHA 4X0 CORES EM PAPEL SULFITE 90 GR 21,00X29,70 CM	0,055	1.650,00
14	50	BLOCO	AUTORIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO BLOCOS 50X2 VIAS - 16,00X15,50CM 2 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110GR 50 1ª VIA 1X0 CORES EM PAPEL SULFITE 75 GR50 2ª VIA 1X0 CORES EM PAPEL JORNAL 52 GR ALCEADO, COLADO, NUMERADO E PICO-TADO (1ª VIA ) GRAMPEADO E NUMERADO	3,34	167,00
15	5.000	UNID	CAPA BALANCETE 1 FOLHA 1X0 CORES EM PAPEL CARTOLINA 180G AZUL 50X66 180GR 52,00X33,50 CM, CORTE/VINCO	0,366	1.830,00
18	10.000	UNID	CARTAZES FORMATO 320X460MM, IMPRESSÃO 4X0 CORES, PAPEL COUCHE 150GR.	0,46	4.600,00
20	500	UNID	CARTÃO DE VISITA - 4X4 - 250G - UV LOCAL	0,67	335,00
21	500	UNID	CARTAZES 90G - 31X44 CM	0,67	335,00
22	2000	UNID	ACIDENTE DE TRÂNSITO , IMPRESSÃO 1X0, FRENTE E VERSO , TAMANHO PAPEL 21MM X 29,70MM (POLÍCIA MILITAR)	0,089	178,00
23	250	BLOCO	BLOCOS AUTO DE RETIRADA DE VEÍCULOS COM 50X3 VIAS AUTOCOPIATIVAS (POLÍCIA MILITAR)	6,816	1.704,00
25	200	UNID	RECIBO CRLV , NUMERADO , MEDINDO 16X10 , COR VERDE , 230 GR.(POLÍCIA MILITAR)	0,40	80,00
27	200	BLOCO	TERMO DE PROTOCOLO E COMPROVANTE DE LAVRATURA COM 50X2 VIAS AUTOCOPIATIVAS , TAMANHO 210MMX125MM, 1X0 COR .(POLÍCIA MILITAR)	4,20	840,00

29	3.000	UNID	CONTINUAÇÃO- RELATÓRIO, IMPRESSÃO1X0 , TAMANHO 210MMX297MM POLÍCIA MILITAR)	0,056	168,00
30	50	BLOCO	CONTROLE DE MATERIAIS PEDREIRA KM 07 E USINA - IMPRESSÃO1X0 COR, 50X2 VIAS, NUMERADO, PICOTEADO, TAMANHO 14X14.	3,16	158,00
31	100	BLOCO	CONTROLE DE MATERIAIS/ FABRICA DE TUBOS - BLOCOS 50X2VIAS NAS MEDIDAS 13,5X14CM, NUMERADO, SERRILHADO E GRAMPEADO.	2,65	265,00
34	10	BLOCO	FICHA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL , 50X3 VIAS, CARBONADO, NUMERADO (FUNDEMA)	19,50	195,00
35	50	BLOCO	BLOCOS COMPROVANTE DA CAMPANHA CONTRACEPTIVA - 50X2 VIAS, NUMERADO, CARBONADO , TAMANHO 14X10CM (FUNDEMA)	3,80	190,00
37	3.000	BLOCO	BOLETIM DE OCORRÊNCIA TAMANHO 210MMX297MM, 1X0 CORES, CARBONADO , 25X2 VIAS ( BRANCA E AMARELA)	3,437	10.311,00
40	300	UNID	FICHAS DE CONTROLE DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO,1X0 COR, TAMANHO 210X297MM	0,40	120,00
42	500	UNID	CONTRA RECIBO NUMERADO COR AZUL, TAMANHO 16X10CM DITTESC	0,138	69,00
TOTAL GERAL 32.490,00					

**Ata de Registro de Preço N° 109 - 2013 - Prefeitura**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS DIVERSOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, FUNDEMA E FMAS, empresa, EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.583.954/0001-64, com sede na cidade de Joaçaba/SC referente ao processo licitatório nº 73/2013, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata, conforme as seguintes especificações e preços unitários: conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
4	30.000	UNID	CAPAS PARA PROCESSO 1 FOLHA 1X0 CORES EM PAPEL SUPER BOND VERDE 75 GR 32,00X46,00CM, CORTE/VINCO	0,095	2.850,00
6	500	BLOCO	REQUISIÇÃO INTERNA 50X 2 VIAS, NAS MEDIDAS 15X10,5, COM NUMERAÇÃO, SERRILHA, GRAMPO, , 1ª VIA EM OFF SET CM 1X0, 2ª VIA EM JORNAL 50G COM 1X0	1,23	615,00



9	50.000	BLOCO	CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 0:30 MINUTOS BLOCOS 10X1VIA - TAMANHO 7,50X21,50CM 1 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110GR 10 1ª VIA 1X0 CORES EM PAPEL SULFITE 70GR, ALCEADO, NUMERADO, COLADO	0,158	7.900,00
10	50.000	BLOCO	CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 1:00 HORA BLOCOS 10X1VIA - TAMANHO 7,50X21,50CM 1 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110GR 10 1ª VIA 1X0 CORES EM PAPEL SULFITE 70GR, ALCEADO, NUMERADO, COLADO	0,158	7.900,00
11	300	BLOCO	COMUNICAÇÃO INTERNA BLOCO 100X1 – 15,00X21,00 CM 2 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110GR. 100 2 VIA 1X0 CORES EM PAPEL SULFITE 56 GR, ALCEADO, COLADO	1,63	489,00
12	100	BLOCO	CÓPIA DE CHEQUE BLOCOS 50X2 – 11,50X 17,00 CM, 2 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110 GR 50 CARBONO SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CARBONO ONE TIME 50 1ª VIA 1X0 CORES EM PAPEL SULFITE 75 GR ALCEADO, COLADO	2,68	268,00
17	80.000	UNID	FOLDER A4 IMPRESSÃO 4X4 MODELOS VARIADOS	0,148	11.840,00
38	26.000	JOGO	NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL EM FORMULÁRIO CONTÍNUO - 04 (QUATRO) VIAS - PAPEL AUTOCOPIATIVO DE 1ª QUALIDADE, 02 (DUAS) CORES DE IMPRESSÃO (TRADICIONAL- 1ª E 4ª VIAS BRANCAS (NEUTRA), 2ª VIA AMARELA E 3ª VIA VERDE), NAS MEDIDAS 240X216MM, NOS PADRÕES EXIGIDOS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM NUMERAÇÃO QUE DEVERÁ SER SEQUENCIAL E SERÁ FORNECIDA QUANDO DA EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	0,246	6.396,00
41	2000	UNID	ENVELOPE 31X41CM 1 FOLHA 4X0 CORE EM PAPEL SULFITE 90G. 66X96 90GR CORTE/VINCO COLADO	0,52	1.040,00
			TOTAL GERAL		39.298,00

**Ata de Registro de Preço N° 110 - 2013 - Prefeitura**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 110/2013, PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2013 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS DIVERSOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, FUNDEMA E FMAS, empresa, GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA- EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 13.919.051/0001-63, com sede na Rua Terra Rica, 42, Bairro São Cristóvão, na cidade de São José dos Pinhais/PR, referente ao processo licitatório n° 73/2013, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata, conforme as seguintes especificações e preços unitários: conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5	5.000	UNID	PASTAS FIXAS 1 FOLHA 4X0 EM PAPEL TRIPLEX 230GR, 31,50X46,00 CM PLASTIFICADO, CORTE/VINCO.	0,617	3.085,00
16	15	BLOCO	COMBUSTIVEL – MAPA DIÁRIO BLOCO 100X2- TAMANHO 21,00X29,70CM 2 CAPA SEM IMPRESSÃO EM PAPEL CAPA AG 110GR. 100 1ªVIA 1X0 COR EM PAPEL SULFITE 75GR 100 2ªVIA 1X0COR EM PAPEL JORNAL 25 GR, ALCEADO COLADO GRAMPEADO E PICOTADO NA 1ªVIA	12,39	185,85
19	100	BLOCO	AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO 50X3 PAPEL AUTO COPIATIVO (DITTESC)	7,00	700,00
24	250	BLOCO	AUTO DE RETIRADA DE VEICULO DE CIRCULAÇÃO, BLOCOS 25X4 VIAS, AUTO-COPIATIVO TAMANHO A4. - DITTESC	9,19	2.297,50
26	250	BLOCO	AUTO DE INFRAÇÃO COM 50X3 VIAS AUTOCOPIATIVAS (POLÍCIA MILITAR)	10,00	2.500,00
28	200	BLOCO	DOS ENVOLVIDOS E DOS VEÍCULOS, IMPRESSÃO FRENTE VERSO, DUAS VIAS, CARBONADO, BLOCO 50X2, TAMANHO 210MMX297MM (POLÍCIA MILITAR)	8,50	1.700,00
32	300	BLOCO	TERMO DE APREENSÃO E/OU DEPÓSITO, TAMANHO 210MMX297MM, 1X0 COR, 25X4, (VIA BRANCA, AMARELA, ROSA E VERDE), CARBONADO (POLÍCIA MILITAR)	8,45	2.535,00
33	500	FLSBLOCO	TERMO DE MANIFESTAÇÃO DO OFENDIDO E DE COMPROMISSO DE COMPARECIMENTO, TAMANHO 210MMX297MM, 1X0 COR, PAPEL CARBONADO, 24X4 (VIA BRANCA, AMARELA, ROSA E VERDE) (POLÍCIA MILITAR)	8,20	4.100,00

36	200	BLOCO	REQUISIÇÃO PARA EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO – DANO – TAMANHO A4 – 210MMX 297MM, AUTOCOPIATIVO, 3X0 VIAS CORES BRANCA, AMARELA E ROSA (POLÍCIA MILITAR)	8,50	1.700,00
39	2000	UNID	CAPA PARA BLOCO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR - PAPEL TRIPLEX GRAMATURA 25-25G, COM 2 VINCOS CENTRAIS PARA DOBRAS, MEDINDO 44,6 X 24,7 CM (CONFORME MODELO)	0,58	1.160,00
TOTAL GERAL					19.963,35

### Ata de Registro de Preço N° 95 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013, referente ao processo licitatório nº 55/2013, PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS DIVERSAS DESTINADAS A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RUAS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO a empresa MINE-ROCHA CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.720.984/0001-00, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	7.000	M3	PEDRA BRITA Nº 01	45,60	319.200,00
02	7.000	M3	PEDRA BRITA Nº 02	45,50	318.500,00
03	7.000	M3	PÓ DE PEDRA	50,50	353.500,00
04	7.000	M3	PEDRISCO	50,00	350.000,00
05	5.000	M3	PEDRA PULMÃO	41,90	209.500,00
06	5.000	M3	BRITA GRADUADA	55,40	277.000,00
TOTAL GERAL					1.827.700,00

### Ata de Registro de Preço N° 96 - 2013 - Prefeitura

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 DIRETO DA BOMBA, E AQUISIÇÃO DE DIESEL ARLA E QUEROSENE EM EMBALAGEM FECHADA empresa VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.241.662/0001-03, com sede na cidade de Caçador, SC, referente ao processo licitatório nº 56/2013, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITEM	QTADE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$
01	15.000	Litro	Óleo Diesel S 10, abastecimento direto na bomba em posto de combustível com sede no perímetro urbano do Município de Caçador, SC	IPP	2,61
02	75	Balde	Óleo Diesel Arla, balde de 20 litros	IPP	76,00
VALOR GLOBAL					44.850,00

## Camboriú

### PREFEITURA

#### Lei N.º 2.584/2013

LEI N.º 2.584/2013

Denominação da Praça.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI: Art. 1º Fica denominada como Praça: "OSVALDINA PEREIRA DA SILVA", a praça localizada na Rua Paulo Dallago, ao lado do Posto de Saúde Olavo Pereira, na localidade do Braço, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 16 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

#### Lei N.º 2.585/2013

LEI N.º 2.585/2013

Altera a Lei Municipal n.º 2.228, de 24 de novembro de 2010.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI: Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 3º, bem como a tabela do artigo 6º, ambos da Lei Municipal n.º 2.228/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º ( )

I - 03 cargos de médico psiquiatra ou clínico com especialidade em saúde mental;  
( )

Art. 6º ( )

Categoria funcional	N.º de Vagas	Remuneração
médico psiquiatra ou clínico com especialidade em saúde mental	03	R\$ 2.800,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 16 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

**Decreto N.º 1.694/2013**

DECRETO N.º 1.694/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 73.600,00 (setenta e três mil e seiscentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 05 - Secretaria de Planejamento Urbano  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 0005 - Gestão do Planejamento Urbano  
Atividade: 2.022 - Manutenção do Departamento de Trânsito  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0056 - Convênio Trânsito Prefeitura  
Código Reduzido: 104  
VALOR: R\$ 73.600,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 05 - Secretaria de Planejamento Urbano  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-função: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 0005 - Gestão do Planejamento Urbano  
Atividade: 2.022 - Manutenção do Departamento de Trânsito  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0056 - Convênio Trânsito Prefeitura  
Código Reduzido: 60  
VALOR: R\$ 73.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 06 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

**Decreto N.º 1.695/2013**

DECRETO N.º 1.695/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Agricultura.

Órgão: 04 - Fundo Municipal de Agricultura  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura  
Função: 18 - Gestão Ambiental  
Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
Programa: 0010 - Gestão da Política Agropecuária  
Atividade: 1.006 - Const. Ampliação, e Ref. de Praças e Equip. de Lazer  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 02  
VALOR: R\$ 22.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Agricultura, na mesma importância.

Órgão: 04 - Fundo Municipal de Agricultura  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura  
Função: 18 - Gestão Ambiental  
Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
Programa: 0010 - Gestão da Política Agropecuária  
Atividade: 1.006 - Const. Ampliação, e Ref. de Praças e Equip. de Lazer  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 01  
VALOR: R\$ 22.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 06 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

**Decreto N.º 1.696/2013**

DECRETO N.º 1.696/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico  
Função: 17 - Saneamento  
Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano  
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico  
Atividade: 2.065 - Manutenção Técnica do Fundo Mun.de

Saneamento Básico  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 15  
VALOR: R\$ 500.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 06 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.697/2013**

DECRETO N.º 1.697/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana  
Atividade: 1.005 - Paviment., Conserv. e Recuperação de Ruas e Avenidas  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 81  
VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 06 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.700/2013**

DECRETO N.º 1.700/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Cultura.

Órgão: 13 - Fundação Municipal de Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Cultura  
Função: 13 - Cultura  
Sub-função: 392 - Difusão Cultural  
Programa: 0006 - Gestão de Apoio ao Desenv. Do Turismo e Cultura  
Atividade: 2.081 - Manutenção da Fundação Municipal da Cultura  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 03  
VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Fundação Municipal de Cultura, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 08 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.701/2013**

DECRETO N.º 1.701/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar



Função: 06 - Segurança Pública  
Sub-função: 181 - Policiamento  
Programa: 00015 - Gestão da Segurança Municipal  
Atividade: 2.062 - Manutenção dos Recursos do Convênio Polícia Militar  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0054 - Convênio Trânsito - Polícia Militar  
Código Reduzido: 05  
VALOR: R\$ 32.500,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o provável excesso de arrecadação de recursos de multas de trânsito (convênio PMC), apurado no exercício corrente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 13 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

#### **Decreto N.º 1.703/2013**

DECRETO N.º 1.703/2013

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o § 4º do artigo 1º do Decreto n.º 868/2009 estabelece que a designação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será feita por meio de decreto do Poder Executivo Municipal;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, na forma que segue:

I - representantes indicados pelo Poder Executivo:

a) titular: Márcio da Rosa;

b) suplente: Franciele Mueller.

II - representantes das entidades de docentes, discentes e de trabalhadores na área de educação:

a) titulares: Antonio Carlos Mesquita Leite e Fabrícia Soares Bernardino;

b) suplentes: Anete Ely Barbieri e Valdilenia Merenciano.

III - representantes dos pais de alunos:

a) titulares: Mazilda Lana da Silva e Adriane Cristina Venske;

b) suplentes: Magnolia dos Santos e Rocicleide da Silva.

IV - representantes das entidades civis organizadas:

a) titulares: Rosilda Salete Rodrigues e Silvio Matias;

b) suplentes: Agnaldo do Carmo e Celso Carvalho.

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela legislação municipal vigente e pela legislação federal.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão eleitos para exercer o mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus

respectivos segmentos.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 874/2009.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 14 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

#### **Decreto N.º 1.704/2013**

DECRETO N.º 1.704/2013

Altera o Decreto Municipal n.º 1.679 de 22 de julho de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica acrescentado o inciso III ao artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.679/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º ( )

( )

III - Cícero Leon Zucco de Miranda Pytlovanciw - membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 14 de agosto de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

#### **Decreto N.º 1.706/2013**

DECRETO N.º 1.706/2013

Institui o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Camboriú, o qual será composto por:

I - 01 (um) dirigente municipal de educação;

II - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;



III - 02 (dois) representantes dos coordenadores ou supervisores escolares;

IV - 01 (um) representante dos diretores de escola;

V - 01 (um) representante dos professores da zona rural;

VI - 01 (um) representante dos professores da zona urbana;

VII - 03 (três) técnicos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Comitê Local do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Camboriú tem as seguintes atribuições:

I - elaborar e acompanhar o Plano de Ações Articuladas - PAR constituído por meio de parceria do Município com o Governo Federal para execução das ações entre 2011 e 2014;

II - mobilizar a sociedade para acompanhamento do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação;

III - acompanhar as metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB no Município.

Art. 3º Ficam nomeados para compor o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Camboriú, os profissionais abaixo relacionados, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação:

I - representante de dirigente municipal de educação:

a) Celi Ultrera Stevanin.

II - representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Graciela Testoni.

III - representantes dos coordenadores ou supervisores escolares:

a) Jucelia Chaves Garcia;

b) Silvana Benvenuti Coppi.

IV - representante dos diretores de escola:

a) Lucimeri Pereira.

V - representante dos professores da zona rural:

a) Veronica Laura Vicente.

VI - representante dos professores da zona urbana:

a) Anete Ely Barbieri.

VII - técnicos da Secretaria Municipal de Educação:

a) Maria Aparecida Todesco;

b) Naiara Gardini;

c) Toni Fausto Frainer.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 21 de agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

## II 3/13 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 003/2013 - FME

Data: 22/08/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ATENDENDO EM MÉDIA 200 ALUNOS/MÊS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 33.092,50 (Trinta e Três Mil e Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Secretaria: Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Contratada: Camboriú Transporte e Turismo LTDA EPP.

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 22 de Agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## PR 25/13 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS PARA EQUIPAR A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO CAIC DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 06 (Seis) de Setembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 21 de Agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## Termo de Errata do PR 42/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 042/2013-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 042/2013 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA CONserto e MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO FORA DO HORÁRIO CONTRATUAL PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o objeto do Aviso de Licitação e do Edital:

- onde lê-se: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA CONserto e MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO FORA DO HORÁRIO CONTRATUAL PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CAMBORIÚ.

- leia-se: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CAMBORIÚ E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Foi alterado a descrição dos itens do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 01:CAIXA DE PROTEÇÃO E SUPORTE DA CÂMERA

Item 02:CÚPULA EXTERNA DA CAIXA DE PROTEÇÃO DA CÂMERA

Item 03:CÂMERA SPEED DOME

Item 04:CAIXA DE COMUNICAÇÃO COMPLETA

Item 05:POSTE METÁLICO 4 POLEGADAS 7 METROS

Item 06:SWITCH 20 PORTAS GERENCIÁVEL

Item 07:MONITOR 47 POLEGADAS

Item 08:MONITOR 21 POLEGADAS

Item 09:DESKTOP DE VISUALIZAÇÃO

Item 10:SERVIDOR DE IMAGEM

Item 11:STORAGE 16 TB

Item 12:BATERIA

- leia-se:

Item 01:CAIXA DE PROTEÇÃO E SUPORTE DA CÂMERA:

CAIXA DE PROTEÇÃO E SUPORTE DE CÂMERA DE ALUMÍNIO COMPATÍVEL COMO A CÂMERA SPEED DOME

Item 02:CÚPULA EXTERNA DA CAIXA DE PROTEÇÃO DA CÂMERA: CÚPULA DE POLICARBONATO.COMPATÍVEL COMO A CÂMERA SPEED DOME

Item 03:CÂMERA SPEED DOME:

CÂMERA SPEED DOME NETWORK HDTV 360°/90° - 18 X ZOOM, MARCA INTELBRÁS MODELO CAM 18X IP LT, INTERFACE DE REDE INCORPORADA INTERNA PARA MONITORAMENTO REMOTO 100BASE-TX EM PROTOCOLO DE INTERNET (TCP/IPV4/V6), COM CONEXÃO RJ45, SENSOR DE IMAGEM.

Item 04:CAIXA DE COMUNICAÇÃO COMPLETA:

CAIXA DE COMUNICAÇÃO, COM CIRCUITO ELÉTRICO E DISJUNTOR DE 10ª, PROTETOR DE SURTO PARA ENERGIA, TRANSFORMADOR/FONTE COMPATÍVEL COM A CÂMERA E CAIXA DE PROTEÇÃO, DUAS TOMADAS 2PIT. MODELO GABINETE 500X500X300; ESTRUTURA: USO EXTERNO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP55; CONSTRUÇÃO EM CHAPA DE AÇO MONOBLOCO COM ESPESSURA DE 1,2MM; PORTA COM ABERTURA DE NO MÍNIMO 120° REVERSÍVEL; TETO SOLAR COM BOLSA DE AR E RASGOS DE VENTILAÇÃO NAS BORDAS; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; PLACA DE MONTAGEM INTERNA; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM CONJUNTO DE VENTILAÇÃO, FILTROS E GRELHAS 140 X 140 MM; DIMENSÕES DE 5020X500X500MM..

Item 05:POSTE METÁLICO 4 POLEGADAS 7 METROS:

ACABAMENTO GALVANIZADO NA COR CINZA

Item 06:SWITCH 20 PORTAS GERENCIÁVEL:

SWITCH 1024D SOHO 24 PORT 10/100/1000MBPS. PADRÃO 19'; 24 PORTAS 10/100/1000BASE-T; SINALIZAÇÃO VISUAL DE LINK E VELOCIDADE; CAPACIDADE DE CHAVEAMENTO DE 12,8 GBPS; BUFFER 4MBITS. SWITCH DGS-1024D SOHO 24 PORT 10/100/1000 MBPS.

Item 07:MONITOR 47 POLEGADAS:

MONITOR DE VÍDEO 47', MONITOR PROFISSIONAL 47'M4720C, COM SUPORTE MARCA KLIP XTREME BRACKET, MODELO KPM-740, CÓDIGO DO MATERIAL 00466-9-042, TAMANHO DE TELA DE NO MÍNIMO 46', BORDA DE TELA COM ESPESSURA DE NO MÁXIMO 200MM, UTILIZAÇÃO EM VERTICAL, SEM AFETAR A QUALIDADE E DURABILIDADE DE TELA, COMPROVADAMENTE DESENVOLVIDA PARA APLICAÇÕES DE USO CONTÍNUO, 24 HORAS POR DIA E 07 DIAS POR SEMANA, DURABILIDADE DE TELA DE NO MÍNIMO 40.000 HORAS PARA USO CONTÍNUO. FONTE DE ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA. PADRÃO WIDE: 16:9, ÂNGULO DE VISÃO NO MÍNIMO 170°, PADRÃO DE CORES DE 1,06 BILHÕES DE CORES OU SUPERIOR, RESOLUÇÃO HD 1.920 X 1.080 PIXELS. ENTRADAS 1XHDMI, OU MAIS, 1X ENTRADA DE RGB OU DVI. 1X ENTRADA USB, 1X ENTRADA RS232, 1X ENTRADA RJ45, 1X ENTRADA PC SOUND, 1X SAÍDA RGB, 1X SAÍDA RS232, 2X SAÍDAS DE ÁUDIO PARA CAIXA ACÚSTICA E 1X CONEXÃO DE ENERGIA AC.

Item 08:MONITOR 21,5 POLEGADAS:

MONITOR TV DE 21,5 POLEGADAS. ESTÉREO. FUNÇÃO SAP. 1 ENTRADA USB. 1 ENTRADA HDMI. TIME ON. TIMER OFF. RELÓGIO NA TELA. CONTROLE REMOTO. CONEXÕES: 1 ÁUDIO IN (MINI JACK), 1 ENTRADA DE VÍDEO COMPOSTO (AV): 1 (COMMON USE FOR COMP Y) , 1 ENTRADA COMPONENTE (Y/PB/PR), 1 USB, 1 ENTRADA DE RF, 1 HDMI, 1 D-SUB, RESOLUÇÃO MÁXIMA 1.920 X 1.080 LINHAS (2.073.600 PIXELS). ÂNGULO DE VISÃO 170° X

160° TEMPO DE RESPOSTA 5 MS. BRILHO 250 CD/M². CONTRASTE DINÂMICO 5.000.000:1. POTÊNCIA DE ÁUDIO TOTAL (RMS) 5WX2. DIMENSÕES SEM BASE (LXAXP) MM 509.7 X 51.5 X 318.2. PESO SEM BASE (KG) 3.7. DIMENSÕES COM BASE (LXAXP) MM 509.7 X 195 X 396.6. PESO COM BASE (KG) 3.95. CONSUMO DE ENERGIA 35 W. COR PRETA.BIVOLT.

Item 09:DESKTOP DE VISUALIZAÇÃO:

MICROCOMPUTADOR, DEDICADO PARA O MONITORAMENTO DE VÍDEO DIGITAL EM PROTOCOLO TCP/IP; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 PRO-PORTUGUES, COMPATÍVEL COM O SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, GRAVAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE IMAGENS; HARDWARE; PROCESSADOR 15 OU SUPERIOR, 4GB DE MEMÓRIA, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO PARA ATÉ 8GB; DISCO RÍGIDO COM 320 GB DE CAPACIDADE TOTAL; INTERFACE DE REDE GB RJ45; PLACA DE VÍDEO 4 SAÍDAS VGA E/OU DVI. DEVE POSSIBILITAR O USO DE 4 MONITORES NO MODO ESTENDIDO. SERÁ ACEITO DUAS PLACAS DE VÍDEO DUAL, COM DUAS SAÍDAS CADA; 4 PORTAS USB; GRAVADOR DE DVD; FONTE FIXA PADRÃO; GABINETE PADRÃO TORRE OU DESKTOP; TECLADO E MOUSE USB; MONITOR LCD OU LED COM DIAGONAL VISUAL DE 20', RESOLUÇÃO 1366X768 (16:9); ALTA TAXA DE CONTRASTE; ENTRADA D-SUB PARA PC. GARANTIA 3 (TRÊS) ANOS ON-SITE.

Item 10:SERVIDOR DE IMAGEM:

COMPUTADOR ARQUITETURA SERVIDOR, COM GERENCIAMENTO E GRAVAÇÃO DE VÍDEO DIGITAL EM PROTOCOLO TCP/IP; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS SERVER 2008SE, ÚLTIMA VERSÃO; PROCESSADOR QUADCORE 3.33 GHZ CACHÊ 8MB 6.4 GT/S, 8GB DE MEMÓRIA, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO MÍNIMA ATÉ 16GB; DISCOS RÍGIDOS HOT-PLUG COM 300MB SAS, DE CAPACIDADE TOTAL, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO INTERNA; INTERFACE DE REDE DUAL GIGABIT RJ45; QUATRO PORTAS USB; FONTE PADRÃO COM REDUDÂNCIA; GABINETE PADRÃO RACK 19' COM ATÉ 5U; TECLADO E MOUSE USB; MONITOR LCD OU LED COM DIAGONAL VISUAL DE 18,8'; RESOLUÇÃO 1.366X768 (16:9); ALTA TAXA DE CONTRASTE; ENTRADA D-SUB PARA PC.

Item 11:STORAGE 16 TB:

STORAGE DUAL GIGABIT, CAPACIDADE DE 10 TB, NORCO/NS 1630-2KS-M; INTERFACES DE HOST EM UMA TAXA DE TRANSMISSÃO DE 1000MBPS X 2; CAPAZ DE CONVERTER A VÁRIOS SERVIDORES; SUPORTE RAID 1, RAID 5, JBOD; SUPORTE PARA FIXAR NO CHASSI DE 4U E 19'; COM 16 BANDEJAS COM HOT-SWAP DE 3,5' SATAII; ALERTA DE MAU FUNCIONAMENTO (ALARME E-MAIL); REAL MONITORAMENTO DE TEMPERATURA E O ESTADO DO VENTILADOR, CONSTRUÍDO EM RADIANTES PARA MELHOR VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; SUPORTE A 16 HDS 2,51' SATA; CACHÊ DE 2GB MEMÓRIA ECC COM SUPORTE A 4MB; PROCESSADOR INTEL 64 BITS; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 32TB.

Item 12:BATERIA:

COM 3000VA DE POTÊNCIA PARA NOBREAK COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: COM SISTEMA DE ENERGIA ININTERRUPTO (ON-LINE), SENOIAL POR APROXIMAÇÃO E MICROPROCESSADOR; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO; AUTONOMIA DE 15 MINUTOS A PLENA CARGA; POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DE AUTONOMIA; POTÊNCIA MÍNIMA DE 3KVA; TENSÃO DE ENTRADA AJUSTÁVEL MANUALMENTE OU AUTOMATICAMENTE (110 OU 115/220VAC); TENSÃO DE SAÍDA (110 OU 115 VAC) COM REGULAÇÃO ESTÁTICA +/-5%; RENDIMENTO DE 85% PROTEÇÕES DE SUB E SOBRETENSÃO; SOBRECARGA E CURTO CIRCUITO; SINALIZAÇÃO VISUAL E SONORA DE EVENTOS;

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 05/09/2013 as 16h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 21 de Agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 816, 824, 826, 828, 832/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
 DE TRÂNSITO N° 194 816/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
ABR5435	55651119D	6700/1	28/04/2012	230 * XVI
AFA8936	55651325D	5010/0	30/04/2012	162 * I
AHK9267	55651055D	6912/0	11/05/2012	232
AHK9267	55651056D	6599/2	11/05/2012	230 * V
ANM7767	55650532D	5010/0	21/05/2012	162 * I
ANM7767	55650533D	5061/0	21/05/2012	163 c/c 162 * I
ANP9907	55650514D	6653/2	10/05/2012	230 * XI
AOC7556	55651351D	5568/0	29/04/2012	181 * XIX
AOU0197	55651052D	5908/0	29/04/2012	202 * I
BPL2066	55006631D	5495/0	19/05/2012	181 * XII
CJX1120	55651414D	5452/2	27/04/2012	181 * VIII
CJX1120	55651414D	5550/0	27/04/2012	181 * XVIII
CYB6437	55650626D	5568/0	29/04/2012	181 * XIX
DBU2526	55650593D	6670/0	29/04/2012	230 * XIII
DID1678	55006627D	6041/2	22/04/2012	207
DWD5489	55650571D	6670/0	28/04/2012	230 * XIII
DWD5489	55650571D	6700/2	28/04/2012	230 * XVI
IAY5884	55006982D	6599/2	17/05/2012	230 * V
ILH4585	55006981D	6408/0	19/05/2012	221
LWX6628	55002947D	6653/1	17/10/2011	230 * XI
LXG5527	55650907D	5452/1	26/04/2012	181 * VIII
LXP9834	55006124D	7366/2	29/04/2012	252 * VI
LXX6046	55006125D	5185/1	01/05/2012	167
LYD0721	55006548D	6556/1	14/04/2012	230 * I
LZC9400	55650893D	5010/0	18/05/2012	162 * I
LZF0889	55006697D	6599/2	20/04/2012	230 * V

LZT0081	55651013D	7056/1	29/04/2012	244 * III
LZT0081	55651014D	6912/0	29/04/2012	232
MAI4113	55651507D	6599/2	12/05/2012	230 * V
MAK0102	55651009D	5541/1	29/04/2012	181 * XVII
MAL6766	55006984D	6556/1	19/05/2012	230 * I
MAW5434	55651164D	5550/0	29/04/2012	181 * XVIII
MBJ3171	55006172D	6556/5	23/05/2012	230 * I
MBJ3171	55006173D	6769/1	23/05/2012	230 * XXII
MBR1399	55006980D	6726/1	19/05/2012	230 * XVIII
MBX9913	55651437D	5010/0	21/05/2012	162 * I
MBX9913	55651438D	6599/2	21/05/2012	230 * V
MCB9734	55006140D	7366/2	01/05/2012	252 * VI
MCF9896	55650938D	5010/0	12/05/2012	162 * I
MCF9896	55650939D	6556/1	12/05/2012	230 * I
MCF9896	55650940D	6637/2	12/05/2012	230 * IX
MCI6022	55006978D	6912/0	19/05/2012	232
MCI6022	55006979D	6599/2	19/05/2012	230 * V
MCP1219	55650518D	6599/2	13/05/2012	230 * V
MCP1219	55650521D	6637/1	13/05/2012	230 * IX
MCP1219	55650522D	6912/0	13/05/2012	232
MCP1219	55650523D	6610/2	13/05/2012	230 * VII
MCP1219	55650524D	6637/2	13/05/2012	230 * IX
MCP9304	55650867D	5045/0	01/05/2012	162 * V
MCQ9881	55650619D	5720/0	29/04/2012	186 * I
MCT8783	55651263D	6637/1	17/05/2012	230 * IX
MCT8783	55651263D	6700/1	17/05/2012	230 * XVI
MCY1254	55650668D	5541/1	29/04/2012	181 * XVII
MDG6143	55006949D	6653/2	22/04/2012	230 * XI
MDJ8973	55651002D	6912/0	28/04/2012	232
MDM4049	55651332D	5045/0	01/05/2012	162 * V
MDO8273	55005735D	6599/2	19/05/2012	230 * V
MDO8273	55005736D	5045/0	19/05/2012	162 * V
MDW4207	55006296D	5541/5	25/04/2012	181 * XVII
MDW5617	55005722D	7030/1	24/04/2012	244 * I
MDW9714	55006377D	6610/2	22/04/2012	230 * VII
MDZ5455	55006946D	6653/2	22/04/2012	230 * XI
MED0164	55650854D	6653/1	27/04/2012	230 * XI

MEG5031	55007031D	6599/2	09/05/2012	230 * V
MEH8898	55005028D	6599/2	20/04/2012	230 * V
MEH8898	55005029D	5010/0	20/04/2012	162 * I
MEJ3033	55650588D	6637/1	29/04/2012	230 * IX
MEO5420	55650753D	5010/0	11/05/2012	162 * I
MEO5420	55650755D	6599/2	11/05/2012	230 * V
MES3892	55006289D	5185/1	24/04/2012	167
MEV7986	55006965D	6653/2	18/05/2012	230 * XI
MEW1042	55651255D	5550/0	28/04/2012	181 * XVIII
MEW8334	55006983D	6599/2	19/05/2012	230 * V
MEX8396	55651057D	5010/0	12/05/2012	162 * I
MEX8396	55651058D	5061/0	12/05/2012	163 c/c 162 * I
MEX8396	55651059D	6556/1	12/05/2012	230 * I
MEY5753	55650947D	5010/0	16/05/2012	162 * I
MEY5753	55650948D	6602/0	16/05/2012	230 * VI
MFB0186	55005723D	6653/1	24/04/2012	230 * XI
MFD3831	55005724D	7030/2	04/05/2012	244 * I
MFD3831	55005725D	6726/1	04/05/2012	230 * XVIII
MFE6639	55005035D	6599/2	23/04/2012	230 * V
MFF6077	55006966D	6653/2	18/05/2012	230 * XI
MFH8699	55006122D	6700/1	30/04/2012	230 * XVI
MFH8699	55650911D	6602/0	30/04/2012	230 * VI
MFH8699	55650912D	5460/0	30/04/2012	181 * IX
MFK3488	55651109D	7340/0	27/04/2012	252 * IV
MFK5464	55006969D	5835/0	18/05/2012	195
MFK5464	55006970D	5274/1	18/05/2012	175
MFL8006	55005025D	6599/2	20/04/2012	230 * V
MFM3498	55006123D	5819/1	30/04/2012	193
MFQ3365	55951712C	5819/2	01/05/2012	193
MFW4872	55003504D	7366/2	01/11/2011	252 * VI
MFY8940	55650584D	6599/2	29/04/2012	230 * V
MGE4868	55005713D	5010/0	18/04/2012	162 * I
MGE4868	55005714D	6610/2	18/04/2012	230 * VII
MGE4868	55005716D	6599/2	18/04/2012	230 * V
MGE7260	55650891D	6653/2	17/05/2012	230 * XI
MGE8058	55651051D	5878/0	28/04/2012	199
MGF7608	55650887D	6653/2	17/05/2012	230 * XI



MGJ8718	55650894D	6653/2	18/05/2012	230 * XI
MGM6670	55651555D	6653/2	22/05/2012	230 * XI
MGR7620	55007007D	5010/0	27/04/2012	162 * I
MGV3216	55650917D	6912/0	04/05/2012	232
MHA0988	55651405D	5550/0	27/04/2012	181 * XVIII
MHF7665	55951716C	5819/2	01/05/2012	193
MHK0557	55650882D	6769/3	17/05/2012	230 * XXII
MHS6667	55006890D	7366/2	23/05/2012	252 * VI
MHW5836	55651317D	7340/0	30/04/2012	252 * IV
MIA0267	55005970D	7366/2	23/04/2012	252 * VI
MIF1533	55007012D	7056/1	01/05/2012	244 * III
MIH5654	55651411D	5550/0	27/04/2012	181 * XVIII
MIK8122	55651511D	6599/2	20/05/2012	230 * V
MIO0613	55651124D	6912/0	28/04/2012	232
MIO0613	55651125D	6556/1	28/04/2012	230 * I
MIP4586	55650556D	5487/0	21/04/2012	181 * XI
MIR2371	55650859D	5010/0	30/04/2012	162 * I
MIR2371	55650860D	6599/2	30/04/2012	230 * V
MIR2371	55650861D	6912/0	30/04/2012	232
MIS7395	55651163D	5550/0	29/04/2012	181 * XVIII
MIV5702	55650743D	5010/0	29/04/2012	162 * I
MJA3097	55651424D	5550/0	27/04/2012	181 * XVIII
MJC5759	55651304D	5541/1	28/04/2012	181 * XVII
MJC8765	55006740D	6602/0	14/04/2012	230 * VI
MJN5120	55005080D	5010/0	13/05/2012	162 * I
MJN5120	55005081D	6599/2	13/05/2012	230 * V
MKN5009	55005859D	5614/4	22/02/2012	182 * V
MKS6290	55002747D	5274/1	27/09/2011	175
MNN8631	55651257D	5550/0	28/04/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE AGOSTO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 824/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABA1565	55651284D	6963/2	21/06/2012	237
ABA1565	55651285D	6602/0	21/06/2012	230 * VI
ADJ0338	55650677D	6599/2	16/06/2012	230 * V
AIN7741	55006490D	6599/2	22/06/2012	230 * V
BMB5441	55005982D	6920/0	19/06/2012	233
BPD0756	55650673D	6599/2	16/06/2012	230 * V
BPD0756	55650674D	6912/0	16/06/2012	232
BPD0756	55650675D	5045/0	16/06/2012	162 * V
ICF5937	55005978D	6920/0	19/06/2012	233
LXY2063	55651039D	6599/2	18/06/2012	230 * V
LYL1929	55650779D	5010/0	22/06/2012	162 * I
LYL1929	55650780D	6599/2	22/06/2012	230 * V
LYR0447	55651182D	5045/0	18/06/2012	162 * V
LYR0447	55651184D	6599/2	18/06/2012	230 * V
LYR0447	55651185D	5185/1	18/06/2012	167
LYV6798	55952644C	5541/5	20/06/2012	181 * XVII
LZG4752	55958241B	7056/1	23/05/2012	244 * III
LZN0611	55952633C	7340/0	15/06/2012	252 * IV
LZU9426	55952625C	5010/0	15/06/2012	162 * I
LZU9426	55952626C	6912/0	15/06/2012	232
LZZ1557	55651519D	5452/1	25/05/2012	181 * VIII
MAA2294	55006632D	5479/0	27/05/2012	181 * X
MAT4039	55006487D	6599/2	22/06/2012	230 * V
MAT4039	55006488D	5045/0	22/06/2012	162 * V
MBL8237	55651065D	6700/1	17/06/2012	230 * XVI
MCB7629	55005348D	5185/1	18/06/2012	167

MCL3563	55650676D	6599/2	16/06/2012	230 * V
MCL6444	55650989D	6599/2	18/06/2012	230 * V
MCT6955	55005976D	6920/0	19/06/2012	233
MCX9087	55006415D	7340/0	22/06/2012	252 * IV
MCZ0491	55005579D	6920/0	25/05/2012	233
MDA7257	55953149C	6599/2	17/06/2012	230 * V
MDA7257	55953150C	5835/0	17/06/2012	195
MDF9264	55651206D	5010/0	16/06/2012	162 * I
MDF9264	55651207D	6599/2	16/06/2012	230 * V
MEK3735	55004104D	6548/2	15/06/2012	229
MEL4659	55005653D	5274/3	20/06/2012	175
MES3170	55005657D	6599/2	18/06/2012	230 * V
MFB1463	55650683D	5541/5	22/06/2012	181 * XVII
MFM1478	55651071D	5010/0	22/06/2012	162 * I
MFM1478	55651286D	5118/0	22/06/2012	164 c/c 162 * I
MFQ8805	55005569D	5010/0	25/05/2012	162 * I
MFQ8805	55005570D	5118/0	25/05/2012	164 c/c 162 * I
MFV4264	55005997D	5541/6	19/06/2012	181 * XVII
MFV5669	55949493C	5010/0	14/06/2012	162 * I
MFV5669	55949494C	6599/2	14/06/2012	230 * V
MGC5992	55005743D	6912/0	18/06/2012	232
MGC5992	55006481D	6599/2	18/06/2012	230 * V
MGC5992	55006482D	6408/0	18/06/2012	221
MGH2457	55005655D	5010/0	16/06/2012	162 * I
MGH2457	55005656D	6912/0	16/06/2012	232
MIE9122	55005984D	6920/0	19/06/2012	233
MIF5003	55651561D	6653/1	26/05/2012	230 * XI
MIK2226	55650993D	5045/0	18/06/2012	162 * V
MIK8336	55007041D	5010/0	18/06/2012	162 * I
MIP6709	55651061D	5010/0	17/06/2012	162 * I
MIR6855	55651068D	5010/0	17/06/2012	162 * I
MIU4113	55949499C	5541/1	22/06/2012	181 * XVII
MOJ0415	55650769D	5525/0	26/05/2012	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE AGOSTO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
 DE TRÂNSITO Nº 194 826/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
ANJ9836	55651146D	7366/2	02/07/2012	252 * VI
AOF4660	55006837D	5169/1	29/06/2012	165
AOF4660	55006838D	6866/2	29/06/2012	231 * VIII
DOE5239	55951721C	6726/1	27/06/2012	230 * XVIII
IOK8089	55651714D	5541/5	03/07/2012	181 * XVII
LYB6522	55651373D	5908/0	27/06/2012	202 * I
LYP1841	55651218D	6637/2	03/07/2012	230 * IX
LYY1509	55651219D	6599/2	03/07/2012	230 * V
LZD7357	55005086D	6599/2	03/07/2012	230 * V
LZD7357	55005087D	5304/0	03/07/2012	176 * III
MBD8663	55650688D	5541/6	26/06/2012	181 * XVII
MBM3994	55650694D	5215/1	26/06/2012	170
MBM3994	55650695D	5274/1	26/06/2012	175
MBM3994	55650696D	6394/1	26/06/2012	220 * XIV
MBM3994	55650697D	7056/1	26/06/2012	244 * III
MBR6653	55006840D	6610/2	30/06/2012	230 * VII
MBT3363	55005088D	6599/2	05/07/2012	230 * V
MCQ7776	55006839D	5169/1	30/06/2012	165
MCV3483	55007047D	6599/2	30/06/2012	230 * V
MCV3483	55007048D	5010/0	30/06/2012	162 * I
MCV3483	55007049D	6580/0	30/06/2012	230 * IV
MDI1478	55005589D	6920/0	25/05/2012	233
MDJ1628	55651213D	5428/4	01/07/2012	181 * V
MDJ1628	55651214D	5525/0	01/07/2012	181 * XV
MDX9017	55650699D	5541/6	27/06/2012	181 * XVII
MDX9017	55650700D	5010/0	27/06/2012	162 * I

MDX9017	55650789D	6912/0	27/06/2012	232
MEF4755	55651141D	5878/0	28/06/2012	199
MET0468	55650790D	6653/1	27/06/2012	230 * XI
MET0468	55650794D	6653/1	27/06/2012	230 * XI
MFB4992	55650542D	6599/2	26/06/2012	230 * V
MGE5355	55004115D	6599/2	30/06/2012	230 * V
MGE5355	55004116D	7048/1	30/06/2012	244 * II
MGH2961	55650763D	5169/1	19/05/2012	165
MGH2961	55650764D	5010/0	19/05/2012	162 * I
MGK2946	55650686D	5541/6	26/06/2012	181 * XVII
MGM6096	55006000D	5541/6	20/06/2012	181 * XVII
MHQ8650	55651902D	5010/0	05/07/2012	162 * I
MHQ8650	55651903D	6912/0	05/07/2012	232
MHQ8650	55651904D	7340/0	05/07/2012	252 * IV
MIU6115	55651377D	5908/0	27/06/2012	202 * I
MJH5919	55651851D	5010/0	04/07/2012	162 * I
MJH5919	55651852D	6637/2	04/07/2012	230 * IX
MJH5919	55651853D	5274/1	04/07/2012	175
MJH5919	55651854D	5118/0	04/07/2012	164 c/c 162 * I
MJH5919	55651901D	5835/0	04/07/2012	195
MJM3411	55004113D	5010/0	30/06/2012	162 * I
MJM3411	55004114D	5118/0	30/06/2012	164 c/c 162 * I
MKC9331	55651150D	7366/2	03/07/2012	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE AGOSTO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO**  
**DE TRÂNSITO Nº 194 828/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEF1749	55953144C	6599/2	12/06/2012	230 * V
AEF1749	55953145C	6726/1	12/06/2012	230 * XVIII
LYH4130	55651078D	6548/2	01/07/2012	229
MBZ5248	55005686D	6912/0	03/07/2012	232
MBZ5248	55651220D	5010/0	03/07/2012	162 * I
MBZ5248	55651221D	5118/0	03/07/2012	164 c/c 162 * I
MBZ5248	55651222D	6653/1	03/07/2012	230 * XI
MDG6187	55006194D	5010/0	26/06/2012	162 * I
MDP8856	55651217D	6653/2	03/07/2012	230 * XI
MGM5802	55005685D	6912/0	03/07/2012	232
MGM5802	55651215D	5010/0	03/07/2012	162 * I
MGM5802	55651216D	5118/0	03/07/2012	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 832/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
ALV0439	55006411D	6700/1	22/06/2012	230 * XVI
AOM9124	55651734D	6599/2	09/07/2012	230 * V
MBG6326	55651226D	6556/5	07/07/2012	230 * I
MBG6326	55651227D	5118/0	07/07/2012	164 c/c 162 * I
MBG6326	55651909D	5010/0	07/07/2012	162 * I
MBU1703	55005694D	5010/0	08/07/2012	162 * I
MBU1703	55005695D	5061/0	08/07/2012	163 c/c 162 * I
MBU1703	55005696D	6637/2	08/07/2012	230 * IX
MBU1703	55005697D	6599/2	08/07/2012	230 * V
MCZ5234	55004121D	6599/2	14/07/2012	230 * V
MCZ5234	55004122D	5304/0	14/07/2012	176 * III
MDK7797	55006190D	6726/1	01/06/2012	230 * XVIII
MDV9796	55005595D	6912/0	04/06/2012	232
MDV9796	55005597D	6637/1	04/06/2012	230 * IX
MEH9767	55005690D	5010/0	08/07/2012	162 * I
MEH9767	55005691D	6912/0	08/07/2012	232
MEH9767	55005692D	5061/0	08/07/2012	163 c/c 162 * I
MEI7454	55651723D	7340/0	05/07/2012	252 * IV
MEL3563	55651915D	5010/0	09/07/2012	162 * I
MEL3563	55651915D	6599/2	09/07/2012	230 * V
MEL3563	55651915D	6912/0	09/07/2012	232
MFP4181	55651576D	6637/1	15/07/2012	230 * IX
MHO4198	55651384D	5010/0	02/07/2012	162 * I
MIV9416	55005699D	5045/0	10/07/2012	162 * V
MJE9309	55651538D	6700/1	01/06/2012	230 * XVI
MJL5439	55651230D	6637/2	11/07/2012	230 * IX

MJP0950	55650644D	7340/0	07/06/2012	252 * IV
MJX4361	55650645D	7340/0	07/06/2012	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Lei N° 4.005 de 21 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI N° 4.005 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SANTÉ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública o "INSTITUTO SANTÉ", com sede em Florianópolis/SC e registrado sob o nº 16453, às fls. 273, do livro A-67, do Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Florianópolis, SC, inscrito no e CNPJ/MF nº 08.776.971/0001-30.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei N° 4.006 de 21 de Agosto de 2013

GABINETE DO PREFEITO

LEI N° 4.006 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO SANTÉ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Município de Campo Alegre-SC fica autorizado a firmar convênio com o Instituto Santé, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.776.971/0001-30, e sua filial com sede neste Município, para viabilizar o funcionamento e a manutenção dos serviços de saúde a serem prestados no Hospital São Luiz, conforme minuta anexa.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 21/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO N° /2013.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC E O INSTITUTO SANTÉ.

CONVENIENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº. 292, Centro, Campo Alegre, Santa Catarina, CEP: 89.294-000, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, representada, consoante delegação prevista no Decreto nº 7.824, de 20/06/2013, por seu Prefeito Municipal Sr. Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIADO: INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Almirante Tamandaré, nº 94 - Bairro Coqueiros, Florianópolis-SC, CNPJ/MF nº 08.776.971/0001-30, neste ato representado por seu presidente Sr. Tércio Egon Karten, brasileiro, divorciado, farmacêutico bioquímico, inscrito no CPF/MF nº 081.735.089-68.

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e conforme a autorização de Lei Municipal nº 3.979 de 19 de junho 2013 e Lei Municipal nº 4.006, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente convênio:

#### Cláusula I: OBJETO

O objeto de presente convênio é viabilizar o funcionamento e a manutenção dos serviços de saúde a serem prestados no Hospital São Luiz, localizado na área urbana (polígono central) do Município de Campo Alegre-SC, com mobília e serviços de apoio (enfermagem e administrativo), voltados à prestação do serviço público municipal de urgência e emergência em saúde.

A definição de oferta, o fluxo de serviços e a pactuação de metas quanto à prestação dos serviços acima referidos constará do Plano Operativo para os Serviços Públicos de Saúde do Município, instrumento este constante do presente convênio, previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

#### Cláusula II – REGIME DE EXECUÇÃO

Na execução do presente convênio a CONVENIADA deverá observar as seguintes condições:

- O serviço público municipal de urgência e emergência em saúde funcionará de segunda a sexta-feira das 19h às 07h e nos finais de semana durante 24 horas;
- Deverão estar à disposição dos serviços de urgência e emergência equipe mínima de enfermagem para realização de triagem e outros procedimentos inerentes à função e um técnico de radiologia para realização de exames radiológicos emergenciais;
- Funcionará na unidade cedida pelo conveniado, em um espaço de no mínimo, 100 metros quadrados, divididos em cinco salas, a atividade de gestão da Secretaria Municipal de Saúde;
- Responsabilizar-se pelo serviço de agência transfusional, podendo ser terceirizado (subconveniado);
- Dispor de serviço de farmácia ou dispensário de medicamentos com as devidas licenças nos órgãos competentes, de acordo com a legislação/normas pertinente vigentes;
- Garantir sobreaviso médico para internações nas clínicas básicas, bem como acompanhamento médico durante o período de internação do paciente;
- Disponibilizar serviços de diagnóstico, tais como, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma e exames laboratoriais sendo esses serviços próprios ou terceirizados (subconveniados);
- É garantido aos médicos integrantes do quadro de servidores municipais ou conveniados o uso de equipamentos da instituição



para atendimento de urgência e emergência, bem como materiais e medicamentos necessários para prestar atendimento aos pacientes, além de equipe de enfermagem a disposição para o auxílio na prestação de serviços;

i. Os médicos farão uso de 01 (um) quarto e 01(um) banheiro durante o plantão médico e serão oferecidas refeições aos profissionais por conta da instituição contratada;

j. Prestar atendimento ambulatorial e hospitalar de baixa e média complexidade para a população, prioritariamente de Campo Alegre/SC;

k. Providenciar licenças pertinentes ao pleno e legal funcionamento da atividade hospitalar, bem como firmar convênios com o SUS;

4. Os únicos serviços que será admitida a subcontratação são de agência transfusional, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma, exames laboratoriais e profissionais de saúde;

5. Na execução do presente convênio o CONVENIENTE deverá observar as seguintes condições:

a. transferir os recursos financeiros previsto na Cláusula III deste convênio à CONVENIADA

b. controlar, fiscalizar e avaliar as ações previstas neste Convênio;

c. analisar os relatórios de prestação de contas da CONVENIADA;

d. Disponibilizar relatório das escalas médicas das Unidades de Saúde Municipais;

e. Ceder médicos plantonistas contratados à CONVENIADA para o plantão médico de segunda a sexta-feira das 19h às 07h e nos finais de semana durante 24 horas, devendo ser ampliado para 24 horas, durante todos os dias da semana, no ano de 2014;

#### Cláusula III: VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6. O valor complementar a ser pago pelos serviços totaliza R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), que deverão ser pagos em 05 parcelas de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) cada, com vencimento no dia 20 (vinte) de cada mês à filial da CONVENIADA, sendo a última parcela paga no dia 20 de dezembro de 2013, mediante a apresentação do Relatório de Serviços – pré-aprovado pela fiscalização do CONVENIENTE – e da respectiva nota fiscal de serviços.

7. Em caso de impontualidade no pagamento acima referido os créditos serão corrigidos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, através do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

#### Cláusula IV: REAJUSTAMENTO DE PREÇO

8. O reajustamento de preços dar-se-á anualmente, de ofício, por assentada no verso do presente instrumento, na data-base (data do dia e mês da assinatura do convênio), através da aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV).

#### Cláusula V: PRAZOS DE EXECUÇÃO E SUA PRORROGAÇÃO

9. O termo inicial de execução dos serviços será a partir da assinatura do presente convênio.

10. Considerando que se trata de serviço público contínuo e essencial, não se admite suspensão do prazo de execução.

11. O prazo de execução se encerra 30 dias antes do termo final do prazo do convênio e é prorrogado do mesmo modo e pelo mesmo período, ante a ocorrência de ao menos uma das hipóteses do §1º do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

#### Cláusula VI: PRAZO E SUA PRORROGAÇÃO

12. O termo final do prazo do presente convênio se encerra em 31/01/2014.

13. O convênio pode ser prorrogado por prazo igual a 01 (um) ano sucessivas vezes, até o limite de 60 (sessenta meses) de vigência do convênio.

#### Cláusula VII: CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

14. As despesas originadas pelas obrigações oriundas deste convênio correrão por conta da rubrica: Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social – 01 Serviço de Assistência Social a Saúde 10.302.0114.1.950 Convênios com Hospitais e Institutos

3.3.50.43.00.00.00 – Subvenção Social.

#### Cláusula VIII: RESPONSABILIDADE EM CASO DE INADIMPLEMENTO

15. Em caso de inadimplemento das obrigações por parte do CONVENIADO, este fica sujeito à advertência a ser aplicada pelo servidor encarregado da fiscalização do conveniado.

16. Em caso de reincidência de falta menos grave ou mesmo do cometimento de falta grave, fica o conveniado sujeito à aplicação de pena de multa equivalente à 20% de uma parcela mensal referida no item 06 deste convênio, sem prejuízo da rescisão do convênio, esta a critério e por decisão fundamentada do CONVENIENTE.

17. Considera-se falta grave, para os fins deste convênio, aquela em que o CONVENIADO deixa de prestar um serviço que lhe cabia, ou presta-o de forma desidiosa, de forma a trazer prejuízo ao CONVENIENTE ou a terceiro.

18. É garantido ao CONVENIADO, na aplicação da pena de multa, o exercício de contraditório e ampla defesa, todavia, é lícito ao CONVENIENTE assegurar tais direitos instrumentais após decisão recorrida ou mesmo após medida de cautela que determine suspensão de convênio, de pagamentos e de retenção de créditos, caso em que, se houver reconsideração ou reforma da decisão, assegurar-se-á ao CONVENIADO o status quo ante.

#### Cláusula IX: FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

19. A execução do convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor público lotado na Secretaria Municipal da Saúde, designado por portaria e denominado "Fiscal Hospitalar", permitida eventualmente a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

20. O Fiscal Hospitalar anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do convênio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive com a notificação do conveniado para que repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do convênio em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

21. O Fiscal Hospitalar lavrará, em favor do CONVENIADO, mensalmente, o Relatório de Serviços, onde cumprirá o disposto no item anterior, dando por recebido o objeto referente ao mês em curso, dispensado o recebimento provisório, recomendando: (I) o pagamento sem restrições, (II) o pagamento ante a anotação de restrições e o posterior saneamento das mesmas ou (III) o não pagamento até que as restrições apontadas sejam corrigidas.

22. O CONVENIADO deverá indicar ao CONVENIENTE expressamente, desde o início da etapa de execução dos serviços, um preposto que exerça suas atribuições no local da prestação dos serviços, para representá-lo na execução do convênio.

23. O CONVENIADO é obrigado a demonstrar, mensalmente, o cumprimento das obrigações de caráter trabalhista, previdenciário, fiscal e comercial resultantes da execução do convênio.

#### Cláusula X: MODIFICAÇÃO, RESCISÃO E DISTRATO.

23. Os casos que autorizam a modificação do convênio são aqueles previstos na norma legal competente (art. 65 da Lei 8.666/1993).

24. A modificação unilateral dar-se-á por decreto, do qual será notificado o conveniado, sendo vedada a modificação do convênio unilateral que comprometa a equação econômica-financeira pactuada inicialmente.

25. Os casos que autorizam a rescisão do convênio são aqueles previstos na norma legal competente (art. 78 da Lei 8.666/1993).

26. A rescisão unilateral dar-se-á por decreto, do qual será notificado o conveniado, sendo obrigatória ao conveniente indenizar o conveniado pelo que este houver executado até a data em que for determinada a rescisão, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, salvo se restar multa ou prejuízo causado pelo conveniado à apurar, caso em que eventuais pagamentos serão feitos somente após a devida compensação.

27. O distrato, ou rescisão amigável, operar-se por termo bilateral.



28. Poderá a CONVENIADA rescindir unilateralmente o presente CONVÊNIO, sem justo motivo, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ao CONVENIENTE.

29. O atraso dos repasses dos valores previstos na Cláusula III, por mais de 30 dias, representa falta grave, podendo a CONTRATADA justificar a rescisão contratual motivada, mediante a notificação da CONTRATANTE, com antecedência de 15 dias.

#### Cláusula XI: NORMAS APLICÁVEIS

30. São aplicáveis à execução deste convênio as normas constitucionais, legais, regulamentares e hierárquicas pertinentes, entre as quais se destacam a Lei n. 8.080/1990, a Lei n. 8.666/1993, a Portaria GM/MS n. 358/2006, a Portaria GM/MS n. 1.034/2010, sendo que os casos omissos se aplicam as normas regulamentares e hierárquicas da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e do Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre.

#### Cláusula XII: FORO LEGAL

31. Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul /SC, e da circunscrição federal de Joinville para dirimir, respectivamente na Justiça Comum e na Justiça Federal, toda e qualquer questão judicializada oriunda deste convênio.

Campo Alegre/SC, ..... de ..... de 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

RUBENS BLASZKOZWSKI

Prefeito Municipal

Conveniente

INSTITUTO SANTÉ

TÉRCIO EGON KARTEN

Presidente

Conveniada

#### Testemunhas:

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde

e Desenvolvimento Social

DARIO CLAIR STACZUK

Secretário Santé

#### ANEXO único

#### PLANO OPERATIVO /2013

Município Campo Alegre-SC

O Plano Operativo é parte integrante do convênio, instrumento no qual são definidos a oferta, o fluxo de serviços e a pactuação de metas quanto à prestação dos serviços de saúde.

#### 1) Atenção à Saúde:

##### Urgência e emergência

O serviço público municipal de urgência e emergência em saúde funcionará de segunda a sexta feira das 19h às 07h e durante 24 horas nos finais de semana até dezembro de 2013 sendo ampliado para 24 horas no ano de 2014.

Na tabela abaixo constam os procedimentos e metas que serão realizados durante o atendimento de urgência e emergência:

Procedimentos	Meta mês	Recurso financeiro
- Observação até 24 horas	130	
- Eletrocardiograma	30	
- Exames radiológicos	200	
- Aplicação IM/EV	200	
- Imobilização provisória	20	
- Sutura	25	
- Pequenas Cirurgias	15	
- Curativos	100	
- Triagem (Verificação de pressão arterial e temperatura para encaminhamento médico)	800	
Total	1.520	R\$ 35.000,00 (fixo/mês)

#### Indicador:

Percentual de alcance da meta dos serviços de urgência/emergência, através de envio de relatório bimestral;

#### 2) Ambulatorial:

Consultas em urgência e emergência, sendo o profissional médico cedido pela Prefeitura Municipal de segunda a sexta feira das 19h às 07h e durante 24 horas nos finais de semana até dezembro de 2013 sendo ampliado para 24 horas no ano de 2014.

Procedimentos	Meta mês
Consultas em urgência e emergência (médico cedido pela Prefeitura Municipal e enfermagem cedida pelo hospital)	800
Totais	800

#### Indicadores:

Percentual de alcance das metas de consultas em urgência/emergência, através de envio de relatório bimestral;

#### 2) Exames de apoio e diagnóstico:

Procedimentos	Meta mês
Eletrocardiograma	30
Exames radiológicos	200
Totais	230

#### Indicadores:

Percentual de alcance dos exames realizados, através de envio de relatório bimestral;

#### Demais procedimentos de nível ambulatorial:

Procedimentos	Meta mês
Observação até 24 horas	130
Aplicação IM/EV	200
Imobilização provisória	20
Sutura	25
Pequenas Cirurgias	15
Curativos	100
Totais	490

#### Indicadores:

Percentual de alcance dos procedimentos realizados, através de envio de relatório bimestral;

#### 4) Comissões atuantes obrigatoriamente:

Comissão de Revisão de Óbitos.

Apresentação mensal de relatório da Comissão de Revisão de óbitos com análise dos óbitos ocorridos por faixa etária e medidas adotadas;

A comissão será ser formada por dois profissionais do Instituto Santé e dois servidores da Prefeitura Municipal.

Campo Alegre/SC, de de 2013.

Secretaria Municipal de Saúde  
e Desenvolvimento Social

Instituto Santé

**Decreto N° 7.906 de 20 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.906 DE 20 DE AGOSTO DE 2013

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e segundo o disposto no Artigo 53 parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993; Decreta:

Art.1º) Constituir Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, com o objetivo de avaliar o seguinte bem móvel: 01 Veículo Pas/Automóvel - Alcool/Gasolina, 4 Portas, 100 CV, Ano/Modelo/2006/2007, Cor Predominante Branca, Chassi nº 9BWCB05WX7T022185, Renavan nº 895088860, Placa MDV 8876, lançado no Patrimônio do Município de Campo Alegre/SC., sob nº 25014.

Parágrafo único: A Comissão de que trata o presente Decreto deverá fornecer tal avaliação à Comissão de Licitações, para que o referido objeto descrito no Caput deste artigo sejam leiloados.

Art.2º) Nomear os integrantes da Comissão a que se refere o Artigo anterior deste Decreto, que recairá sobre as seguintes pessoas:

I - LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo;  
II - ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO - Diretor de Obras;  
III - EDGAR GREFFIN - Mecânico;  
IV - ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS - Chefe do Serviço de Transporte e Frota;  
V - JOACIR STINGLIN MENDES - Representante da Polícia Militar.

Art.3º) A avaliação do bem móvel dar-se-á por Resolução baixada pela Comissão e será efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 7.908 de 21 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 7.908 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil, reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
17.512.0077.2.123 - Saneamento Ambiental  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
330000.00.766 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.766 - Aplicações Diretas  
339030.00.766 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
17.512.0077.2.123 - Saneamento Ambiental  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
330000.00.766 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.766 - Aplicações Diretas  
339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 21 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto N° 7.909 de 21 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.909 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.06 - Serviço de Manutenção Salário Educação  
12.361.0013.2.108 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental  
300000.00.140 - Despesas Correntes  
330000.00.140 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.140 - Aplicações Diretas  
339039.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.06 - Serviço de Manutenção Salário Educação  
12.361.0013.2.108 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental  
400000.00.140 - Despesas de Capital  
440000.00.140 - Investimentos

449000.00.140 - Aplicações Diretas  
449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente  
R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.910 de 21 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.910 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

ALTERA O ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 7.790 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 2º do Decreto nº 7.790 de 04 de junho de 2013, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, correspondendo a integralidade média das remunerações de contribuição da Servidora Pública, no valor de R\$ 2.702,37 (dois mil setecentos e dois reais, trinta e sete centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.256 de 16 de Agosto de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.256 DE 16 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

pela Lei Orgânica do Município e demais Leis existentes; RESOLVE: Art.1º) Esta Portaria visa obedecer ao que dispõe o art. 85-A da Lei Federal Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para designar Agente de Desenvolvimento, observadas as especificidades locais.

Art.2º) Designar os Servidores Municipais, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000078; EDILSON PRUCKNESKI, Matrícula Funcional nº 955164, para exercerem a função de Agente de Desenvolvimento Local neste Município.

Art.3º) A função de Agente de Desenvolvimento Local caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§1º) O Agente de Desenvolvimento Local no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o Poder Público Municipal e as lideranças do setor Privado local.

§2º) O Agente de Desenvolvimento local deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento local;

III - haver concluído o ensino médio;

IV - ser funcionário de carreira da Prefeitura Municipal;

V - possuir domínio de informática básica;

VI - poder de decisão e capacidade de articulação entre as secretarias e órgãos internos da Prefeitura.

§3º) O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art.4º) Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município;

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município;

III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art.5º) Esta Portaria é regida em especial e especificamente pela Lei Federal Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Dá Outras Providências no que lhe for complementar.

Art.6º) Estão automaticamente incluídas as demais funções e

prerrogativas das Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art.7º) Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 16 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação - PP 49/2013 - Registro de Preço de Horas Máquinas Para Futura Prestação de Serviços de Escavadeira Hidráulica, Motoniveladora, Rol**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO N° 146/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09 de setembro de 2013 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o: REGISTRO DE PREÇO DE HORAS MÁQUINAS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MOTONIVELADORA, ROLO COMPACTOR E CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA MELHORIA NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME NECESSIDADE E DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **Decreto N° 18/2013**

DECRETO N° 18/2013

CONCEDE O TÍTULO DE "CIDADÃO BENEMÉRITO" AO SENHOR "BENITO LUIZ ZANDONÁ".

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Concede o Título de "Cidadão Benemérito" ao Senhor "BENITO LUIZ ZANDONÁ", grande incentivador da Tradição e Cultura Gaúcha de nosso Município.

Parágrafo único: Benito Luiz Zandoná nasceu em 10 de setembro de 1960, filho de Benito Zandoná e Dalila Granzotto Zandoná, casado com Eliana Canali há 30 anos, tem um casal de filhos, Ana Maria, casada com Rafael Fachin e Benedetto e tem uma neta, Ana Carolina.

Benito é um apreciador da tradição gaúcha. Nas décadas de 70 e 80, fez parte do CTG Porteira Camponovense (parte campeira). Participou da organização das duas primeiras edições da "Semana Farroupilha", indo inclusive com um grupo de cavalários buscar a chama crioula em Vacaria/RS, no ano de 1980.

Além de colecionador de um número considerável de fotos antigas, tanto da cidade de Campos Novos, quanto das famílias tradicionais, possui também um grande acervo de utensílios antigos em um galpão denominado "Galpão Caipora Viu" Galpão, este sempre aberto a visitação de escolas e pessoas em geral.

Através deste galpão, ele idealizou o "Encontro de Gaiteiros" que já está na sua 8ª edição. Começou no próprio galpão, mas com o passar dos anos teve que ir mudando de local devido ao aumento de público. As duas últimas edições já foram realizadas no Galpão Crioulo, com apresentações de mais de 50 músicos e mais de 1000 pessoas prestigiando o evento.

Nestes encontros já trouxe músicos de renome, tais como, Adelar Bertussi, Paulo Siqueira, Itajaiba Matana, Olívia Ozório, Ernesto Nunes e Roberto Nunes.

Importante salientar que as promoções não visam lucro, inclusive os primeiros encontros foram feitos com recurso próprio, só a partir do 4º encontro teve patrocínios.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

#### **Decreto N° 19/2013**

DECRETO N° 19/2013

CONCEDE O TÍTULO DE "CIDADÃO HONORÁRIO CAMPONOVENSE" AO SENHOR "PATROCÍNIO MARTINEZ".

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Concede o Título de "Cidadão Honorário Camponovense" ao Senhor "PATROCÍNIO MARTINEZ", considerando que o mesmo contribui muito com a cultura de nosso município, sendo músico e compositor.

Parágrafo único: Patrocínio Martinez nasceu no ano de 1953 no Paraguai, músico de profissão, aos trinta anos a convite do Sr. Ne-reu Antunes, mudou-se para Campos Novos para tocar na famosa



Banda "Nereu e seus Marachias". Desembarcou em Campos Novos em 09 de julho de 1983. A banda tocava bailes por toda Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Patrocínio casou-se com a também música e professora de música Dalva Antunes. Os dois tiveram dois filhos que também seguiram a carreira musical.

Além de música o "Paraguaio", como é conhecido, também abriu uma empresa com o nome de Cantina do Paraguaio.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER  
Presidente da Mesa

### **Decreto Nº 20/2013**

DECRETO Nº 20/2013

CONCEDE O TÍTULO DE "CIDADÃ HONORÁRIA CAMPONOVENSE" A SENHORA "MARIA SOLANGE PINHEIRO".

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Concede o Título de "Cidadã Honorária Camponovense" a Senhora "Maria Solange dos Santos Pinheiro", professora na escola Paulo Blasi e também na ACADAV ( Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais), na UNC (Universidade do Contestado) campus de Curitiba como docente de Ciências da Religião com a disciplina de Libras.

Paragrafo único: Nascida em 11 de Setembro de 1970, em Curitiba, filha de Aquiles dos Santos e Jaci dos Santos, casada com Dhiêmis Metz Pinheiro, mãe de dois filhos, João Gabriel Pinheiro e Renata Pinheiro. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2002). Pós graduação pela Universidade do Sul de Santa Catarina em Educação Especial e no IBPEX em Língua Brasileira de Sinais. Atualmente é professora-Secretaria de estado da Educação e do desporto na Escola Paulo Blasi e Professora- secretaria Municipal de Educação de Campos Novos SC na ACADAV ( Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais), na UNC ( Universidade do Contestado) campus de Curitiba como docente do curso de Ciências da Religião com a disciplina de Libras.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER  
Presidente da Mesa

### **Moção Nº 49/2013**

MOÇÃO Nº 49/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campo Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a

"EQUIPE COPERCAMPOS"

Pela participação no Campeonato Estadual de Futebol Amador, onde representaram Campos Novos.

É com muita satisfação que parabenizamos os atletas que defenderam a equipe e o município com muita raça e comprometimento, onde tem um bom elenco e demonstrou um ótimo desempenho. Esperamos que continuem se esforçando e mostrando seu empenho e representando nosso município em Campeonatos. Sabemos que não é fácil disputar um Campeonato estadual. Mas a equipe com muita garra representou bem o esporte camponovense.

Sala das Sessões, em 20/08/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER  
Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI  
Vice-Presidente

NELSON CARAFA  
1º Secretário

ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador  
IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR  
Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vereador

RICARDO DAMÁSIO  
Vereador

RUI JORGE TOMAZONI  
Vereador

Lido no Expediente

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aprovado

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Moção N° 50/2013**

MOÇÃO N° 50/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campo Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a

**"EQUIPE ATLÉTICO SUPER VIZA"**

Pela participação no Campeonato Estadual de Futebol Amador, onde representaram Campos Novos.

É com muita satisfação que parabenizamos os atletas que defenderam a equipe e o município com muita raça e comprometimento, onde tem um bom elenco e demonstrou um ótimo desempenho. Esperamos que continuem se esforçando e mostrando seu empenho e representando nosso município em Campeonatos. Sabemos que não é fácil disputar um Campeonato estadual. Mas a equipe com muita garra representou bem o esporte camponovense.

Sala das Sessões, em 20/08/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

**Moção N° 52/2013**

MOÇÃO N° 52/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização ao Senhores..

**"SOLDADO ARLAN FRANCISCO DEON e CABO JOSÉ DJALMA PACHECO DOS SANTOS"**

Pelo Desempenho, Preparo e Destreza, no enfrentamento da situação em que se depararam na noite da última sexta-feira (09), em atendimento de uma ocorrência no Conjunto Habitacional Nova Zelândia, onde os Soldados, encontraram a vítima desacordada, depois de enforcada pelo seu esposo. Prontamente os Soldado Arlan e o Cabo Djalma iniciaram manobras de primeiro socorros, reanimando a vítima, e salvando-a a tempo antes que viesse a óbito. Assim sendo, reiteramos nossas congratulações ao Soldado Arlan Francisco Deon, e Cabo José Djalma Pacheco dos Santos, desejamos sucesso no decorrer de suas carreiras, e que essa atitude sirva de exemplos a todos.

Sala das Sessões, em 15/08/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

**Moção N° 53/2013**

MOÇÃO N° 53/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Vereador Ricardo Damásio, membro titular deste Poder Legislativo, manifesta integral e irrestrita parabenização a

**"ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA- AMPLASC "**

Pelo trabalho realizado junto a comunidade camponovense, em especial pela entrega do "Plano Final de Gerenciamento de Resíduos Sólidos" aos municípios, ocorrido no dia 14 de agosto, onde estavam presentes autoridades dos 7 municípios da região da AMPLASC.

É com grande satisfação que os parabenizamos, e temos orgulho de fazer parte desta Associação. Onde profissionais se dedicam, mostram seus serviços e elaboram planos como este, importantíssimo, que traz a valorização da reciclagem, e promove ações educativas a fim de que a sociedade mude alguns hábitos, e tenham consciência da importância da reciclagem, preservando assim o meio ambiente.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os funcionários da AMPLASC, que se dedicaram na elaboração e apresentação deste brilhante projeto e desejamos sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 15/08/2013.

RICARDO DAMÁSIO

Vereador PP

**Moção N° 54/2013**

MOÇÃO N° 54/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Vereador Ricardo Damásio, membro titular desta Casa Legislativa, manifesta integral e irrestrita parabenização ao senhor

**"RODRIGO DA SILVA"**

Pela elaboração e entrega do "Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", o qual foi repassado aos representantes dos Municípios da Região da AMPLASC, na noite do dia 14 de agosto do corrente ano na Casa da Cultura.

É com grande satisfação que o parabenizamos e temos muito orgulho de ter em nosso município pessoas como você, capacitadas, responsáveis e dedicadas, sabemos que não é fácil elaborar um projeto como este, pois é complexo e abrangente, onde traz como objetivo a valorização e conscientização da coleta seletiva, incentivando a destinação correta dos materiais recicláveis, preservando assim o meio ambiente.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e desejamos sucesso na continuidade de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 15/08/2013.

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

**Canoinhas****PREFEITURA****Publicação da Carta Convite N° 01/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 112/2013

CARTA CONVITE N.º 01/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 30/08/2013, às 14h15min, abertura das propostas da licitação que tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS DE ENERGIA DE ALTA E BAIXA TENSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO NA LINHA DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA E EM BARRACOES DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE PARA 19ª FESMATE. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br), fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621-7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas/SC.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**Publicação do Edital de Pregão Presencial N° PMC 54/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 108/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 54/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, realizará no dia 05/09/2013, às 14h05min, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS DE CONCERTO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 05/09/2013. Informações (47) 3621-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**Capinzal****PREFEITURA****Lei 3.075/2013**

LEI N° 3.075, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o Município de Capinzal a ingressar no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMMOC, denominado de Consórcio Público Meio Oeste Contestado.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, denominado de Consórcio Público Meio Oeste Contestado, constante do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Capinzal no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, denominado de Consórcio Público Meio Oeste Contestado, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 21 de agosto de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES****TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS****CAPÍTULO ÚNICO - DO CONSORCIAMENTO**

CLÁUSULA PRIMEIRA - Consideram-se subscritores deste Protocolo de Intenções e poderão integrar o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMMOC- Consórcio Público Meio Oeste Contestado como consorciados os seguintes Municípios:



I - O Município de ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.398/0001-90, com sede na Praça João Macagnan, 322, neste ato representado por seu Prefeito Municipal NOVELLI SGANZERLA.

II - O Município de CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.406/0001-07, com sede à Rua Carmello Zocoli, 155, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ANDEVIR ISGANZELLA

III - O Município de CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede à Rua Felipe Schmidt, 293, neste ato representado por sua Prefeita Municipal GISAAPARECIDA GIACOMIN;

IV - O Município de ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.422/0001-91, com sede à Rua Nereu Ramos, 304, neste ato representado por seu Prefeito Municipal WALTER KUCHER JUNIOR

V - O Município de HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede à Rua Nereu Ramos, 389, neste ato representado por seu Prefeito Municipal NELSON GUINDANI;

VI - O Município de IBICARÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.448/0001-30, com sede à Rua Dom Pedro II, 133, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ARI FERRARI;

VII - O Município de JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.380/0001-99, com sede à Av. XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito Municipal RAFAEL LASKE;

VIII - O Município de LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede à Rua 31 de março, 283, neste ato representado por seu Prefeito Municipal HILÁRIO CHIAMOLERA;

IX - O Município de LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 01.613.428/0001-72, com sede à Av. XV de Fevereiro, 151, neste ato representado por seu Prefeito Municipal MOISES DIERSMANN;

X - O Município de OURO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.777.228/0001-57, com sede à Rua Governador Jorge Lacerda, 106, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VITOR JOÃO FACCIN

XI - O Município de TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.827.999/0001-01, com sede à Av. Irmãos Piccoli, 267, neste ato representado por seu Prefeito Municipal EUCLIDES CRUZ;

XII - O Município de TREZE TILIAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 82.777.251/0001-41, com sede à Rua Leoberto Leal, 97, neste ato representado por seu Prefeito Municipal MAURO DRESCH;

XIII - O Município de VARGEM BONITA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 95.996.187/0001-31, com sede à Rua Coronel Vitório, 966, neste ato representado por sua Prefeita Municipal MELANIA APª . ROMAN. MENEGHINI.

Parágrafo único. Os Municípios identificados no caput deste artigo poderão subscrever o presente Protocolo de Intenções até o dia 09 de agosto de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA. O Protocolo de Intenções, após sua

ratificação por pelo menos 2/3 (dois terços) dos Municípios mencionados na Cláusula Primeira, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, mediante a entrada em vigor de leis ratificadoras.

§ 1º Somente será considerado consorciado o ente da Federação subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

§ 2º Será automaticamente admitido no Consórcio o ente da Federação que efetuar ratificação em até dois anos da data que subscrever este instrumento.

§ 3º A ratificação realizada após os dois anos mencionados no § 2º somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio.

§ 4º A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

§ 5º Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o ente da Federação que antes o tenha subscrito.

§ 6º O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções somente poderá integrar o Consórcio mediante alteração no Contrato de Consórcio Público, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio e ratificada, mediante lei, por cada um dos municípios já consorciados.

§ 7º A lei de ratificação poderá prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo, sendo que, nessa hipótese, o consorciamento do ente que após as reservas dependerá de tais reservas serem aceitas por cada um dos demais municípios subscritores do Protocolo, ou, caso já constituído o Consórcio, por decisão da Assembleia Geral.

§ 8º. O Município que integrar o Consórcio Público Meio Oeste Contestado providenciará a inclusão de dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros e a celebração de Contratos de Rateio e Contratos de programas, conforme for o caso.

§ 9º. A subscrição deste Protocolo de Intenções será realizada mediante assinatura em 7 de julho de 2013, com treze (13) vias do Protocolo de Intenções, uma original e doze cópias. Cada Município manterá a guarda de duas cópias, uma para fins de arquivamento no Executivo do Ente da Federação subscritor e a outra para acompanhar o Projeto de Lei de ratificação, sendo que a Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC ficará com a guarda da via original até a constituição da secretaria do consórcio, a quem tal original deverá ser confiada.

## TÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA TERCEIRA. O Consórcio Público denominar-se-á CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMMOC, Consórcio Público Meio Oeste Contestado com personalidade jurídica de direito público, do tipo associação pública, e natureza autárquica interfederativa.

§ ÚNICO. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação os Municípios mencionados nos incisos do caput da Cláusula Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.



**CLÁUSULA QUINTA.** A sede do Consórcio será no Município de Joaçaba, Estado de SC, sito à Rua Roberto Trompowski, 68 - 2º andar, Centro, podendo haver o desenvolvimento de atividades em unidades localizadas em outros Municípios.

§ 1º A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de maioria absoluta dos consorciados, poderá alterar a sede.

§ 2º A área de atuação do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, será formada pelo território dos municípios consorciados, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

## CAPITULO II

### DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

**CLÁUSULA SEXTA.** São objetivos do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, apoiar os municípios consorciados nas seguintes áreas:

#### Fortalecimento Institucional:

- colaborar para a redefinição das estruturas tributárias dos Municípios para ampliação de suas capacidades de investimento;
- desenvolver atividades de fortalecimento da gestão pública e modernização administrativa em todas as áreas, inclusive o treinamento e capacitação dos servidores municipais e sociedade civil;
- garantir transparência, participação e controle social;
- elaborar e promover projetos de atendimento ao cidadão e ações colaborativas entre municípios, realização de avaliação de programas, projetos e instituições;
- instituir e promover o funcionamento das escolas de governo ou estabelecimentos congêneres;
- realizar licitação compartilhada cujo edital preveja contrato a ser celebrado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados;
- promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;
- incentivar a criação dos conselhos como: Meio Ambiente; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros;
- Fortalecimento da Região do Contestado;

#### Dinamização Econômica:

- atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;
- promoção de estudos e serviços de assessoria administrativa, jurídica e contábil;
- aquisição e administração de bens e serviços para compartilhamento;
- criar mecanismo de controle, acompanhamento e avaliação de serviços pelos entes consorciados ou pelo Consórcio Público;
- desenvolver políticas de incentivo às micro e pequenas empresas;
- desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- promover ações visando a geração de emprego e renda, fomento e estruturação de arranjos produtivos locais;
- atuar na promoção do turismo, para a criação e gestão de circuitos turístico intermunicipais, inclusive ecoturismo de base comunitária;
- Promover o desenvolvimento de inovações tecnológicas, visando o desenvolvimento socioeconômico do Território.

#### Desenvolvimento urbano e rural:

- apoiar o plano diretor dos municípios, inclusive das áreas de habitação, saneamento básico, mobilidade e acessibilidade, regularização fundiária, defesa civil;
- promover a elaboração, gerenciamento e fiscalização de projetos;
- atuar na criação de sistema de informação integrado com os municípios, gerenciamento e manutenção de banco de dados e cadastros multifinalitários;

d. atuar pela implantação, manutenção e revitalização de equipamentos urbanos;

e. atuar pela execução de ações de apoio à agricultura familiar, inclusive a organização da compra de alimentos produzidos, inclusão dos municípios ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), estruturação das redes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, bem como ações que visem evitar o êxodo rural;

f. A segurança e seguridade alimentar e nutricional que abrange desde a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos - incluindo-se a água e as sementes - e sua relação com o desenvolvimento humano.

g. apoiar a implementação das ações de fortalecimento da atividade pesqueira, inclusive a prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, capacitação e associativismo;

h. promover, receber, estimular e planejar ações e projetos para o desenvolvimento rural sustentável.

#### Meio Ambiente:

a. desenvolver atividades de educação ambiental;

b. promover e executar ações e programas e desenvolver mecanismo de coleta, transporte, gestão, tratamento, compostagem, seleção e destinação final integrados de coleta seletiva do lixo e resíduos sólidos, reutilização, reciclagem e disposição final dos resíduos sólidos.

c. apoiar no desenvolvimento dos Planos Municipais e/ou regional de Resíduos Sólidos.

d. garantir o desenvolvimento sustentável através da conservação e preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável rural e urbano no âmbito dos Municípios consorciados;

e. realizar ações compartilhadas ou cooperadas de defesa civil seja detécnicas, elaboração de planos de ação de prevenção e ou de respostas a desastres;

f. realizar ações compartilhadas da exploração de minerais para fins de execução e recuperação de obras e serviços públicos;

g. a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, como nascentes e mananciais;

Saúde:

a. fortalecer o sistema único de saúde atendendo a lei 8080 de 19 de setembro de 1990, e o Decreto n. 7.508, de 28 de junho de 2011, observada as Portarias Ministeriais.

b. representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, permanente outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

c. ampliar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;

d. fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

e. estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

f. criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

g. planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios em especial apoiar serviços e campanhas do município da saúde e Secretaria do Estado da Saúde;

h. desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovado pelo consórcio público.

i. desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica; viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos



e outros insumos;

j. incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

l. apoiar, estimular, e ajudar a buscar recursos financeiros junto as esferas de governo, para a construção do abrigo regional, objetivando atender pessoas em situação de vulnerabilidade social que necessitam de tratamento médico de outros municípios e outras regiões.

m. realizar ações compartilhadas que visem garantir assistência à saúde dos servidores públicos dos antes consorciados.

n. estabelecer relações de comunicação e cooperação com consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

#### Educação:

a. fortalecer a qualidade de educação nos aspectos, dentre outros: regulamentação, atendimento à demanda, gestão educacional, melhoria dos equipamentos públicos, gestão financeira, manutenção da rede física, informatização, educação inclusiva, participação da família, qualificação dos profissionais;

b. gerenciar, planejar, fiscalizar e executar serviços de transporte escolar;

c. desenvolver ações de alfabetização de jovens e adultos;

d. desenvolver ações de capacitação e programas dos gestores da educação públicos e inserção dos profissionais da educação;

e. garantir apoio às escolas municipais, inclusive a aquisição e fornecimento de merenda, e transporte escolar, observada a Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003 e 11645 de 10 de março de 2000 e Lei 11645 de 10 de março de 2000;

f. apoiar e incentivar a implantação de novas Universidades, Estaduais ou Federais para a região;

g. Garantir e apoiar as ações do Plano de Ações Articuladas-PAR;

h. Garantir ações do Plano Municipal de Educação-PME;

#### Cultura, Esporte e Lazer:

a. atuar em prol das políticas de preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico;

b. estimular a produção cultural local;

c. desenvolver atividades de circulação e divulgação da produção cultural regional;

d. incentivar ações de inclusão social por meio do esporte e do lazer, garantindo à população do território o acesso gratuito à prática esportiva e ao lazer, visando a qualidade de vida e o desenvolvimento humano;

e. atuar para desenvolvimento da região em modalidades esportivas, tanto amadoras quanto dos esportes de competição;

f. desenvolver ações e programas voltados especificamente para jovens e idosos;

g. elaborar e implementar ações que visem o desenvolvimento de políticas públicas universalizantes, de esporte e de lazer;

h. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto;

#### Assistência social, inclusão e direitos humanos:

a. criar e desenvolver atividades de articulação regional visando superar a violação de direitos da infância e adolescência em risco, em especial nas situações do trabalho infantil, da vida na rua e da exploração sexual;

b. definir fluxos e padrões de atendimento à população em situação de vulnerabilidade social para a operação em rede dos serviços e programas da região, de forma integrada com ações para geração de trabalho e renda, atendimento em saúde e garantia de moradia;

c. fortalecer o sistema de financiamento público das políticas de

assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social - Suas;

d. ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento à violência familiar contra as crianças e adolescentes, mulheres e idosos, obedecendo as diretrizes instituídas na Portaria 85 de 13 de agosto de 2010;

e. desenvolver ações em favor da defesa dos direitos humanos e contra quaisquer discriminações, inclusive contra povos e comunidades tradicionais no território;

f. assessorar os municípios no processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);

g. fortalecer capacitações na área da Assistência Social, Direitos Humanos para trabalhadores, conselheiros e entidades socioassistenciais.

#### Segurança Pública:

a. integrar ações de segurança pública à rede de serviços de assistência e inclusão social, requalificação profissional dos servidores públicos, campanhas e ações de prevenção, mediação de conflitos e promoção da cultura de paz;

b. dar atenção específica à segurança dos equipamentos públicos destinados a atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, garantindo o direito à sua utilização;

c. realizar licitações compartilhadas celebradas por municípios consorciados;

d. promover a elaboração de plano para o desenvolvimento regional, apoiando a criação e fortalecimento de institucionalidades, inclusive realizando debates e executando estudos;

e. promover o uso, a manutenção e a gestão, compartilhado de recursos humanos, instrumentos e equipamentos de pessoal técnico de informática, da tecnologia da informação e comunicação;

f. promover a implantação e manutenção de infraestrutura e equipamentos urbanos, construção e manutenção de estradas vicinais;

g. promover a gestão integrada para redução dos impactos causados por atividades produtivas ou de implementação de infraestrutura;

h. implantar ações dos planos de desenvolvimento territorial;

i. promover a execução de serviços públicos associada e integrada de saneamento básico e transporte urbano e intermunicipal;

j. promover a articulação regional dos planos diretores e legislação urbanística;

l. implementar política ambiental, inclusive para emissão de licenças e fiscalização;

m. promover a gestão dos recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa, contemplando ações que visem ampliar a interação entre os órgãos e instituições governamentais competentes, as organizações civis de recursos hídricos e os usuários;

n. organizar redes regionais integradas para assistência em diversas especialidades, envolvendo os equipamentos dos municípios consorciados;

o. promover projetos, ações e programas integrados para garantir à população do território o acesso à alimentação e à água e distribuição de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar;

p. promover a gestão da rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, e outros);

q. promover a operação e a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

r. articular a defesa civil intermunicipal, inclusive para o combate ao fogo e outras catástrofes naturais que atinjam as municipalidades;

s. desenvolver atividades regionais de segurança pública capazes de integrar as ações policiais em nível municipal, com ações de caráter social e comunitário, tendo por meta reduzir os níveis de violência e criminalidade;

#### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA SETIMA.** Para o cumprimento de seus objetivos o Consorcio Público Meio Oeste Contestado, será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

§ 1º Os estatutos poderão dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimentos administrativos e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

§ 2º Poderá emitir documentos de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

### CAPÍTULO IV DOS DIREITOS DOS ANTES CONSORCIADOS

**CLÁUSULA OITAVA** - Constituir direitos dos consorciados:

I - participar ativamente das sessões da Assembleia Geral e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;

II - exigir dos demais consorciados e do próprio Consórcio Público Meio Oeste Contestado o pleno cumprimento das regras estipuladas no Contrato de Consórcio, no seu Estatuto, Contratos de Programa e Contratos de Rateio, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;

III - operar compensação de pagamentos de vencimentos a servidor cedido ao Consórcio Público Meio Oeste Contestado, quando for o caso, com as obrigações previstas nos Contratos de Rateio;

IV - votar e ser votado para os cargos de Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

V - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público Meio Oeste Contestado.

### CAPÍTULO V DOS DEVERES DOS ANTES CONSORCIADOS

**CLÁUSULA NONA** - Constituem deveres dos antes consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações para com o Consórcio Público Meio Oeste Contestado, em especial ao que determina de Contratos de Programas e de Contratos de Rateio;

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, bem como a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, através de proposições, debates e deliberações, através do voto, sempre que convocados;

V - cumprir com as obrigações operacionais e financeiras assumidas com o Consorcio Público - Meio Oeste Contestado, sob pena de suspensão e posterior exclusão na forma do contrato de Consórcio;

VI - os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CISAMA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros pelo consorciado ao consórcio através de autorização para débito em conta, para:

I. custeio e investimento do consórcio;

II. para a prestação de serviços por parte do consórcio e;

III. para o custeio e investimento específico de projetos e

programas;

VII - ceder se necessário, servidores para o Consorcio Público Meio Oeste Contestado, na forma do Contrato de Consórcio;

VIII - incluir, em sua lei orçamentária ou em crédito adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, devam ser assumidas por meio de contratos de rateio e contratos de programas, conforme for o caso;

IX - compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, nos termos de contrato de programa.

### CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO

**CLÁUSULA DECIMA** . O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Nível de Direção Superior:

a) - Assembleia Geral;

b) - Presidência;

c) - Conselho Administrativo;

d) - Conselho Fiscal;

II - Nível de Gerência e Assessoramento;

- Diretoria Executiva;

Câmaras Temáticas;

III - Nível de Execução Programática

- Câmaras Temáticas.

§ 1º Os estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos.

§ 2º Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no caput desta cláusula, bem como, neste mesmo estatuto, ou no regulamento de pessoal, serão definidas a correlação e a hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos empregados do Consórcio.

§ 3º Poderão ser criadas Câmaras Temáticas temporárias ou permanentes com finalidades específicas de interesse dos municípios consorciados, determinadas no ato de criação.

### CAPÍTULO VII DA ASSEMBLEIA GERAL

Seção I

Do Funcionamento

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA.** A Assembleia Geral, instância máxima do Consorcio Público Meio Oeste Contestado, é órgão colegiado composto pelos representantes legais dos consorciados.

§ 1º Ninguém poderá representar dois consorciados na mesma Assembleia Geral.

§ 2º Os Municípios serão representados na Assembleia Geral por seus respectivos Prefeitos, como titulares, e por seus vice-prefeitos, como suplentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes ao ano ou quando se fizer necessário, nos períodos designados no estatuto, e, extraordinariamente, sempre que convocada, sempre que possível coincidindo com as Assembleias da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, na forma deste instrumento e do Estatuto.

§ 1º A forma de convocação das Assembleias Gerais será definida no estatuto.

§ 2º Compete à Assembleia Geral:

I - eleger e destituir o Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - aprovar o Estatuto do Consórcio e suas alterações;

III - deliberar sobre a suspensão e exclusão de ente consorciado;

IV - deliberar sobre o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscrito inicial do Protocolo de Intenções;

V - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após(dois) anos de sua subscrição;

VI - aprovar:

- a. Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de julho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;
- b. Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso;
- c. Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de outubro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contratos de Rateio;
- d. a fixação do valor e a forma de rateio entre os entes das despesas para o exercício seguinte, tomando por base a referida peça orçamentária, bem como a revisão e o reajuste de valores devidos ao Consórcio pelos consorciados;
- e. a realização de operações de crédito, de conformidade com os limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal;
- f. a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos;
- g. a aquisição, exceto de material de expediente, alienação e oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, tenham-lhe sido outorgados os direitos de exploração;
- h. as contas referentes ao exercício anterior até a segunda quinzena de março do exercício subsequente.

VII - deliberar sobre mudanças de sede;

VIII - deliberar sobre a extinção do Consórcio Público Meio Oeste Contestado,

IX - deliberar sobre as decisões do Conselho Fiscal;

X - deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;

XI - nomear e exonerar os membros da Diretoria Executiva;

XII - aprovar o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

XIII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos.

XIV - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a. melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b. aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XV - deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas pelo Conselho de Administração;

XVI - aprovar cessão de servidores e empregados públicos por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

XVII - deliberar e dispor em última instância sobre os casos omissos tidos por relevantes.

§ 3º As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam outras reconhecidas pelo Estatuto do Consórcio;

§ 4º A Assembleia Geral extraordinária será presidida e convocada pelo Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, ou seu substituto legal, através de comunicação inequívoca que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitando o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis entre a convocação e a data da reunião.

§ 5º A Assembleia Geral extraordinária também poderá ser convocada por um quinto de seus membros, quando o Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, ou seu substituto legal não atender no prazo de 10 (dez) dias a pedido fundamentado de ente consorciado para convocação extraordinária.

§ 6º A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem

maioria qualificada ou absoluta nos termos deste instrumento e de disposições do Estatuto do Consórcio.

§ 7º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos na última Assembleia do ano em curso, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras.

I - o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal ou por aclamação, para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição;

II - será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados;

III - caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á, após quinze minutos de intervalo, segundo turno de eleição, sendo considerado eleito o candidato que obtiver metade mais dos votos, excetuado os votos brancos;

IV - não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se por tempo o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

§ 8º O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral.

§ 9º Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados;

I - apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

II - a votação da moção de censura será efetuada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente que se pretenda destituir. Admitir-se-á o voto secreto somente se Assembleia Geral, por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta, assim decidir, caso contrário a votação será pública e nominal.

III - será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros em Assembleia Geral, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, presente a maioria absoluta dos entes consorciados;

IV - caso aprovado a moção de censura em desfavor do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato;

V - na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar até 30 (trinta) dias;

VI - rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

§ 10 Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos dentre os Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados.

§ 11 Na última Assembleia Geral ordinária do ano em curso, reunir-se-ão os entes consorciados para eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados;

I - nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos três membros que integrarão os respectivos Conselhos;

II - a eleição realizar-se-á mediante voto público e nominal ou por aclamação, sendo que cada ente consorciado somente poderá votar em um candidato;

III - consideram-se eleitos para cada Conselho os três candidatos



com maior número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 12. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão eleitos para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição.

§ 13. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura apresentada com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados, aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 de entes consorciados, observado, no que couber, o disposto neste instrumento quanto à moção de censura em face do Presidente.

§ 14. A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática de membro da Assembleia Geral, quando haverá substituição automática por quem lhe suceder no mandato do ente consorciado.

§ 15. O Estatuto preverá as formalidades para a alteração de seus dispositivos, cuja aprovação dar-se-á por maioria absoluta dos membros consorciados e entrará em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

§ 16. A Assembleia Geral ordinária quadrimestral será presidida e convocada pelo Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado ou seu substituto legal através de comunicação que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitando o prazo mínimo de 07 (sete) dias entre a convocação e a data da reunião.

§ 17. O ente consorciado que não estiver em dia com suas obrigações operacionais e financeiras não poderá votar e nem ser votado.

§ 18. Nas atas da Assembleia Geral serão registrados:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral;

II - de forma resumida, quando possível, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral.

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a expressão e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

IV - no caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 19. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo, cuja decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

§ 20. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

§ 21. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no Diário Oficial dos Municípios. "DOM".

§ 22. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata e demais documentos, salvo os considerados de caráter sigiloso, serão fornecidos para qualquer do povo.

## CAPÍTULO VIII

### DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

**CLÁUSULA DECÍMA TERCEIRA** - A Presidência do Consórcio Público Meio Oeste Contestado é composta pelos cargos de Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo pela Assembleia Geral.

§ 1º Compete ao Presidente o Consórcio Público Meio Oeste Contestado, sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio:

I - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

II - autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;

III - convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

IV - representar judicial e extrajudicial o Consórcio Público Meio Oeste Contestado, cabendo ao Vice-Presidente, substituí-lo em seus impedimentos;

V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e recursos do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

VI - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

VII - convocar reuniões com a Diretoria Executiva;

VIII - homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

IX - expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para dar força normativa às decisões estabelecidas nesses colegiados;

X - expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XI - delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos de gerência e de execução;

XII - julgar, em primeira instância, recursos relativos à:

a. homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b. impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objetivo;

c. aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.

XIII - zelar interesses do Consórcio, excedendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 2º - Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar o Presidente a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§ 3º - Com exceção da competência prevista nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII alíneas "a" "b" e "c", todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 4º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá praticar atos da referendado do Presidente.

§ 5º Compete ao Vice-Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado:

I - substituir e representar o Presidente em todas as suas ausências e impedimentos;

II - assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

III - assumir interinamente a Presidência do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

IV - convocar Assembleia Extraordinária em 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, no caso da vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando eleito presidirá o Consórcio até o fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mesmo seguinte.

§ 6º - Por ocasião do período eleitoral, havendo necessidade de afastamento, licença ou renúncia do Presidente e não sendo possível sua substituição pelo Vice-Presidente, a Assembleia Geral poderá autorizar qualquer membro do Conselho de Administração para que assuma interinamente a Presidência do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, até que o retorno ao cargo de Presidente pelo Chefe do Poder Executivo, se este for possível, não represente mais violação a lei eleitoral.

## CAPÍTULO VIX

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - O conselho de Administração é o órgão de administração do Consórcio, constituído pelo Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, e

por outros três Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral e suas deliberações serão executadas pela Presidência e pela Diretoria Executiva.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º - A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho de Administração, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo, exceto o Presidente.

§ 3º - Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral:

a) - Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de junho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;

b) - Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de agosto do exercício em curso;

c) - Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

II - planejar todas as ações de natureza administrativa do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, fiscalizando a Diretoria Executiva na sua execução;

III - contratar serviços de auditoria interna e externa;

IV - elaborar e propor a Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

V - aprovar o reajuste de vencimento dos funcionários;

VI - aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

VII - elaborar o Estatuto do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, com auxílio da Diretoria Executiva, submetendo tal proposição à aprovação da Assembleia Geral;

VIII - requisitar acesso de servidores dos entes consorciados.

IX - propor a Assembleia Geral a alteração deste instrumento e do Estatuto do Consórcio;

X - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o Consórcio Público Meio Oeste Contestado, venha a receber;

XI - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XII - propor a nomeação e a exoneração dos membros da Diretoria Executiva;

XIII - autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

XIV - aprovar a celebração dos instrumentos de gestão previstos na Cláusula Sétima deste instrumento;

XV - deliberar sobre outras matérias de natureza administrativa do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, não atribuídas à competência da Assembleia Geral e não elencadas neste artigo;

## CAPÍTULO X

### DO CONSELHO FISCAL

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, manifestando-se na forma de parecer, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º - O Conselho Fiscal é composto por três membros, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º - o previsto nesta cláusula não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

§ 3º - A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho Fiscal, hipótese em que

assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo.

§ 4º - O Estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

§ 5º - Sem prejuízo do previsto no Estatuto do Consórcio, incumbe ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditores ou, na omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;

III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;

V - julgar, em segunda instância, recursos relativos à:

a. homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b. impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e adjudicação de seu objeto;

§ 6º - O Conselho Fiscal por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informação e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

§ 7º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

## CAPÍTULO XI

### DA DIRETORIA EXECUTIVA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A Diretoria Executiva é o órgão executivo do Consórcio Intermunicipal Meio Oeste Contestado.

§ 1º - A Diretoria Executiva é composta por Diretor Executivo.

§ 2º - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete ao Diretor Executivo:

I - receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, bem assim zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;

II - realizar programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

III - executar a gestão administrativa e financeira do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

IV - elaborar Plano Plurianual de Investimentos Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

V - elaborar a Prestação de Contas mensal, o Relatório de Atividades e os Balanços Anuais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do Consórcio Público Meio Oeste Contestado.

VI - elaborar a prestação de contas de projetos, convênios, contratos e congêneres dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo Consórcio;

VII - controlar o fluxo de caixa;

VIII - elaborar a análise de projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo decisório;

IX - acompanhar e avaliar projetos;

X - avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;

XI - elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para os órgãos superiores;

XII - movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio Público Meio Oeste Contestado ou com quem este delegar as contas



bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;

XIII - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;

XIV - realizar as atividades de relações públicas do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, constituindo o elo de ligação do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;

XV - contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;

XVI - contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

XVII - apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

XVIII - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

XIX - instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto ;

XX - constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;

XXI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

XXII - participar, sem direito a voto, das reuniões da Administração Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;

XIII - elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;

XXIV - propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração, visando à contínua redução de custos, aumento da eficácia das ações consorciais no atingimento de suas metas e objetivos e ao emprego racional dos recursos disponíveis;

XXV - requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XXVI - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XXVII - expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matéria administrativas do Consórcio Público Meio Oeste Contestado;

XXVIII - responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral.

XXIX - publicar as atas das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

§ 3º - Para exercício da função de Diretor Executivo será exigida formação profissional de nível superior em Administração, Economia, Direito ou Ciências Contábeis, Gestão Pública, com experiência na área de Administração Pública de cinco anos no mínimo e/ou especialização na área.

§ 4º - Além do previsto no Estatuto do Consórcio, compete à Assessoria Jurídica:

I - exercer toda a atividade jurídica de assessoria e consultoria e os contenciosos do Consórcio, inclusive representando-o judicial e extrajudicialmente em todas as causas movidas contra a instituição ou pela própria, e inclusive perante Tribunal de Contas;

II - elaborar parecer jurídico em geral;

III - aprovar edital de licitação.

§ 5º - Outras atribuições, direitos, e deveres da Diretoria Executiva poderão ser definidos no Estatuto do Consórcio.

## CAPITULO XII

### DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - Poderão ser instituídas Câmaras para viabilizar a execução dos objetivos do Consórcio Público Meio Oeste Contestado, cujas composições, competências e funcionamento serão definidas no Estatuto do Consórcio.

## CAPITULO XIII

### DO REGIMENTO JURÍDICO FUNCIONAL

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - O Consórcio Público Meio Oeste Contestado terá como regime jurídico funcional o celetista, regime Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e submeter-se-á ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - Os empregos Públicos do Consórcio Público Meio Oeste Contestado serão providos mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, e os cargos de confiança mediante livre nomeação e exoneração.

§ 2º - O Estatuto disporá sobre os procedimentos relacionados ao concurso público.

§ 3º - Para o exercício das funções de competência da Diretoria Executiva poderão ser constituídos cargos de confiança. e para as demais funções no Consórcio CLT.

§ 4º - Aos empregados e aos ocupantes de cargos de confiança aplicam-se vedações previstas na Constituição Federal relativas ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 5º - Os empregados públicos do Consórcio não podem ser cedidos, inclusive para consorciados.

§ 6º - A dispensa de empregados públicos dependerá de motivação prévia e dar-se-á nos termos do Estatuto do Consórcio.

§ 7º - O Estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

§ 8º - A participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral não será remunerada, vedado o recebimento de qualquer espécie remuneratória ou mesmo de indenização, sendo considerado trabalho público relevante, inclusive na função de Presidente do Consórcio.

§ 9º - Os empregados incumbidos da gestão do Consórcio não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei, disposições do seu Estatuto e deste Protocolo de Intenções.

§ 10 - A execução das funções de competência instituídos neste instrumento, poderá ocorrer por meio de cessão de servidores ou empregados públicos pelos Municípios consorciados ou os com ele conveniados.

§ 11 - O Estatuto preverá as formas de concessão de vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

§ 12 - O Conselho de Administração poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, conforme previsão no Estatuto.

§ 13 - Para os servidores ou empregados públicos cedidos ao Consórcio pelos Municípios consorciados, ou os com eles conveniados, na forma e condições da legislação de cada um, bem como da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e deste instrumento, será observado:

I - os servidores ou empregados públicos recebidos em cessão manterão a percepção de remuneração do ente cedente, permanecendo no seu regime jurídico e previdenciário originário;

II - O Conselho de Administração, levando em conta o valor da remuneração recebida no município de origem, poderá autorizar, para fins de adequação ao vencimento do emprego a ser ocupado no Consórcio, o pagamento de gratificação aos servidores cedidos pelos entes da Federação que o compõem, e gratificação para

ressarcimento de despesas, limitada a média mensal de gastos com alimentação e estadia ou deslocamento, devidamente comprovadas através de documentos idôneo;

III - o pagamento de adicionais ou gratificações, não configura vínculo novo do servidor ou empregado público cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária;

IV - o ente da Federação consorciado que assumiu o ônus da cessão do servidor poderá contabilizar os pagamentos de remuneração como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

§ 14. Observado o orçamento anual do Consórcio, os vencimentos previstos para o quadro de pessoal serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 15 - Somente poderão ocorrer contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas seguintes hipóteses:

a. preenchimento de emprego público, até o seu provimento por meio de concurso público;

b. assistência a situações de calamidade pública ou de debelação de situação declaradas emergenciais; combate a surtos endêmicos; substituição de pessoal por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo; para atender demandas de programas e convênios;

c. realização de levantamentos cadastrais e socioeconômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

§ 16 As contratações temporárias terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 17 O recrutamento do pessoal a ser contratado nas hipóteses previstas acima, com exceção das alíneas "b" e "c", dar-se-á mediante processo seletivo público simplificado, cujos critérios de seleção e requisitos da função serão estabelecidos em Edital.

§ 18 Na contratação por tempo determinado a remuneração corresponderá a vencimento que não exceda o fixado para o nível inicial de carreira em cargo equivalente estabelecido pelo município sede do Consórcio Público Meio Oeste Contestado.

§ 19 O Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, poderá efetuar a contratação de estagiários nos termos da Lei.

§ 20 Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração.

#### TÍTULO IV

#### DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### CAPÍTULO XIV

#### DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

CLÁUSULA NONA-A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

§ 1º - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em Contrato de Rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005;

II - as tarifas provenientes dos serviços prestados e os públicos decorrentes do uso de bens do Consórcio;

III - os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado;

IV - os valores destinados a custear as despesas de administração e planejamento;

V - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio

aos consorciados;

VI - a remuneração advinda de contratos firmados e outros instrumentos congêneres;

VII - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

VIII - os saldos do exercício;

IX - as doações e legados;

X - o produto de alienação de seus bens livres;

XI - o produto de operações de crédito;

XII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

XIII - os créditos e ações;

XIV - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título;

XV - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres;

XVI - outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

§ 2º - Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio;

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de Intenções, devidamente específicos;

II - quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste;

III - na forma do respectivo Contrato de Rateio.

§ 3º - É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de Contrato de Rateio, inclusive oriundos de transferências, operação de crédito e outras operações, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas;

I - entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida;

II - não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§ 4º Os contratos de rateio poderão incluir dotações que extrapolem o respectivo exercício financeiro, desde que tenham por objeto projetos integrantes de plano plurianual.

§ 5º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 6º O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos contratos e renúncias de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

§ 7º As contratações de bens, obras e serviços realizados pelo Consórcio observarão as normas de licitações públicas, contratos públicos e demais leis que tratam da matéria.

§ 8º No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares:

I - anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique;

a) o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

b) a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 9º Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000, o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 10 Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no site que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - Internet.

§ 11 Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 12 A contabilidade do Consórcio será realizada, sobretudo, de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000.

## CAPITULO XV

### DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

**CLÁUSULA VIGESSIMA-** Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações diretas fundamentadas no disposto nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observarão o disposto na legislação federal respectiva e serão instauradas por decisão do Diretor Executivo e/ou do Presidente.

§ 1º Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal de regência.

§ 2º Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação de normas gerais em vigor, sendo instauradas pelo Diretor Executivo e/ou pelo Presidente, podendo haver delegação, ainda, ao Presidente da Comissão de Licitação, sendo que o Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que o procedimento licitatório tenha o seu trâmite suspenso, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

§ 3º - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º - Qualquer cidadão, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

§ 5º - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

## CAPITULO XVI

### DO PATRIMÔNIO

**CLÁUSULA VIGESSIMA PRIMEIRA-** Constituem patrimônio do Consórcio Público Meio Oeste Contestado:

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o Consórcio Público poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

§ 1º - A Alienação, aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados, presente a maioria absoluta, na Assembleia Geral convocada especialmente para este fim;

§ 2º - A alienação de bens móveis inservíveis dependerá apenas de aprovação do Conselho de Administração.

## TÍTULO V

### DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**CLÁUSULA VIGESSIMA SEGUNDA -** Fica autorizada a gestão associada por meio do Consórcio Público Meio Oeste Contestado. Dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos na

Cláusula VI deste Estatuto.

§ 1º A gestão associada autorizada nesta cláusula refere-se ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa à prestação dos serviços, e se dará de acordo com as diretrizes básicas estabelecidas em decisão da Assembleia Geral.

§ 2º A gestão associada abrangerá somente os serviços prestados nos territórios dos entes que efetivamente se consorciarem, excluindo-se o território do município a que a lei de ratificação tenha apostado reserva para o auxílio da gestão associada de serviços públicos.

§ 3º Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada, cujos critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão serão aprovados pela Assembleia Geral.

§ 4º Autoriza-se ainda a transferência ao Consórcio do exercício de outras competências referentes ao planejamento, execução, regulação e fiscalização de serviços públicos objeto de gestão associada.

## TITULO VI

### DE CONTRATOS DE PROGRAMAS

**CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA -** Ao Consórcio é permitido celebrar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meio próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual;

I - o disposto nesta cláusula permite que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

II - o Consórcio também poderá celebrar Contrato de Programa com Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração direta ou indireta dos entes consorciados;

§ 1º - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam;

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - o cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;

V - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço a cada um de seus titulares;

VI - possibilidade de emissão de documento de cobrança e de exercício da atividade de arrecadação de tarifas e preços públicos;

VII - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VIII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

IX - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

X - as penalidades e sua forma de aplicação;

XI - os casos de extinção;

XII - os bens reversíveis;

XIII - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIV - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de



contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XV - a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XVI - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 2º - No caso de a prestação de serviços serem operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarefas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

§ 3º Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o Contrato de Programa.

§ 4º Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 5º Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 6º A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 7º O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do Consórcio.

§ 8º - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação de regência.

§ 9º - No caso de desempenho de serviços públicos pelo Consórcio, o planejamento, a regulação e fiscalização não poderão ser exercida por ele mesmo.

## CAPÍTULO VII

### DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMAQUARTA. (Composição, competências e funcionamento). Consórcio Público Meio Oeste Contestado reconhece como instâncias legítimas de participação e controle social as Câmaras Temáticas e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Parágrafo único. Estas instâncias terão por atribuições em relação ao Consórcio:

I - avaliar, opinar, propor ajustes, acompanhar e monitorar as atividades;

## TÍTULO VII

### DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

## CAPÍTULO VIII

### DOS AGENTES PÚBLICOS

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMAQUINTA. (Do exercício de funções remuneradas). Prestarão serviços remunerados ao Consórcio os contratados para os empregos públicos previstos neste instrumento, ou os servidores que a ele tenham sido cedidos.

§ 1º A atividade de Presidente, de membro do Conselho Participativo, bem como a participação dos representantes dos municípios consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

§ 2º O Consórcio poderá valer-se de servidores públicos dos municípios consorciados para desenvolvimento de atividades específicas nomeadas por ato do Diretor executivo.

A função será exercida pelos servidores cedidos, especificamente para a atividade proposta desenvolvida durante o expediente normal do município cedente não remunerada pelo consórcio considerando-se como serviço público relevante.

CLÁUSULA VIGESIMA SEXTA (Dos municípios consorciados admitidos depois de formado o fundo social). Os municípios que forem admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu fundo social, terão também que contribuir a este fundo social na proporção e quantias a serem definidas em instrumento específico, que poderá prever que tal pagamento poderá se dar pela doação de bens ou de serviços.

## CAPÍTULO IX

### DOS CONVÊNIOS

CLÁUSULA VIGESIMA SETIMA (Dos convênios). Fica autorizado o Consórcio a firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, junto a entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

## TÍTULO VIII

### DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

## CAPÍTULO X

### DO RECESSO

CLÁUSULA VIGESIMA OITAVA (Do recesso). A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral.

CLÁUSULA VIGESIMA NONA (Dos efeitos). A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

§ 1º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de maioria simples dos municípios consorciados, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação; III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pela Assembleia Geral.

§ 2º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, e não revertidos ou retrocedidos, como previsto no § 1º, ficarão automaticamente incorporados ao patrimônio do Consórcio.

## CAPÍTULO XI

### DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA (Das hipóteses de exclusão). A exclusão de ente consorciado só é admissível havendo justa causa.

§ 1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa para fins de exclusão.

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar

as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 2º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 3º Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a ser aplicadas a ente consorciado.

§ 4º O ente consorciado que estiver inadimplente com obrigações previdenciárias ou outras que impeçam o recebimento de recursos por parte do Consórcio poderá ser excluído do Consórcio, até a data de sua reabilitação ou o advento de termo previsto nos estatutos.

§ 5º A exclusão de consorciado exige processo administrativo no qual lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 6º Eventuais débitos pendentes de ente consorciado excluído e não pagos no prazo de trinta (30) dias a contar da data de exclusão serão objeto de ação de execução que terá por título extrajudicial o contrato de rateio descumprido.

**CLÁUSULA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA (Do procedimento).** Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido maioria simples dos votos da totalidade dos membros do consórcio.

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ou as disposições da Lei que vier a substituí-la.

§ 3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao de publicação da decisão na imprensa oficial. "DOM".

## TÍTULO IX

### DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

**CLÁUSULA TRIGÉSSIMA SEGUNDA(Da extinção)** A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os municípios consorciados.

§ 1º A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo ser doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda, alienados onerosamente para rateio de seu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, a ser tomada em Assembleia Geral, atendido o quórum de maioria (simples ou absoluta), os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos municípios beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem e os empregos públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

§ 4º A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento previsto no caput.

## TÍTULO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA TRIGÉSSIMA TERCEIRA.** (Do regime jurídico). O

Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos municípios que as emanaram.

**CLÁUSULA TRIGÉSSIMA QUARTA(Da interpretação).** A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios: I - respeito à autonomia dos municípios consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os municípios consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

**CLÁUSULA TRIGÉSSIMA QUINTA (Da exigibilidade).** Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Contrato de Consórcio Público.

## TÍTULO XI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**CLÁUSULA TRIGÉSSIMA SEXTA.** A Assembleia Geral de Instalação do Consórcio será convocada por pelo menos dois municípios que tenham ratificado, mediante lei, este Protocolo de Intenções, tão logo tenham notícia de que foi o Protocolo ratificado por pelo menos dois de seus Municípios subscritores.

§ 1º A convocação dar-se-á por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com, pelo menos, dez dias de antecedência de realização da Assembleia. Acessoriamente, a convocação dar-se-á também por meio de correspondência, impressa ou eletrônica, dirigida a cada um dos Prefeitos dos Municípios mencionados neste instrumento, expedida com antecedência mínima de cinco dias da data de realização da Assembleia.

§ 2º A Assembleia Geral de Instalação será presidida pelo mais idoso a ela presente, e, caso decline, pelo que imediatamente a ele possuir maior idade.

§ 3º A Assembleia será iniciada mediante verificação de poderes, que atenderá aos seguintes procedimentos:

I - o Presidente da Assembleia apregoará, por ordem alfabética, cada um dos municípios identificados na Cláusula Primeira deste Protocolo de Intenções;

II - confirmado que o representante se encontra presente, será indagado em alto e bom som ao representante se o Município subcreveu o Protocolo de Intenções e, ainda, se o ratificou por lei;

III - caso tenha havido a ratificação mediante lei, deverá o representante, por documento ou publicação oficial, comprová-la;

IV - verificado isso, o Presidente da Assembleia indagará se a ratificação foi realizada de forma integral ou com reservas;

V - caso a ratificação seja realizada de forma integral, o Presidente declarará o ente da Federação como consorciado; caso tenha havido reserva, a decisão sobre o consorciamento será sobrestada para o final da verificação de poderes;

VI - logo após ter se verificado o consorciamento do (13) Município, o Presidente da Assembleia declarará: "havendo o número de ratificações previsto no Protocolo de Intenções, declaro constituído o CONSÓRCIO Meio Oeste Contestado ; declaro ainda que, nos termos da Lei 11.107, de 2005, fica convertido o Protocolo de



Intenções em Contrato de Consórcio Público”, e Estatuto, ato após o qual prosseguirá na verificação;

VII - encerrada a verificação, o Presidente da Assembleia declarará os membros que compõem o Consórcio;

VIII- após essa providência, serão analisadas as reservas pendentes cada reserva deverá ser analisada e debatida e, por votação única, a Assembleia deliberará, mediante metade mais um dos votos dos municípios consorciados, se com elas concorda ou não;

IX - concordando a Assembleia com as reservas, será o ente da Federação declarado como consorciado, e, se devidamente representado, participará com voz e voto das deliberações posteriores;

X - concluída a análise das reservas, o Presidente da Assembleia declarará que: “nos termos da verificação realizada em Assembleia, foi o CONSÓRCIO Meio Oeste Contestado constituído tendo por consorciados os seguintes municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita.

§ 4º Caso conste da ordem do dia da convocação, uma vez realizada a verificação será apreciada proposta de estatutos, mediante debates, apresentação de emendas e votações, no qual serão artigos ou emendas votadas em separado somente se houver requerimento de destaque subscrito por representantes com direito a voto de dois consorciados. Transformando-se após aprovação em Estatuto.

§ 5º Também, caso conste da Ordem do Dia, na mesma Assembleia Geral poderá ser realizada a eleição do Presidente do Consórcio.

§ 6º A eleição mencionada no parágrafo anterior, poderá ser realizadas independentemente de serem aprovado o estatuto do consórcio, nos termos previstos no § 4º desta cláusula.

**CLÁUSULA TRIGESIMA SETIMA.** (Do primeiro mandato). O mandato do primeiro Presidente do Consórcio encerrar-se-á no dia de dezembro de XXXX.

**CLÁUSULA TRIGESIMAOITAVA** (Da AssembleiaEstatuante). No caso de o estatuto não ser aprovado nos termos previstos no § 4º da Cláusula.

**CLÁUSULA TRIGESSIMA NONA**, será convocada Assembleia Geral para a elaboração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente instrumento.

§ 1º Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos;

II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado, exigida sempre assinatura de dois representantes de consorciados com direito a voto;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

§ 2º Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomencem em dia, horário e local anunciados antes do término da sessão.

§ 3º Da nova sessão poderão comparecer os municípios que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

§ 4º Os estatutos preverão as formalidades e quórum para a alteração de seus dispositivos.

§ 5º Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação do seu extrato na imprensa oficial dos Municípios “DOM”.

**CLÁUSULA QUADRAGESIMA.** (Da correção). A Assembleia Geral, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo.

**TÍTULO XII**  
**DO FORO**

**CLÁUSULA QUADRAGESIMA PRIMEIRA** (Do foro). Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Joaçaba, de de 20

**NOVELLI SGANZERLA ANDEVIR ISGANZELLA**

Prefeito Municipal de Água Doce Prefeito Municipal de Capinzal

CPF: 160.789.509-91 CPF: 564.375.609-91

**GISA APARECIDA GIACOMIN WALTER KLEBER KUCHER**

Prefeita Municipal de Catanduvas Prefeito Municipal de Erval Velho

CPF: 868.104.649/72 CPF: 824.490.409-78

**NELSON GUINDANI ARI FERRARI**

Prefeito Municipal de Herval d'Oeste Prefeito Municipal de Ibicaré

CPF: 501.589.459/72 CPF: 345.200.409-06

**RAFAEL LASKE HILÁRIO CHIAMOLERA**

Prefeito Municipal de Joaçaba Prefeito Municipal de Lacerdópolis

CPF:001.150.729-26 CPF: 250.360.175-00

**MOISÉS DIERSMANN VITOR JOÃO FACCIN**

Prefeito Municipal de Luzerna Prefeito Municipal de Ouro

CPF: 024.651.199-07 CPF: 520.064.509-30

**EUCLIDES CRUZ MAURO DRESCH**

Prefeito Municipal de Tangará Prefeito Municipal de Treze Tílias

CPF: CPF: 400.440.609-00

**MELANIA APARECIDA ROMAN**

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

CPF: 710.974.499-04

### **Lei 3.076/2013**

**LEI Nº 3.076, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.**

Autoriza o Poder Executivo a proceder à baixa de bens inservíveis, na forma que especifica.

**PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à baixa do Patrimônio Público do Executivo Municipal, dos bens inservíveis especificados no Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo atualizar o quantitativo dos bens em condições de uso ou recuperáveis, bem como baixar do controle patrimonial e da contabilidade os bens e valores insubsistentes.

§ 2º Considera-se inservível para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal para o fim a que se destina devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação dos referidos bens inservíveis para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos sediadas no Município de Capinzal, ou proceder à destinação para reciclagem mediante lavratura de Termo de Recibo por Comissão Especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 21 de agosto de 2013.

**ANDEVIR ISGANZELLA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

**MARCO ANTÔNIO HACHMANN**  
Secretário da Administração e Finanças

**ANEXO ÚNICO**

PODER EXECUTIVO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Mesa para microcomputador	00135	70,05
02	Escrivaninha de madeira, 04 gavetas	00276	119,32
03	Máquina de escrever, olivetti tekne 3	04665	43,26
04	Mesa para Microcomputador	06012	59,42
05	Mesa gota, marca posano	07052	61,95
06	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	00213	12,91
07	Câmara digital Cannon	09065	3.144,00
08	Mesa Rack	07223	130,20
09	Ventilador de Teto britânia	07963	59,85
10	Cadeira Giratório estofada	08565	265,00
11	Cadeira Giratório estofada	10728	178,00
12	Impressora jato de tinta, deskjet	07049	422,24
13	Banqueta Estofada	06086	30,27
14	Mesa rack, com rodas	07227	130,20
15	Micro computador intel pentium	08572	14.954,00
16	Micro computador	06544	2.254,00
17	Impressora a Lazer, marca HP	07958	1.668,20
18	Impressora HP 812 C	07095	690,00
19	Cadeira estofada	8103	106,99
20	Cadeira estofada	10844	92,00
21	Maquina de escrever olivetti tekne 3	0188	76,51
22	Maquina de escrever olivetti tekne 3	0189	76,51
23	Impressora Laser hp 1200	7958	1.668,20
24	Mesa para impressora matricial	0172	67,45
25	Condicionador de ar consul 2500	0180	251,38
26	Micro computador x86 family	6541	2.205,00
27	Mesa para Micro computador	0197	53,60
28	Escrivaninha em madeira	3957	76,02
29	Poltrona giratória	7451	235,40
30	Cadeira giratória	8103	106,99
31	Cadeira giratória	10844	92,00
32	Radio Gravador, marca philips	9076	240,00
33	Aparelho de fax, marca panasonic	8296	623,70
34	Condicionador de ar, de janelas, electrolux	9063	1.450,00
35	Impressora matricial, olivetti dm 209 I	6874	570,40
36	Impressora matricial olivetti dm 209 I	6875	688,20
37	Aquecedor de ar, marca james	4579	37,71
38	Escrivaninha em madeira, 03 gavetas	5037	76,51
39	Cadeira estofada, armação de ferro	5038	12,43

40	Escrivaninha de madeira, 02 gavetas	5050	76,51
41	Cadeira de madeira, armação de ferro	5051	9,56
42	Cadeira de madeira, armação de ferro	5052	9,56
43	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	5053	12,43
44	Escrivaninha em madeira, 03 gavetas	5040	69,22
45	Cadeira giratória estofada	0193	25,34
46	Microcomputador pentium III 800 E	6052	2.233,53

**SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Condicionador de ar, electro-lux, de janela	8568	669,00
02	Micro central telefônica	8603	730,00
03	Antena para internet	10186	1.360,00
04	Mesa para maquina de escrever	3976	28,69
05	Maquina de escrever, olivetti	3983	95,34
06	Maquina de calcular, olivetti	3984	861,38
07	Impressora epon color	7198	330,41
08	Mesa rack	7226	130,20
09	Ventilador de teto	7446	63,00
10	Ventilador de teto	7955	63,00

**JUNTA DE SERVIÇO MILITAR - JSM**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Mesa para maquina de escrever	0260	28,69
02	Maquina de escrever, olivetti 98	0266	76,51
03	Escrivaninha em madeira, 02 gavetas	0270	86,07
04	Escrivaninha em madeira, base em fórmica	4659	36,34

**CONSELHO TUTELAR**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Escrivaninha em madeira	0263	83,79
02	Maquina de escrever, marca facit	3960	41,90
03	Armário estante	4661	83,79

**SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Aplicador de forramento, marca thimon	6620	2,74
02	Aplicador de forramento, marca thimon	6621	2,74
03	Tesoura curva Kilner, 12 cm, marca stern	6626	34,75
04	Tesoura curva Kilner, 12 cm, marca stern	6627	34,75
05	Micromotor torque, marca Calu	6636	185,44
06	Contra ângulo, marca calu	6638	140,00
07	Amalgamador automático, marca mixalloy	6641	717,31
08	Seringa tríplice, marca calu	6645	61,25

09	Porta amalgama de plástico	6732	10,87
10	Porta amalgama de plástico	6733	10,87
11	Pedra de afiar arkansas, marca jhon	6763	12,13
12	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6805	6,80
13	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6806	6,80
14	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6807	6,80
15	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6808	6,80
16	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6809	6,80
17	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6810	6,80
18	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6811	6,80
19	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6812	6,80
20	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6813	6,80
21	Pinça para algodão e curativo, marca thimon	6814	6,80

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
ESCOLAS MUNICIPAIS**

**NAES PRIMEIRO GRAU**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Mesa base em fórmica com 06 cadeiras	4737	76,51
02	Carteira escolar	4784	10,52
03	Computador k6	10038	300,00
04	Aparelho telefônico intelbras	10104	20,00
05	Relógio de parede	10129	10,00

**NAES SEGUNDO GRAU**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Escrivaninha em cerejeira	4874	47,82
02	Armário em cerejeira	4879	45,90
03	Armário em cerejeira	4881	45,90
04	Fogão a gás	4887	83,24
05	Carteira em madeira	4894	10,52
06	Cadeira em madeira	4977	7,65
07	Cadeira em courvin	5032	19,46
08	Cadeira universitária	6314	28,24

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FADA MADRINHA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Estabilizador t 500	11870	159,00
02	Estabilizador t 500	11871	159,00
03	Mesinha em fórmica	0909	150,00
04	Mesinha em fórmica	0910	150,00
05	Cadeirinha em fórmica	2724	4,83
06	Cadeirinha em fórmica	2727	4,83
07	Cadeirinha em fórmica	2735	4,83
08	Cadeirinha em fórmica	2738	4,83
09	Cadeirinha em fórmica	2739	4,83
10	Cadeirinha em fórmica	2743	4,83
11	Cadeirinha em fórmica	2744	4,83

12	Cadeirinha em fórmica	2746	4,83
13	Cadeirinha em fórmica	2748	4,83
14	Cadeirinha em fórmica	2752	4,83
15	Balcão em fórmica	3331	28,96
16	Aquecedor enxuta	3333	13,52
17	Cadeira fixa, armação de ferro	3345	12,55
18	Escada de ferro	3424	19,31
19	Cadeira de ferro	3432	12,55
20	Fogão industrial	3446	96,54
21	Freezer vertical	3448	270,33
22	Armário e balcão 08 portas	3454	96,54
23	Conjunto pia e balcão	3455	86,89
24	Mesinha em fórmica	3457	16,41
25	Mesinha em fórmica	3459	16,41
26	Cadeirinha em fórmica	3465	8,69
27	Cadeirinha em fórmica	3466	8,69
28	Mesinha em fórmica	3529	5,68
29	Arquivo de aço	4870	151,34
30	Ventilador 40cm	7256	63,60
31	Ventilador 40cm	7257	63,60
32	Ventilador de teto	9598	64,00
33	Berço com grade	9608	99,00
34	Berço com grade	9609	99,00
35	Berço com grade	9610	99,00
36	Berço com grade	9611	99,00
37	Berço com grade	9612	99,00
38	Berço com grade	9613	99,00

**CENTRO EDUCACIONAL P REFEITO CELSO FARINA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Cadeira de madeira	4035	6,01
02	Cadeira de madeira	4036	6,01
03	Cadeira de madeira	4037	6,01
04	Cadeira de madeira	4038	6,01
05	Cadeira de madeira	4039	6,01
06	Cadeira de madeira	4040	6,01
07	Cadeira de madeira	4041	6,01
08	Cadeira de madeira	4042	6,01
09	Cadeira de madeira	4043	6,01
10	Cadeira de madeira	4044	6,01
11	Cadeira de madeira	4045	6,01
12	Cadeira de madeira	4046	6,01
13	Cadeira de madeira	4047	6,01
14	Cadeira de madeira	4048	6,01
15	Cadeira de madeira	4049	5,90
16	Cadeira de madeira	4050	5,90
17	Cadeira de madeira	4051	1,43
18	Cadeira de madeira	4052	5,90
19	Cadeira de madeira	4053	5,90
20	Cadeira de madeira	4054	5,90
21	Cadeira de madeira	4055	5,90
22	Cadeira de madeira	4056	5,90
23	Cadeira de madeira	4057	5,90
24	Cadeira de madeira	4058	5,90
25	Cadeira de madeira	4059	5,90
26	Cadeira de madeira	4060	5,90
27	Cadeira de madeira	4061	5,90
28	Cadeira de madeira	4062	5,90
29	Cadeira de madeira	4063	5,90
30	Cadeira de madeira	4064	5,90
31	Cadeira de madeira	4065	5,90

32	Cadeira de madeira	4066	5,90
33	Cadeira de madeira	4067	5,90
34	Cadeira de madeira	4068	5,90
35	Cadeira de madeira	4069	5,90
36	Mesa de madeira	4154	30,49
37	Balcão de madeira	4156	64,92
38	Armário de madeira	4157	64,92
39	Freezer	4160	393,47

**BANDA MUNICIPAL**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Baixo tuba sib	4099	36,40
02	Trombone de pisto	4102	40,44
03	Trombone de pisto	4103	40,44
04	Sax alto	4109	42,46
05	Piston	4111	44,48
06	Clarinete	4114	39,43
07	Clarinete	4115	39,43
08	Trompa	4120	41,45
09	Trompa	4122	41,45
10	Clarinete	4140	39,43

**ESCOLA MUNICIPAL DR. VILSON PEDRO KLEINUBING**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Balcão em cerejeira	6017	312,30
02	Cadeira estofada	6938	26,16
03	Cadeira estofada	6945	26,16

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRESCENDO JUNTOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Forno elétrico	9940	310,00
02	Cadeiras de papa	9910	75,00
03	Cadeiras de papa	9911	75,00
04	Cadeiras de papa	9912	75,00
05	Cadeiras de papa	9913	75,00
06	Cadeiras de papa	9914	75,00
07	Cadeiras de papa	9915	75,00
08	Cadeiras de papa	9916	75,00
09	Cadeiras de papa	9917	75,00
10	Cadeiras de papa	9918	75,00
11	Cadeiras de papa	9919	75,00
13	Aparelho de dvd	10373	201,00

**ESCOLA MUNICIPAL BERNARDO MORO SOBRINHO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Armário 06 portas	3715	56,83
02	Mesa de professor	1937	159,98
03	Cadeira estofada	2004	15,30
05	Cpu intel celeron	10356	995,99
06	Impressora olivetti dm 209 I	0258	194,91

**ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Aparelho de som motobras	9193	154,90
02	Furadeira marca bosch	10835	254,00
03	Carteira escolar	3003	12,43
04	Carteira escolar	3002	12,43
05	Carteira escolar	3004	12,43
06	Cadeirinhas pré escolar	3669	66,94
07	Cadeirinhas pré escolar	0438	100,00
08	Cadeira escolar assento em compensado	1561	19,19

09	Cadeira escolar assento em compensado	1604	19,19
10	Cadeira escolar assento em compensado	1605	19,19
11	Cadeira escolar assento em compensado	1606	19,19
12	Cadeira escolar assento em compensado	1607	19,19
13	Cadeira escolar assento em compensado	1613	19,19
14	Cadeira escolar assento em compensado	1623	19,19
15	Cadeira escolar assento em compensado	1624	19,19
16	Cadeira escolar assento em compensado	1625	19,19
17	Cadeira escolar assento em compensado	1626	19,19
18	Cadeira escolar assento em compensado	1527	37,00
19	Cadeira escolar assento em compensado	1628	19,19
20	Cadeira escolar assento em compensado	1629	19,19
21	Cadeira escolar assento em compensado	1630	19,19
22	Cadeira escolar assento em compensado	1631	19,19
23	Cadeira escolar assento em compensado	1632	19,19
24	Cadeira escolar assento em compensado	1633	19,19
25	Cadeira escolar assento em compensado	1634	19,19
26	Cadeira escolar assento em compensado	1635	19,19
27	Cadeira escolar assento em compensado	1636	19,19
28	Cadeira escolar em formica	1454	31,08
29	Cadeira escolar em formica	1455	31,08
30	Cadeira escolar em formica	1456	31,08
31	Cadeira escolar em formica	1457	31,08
32	Cadeira armação de ferro	2241	12,43
33	Cadeira armação de ferro	2242	12,43
34	Cadeira armação de ferro	2243	12,43
35	Micro pentium II	5298	1.300,00
36	Monitor vga	8608	100,00
37	Monitor de vídeo	8636	350,00
38	Monitor de vídeo provien	8637	350,00
39	Scanner hp	8746	334,00
40	Estabilizador	8764	166,00
41	Microcomputador processador 2.6	8767	3.263,00
42	Microcomputador processador 2.6	8783	3.184,00
43	Microcomputador processador 2.7	8784	3.184,00
44	Microcomputador intel	9201	3.132,00
45	Tele para retro projetor	0396	38,25
46	Televisor philips, 20"	0389	207,55
47	Aquecedor	0413	28,11
48	Aquecedor	0414	28,11
49	Quadro magnético	4398	301,16
50	Quadro magnético	4400	301,16



51	Quadro magnético	4404	301,16
52	Quadro magnético	4405	301,16
53	Quadro magnético	4406	278,60
54	Quadro escolar branco	8286	86,10
55	Desumidificador de papel	8645	89,00
67	Retroprojektor	8331	456,86
68	Televisor	1984	420,50

**ESCOLA MUNICIPAL IVO SILVEIRA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Estabilizador 500	11869	159,00

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Microcomputador pentium III 800 E	08002	2.865,35

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME**

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Secadora de roupas, marca enxuta	0001	90,00
02	Cadeira Giratória, marca Cavaletti	0010	135,00
03	Maquina de lavar roupas, marca wanke	0015	348,00
04	Ventilador para Computador	0027	23,00
05	Impressora HP	0028	660,00
06	Máquina fotográfica , marca sony	0031	1.100,00
07	Microcomputador F4, memória 512	0032	2.400,00
08	Cadeira giratória em couro sintético	0033	405,00
09	Cadeira giratória em poliéster	0034	570,00
10	Mural em madeira, vidro incolor	0040	650,00
11	Mesa para tênis de mesa, marca Klopp	0042	340,00

**Lei 3.077/2013**

LEI Nº 3.077, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Altera o artigo 1º da Lei nº 3.051, de 30 de janeiro de 2013, na forma que especifica.

**Prefeito Municipal DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3.051, de 30 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a transferir recursos financeiros mensalmente no valor de até R\$ 8.512,78 (oito mil quinhentos e doze reais e setenta e oito centavos) para o exercício de 2013, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.826.370/0001-00, com sede à Rua Agenor Trancoso, nº 378, Loteamento São Luiz, nesta cidade de Capinzal.”

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente no Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 21 de agosto de 2013.

**ANDEVIR ISGANZELLA**

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

**MARCO ANTÔNIO HACHMANN**

Secretário da Administração e Finanças

**Lei 3.078/2013**

LEI Nº 3.078, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Altera e modifica dispositivos na Lei Municipal nº 2.427, de 2002, que dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente em consonância com a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, relativa ao Conselho Tutelar, e dá outras providências.

**Prefeito Municipal DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º O § 4º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º ( )

§ 4º Os membros do Conselho e respectivos suplentes exercerão mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.(NR)”

Art. 2º O art. 15 da Lei Municipal nº 2.427, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 O Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 12.696, de 2012.(NR)”

Art. 3º Acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao art. 17 da Lei Municipal nº 2.427, de 2002, alterado pela Lei municipal nº 2.862, de 22 de julho de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação, conforme disposições da Lei Federal nº 12.696, de 2012:

“Art. 17 ( )

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, em conformidade com as alterações do art. 139 da Lei 8.069, de 1990 pela Lei nº 12.696, de 2012, ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. (NR)

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.(NR)

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.(NR)

§ 4º Os conselheiros eleitos submeter-se-ão, obrigatoriamente, antes da posse, a programas de capacitação voltados à futura atuação, coordenado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).(NR)”

Art. 4º Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 19 da Lei Municipal nº 2.427, de 2002, alterado pela Lei municipal nº 2.862, de 2009, conforme disposições da Lei Federal nº 12.696, de 2012:

“Art. 19 ( )

§ 3º Fica assegurado aos membros do Conselho Tutelar o direito a:



I - cobertura previdenciária;  
 II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;  
 III - licença-maternidade;  
 IV - licença-paternidade;  
 V - gratificação natalina.  
 § 4º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.(NR)''

Art. 5º Fica alterado o Anexo Único da Lei Municipal nº 2.427, de 2002 que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO ÚNICO

#### REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR VALOR (R\$)

Subsídio de Conselheiro Tutelar 1.356,29

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 21 de agosto de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

#### FMS Contrato 0102/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0102/2013

Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: KEILA RECH & CIA LTDA ME

OBJETO: Contratação das empresas: KEILA RECH & CIA LTDA ME, via inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no edital de Credenciamento nº 001/2013 que cujo objeto trata do credenciamento de clínicas de Fisioterapia para realização de sessões de fisioterapia clínica, neurológica, hospitalar e domiciliar, para os pacientes da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.  
 VALOR R\$: 26,00

VIGÊNCIA: 15/08/2013 ate 31/12/2013

**Catanduvas**

**PREFEITURA**

#### Lei Nº 2.412 de 20 de Agosto de 2013.

LEI Nº 2.412/2013 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

''AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA.''

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 55.000,00

(Cinquenta e cinco mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

#### ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

451 INFRAESTRUTURA URBANA

1046 Construção de Sanitários Públicos

36 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 45.000,00

1041 Construção de Garagem para Maquinas e Depósitos

40 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

#### ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

606 EXTENSÃO RURAL

2101 Transferências a Instituições Privadas

52 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios

R\$ 55.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 20 de Agosto de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 20/08/2013.

#### Lei Nº 2.411 de 14 de Agosto de 2013.

LEI Nº 2.411/2013, de 14 de agosto de 2013.

''DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''

GISAAPARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adotar a modalidade de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, na forma do artigo 68 da Lei nº 4.320, de 1964.

Parágrafo único. Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de servidores municipais, sempre precedido de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que por sua natureza ou urgência, não possam sujeitar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos.

§ 1º O responsável pelo adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

§ 2º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

- I - Ao responsável por dois adiantamentos;  
II - Ao servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade;  
III - Para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;  
IV - Ao responsável que:

- a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;  
b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;  
c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;  
d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;  
e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

Art. 3º Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamento das seguintes espécies de despesas:

- I - hospedagem, refeição, passagens, pedágios e transportes urbanos;  
II - combustíveis, lubrificantes, peças, serviços e similares, utilizados em deslocamentos fora da sede do município, desde que sejam indispensáveis para o término da viagem;  
III - outras despesas que em virtude de sua excepcionalidade requeiram a modalidade aplicada, de pequeno vulto e de necessidade imediata e urgente, desde que devidamente justificada.

§ 1º O valor de cada adiantamento não ultrapassará o equivalente a duas mil (2.000) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal vigente no dia da concessão.

§ 2º O valor de cada despesas não ultrapassará o equivalente a cento e quinze (115) UFRM, exceto para as despesas realizadas em competições esportivas fora da sede do município de Catanduvas.

§ 3º As despesas realizadas no regime de adiantamento sujeitam-se à legislação vigente sobre licitação e contratos administrativos.

Art. 4º A forma de concessão, movimentação, documentos comprobatórios, aplicação e o sistema de prestação de contas, será regulamentado por ato do Poder Executivo, no prazo de trinta (30) dias da vigência desta Lei, observadas as normas estabelecidas pelo TCE/SC, na instrução normativa nº TC-14/2012 e suas alterações.

Art. 5º As despesas decorrentes do cumprimento da presente lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.169, de 15 de agosto de 1995, e a Lei nº 1.828m de 27 de janeiro de 2003.

Catanduvas(SC), 14 de agosto de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Sec. Mun. Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

## **Decreto N° 1.921 de 20 de Agosto de 2013.**

DECRETO Nº 1.921/2013 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.412/13 de 20 de Agosto de 2013 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS  
451 INFRAESTRUTURA URBANA

1046 Construção de Sanitários Públicos

36 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 45.000,00

1041 Construção de Garagem para Maquinas e Depósitos

40 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
606 EXTENSÃO RURAL

2101 Transferências a Instituições Privadas

52 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios  
R\$ 55.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 20 de Agosto de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Sec. Municipal de Administração.

## **Portaria N° 5811 de 01 de Agosto de 2013**

PORTARIA P/5811/13, de 1º.08.13

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, Karine Nornberg Mendes"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Karine Nornberg Mendes, ocupante do Cargo Professor(a) de Educação Física, Nível CE-513A, com 10:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da

Portaria P/5793/13.

Catanduvas, 1º de agosto de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5793/13.

#### **Portaria N° 5812 de 05 de Agosto de 2013**

PORTARIA P/5812/13, de 05.08.13

“Concede Licença-Prêmio à  
Juçara Cerino”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

Resolve

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) Juçara Cerino, com Efetividade, no Cargo de Agente de Copa e Higienização, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:  
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:  
05 de agosto 2013 a 02 de novembro de 2013

Catanduvas, 05 de agosto de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/4524/08

#### **Portaria N° 5813 de 07 de Agosto de 2013**

PORTARIA P/5813/13, de 07.08.13

“Demite, antes do termo final de contratação temporária,  
Dirlei Titon”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Dirlei Titon, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5680/13.

Catanduvas, 07 de agosto de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5680/13.

#### **Portaria N° 5816 de 12 de Agosto de 2013**

PORTARIA P/5816/13, de 12.08.13

“Exonera, em virtude de aposentadoria por Invalidez, concedida pelo INSS, à servidora Vera Lucia Rodrigues”, e declara a vacância do Cargo.

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

Resolve,

EXONERAR A PEDIDO, em virtude de aposentadoria por invalidez, concedida pelo INSS, à servidora Vera Lucia Rodrigues, ocupante do Cargo de Professor(a) MAGIII, Nível-521-B, 20 horas semanais, com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando a servidora deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 12 de agosto de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Anterior: Portaria P/5691/12

#### **Portaria N° 5817 de 12 de Agosto de 2013**

PORTARIA P/5817/13, de 12.08.13

“Concede Licença-Prêmio à  
Claudete Tenuti”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

Resolve

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) Claudete Tenuti, com Efetividade, no Cargo de Agente de Copa e Higienização, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:  
01 de julho 2008 a 30 de junho de 2013

Período de gozo:  
12 de agosto 2013 a 09 de novembro de 2013

Catanduvas, 12 de agosto de 2013  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Ao Anterior: Portaria P/4477/08

#### **Portaria N° 5819 de 15 de Agosto de 2013**

PORTARIA P/5819/13, de 15.08.2013

“Exonera de Cargo em Comissão,  
MAYRA GREZEL”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

Resolve

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, MAYRA GREZEL, das funções do Cargo em Comissão de Consultor(a) Jurídico(a), Nível CC-09, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) nominado(a) funcionário(a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 15 de agosto de 2013

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5781/13

### **Edital de Convocação de Concurso Público N.º 0001/2013**

Edital de convocação para o cargo de Agente Administrativo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Nº 001/2013

Fica o Sr. RICARDO SEGURA PEREZ LUCIANO (CPF nº 006.501.676-94) convocado a comparecer junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Catanduvas/SC, com endereço na Rua Felipe Schmidt, nº 1435, Centro, Caixa Postal nº 10, Catanduvas - Santa Catarina, CEP 89670-000, telefone (49) 3525 1144, a manifestar seu interesse em assumir o cargo de agente administrativo aprovado por concurso público, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir desta publicação.

O não comparecimento no prazo estipulado será considerado como renúncia tácita à vaga, autorizando, assim, o Município a chamar o próximo da lista, aprovado para o mesmo Concurso. (CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010. CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO).

Catanduvas/SC, 21 de agosto de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## **Chapadão do Lageado**

### **PREFEITURA**

#### **Lei N° 0583 de 22/08/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º 0583 de 22.08.2013

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES AMIGAS DE FLORESTAL DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação do Grupo de Mulheres Amigas da Florestal, inscrita no CNPJ sob Nº 09.410.704/0001-07, com sede na Estrada Geral, Florestal, s/n, Município de Chapadão do Lageado- SC.

Art. 2º Á entidade de que trata o artigo anterior da presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 22 de agosto de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Errata da Portaria 271/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1306 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 28.08.2013, p.97, Portaria 271/2013,

Onde se lê:

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da servidora Pública SIMONE IARA DA SILVEIRA, ocupante do efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal da Assistência Social, pelo período de 20.08.13 a 20.10.13.

Leia-se:

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da servidora Pública SIMONE IARA DA SILVEIRA, ocupante do efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal da Assistência Social, pelo período de 20.08.13 a 18.10.13.

Em decorrência do exposto republica-se o texto integral da referida Portaria.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Errata da Portaria N° 254/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 1295 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 05.08.2013, p.53, Portaria 254/2013,

Onde se lê:

Art.1º Admitir em caráter temporário RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma de 2 anos, na Unidade de Ensino Infantil Professor Verny Passig, pelo período de 05.08.2013 a 20.12.2013.

Leia-se:

Art.1º Admitir em caráter temporário RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma de 2 anos, na Unidade de Ensino Infantil Professor Verny Passig, pelo período de 05.08.2013 a 20.12.2013.

Em decorrência do exposto republica-se o texto integral da referida Portaria.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### Portaria N° 254/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 254/2013

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 238/2013, que concede Licença Maternidade a Servidora Publica LEANDRÉIA HERDT SILVA.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 001/2013/SMECE;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma de 2 anos, na Unidade de Ensino Infantil Professor Verny Passig, pelo período de 05.08.2013 a 20.12.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 02 de agosto de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### Portaria N° 271/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 271/2013

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

#### RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da servidora Pública SIMONE IARA DA SILVEIRA, ocupante do efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal da Assistência Social, pelo período de 20.08.13 a 18.10.13.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 19 de agosto de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### Termo Aditivo 05/2013

TERMO ADITIVO Nº 05/2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/13 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2013, DE AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FUNCIONÁRIOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A EMPRESA DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - COMÉRCIO.

Fundamento Legal: § 4º do art. 57 c/c §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo Primeiro Termo Aditivo do Contrato de execução de obras e serviços, nós, abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - COMÉRCIO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Fernando Furlan, 325, bairro Jardim Elizabeth, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.414.291/0001-79, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Fica alterado para R\$ 66,00(sessenta e seis reais) o valor unitário da cesta básica, constante no Contrato nº. 37/2013, de acordo com Parecer Jurídico em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 37/13, de 14 de fevereiro de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de agosto de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: \_\_\_\_\_;

\_\_\_\_\_.

#### Termo Aditivo N° . 04/2013

TERMO ADITIVO Nº 04/2013, DE 16 DE AGOSTO DE 2013.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 72/13 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2013, DE AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A EMPRESA DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - COMÉRCIO.

Fundamento Legal: § 4º do art. 57 c/c §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo Primeiro Termo Aditivo do Contrato de execução de obras e



serviços, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL/F.M.A.S., estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - COMÉRCIO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Fernando Furlan, 325, bairro Jardim Elizabeth, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.414.291/0001-79, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Fica alterado para R\$ 55,00(cinquenta e cinco reais) o valor unitário da cesta básica, constante no Contrato nº. 72/2013, de acordo com Parecer Jurídico em anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato Nº. 72/2013, de 07 de março de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de agosto de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: \_\_\_\_\_;

\_\_\_\_\_.

**Concórdia**

**PREFEITURA**

#### Portaria Nº 30/2013

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 30/2013, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Altera expressão constante na Portaria nº 12/2013, de 22 de março de 2013; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010; e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "em estágio probatório", para: "em estágio probatório e à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal", constante na Portaria nº 12/2013, de 22 de março de 2013, do IPRECON.

Art. 2º A avaliação das servidoras integrantes da comissão designada através da Portaria nº 12/2013, visando à Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal, será efetuada pelos demais membros juntamente com a servidora LENIR GENILSE

MOLOSSI COMIN.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º desta Portaria, fica concedida à servidora LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial de Processos Administrativos, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo Municipal, não comissionada, gratificação pelo exercício da função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) do vencimento, de acordo com a Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010, enquanto perdurar os trabalhos na referida comissão.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento do IPRECON.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2013.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 22 de agosto de 2013.

GLADIS MARIA RADETSKI

Agente Administrativo

#### Portaria Nº 31/2013

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 31/2013, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Concede Aposentadoria Compulsória ao servidor JAIRO DALCANALE.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e art. 43 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 22 de agosto de 2013, ao servidor JAIRO DALCANALE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, 20 horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, nível 11-20-GEA1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matriculado sob nº 100676-00, Aposentadoria Compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 22 de agosto de 2013.

GLADIS MARIA RADETSKI

Agente Administrativo

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 6/2013- Fmc**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2013- FMC

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de limpeza e colocação de cadeiras no Centro de Eventos Concórdia, visando a realização do Festival Concórdia em Dança 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/09/2013.

Abertura: dia 09/09/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 21 de Agosto de 2013.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação de Cultura

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 93/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL N° 93/2013- PMC

Objeto: Aquisição de peças e prestação de serviço para conserto de diversos itens da Motoniveladora Caterpillar CAT 120H, PMC 149, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 12/09/2013.

Abertura: dia 13/09/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 22 de agosto de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Edital de Tomada de Preços Compras e Serviços N° 5/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS  
COMPRAS E SERVIÇOS N° 5/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, cadastro e acompanhamento de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento a operacionalização dos sistemas de transferências de recursos (SIGEF, SICONV, SISMOB, SIMEC, SIGOB, SIS-PAC, OBTV) com o objetivo de captar recursos para a realização de obras e serviços para a população do Município de Concórdia/SC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 16/09/2013, ÀS 16h00min. INTERESSADOS CADASTRADOS: ATÉ 19/09/2013, às 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA de preço deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 19/09/2013, às 10h00min.

Abertura: dia 19/09/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Extrato 4º TA Contrato N° 143/2012 - PMC**

Contrato N°: 143/2012/2012

Aditivo N°: 4ºTA/2013

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP

Licitação: Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 42/2011

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, neste Município de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Vigência: Início: 15/08/2013 Término: 20/12/2013

Assinatura: 15/08/2013

**Extrato Contrato N° 1/2013 - Fumdeagro**

Contrato N°: 1/2013

Contratante: FUMDEAGRO - FUNDO MUNIC. DE DESENV.AGRO-PECUARIO

Contratada: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DE SC

Licitação: Inexigibilidade 1/2013

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais de análises de solo, para agricultores do Município de Concórdia, conforme Lei Complementar nº 134/1997.

Vigência: Início: 08/08/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 08/08/2013

Valor R\$: 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Dotação: 272 - 17.001.2303.333903951000000.02000000

**Extrato Contrato N° 5/2013 - Fumdema**

Contrato N°: 5/2013

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada: TERRA INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 3/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de palestra, apresentação teatral, minicursos

e certificação para atender a demanda da 3ª edição do Evento CONCÓRDIA AMBIENTAL, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência: Início: 12/08/2013 Término: 11/10/2013

Assinatura: 12/08/2013

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação: 209 - 21.001.2503.333903922000000.01000000

#### **Extrato Contratos N° 256/2013 a 261/2013 - PMC**

Contrato N°: 256/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: J.R.S MOTO CENTER LTDA

Licitação: Pregão Presencial 85/2013

Objeto: Aquisição de motocicleta nova para atender ao projeto FISCALIZAÇÃO DE RESÍDUOS DA FUMDEMA, com recursos DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS- FMDD

Vigência: Início: 13/08/2013 Término: 12/09/2014

Assinatura: 13/08/2013

Valor R\$: 5.830,00 (Cinco Mil e Oitocentos e Trinta Reais)

Dotação: 325 - 04.002.2045.344905252000000.03000000

Contrato N°: 257/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: TRANSPORTES HELLO LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 88/2013

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, Educação de Jovens e Adultos ? EJA e Centro de Educação de Jovens e Adultos ? CEJA, com recursos oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, para o segundo semestre de 2013

Vigência: Início: 13/08/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 13/08/2013

Valor R\$: 8.051,76 (Oito Mil, Cinquenta e Um Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação: 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Contrato N°: 258/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: G. RAUBER - TRANSPORTES - ME

Licitação: Pregão Presencial 88/2013

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino, Educação de Jovens e Adultos ? EJA e Centro de Educação de Jovens e Adultos ? CEJA, com recursos oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, para o segundo semestre de 2013

Vigência: Início: 13/08/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura: 13/08/2013

Valor R\$: 5.867,36 (Cinco Mil, Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação: 67 - 06.006.2011.333903926000000.01220000

Contrato N°: 259/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação: Concorrência para Compras e Serviços 2/2013

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos e Fundações e IPRECON, do município de Concórdia.

Vigência: Início: 13/08/2013 Término: 12/08/2014

Assinatura: 13/08/2013

Valor R\$: 274.000,00 (Duzentos e Setenta e Quatro Mil Reais)

Dotação: 169 - 22.001.2601.333903988000000.02030000

Dotação: 187 - 20.001.2453.333903988000000.01000000

Dotação: 198 - 19.001.2403.333903988000000.01000000

Dotação: 224 - 13.001.2102.333903988000000.01640000

Dotação: 237 - 13.001.2104.333903988000000.01660000

Dotação: 242 - 14.001.2152.333903988000000.01000000

Dotação: 260 - 15.001.2203.333903988000000.01500000

Dotação: 311 - 21.001.2503.333903988000000.03000000

Contrato N°: 260/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: NIVELLAR MATERIAIS CONSTRUCAO E TRANSPORTES LTDA

Licitação: Dispensa para Compras e Serviços 20/2013

Objeto: Aquisição de material de construção e contratação de empresa para prestação do serviço de reforma do telhado da EBM Anna Zamarchi Coldebella, em caráter emergencial.

Vigência: Início: 14/08/2013 Término: 13/09/2013

Assinatura: 14/08/2013

Valor R\$: 17.989,43 (Dezesse Mil, Novecentos e Oitenta e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos)

Dotação: 46 - 06.002.2017.333903024000000.01010000

Dotação: 46 - 06.002.2017.333903916000000.01010000

Contrato N°: 261/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada: VANDERLEI DEITOS ME

Licitação: Dispensa para Compras e Serviços 20/2013

Objeto: Aquisição de material de construção e contratação de empresa para prestação do serviço de reforma do telhado da EBM Anna Zamarchi Coldebella, em caráter emergencial.

Vigência: Início: 14/08/2013 Término: 13/10/2013

Assinatura: 14/08/2013

Valor R\$: 12.057,60 (Doze Mil, Cinquenta e Sete Reais e Sessenta Centavos)

Dotação: 46 - 06.002.2017.333903024000000.01010000

Dotação: 46 - 06.002.2017.333903916000000.01010000

#### **Extrato Rescisão Contrato N° 8/2013 - FMAS**

Contrato N°: 8/2013

Aditivo N°: 1/2013

Tipo Aditivo: Rescisão Contratual

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada: CLINICA CORPUS FISIOTERAPIA E REABILITAÇ

Licitação: Pregão Presencial 3/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de hidroterapia, em atendimento aos usuários da assistência social portadores de deficiência, atendidos através dos programas do Centro de Referência Assistência Social - CRAS.

Vigência : Início: 01/03/2013 Término: 12/08/2013

Assinatura : 12/08/2013



**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Fmdd N° 3/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FMDD N° 3/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio FMDD nº 3/2013, firmado em 24 de junho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, pelo FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD, criado pela Lei Complementar Municipal nº 621, de 16 de fevereiro de 2013, com Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 5.699, de 26 de abril de 2012, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Gestor do FMDD, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO e a ASSOCIAÇÃO CORAL INFANTO-JUVENIL "CANTA, CANTA, MINHA GENTE", inscrita no CNPJ sob nº 09.086.685/0001-05, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ANTÔNIO LUIZ DA SILVA.

OBJETO: Altera o inciso XI da Cláusula Quarta - Das Obrigações da Conveniente.

DATA DA ASSINATURA: 18 de julho de 2013.

**Extrato do Resultado do Julgamento de Habilitação e Classificação das Propostas Convite Cs - N° 2/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONVITE CS - N° 2/2013 - PMC

Objeto: aquisição de peças e prestação de serviço de retifica completa do motor Cummins série C do caminhão caçamba VW 26220, ano 2002, PMC 048, de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" do Edital.

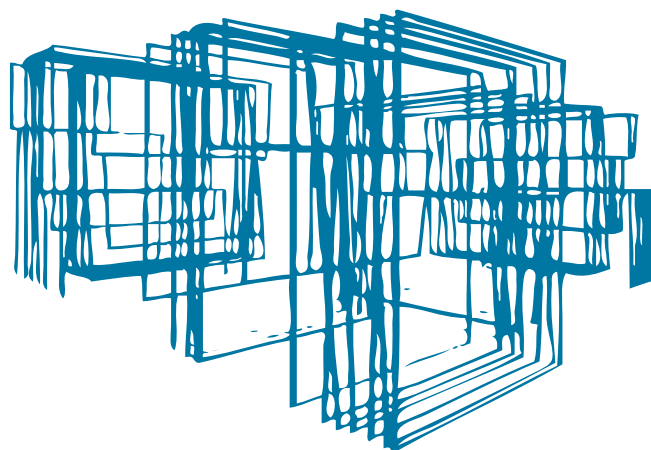
**EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação e classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: MECANICA MARCIAL LTDA ME; SONECA MOTORES LTDA - ME; RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA e MECÂNICA ALCEU LTDA - ME. Ressalva-se que a empresa MECÂNICA ALCEU LTDA deixou de apresentar Contrato Social devidamente registrado conforme exigido no subitem 5.2 do Edital, restando a mesma INABILITADA. As demais cumpriram plenamente ao exigido do Edital e foram julgadas HABILITADAS. Ante o exposto, todas as empresas renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação, bem como ao respectivo prazo, recursal anexando em sua documentação o Termo de Renúncia relativo a esta fase. Em sequência a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 - Proposta de Preço e foi apurada a seguinte classificação: a licitante RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA sagrou-se vencedora do objeto em epígrafe com o menor preço global de R\$9.490,00 (nove mil, quatrocentos e noventa reais). De ressaltar que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 22 de agosto de 2013.

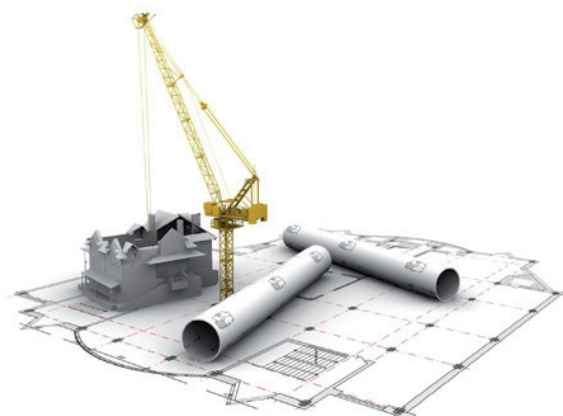
NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da CPL



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços N° 10/2013

ESTADO E SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços N° 10/2013

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de Materiais de Construção

PROCESSO N° 70/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2013

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

A presente ata tem por objeto o registro de preços de LIVROS da empresa , conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR	VL.UNIT.	CLASSIFIC.
01	02 UN	ALICATE BICO	FERRACOL FER.CORONEL	10,20	1º
02	03 UN	ALICATE UNIVERSAL 8	JULIANO M.GIRARDI	10,70	1º
03	50 UN	ALVENARITE 1 LT	JULIANO M.GIRARDI	1,95	1º
04	40 UN	ANEL DE CERA	MACOCEL MAT.CONST.	3,60	1º
05	100.000 KG	ARAME GALVANIZADO N° 18	MACOCEL MAT.CONST.	7,80	1º
06	200.000 M³	AREIA MÉDIA	MACOCEL MAT.CONST.	71,00	1º
07	50.000 UN	ARGAMASSA ACI SACA 20 KG	MACOCEL MAT.CONST.	5,45	1º
08	50.000 UN	ARGAMASSA EXTERNA AC-II 20 KG	JULIANO M.GIRARDI	11,90	1º
09	50 UN	MASSA MULTIPLO USO 20 KG	JULIANO M.GIRARDI	6,72	1º
10	16 UN	ARMAÇÃO 1-1	JULIANO M.GIRARDI	5,85	1º
11	150 M	CERÂMICA PARA PISO DE 47 X 47	MACOCEL MAT.CONST.	8,50	1º
12	20 UN	ADESIVO 175 GR C/ PINCEL	MACOCEL MAT.CONST.	6,30	1º
13	10 UN	ALGEROZ EM CHAPA GALVANIZADA 60 CM	MACOCEL MAT.CONST.	15,00	1º
14	13 KG	ARAME GALVANIZADO N° 12	FAVARETTO MAT.CONST.	6,50	1º
15	13 KG	ARAME GALVANIZADO N° 16	MACOCEL MAT.CONST.	7,50	1º

16	10 KG	ARAME RECOZIDO	FAVARETTO MAT.CONST.	5,70	1º
17	10 UN	ADESIVO SILICONE 300 GR	MACOCEL MAT.CONST.	6,15	1º
18	5000 UN	BALDE PEDREIRO 10 LTS	JULIANO M.GIRARDI	3,00	1º
19	20 UN	BRAÇADEIRA TIPO D2	FERRACOL FER.CORONEL	0,60	1º
20	50 UN	BRAÇADEIRA TIPO U 1/2	MACOCEL MAT.CONST.	0,10	1º
21	400 UN	BRAÇADEIRA TIPO D 3/4	MACOCEL MAT.CONST.	0,29	1º
22	50 UN	BRAÇADEIRA PARA MANGUEIRA ½ PRESSÃO	FAVARETTO MAT.CONST.	0,55	1º
23	50 UN	BRAÇADEIRA P/MANGUEIRA ¾ PRESSÃO	FAVARETTO MAT.CONST.	0,50	1º
24	250 M³	BRITA N° 01	MACOCEL MAT.CONST.	54,00	1º
25	10 UN	BROCA AÇO RAP. 10,0 MM	MACOCEL MAT.CONST.	8,00	1º
26	10 UN	BROCA DE WIDIA 10,0 MM	FERRACOL FER.CORONEL	5,60	1º
27	15 UN	BROCA DE WÍDEA 12 MM	FAVARETTO MAT.CONST.	6,90	1º
28	10 UN	BROCA AÇO RÁP. 6,0 MM	FAVARETTO MAT.CONST.	3,90	1º
29	10 UN	BROCA DE WÍDEA 8,0 MM	FAVARETTO MAT.CONST.	4,00	1º
30	300 UN	BUCHA 10 MM	FERRACOL FER.CORONEL	0,03	1º
31	500 UN	BUCHA 04 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,03	1º
32	300 UN	BUCHA 05 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,03	1º
33	200 M	CABO PP 2 X 1,5 MM	MACOCEL MAT.CONST.	1,32	1º
34	200 M	CABO PP 2 X 2,5 MM	MACOCEL MAT.CONST.	1,85	1º
35	50 UN	CAIXA DE DESCARGA BRANCA	MACOCEL MAT.CONST.	10,00	1º
36	03 UN	CAIXA EXTERNA P/24, C/ BARRAMEN-TO	MACOCEL MAT.CONST.	146,00	1º
37	20 UN	CANO DE ÁGUA ½ BARRA 20 MM	MACOCEL MAT.CONST.	5,20	1º

38	20 UN	CANO DE ÁGUA ¾ BARRA 25 MM	MACOCEL MAT.CONST.	6,50	1º
39	10 UN	CANO ESGOTO 100 MM	FERRACOL FER.CORONEL	23,00	1º
40	50 M	CANO PARA ESGOTO 50 MM	JULIANO M.GIRARDI	15,00	1º
41	50 M	CANO PARA ESGOTO 40 MM	FAVARETTO MAT.CONST.	9,50	1º
42	10 UN	CHAVE DE FENDA 5/16X6	MACOCEL MAT.CONST.	5,00	1º
43	200 UN	CIMENTO SACA DE 50 KG	MACOCEL MAT.CONST.	21,00	1º
44	30 UN	CURVA ELÉTRICO 90 ¾	JULIANO M.GIRARDI	0,32	1º
45	02 UN	CAIXA DE GORDURA EXTRA GRANDE	MACOCEL MAT.CONST.	77,00	1º
46	100 SC	CAL HIDRATADA 20 KG	FAVARETTO MAT.CONST.	6,70	1º
47	100 M	CALHA C/ CHAPA GALVANIZADA	MACOCEL MAT.CONST.	14,00	1º
48	50 M	CANAleta P/ FIO	JULIANO M.GIRARDI	1,35	1º
49	20 UN	CASCOREZ 1 KG	JULIANO M.GIRARDI	9,00	1º
50	50 UN	CONDUTOR 3 MT	MACOCEL MAT.CONST.	18,00	1º
51	20 KG	CORDA NYLON 3,0 MM	FAVARETTO MAT.CONST.	20,00	1º
52	300 UN	CUMEIRA 4 MM P/ PEÇA	MACOCEL MAT.CONST.	2,70	1º
53	300 UN	CUMEIRA 6 MM P/PEÇA	MACOCEL MAT.CONST.	15,70	1º
54	100 UN	CAIXA EXTERNA P/ AR CONDICIONADO 395	MACOCEL MAT.CONST.	17,40	1º
55	10 UN	CASTELO COMP. P/ REGISTRO 20	FAVARETTO MAT.CONST.	7,00	1º
56	10 UN	CURVA ¾ 180	JULIANO M.GIRARDI	0,54	1º
57	10 UN	CASTELO COMP. P/ REGISTRO 25	FERRACOL FER.CORONEL	8,00	1º
58	20 UN	COTOVELO SIST. P/ CANALETA	FERRACOL FER.CORONEL	0,40	1º
59	20 UN	DESINGRIPANTE 300 ML	JULIANO M.GIRARDI	3,99	1º

60	10 UN	CENTRO DE 12 DIJUNTORES COM BARRAMENTO	MACOCEL MAT.CONST.	105,00	1º
61	100 UN	DOBRADIÇA 3	FERRACOL FER.CORONEL	0,57	1º
62	02 UN	DESEMPENHA ASTRAC/ESPUMA 17 X 30	MACOCEL MAT.CONST.	9,00	1º
63	100 UN	ESPUDE P/ VASO SANITÁRIO	JULIANO M.GIRARDI	0,75	1º
64	02 UN	ESQUADRO	JULIANO M.GIRARDI	6,54	1º
65	05 UN	EXTENSÃO ELÉTRICA C/20 METROS 4 TOMADAS C/ 3 MT, 3 P	MACOCEL MAT.CONST.	27,00	1º
66	05 UN	EXTENSÃO ELÉTRICA C/30 METROS, 4 TOMADAS C/3 MT, 3 P	MACOCEL MAT.CONST.	28,00	1º
67	03 UN	EXTENSÃO ELÉTRICA C/40 METROS, 4 TOMADAS C/3 MT 3 P	MACOCEL MAT.CONST.	38,00	1º
68	05 UN	EXTENSÃO ELÉTRICA C/50 MT, 4 TOMADAS C/3 MT, 3P	MACOCEL MAT.CONST.	49,00	1º
69	100 UN	FECHADURA INTERNA COM CILINDRO	MACOCEL MAT.CONST.	13,90	1º
70	100 UN	FECHADURA EXTERNA COM CILINDRO CX. LATÃO	MACOCEL MAT.CONST.	17,00	1º
71	1000 M	FIO DE COBRE 1,5 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,38	1º
72	1000 M	FIO DE COBRE 2,5 MM FLEXÍVEL	MACOCEL MAT.CONST.	0,56	1º
73	10 UN	FITA DUPLA FACE 10 MT	MACOCEL MAT.CONST.	8,30	1º
74	50 UN	FITA VEDA ROSCA 24 X 50	JULIANO M.GIRARDI	4,85	1º
75	50 UN	FITA ISO-LANTE 19 MM X 20 M	FERRACOL FER.CORONEL	2,90	1º

76	80 UN	FUNDO RE- PARADOR ACRÍLICO PARA PIN- TURA 18 LT	JULIANO M.GIRARDI	63,00	1º
77	30 UN	FECHA- DURA POP LINE ALAVANCA	MACOCEL MAT.CONST.	18,80	1º
78	30 UN	FECHA- DURA 2000/100 INOX	FERRACOL FER.CORO- NEL	17,00	1º
79	20 BR	FERRO 3/8 (10 MM)	MACOCEL MAT.CONST.	23,30	1º
80	20 BR	FERRO 5,0 (5,0 MM)	FERRACOL FER.CORO- NEL	6,00	1º
81	20 BR	FERRO 5/16 (8,00 MM)	MACOCEL MAT.CONST.	16,70	1º
82	20 BR	FERRO 4,2 (4,2 MM)	FERRACOL FER.CORO- NEL	4,50	1º
83	200 M	FIO PARAL 2-1 5 MM	MACOCEL MAT.CONST.	0,85	1º
84	200 M	FIO PARAL 2-2 5 MM	MACOCEL MAT.CONST.	1,50	1º
85	200 M²	FORRO DE PVC	MACOCEL MAT.CONST.	10,00	1º
86	500 UN	GANCHO DE FIXA- ÇÃO PARA ALVENARIA	FERRACOL FER.CORO- NEL	0,90	1º
87	100 UN	GOIVO DE BARRO (TELHA ROMANA)	FERRACOL FER.CORO- NEL	1,25	1º
88	50 UN	INTERRUP- TOR DE EMBT. 1 TECLA	MACOCEL MAT.CONST.	2,80	1º
89	50 UN	INTER- RUPTOR SISTEMA X	FAVARETTO MAT.CONST.	2,60	1º
90	20 UN	INTER- RUPTOR EMBT. 1 TECLA C/ TOMADA	MACOCEL MAT.CONST.	5,50	1º
91	20 UN	INTER- RUPTOR EMBT. 2 TECLAS	JULIANO M.GIRARDI	4,90	1º
92	10 UN	INTER- RUPTOR EMBT. 2 TECLAS C/ TOMADA	FAVARETTO MAT.CONST.	6,50	1º
93	20 UN	INTERRUP- TOR 1 T SIMPLES	MACOCEL MAT.CONST.	2,80	1º
94	50 UN	JOELHO AZUL ½ BUCHA LATÃO	JULIANO M.GIRARDI	0,99	1º
95	30 UN	JOELHO AZUL 3/4	MACOCEL MAT.CONST.	1,10	1º

96	50 UN	JOELHO 20	MACOCEL MAT.CONST.	0,12	1º
97	50 UN	JOELHO PVC 25 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,13	1º
98	50 UN	JOELHO PVC 40 MM ESGOTO	JULIANO M.GIRARDI	0,24	1º
99	50 UN	JOELHO PVC 50 MM ESGOTO	JULIANO M.GIRARDI	0,51	1º
100	50 UN	JOELHO PVC 100 MM ESGO- TO	JULIANO M.GIRARDI	1,34	1º
101	50 UN	JOELHO PVC 150 MM ESGO- TO	MACOCEL MAT.CONST.	11,60	1º
102	01 UN	KIT BAL- ÇÃO COM ESPELHO 60 CM	FERRACOL FER.CORO- NEL	170,00	1º
103	200 UN	KANAFLEX 1 X 1/2	MACOCEL MAT.CONST.	1,50	1º
104	200 UN	LAMPADA FLUORES- CENTE 40 W X 1,20 CM	MACOCEL MAT.CONST.	2,45	1º
105	100 UN	LAMPADA INCANDES- CENTE 150 W	FERRACOL FER.CORO- NEL	2,70	1º
106	100 UN	LAMPADA INCADES- CENTE 100 W	FERRACOL FER.CORO- NEL	1,60	1º
107	100 UN	LAMPADA 100 W SIMPLES AMARELA	FERRACOL FER.CORO- NEL	1,60	1º
108	100 UN	LAMPA- DA 60 W SIMPLES AMARELA	MACOCEL MAT.CONST.	1,30	1º
109	50 UN	LAMPADA ECONOMI- CA 20-22- 27 W	MACOCEL MAT.CONST.	5,90	1º
110	100 UM	LUMINARIA LETADA COMPACTA E-27	JULIANO M.GIRARDI	7,90	1º
111	50 UN	LUMINARIA TUBULAR 2 X 20 LETADA	MACOCEL MAT.CONST.	28,30	1º
112	20 UN	LUMINARIA TUBULAR 2 X 40 LETADA	MACOCEL MAT.CONST.	37,10	1º
113	50 UN	LUMINARIA TUBULAR 2 X 20 W DIFUSOR FECHADO	MACOCEL MAT.CONST.	48,00	1º



114	50 UN	LIXA FOLHA PANO 80	FERRACOL FER.CORO- NEL	0,55	1º
115	50 MT	LONA PRETA 8 X 75 MC	JULIANO M.GIRARDI	0,38	1º
116	160 UN	LUVA ELE- TR. ¾	JULIANO M.GIRARDI	0,24	1º
117	20 PR	LUVA DE MALHA C/ BORACHA	JULIANO M.GIRARDI	1,50	1º
118	50 UN	LUVA 25	JULIANO M.GIRARDI	0,14	1º
119	50 UN	LUVA 20	FERRACOL FER.CORO- NEL	0,25	1º
120	50 UN	LUVA ESG. 40 MM	FERRACOL FER.CORO- NEL	0,49	1º
121	50 UN	LUVA ESG. 50 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,80	1º
122	50 UN	LUVA ESG. 100 MM	JULIANO M.GIRARDI	1,25	1º
123	30 UN	LUVA PLAS- TICA ¾	JULIANO M.GIRARDI	0,57	1º
124	50 UN	MAÇANE- TA PARA PORTA	MACOCEL MAT.CONST.	6,50	1º
125	02 UN	MARRETA 1 KG	MACOCEL MAT.CONST.	18,00	1º
126	10 UN	MARTELO 25 MM	MACOCEL MAT.CONST.	10,20	1º
127	20 SC	MASSA FINA CALFI- NEX 20 KG	MACOCEL MAT.CONST.	7,10	1º
128	10 UN	MASSA COLORIDA ACRILICA 3,6	MACOCEL MAT.CONST.	16,30	1º
129	50 UN	MASSA PRONTA SACA DE 30 KG	MACOCEL MAT.CONST.	7,80	1º
130	02 UN	NIVEL DE MADEIRA	FERRACOL FER.CORO- NEL	6,80	1º
131	10 UN	OCULOS PROTEÇÃO INCOLOR	JULIANO M.GIRARDI	2,90	1º
132	50 UN	PALANQUE DE CIMEN- TO 2,20 M	MACOCEL MAT.CONST.	37,00	1º
133	200 UN	PARAFU- SO COM CABEÇA 4.0 X 35	FERRACOL FER.CORO- NEL	0,01	1º
134	500 UN	PARAFUSO 5.0 X 40	FERRACOL FER.CORO- NEL	0,02	1º
135	20 UN	PARAFUSO ZINQ. ½ X 200	MACOCEL MAT.CONST.	3,40	1º
136	50 UN	PARAFUSO 6.0 X 50	MACOCEL MAT.CONST.	0,09	1º
137	600 UN	PARAFUSO PHILIPS 3.5 X 25	MACOCEL MAT.CONST.	0,03	1º

138	600 UN	PARAFUSO PHILIPS 3.5 X 35	MACOCEL MAT.CONST.	0,03	1º
139	600 UN	PARAFUSO PHILIPS 3.5 X 40	MACOCEL MAT.CONST.	0,03	1º
140	200 UN	PARAFUSO TELHEIRO 6 MM	MACOCEL MAT.CONST.	0,25	1º
141	250 M³	PEDRISCO	FERRACOL FER.CORO- NEL	47,00	1º
142	20 UM	PINCEL PARA PINTAR PAREDE TAMANHO GRANDE	MACOCEL MAT.CONST.	3,00	1º
143	50 UN	PINCEL 1	JULIANO M.GIRARDI	0,97	1º
144	50 UN	PINCEL 2	MACOCEL MAT.CONST.	1,56	1º
145	50 UN	PINCEL 3-1/2	MACOCEL MAT.CONST.	2,20	1º
146	100 UN	PINO FEMEA COMUM	MACOCEL MAT.CONST.	1,65	1º
147	100 UN	PINO MACHO COMUM	FERRACOL FER.CORO- NEL	1,60	1º
148	100 UN	PORTA INTER- NA SEMI OCA – 2,14 ALTURA X 84 CM DE LARGURA	MACOCEL MAT.CONST.	100,00	1º
149	02 UN	PRUMO	FERRACOL FER.CORO- NEL	10,80	1º
150	250 M²	PISO 40 X 40	MACOCEL MAT.CONST.	7,60	1º
151	20 M²	PISO EM TACO DE MADEIRA 7 X 21 CM	MACOCEL MAT.CONST.	45,00	1º
152	50 KG	PREGO TELHEIRO	MACOCEL MAT.CONST.	6,60	1º
153	20 KG	PREGO 12 X 12	FAVARETTO MAT.CONST.	6,50	1º
154	50 KG	PREGO 17 X 27	MACOCEL MAT.CONST.	5,50	1º
155	100 KG	PREGO 18 X 30	FERRACOL FER.CORO- NEL	5,20	1º
156	100 KG	PREGO 19 X 39	MACOCEL MAT.CONST.	5,20	1º
157	50 UN	REGISTRO DE GAVETA 20 MM	MACOCEL MAT.CONST.	13,00	1º
158	50 UN	REGISTRO GAVETA 25 MM	MACOCEL MAT.CONST.	13,00	1º
159	10 UN	REGISTRO DE GAVETA 50 MM	MACOCEL MAT.CONST.	28,00	1º

160	25 KG	REJUNTE PARA PISO E PAREDE	FERRACOL FER.CORONEL	1,50	1º
161	10 UN	REPARO DE ENTRADA DE CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA	MACOCEL MAT.CONST.	30,00	1º
162	10 UN	REPARO DE SAÍDA DE CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA	MACOCEL MAT.CONST.	28,00	1º
163	200 M²	REVESTIMENTA CERÂMICO 45 X 45	MACOCEL MAT.CONST.	8,30	1º
164	200 M²	REVESTIMENTO CERÂMICO 50 X 50	MACOCEL MAT.CONST.	9,00	1º
165	200 M²	REVESTIMENTO CERÂMICO 54 X 54	MACOCEL MAT.CONST.	9,00	1º
166	16 UN	ROLDANA 72 X 72	FERRACOL FER.CORONEL	2,30	1º
167	30 UN	REDUÇÃO 100/75	FERRACOL FER.CORONEL	3,92	1º
168	30 UN	REDUÇÃO 100/50	FERRACOL FER.CORONEL	2,80	1º
169	30 UN	REDUÇÃO 50/40	JULIANO M.GIRARDI	0,39	1º
170	30 UN	REDUÇÃO 75/50	MACOCEL MAT.CONST.	1,80	1º
171	20 UN	REDUÇÃO 150/100	FERRACOL FER.CORONEL	6,80	1º
172	15 UN	REGISTRO ESFERRA ½	JULIANO M.GIRARDI	9,50	1º
173	05 UN	REGUA DE ALUMINIO 2M	FERRACOL FER.CORONEL	18,90	1º
174	150 M	RODAFORRO EM PVC	MACOCEL MAT.CONST.	2,30	1º
175	30 UN	RONDANA PLASTICA 36 X 36	JULIANO M.GIRARDI	0,09	1º
176	30 UN	ROLO DE LÃ 23 CM	MACOCEL MAT.CONST.	7,00	1º
177	100 UN	SERRA DE CORTAR CANO	JULIANO M.GIRARDI	1,05	1º
178	50 UN	ROLO DE LÃ 23 CM ANTIGOTA	FERRACOL FER.CORONEL	6,90	1º
179	100 UN	SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE FLEXIVEL	JULIANO M.GIRARDI	1,70	1º

180	100 UN	SOQUETE PARA LAMPADA INCANDESCENTE FLEXIVEL	JULIANO M.GIRARDI	1,70	1º
181	500 UN	SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE FIXO	MACOCEL MAT.CONST.	1,75	1º
182	20 UN	SELADOR ACRILICO 3,600	JULIANO M.GIRARDI	12,50	1º
183	30 UN	SIFÃO SANFONADO 11 X 40 BRANCO	JULIANO M.GIRARDI	3,70	1º
184	30 UN	SIFÃO SANFONADO 11/4 X 40 1,5 MT BRANCO	MACOCEL MAT.CONST.	6,50	1º
185	50 LT	SOLVENTE 900 ML	QUIMICA-SOL	6,50	1º
186	50 UN	SUPORTE DE FERRO PARA PRA-TELEIRA 25 CM DE COMP. X 20 CM ALT.	FAVARETTO MAT.CONST.	6,00	1º
187	1000 M²	TACO DE MADEIRA PARA PISO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 8 CM LARG X 30 CM COMP	MACOCEL MAT.CONST.	37,00	1º
188	02 UN	TALHADEIRA	FERRACOL FER.CORONEL	6,80	1º
189	60 UN	TAMPA CAIXA CON-DULETE	MACOCEL MAT.CONST.	2,30	1º
190	20 UN	TAMPA PRA VASO SANITÁRIO	JULIANO M.GIRARDI	8,00	1º
191	200 M	TELA PLÁSTICA PARA JANELA	MACOCEL MAT.CONST.	1,80	1º
192	100 UN	TELHA DE CONCRETO	MACOCEL MAT.CONST.	1,65	1º
193	150 M²	PAVER	MACOCEL MAT.CONST.	35,00	1º
194	10000 UN	TIJOLO 6 FUIROS	MACOCEL MAT.CONST.	0,46	1º
195	1000 UN	TIJOLO ½ FURADO PARA PAREDE (FURADO P/VENT.)	FERRACOL FER.CORONEL	0,50	1º
196	50 UN	THINNER 900 ML	QUIMICA-SOL	5,80	1º

197	200 UN	TINTA ESMALTE 3,6 LT	FERRACOL FER.CORO-NEL	31,80	1º
198	100 UN	TOMADA DE EMBUTIR	MACOCEL MAT.CONST.	4,30	1º
199	50 UN	TOMADA SISTEMA X	MACOCEL MAT.CONST.	4,50	1º
200	100 UN	TORNEIRA PLÁSTICA PARA LAVATÓRIO	MACOCEL MAT.CONST.	2,50	1º
201	100 UN	TORNEIRA METÁLICA	MACOCEL MAT.CONST.	11,70	1º
202	30 BR	TRELIÇA BARRA 8 CM ALT X 12 M COMP	FERRACOL FER.CORO-NEL	35,00	1º
203	07 UN	TRENA 5 M	MACOCEL MAT.CONST.	7,30	1º
204	400 UN	TELHA DE BARRO	JULIANO M.GIRARDI	0,98	1º
205	100 UN	TELHA 183/06/110	MACOCEL MAT.CONST.	19,90	1º
206	180 M	TUBO SOLDÁVEL 25 MM	MACOCEL MAT.CONST.	1,10	1º
207	180 M	TUBO SOLDÁVEL 20 MM	MACOCEL MAT.CONST.	0,85	1º
208	180 M	TUBO ESGOTO 40 MM	JULIANO M.GIRARDI	1,68	1º
209	180 M	TUBO ESGOTO 50 MM	JULIANO M.GIRARDI	2,46	1º
210	180 M	TUBO ESG. 75 MM	JULIANO M.GIRARDI	3,50	1º
211	100 UN	TELA ALAMBRADO MALHA 8 FIO 16	MACOCEL MAT.CONST.	11,50	1º
212	50 LT	TINTA P/ PISO 3600	MACOCEL MAT.CONST.	22,20	1º
213	50 UN	TINTA ACRÍLICA 3600 LT	MACOCEL MAT.CONST.	24,00	1º
214	114 UN	TOMADA COMPUTADOR 965	JULIANO M.GIRARDI	4,00	1º
215	20 UN	TUBO DE DESCARGA N° 1	FERRACOL FER.CORO-NEL	5,00	1º
216	100 M	TRILHO P/ CORTINA DUPLO	FERRACOL FER.CORO-NEL	2,35	1º
217	50 UN	TINTA P/ DEMARCAÇÃO E PISO 1800	MACOCEL MAT.CONST.	147,00	1º

218	50 UN	TINTA P/ DEMARCAÇÃO E BASE DE RESINA ACRÍLICA E SOLVENTE NBR BEM. 18 LT	MACOCEL MAT.CONST.	147,00	1º
219	10 UN	TORNEIRA GIRATÓRIA COZ. 1/4	FERRACOL FER.CORO-NEL	22,50	1º
220	70 UN	TORNEIRA LAVATÓRIO	MACOCEL MAT.CONST.	7,00	1º
221	30 UN	TORNEIRA LAVATÓRIO 1195 RAINHA	MACOCEL MAT.CONST.	17,00	1º
222	70 UN	TORNEIRA JARDIM 1/2	MACOCEL MAT.CONST.	1,30	1º
223	100 UN	TÊ 40 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,56	1º
224	100 UN	TÊ 75 MM	JULIANO M.GIRARDI	4,13	1º
225	100 UN	TÊ 100 MM	JULIANO M.GIRARDI	3,77	1º
226	100 UN	TÊ 50 MM	JULIANO M.GIRARDI	1,64	1º
227	06 UN	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO PLÁSTICO	JULIANO M.GIRARDI	1,05	1º
228	120 M²	VIDRO	MACOCEL MAT.CONST.	40,00	1º
229	05 UN	VASO SANITÁRIO BRANCO SIMPLES C/ TAMP	MACOCEL MAT.CONST.	66,00	1º
230	05 UN	VASO SANITÁRIO BRANCO INFANTIL C/TAMP	MACOCEL MAT.CONST.	126,00	1º
231	30 UN	ENXADA	FERRACOL FER.CORO-NEL	6,80	1º
232	10 UN	PÁ DE AJUNTAR QUADRADA	MACOCEL MAT.CONST.	8,00	1º
233	25 UN	PÁ DE AJUNTAR REDONDA	MACOCEL MAT.CONST.	8,00	1º
234	05 UN	PICÃO	MACOCEL MAT.CONST.	19,80	1º
235	35 UN	CABO PARA FERRAMENTA	MACOCEL MAT.CONST.	5,20	1º
236	02 UN	MACHADO	FERRACOL FER.CORO-NEL	20,00	1º
237	02 UN	CAVADEIRA DE FERRO 2,5/1,8 M	MACOCEL MAT.CONST.	14,00	1º
238	20 UN	VASSOURA PLÁSTICA PARA GRAMA PEQUENA	MACOCEL MAT.CONST.	6,50	1º

239	05 UN	VASSOURA JARDIM METAL FIXA	MACOCEL MAT.CONST.	7,50	1°
240	05 UN	MARTELO UNHA 29 MM	MACOCEL MAT.CONST.	11,00	1°
241	08 UN	MARETA 2500 GR	FERRACOL FER.CORO-NEL	29,90	1°
242	03 UN	MARETA 8000 GR	MACOCEL MAT.CONST.	90,00	1°
243	01 UN	SERRA MULTICORTE MCV 500 W	MACOCEL MAT.CONST.	250,00	1°
244	04 UN	SERROTE LÂMINA DE SERRA AMERICANO	MACOCEL MAT.CONST.	22,90	1°
245	10 UN	FOICE PARA ROÇADA	MACOCEL MAT.CONST.	9,00	1°
246	20 UN	CAPA DE CHUVA G	FERRACOL FER.CORO-NEL	8,50	1°
247	04 PC	ARCO DE SERRA REGULÁVEL REFORÇADO	MACOCEL MAT.CONST.	12,00	1°
248	50 UN	SERRINHA NICH. VERMELHA	MACOCEL MAT.CONST.	1,85	1°
249	20 UN	CADEADO 40 MM	MACOCEL MAT.CONST.	10,80	1°
250	100 UN	CORRENTE POLIDA 11 MM	MACOCEL MAT.CONST.	9,90	1°
251	20 UN	GANCHO 2,00 T 7/16 S/TRAVA	MACOCEL MAT.CONST.	19,80	1°
252	05 UN	CADEADO 60 MM	FERRACOL FER.CORO-NEL	29,00	1°
253	10000 KG	CORRENTE POLIDA 6,5 MM 1/4	MACOCEL MAT.CONST.	9,90	1°
254	150 UN	PREGO 22 X 48	MACOCEL MAT.CONST.	5,20	1°
255	300 KG	PREGO 25 X 72	MACOCEL MAT.CONST.	5,50	1°
256	20 UN	BOTA DE BORRACHA DIVERSAS NUMERAÇÕES	JULIANO M.GIRARDI	23,50	1°
257	06 UN	GARRAFA TÉRMICA BUTIJÃO 5 LT	MACOCEL MAT.CONST.	18,00	1°
258	05 UN	CAIXA FIBRA 1000 LT	MACOCEL MAT.CONST.	200,00	1°
259	1 UN	CAIXA FIBRA 5000 LT	MACOCEL MAT.CONST.	840,00	1°

260	11000 UN	TIJOLO MACIÇO	JULIANO M.GIRARDI	0,39	1°
261	20 UN	MOSQUETÃO COM ROSCA 12,5 – 1/2	MACOCEL MAT.CONST.	9,00	1°
262	200 M	CABO AÇO 1/2	FERRACOL FER.CORO-NEL	8,70	1°
263	40 UN	CLIPS AÇO 3/8	FERRACOL FER.CORO-NEL	1,20	1°
264	10 UN	ANTI FERRUGEM DESIN-GRIPANTE SPRAY 300 ML	MACOCEL MAT.CONST.	6,20	1°
265	10 UN	BROCA AÇO RÁPIDO 8,0 MM	MACOCEL MAT.CONST.	6,50	1°
266	1000 UN	BUCHA 8 MM	MACOCEL MAT.CONST.	0,03	1°
267	1000 UN	BUCHA 6 MM	MACOCEL MAT.CONST.	0,03	1°
268	50 UN	CLINDRO DE FECHADURA	MACOCEL MAT.CONST.	7,10	1°
269	50 UN	FLEXÍVEL 40 CM	MACOCEL MAT.CONST.	1,30	1°
270	05 UN	CARRINHO DE MÃO CAC.METAL	FERRACOL FER.CORO-NEL	59,00	1°
271	100 UN	TÊ DE PVC 25 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,29	1°
272	100 UN	TÊ PVC 20 MM	JULIANO M.GIRARDI	0,18	1°
273	02 UN	ESCADA DE FERRO OU ALUMÍNIO 6 DEGRAUS	MACOCEL MAT.CONST.	65,00	1°
274	10 UN	PINO DE TRÊS SAÍDAS	MACOCEL MAT.CONST.	3,00	1°
275	10 UN	TRINCO DE PORTA PEQUENO	MACOCEL MAT.CONST.	2,00	1°
276	02 UN	CABO DE PINTURA EXTENSOR 2 MT	MACOCEL MAT.CONST.	11,00	1°
277	02 UN	CABO DE PINTURA EXTENSOR 3 MT	MACOCEL MAT.CONST.	13,00	1°
278	10 UN	CABO DE ROLO 28 CM	MACOCEL MAT.CONST.	4,00	1°

Coronel Freitas (SC), 21/08/2013  
**MAURI JOSÉ ZUCCO**  
 Prefeito Municipal



**Publicação Ata de Registro de Preços N° 09/2013**

ESTADO E SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços N° 09/2013

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de Livros

PROCESSO N° 63/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2013

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

A presente ata tem por objeto o registro de preços de LIVROS da empresa, conforme descrito abaixo:

Itm	Quant.	Descrição	Empresa	Valor	Classif.
01	05 un	Livro Três Porquinhos mal criados e o lobo bom, autor Liz Pichon, Ed. Ciranda	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
02	04 un	Livro Meu Papai, autor Steve Smaltzman E Sean Julian, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
03	04 un	Livro longe de Casa, autora Elizabeth Baguley E Jane Champaman, Ed. Ciranda	L.MOHR LTDA.	18,60	1º
04	03 un	Livro Meu, autora Tracey Coreboy Caroline Pedler, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	18,60	1º
05	04 un	Livro Uma Coelhinho Esquentadinha, autora M Christina Butler e Gavin Scott Caroline Pedler, Ed. Ciranda	L.MOHR LTDA.	18,60	1º
06	03 un	Livro Uma Noite Estrelada, autora M. Christina Butler e Tina MachNauqhon, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	18,60	1º
07	03 un	Livro Um Dia Especial, autora Christine Leeson e Jane Chapmam, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	17,80	1º
08	03 un	Livro Heitor descobre suas patas, autora Catherine Rayner, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
09	04 un	Livro Não Estou com Sono I, autora Jane Chapman, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
10	03 un	Livro Hora de Dormir Pequeninhas, autora Claire Gail Yerrill, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	19,30	1º
11	03 un	Livro O Grande Lobo Mau, autora Nick Ward, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º

12	04 un	Livro A Minha Vez, autor Daviod Bedford e Elaine Field, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
13	03 un	Livro O Gato e o Rato, autora Chisyan e Diane Fox, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
14	03 un	Livro Quem está aí?, autora Isabel Glamble Tim Warrens, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
15	04 un	Livro As verdadeiras histórias de Cinderela e suas irmãs feias, autora Lis Pichon, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
16	03 un	Livro Que tem para o Almoço?, autora Claire Freedman, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
17	03 un	Livro O que está acontecendo com Rose?, autor Pippa Jagger, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
18	03 un	Livro Super Heróis, autor Steve smallmann, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
19	03 un	Livro Iris e Isaque, autora Catherine Rayner, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
20	03 un	Livro Lara Lua, autora Elizabeth Baguley, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
21	03 un	Livro Perdido na Neve, autora Linda Jennings, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
22	03 un	Livro Sissi e o pássaro, autora Catherine Rayner, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
23	04 un	Livro A Bruxinha Medrosa, autora Layn Marlow, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
24	04 un	Livro O Carneirinho que veio para jantar, autora Joelle Dreidemy, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	14,90	1º
25	02 un	Coleção Descobertas com 12 vol, Ed. infantil	L.MOHR LTDA.	36,00	1º
26	02 un	Coleção Encanto e Ternura c/12 livros	L.MOHR LTDA.	36,00	1º
27	02 un	Coleção Cada Letra uma História c/12 livros	L.MOHR LTDA.	36,00	1º

28	02 un	Coleção Além do Arco-Íris c/12 volumes	L.MOHR LTDA.	36,00	1º
29	02 un	Coleção dos Sentimentos, Ed.c/10 volumes, Cedec, autor Fábio Gonçalves Ferreira	L.MOHR LTDA.	57,50	1º
30	02 un	Coleção c/10 vol. O que não cabe no meu mundo, Ed.Cedec, autor Fábio Gonçalves Ferreira	L.MOHR LTDA.	55,00	1º
31	02 un	Livro Aprendendo Hábitos de Higiene, autora Anne Carolina de Souza	L.MOHR LTDA.	20,50	1º
32	03 un	Coleção 06 vol., Monteiro Lobato em Quadrinhos – Clássicos Infantis, Ed. Globo	L.MOHR LTDA.	99,90	1º
33	03 un	Coleção Contos Clássicos recortados c/08 volumes, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	39,20	1º
34	01 un	Almanaque digital c/5 cds run, material de apoio para o professor pré materno e maternal	L.MOHR LTDA.	101,00	1º
35	01 un	Meu Livro de pano selva, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	19,90	1º
36	07 un	Coleção 04 vol., Amiguinhos do Zoo, 1º livro de bebê feito de plástico	L.MOHR LTDA.	57,00	1º
37	03 un	Coleção Bichos Divertidos, Ed. Toda Livros c/11 volumes	L.MOHR LTDA.		1º
38	07 un	Livro Toque e Sinta Animais da lagou, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	29,90	1º
39	05 un	Livro Toque e Sinta Animais de Estimulação, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	29,90	1º
40	05 un	Livro toque e sinta Animais da Floresta, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	29,90	1º
41	05 un	Livro toque e sinta animais da selva, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	29,90	1º
42	05 un	Livro toque e sinta animais da fazenda, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	29,90	1º
43	02 un	Coleção 04 vol. Amiguinhos do Zoo 1º livro de bebê feito de plástico			1º
44	03 un	Meu livro de pano selva, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	19,90	1º

45	03 un	Meu Livro de pano fazenda, Ed. Ciranda	L.MOHR LTDA.	19,90	1º
46	03 un	Meu livro de pano hora de brincar, Ed. Ciranda	L.MOHR LTDA.	19,90	1º
47	02 un	Coleção com 03 vol, Filhotes brilhantes, Peludos encantados, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	74,70	1º
48	01 un	Livro de cores 12 formas de animais, Ed. Blu Bolinha	L.MOHR LTDA.	46,00	1º
49	30 un	Dicionário de inglês e português	L.MOHR LTDA.	6,00	1º
50	01 un	Coleção com 06 vol. Quebra cabeça Peter Pan, Ed. Blu	L.MOHR LTDA.	89,40	1º
51	01 un	Livro Vire e escute os animaisinhos, texto de Patrícia Nencini, Ed. Todo Livro	L.MOHR LTDA.	89,00	1º
52	02 un	Coleção c/03 vol. Grandes Olhos, Aventura na Savana, Aventura na Fazenda e Aventura no mar	L.MOHR LTDA.	104,70	1º
53	01 un	Coleção c/04 vol. A festa dos bichos um livro com som, Um adorável e divertido, Ed. Todo Livro	L.MOHR LTDA.	59,60	1º
54	05 un	Coleção c/04 vol. Livros fantoches Amigos na Savana, Na selva, Na fazenda, Na floresta	L.MOHR LTDA.	119,60	1º
55	02 un	Livro 01 vol. Princesas mágicas com diferentes pop ups 3 D, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	49,90	1º
56	01 un	Livro 01 vol. Animais do Barulho / Sons fantásticos 18 sons, Ed. Ciranda Cultural	L.MOHR LTDA.	39,90	1º
57	02 un	Coleção 03 vol. Travesseiro Linda História para ouvir e sonhar, Cinderela, Chapéuzinho Vermelho, Três porquinhos, Ed. Blu	L.MOHR LTDA.	209,70	1º
58	01 un	Livros sonoros Patati Patatá Animais da Floresta	L.MOHR LTDA.	39,90	1º
59	01 un	Livros sonoros Patati Patatá Animais da Fazenda, Ed. Blu	L.MOHR LTDA.	39,90	1º
60	01 un	Livro Ouça e Aprenda com patati patatá- ABC com som, Ed. Blu	L.MOHR LTDA.	69,90	1º

61	04 un	Coleção hello do 1º ao 5º ano (inglês), Ed. Ática	L.MOHR LTDA.	449,50	1º
----	-------	---	-----------------	--------	----

Coronel Freitas (SC), 22/08/2013  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### Decreto N° 173 de 07 de Agosto de 2013

DECRETO N° 173 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

DETERMINA A AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL PARA FINS DE BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109-D e Capítulo III da Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada;

Considerando o desuso e o estado de conservação dos bens imóveis, resolve:

#### DETERMINAR:

Art. 1º Que a Comissão de Levantamento, Alienação, Depreciação, Reavaliação e Processo Administrativo de bens móveis e imóveis nomeada pelo Decreto N.º 013 de 07 de Janeiro de 2013, procedam à avaliação para fins de Baixa no Patrimônio Público da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, do bem imóvel cadastrado no sistema patrimonial, abaixo relacionado, que se encontra em desuso e total deteriorado.

- Escola Isolada Municipal da Localidade de Linha Formosa, Interior do Município de Coronel Martins/SC, edificação em alvenaria com 73,20m², com cobertura em telha de barro, cadastrada no sistema patrimonial sob o nº 30002, no valor da avaliação no ano de 2004 de R\$ 27.084,00.

Art. 2º A Comissão de Avaliação deverá apresentar o parecer por escrito através de Laudo de Avaliação endereçado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, levando em consideração o estado de conservação do bem imóvel ora avaliado.

Parágrafo Único: O prazo para a apresentação do Laudo de Avaliação é de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento deste decreto.

Art. 3º Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 07 de Agosto de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Chefe de Gabinete

#### Decreto N°. 175 de 21 de Agosto de 2013.

DECRETO N°. 175 DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO, ALIENAÇÃO, DEPRECIAÇÃO, REAVALIAÇÃO, DOAÇÕES E PROCESSO ADMINISTRATIVO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109-D e Capítulo III da Lei Orgânica Municipal 2ª Edição 2005 Consolidada:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de levantamento, alienação, depreciação, reavaliação e de processo administrativo de Bens Móveis e Imóveis do Município de Coronel Martins, para o biênio 2013/2014, sob a presidência do primeiro, composta pelos seguintes membros abaixo relacionados:

-Andrius Antonio May	Coordenador do Controle Interno;
-Carolina de Fátima de Jesus	Auxiliar Administrativa;
-Mareci Angelo Trento	Motorista;
-Edilso Garbin	Mecânico Auxiliar;
-Sandra Regina Previatti	Secretaria Mun.de Educação, Cultura e Esporte;
-Marcio Pozzer	Motorista.

Art. 2º A Comissão de Avaliação nomeada no artigo 1º, tem por finalidade realizar a avaliação quando necessário, para fins de incorporação, alienação, depreciação, reavaliação, e doação de bens móveis e imóveis do Município, e ao Município deverão apresentar o parecer conclusivo por escrito ao Poder Executivo Municipal, levando em consideração o estado de conservação.

§ 1º A Comissão, quando de inquérito administrativo por motivo de furto ou sumisso de bens permanentes, deverá apurar os fatos e apresentar o parecer conclusivo por escrito ao Poder Executivo Municipal e Jurídico.

§ 2º O Poder Executivo Municipal toma ciência do parecer conclusivo apurado pela Comissão e encaminha ao Setor de Patrimônio para tomar providências.

Art. 3º Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante, sendo que, os mesmos serão convocados de acordo com a necessidade e/ou ocorrência que necessite de avaliação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 013 de 07 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 21 de agosto de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Chefe de Gabinete

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 036**  
ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 036

MÊS/ANO: JULHO 2013 NÚMERO CONTRATO 036/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/07/2013

**DESCRIÇÃO: OBJETO**

O presente convênio tem por objetivo a cooperação entre os convenientes, visando à realização de cursos de Qualificação Profissional nas áreas de Gestão e Informática com carga horária de 180 a 320 horas, no município de Coronel Martins/SC, atendendo a comunidade através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), com turmas pactuadas nas modalidades de entrada através da Secretaria de Educação, para alunos do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Olga Nunes de Abreu.

As salas onde serão desenvolvidos os cursos localizam-se nos endereços abaixo:

1 - Biblioteca Publica Municipal Paulo Freire, situada à Rua Getulio Vargas nº 221, Centro.

2 - Casa do Produtor Colonial Rua Nova Prata, nº. 17, Centro.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC 32804

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: : 03.774.688/0035-02

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 09/07/2020.

**Correia Pinto****PREFEITURA****Extrato de Contrato - Processo 15/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 274/2013, 275/2013

Processo Licitatório nº 15/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: ARMANDO LUCCA- ME, CNPJ: 10.428.739/0001-52

Valor: 206.850,75

Contratada LYSING - COM. ATAC. DE MATERIAL ELETRICO LTDA, CNPJ14.694.138/0001-42

Valor: 49.200,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 15/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 186/2013

Processo Licitatório nº 16/2013 - Pregão Presencial

Objeto: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (HORA-MÁQUINA),

PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E OPERADOR/MOTORISTA, PARA O ANO DE 2013.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: ARMANDO LUCCA- ME

CNPJ: 13.104.638/0001-14

Valor: 360.879,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 18/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 187/2013 E 188/2013

Processo Licitatório nº 18/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE LEITE TIPO C, FRANGO INTEIRO CONGELADO E PÃO PARA CACHORRO QUENTE, PARA AS ESCOLAS E CEIS MUNICIPAIS.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: J. SENEM ME

CNPJ: 14.170.745/0001-03

Valor: 93.060,00

Contratada: PANIFICADORA BALDESSAR LTDA -EPP

CNPJ: 14.170.745/0001-03

Valor: 11.421,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 19/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 292/2013, 293/2013, 294/2013, 295/2013

Processo Licitatório nº 19/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELÉTRICA LEVE, PESADA E SOCORRO NOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: MARCELO DE OLIVEIRA BRANCO ME

CNPJ: 06.151.008/0001-35

Valor: 172.820,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 21/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 312/2013, 313/2013, 314/2013, 315/2013, 316/2013

Processo Licitatório nº 21/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA



TÉCNICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: MICRO SOL COM. E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO NÍCOS

CNPJ: 05.911.967/0001-49

Valor: 47.990,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo 22/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato 168.1/2013

Processo Licitatório nº 22/2013 - Dispensa de Licitação

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR O CEI DENTINHO DE LEITE.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a locadora CARMEN PIRES AMARO

CPF: 636.897.829-53

Valor: 3.150,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo 23/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 85/2013

Processo Licitatório nº 23/2013 - Dispensa de Licitação

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA SEDIAR A SECRETARIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Partes: Fundo Municipal de Assistência Social de Correia Pinto/SC e LOCADORA VOLNI SENEM

CPF: 021.788.889-50

Valor: 20.000,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo 24/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 00231/2013

Processo Licitatório nº 24/2013 - Convite

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA CONTÁBIL E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

CPF: 020.332.259/25

Valor: 11.800,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo 25/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 00231/2013

Processo Licitatório nº 25/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA COM LIMPEZA, COLETA E DESTINO FINAL DO LIXO; SERVIÇO DE PODAS DE ÁRVORES; SERVIÇO DE PINTURA EM CALÇADAS, MEIO-FIO, POSTES E ÁRVORES.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: ASFAG LTDA ME

CNPJ: 03.680.516/0001/12

Valor: 167.500,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo 26/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 307/2013, 308/2013, 309/2013, 310/2013

Processo Licitatório nº 26/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRADES E PORTÕES POR M² PARA USO NAS PROPRIEDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES PREDIAIS DEPENDENTES CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: JOÃO COELHO SERRALHERIAS LTDA ME

CNPJ: 14.170.734/0001-23

Valor: 198.060,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato - Processo 27/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 291/2013

Processo Licitatório nº 27/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO USANDO A QUENTE (CBUQ) E EMULSÃO RR1C PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: LZK CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 07.455.659/0001-81

Valor: 153.500,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 28/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 296/2013, 297/2013, 298/2013, 299/2013

Processo Licitatório nº 28/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/ EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL. Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada RAMALUZ LTDA

CNPJ: 08.962.222/0001-05

Valor: 12.600,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 29/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 335/2013

Processo Licitatório nº 29/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL ATRAVÉS DE CENTIMETRO/COLUNA PRETO E BRANCO PARA O ANO DE 2013, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME

CNPJ: 11.416.624/0001-00

Valor: 26.500,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 33/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 339/2013, 340/2013, 341/2013, 342/2013, 343/2013, 344/2013, 345/2013 e 346/2013

Processo Licitatório nº 33/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME

CNPJ: 02.705.164/0001-40

Valor: 134.350,00

Contratada: AUTO MECÂNICA JESSANA LTDA ME

CNPJ: 02.901.647/0001-10

Valor: 97.470,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 35/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 283/2013

Processo Licitatório nº 35/2013 - Dispensa de Licitação

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR A SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e o locador VITOR RODRIGUES PIRES

CPF: 664.496.859-72

Valor: 6.300,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 36/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 316.1/2013

Processo Licitatório nº 36/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES A OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO AO EDITAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA ME

CNPJ: 06.887.850/0001-30

Valor: 20.200,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 37/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 328/2013

Processo Licitatório nº 37/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR INTERMÉDIO DE OPERADORA OU AGÊNCIA DE VIAGENS, PARA COTAÇÃO, RESERVA E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E EVENTUALMENTE INTERNACIONAIS, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa C.H. TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

CNPJ: 12.642.975/0001-00

Valor: 98.000,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 38/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 366/2013, 367/2013, 368/2013, 369/2013, 370/2013, 371/2013, 372/2013, 373/2013, 374/2013, 375/2013, 376/2013, 377/2013, 378/2013, 379/2013, 380/2013, 381/2013, 382/2013, 383/2013, 384/2013, 385/2013, 386/2013, 387/2013, 388/2013, 389/2013, 390/2013, 391/2013, 392/2013, 393, /2013, 394/2013, 395/2013, 396/2013, 397/2013.

Processo Licitatório nº 38/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: TORTELLI AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ: 83.216.770.0001/01

Valor: 141.097,80

Contratada: ANDRESSA CRISTINA GAYA GERMANI ME,

CNPJ: 10.286.251/0001-38

Valor: 85.875,65

Contratada: JULIO SILVESTRE FILHO ME,

CNPJ: 15.608.150/0001-50

Valor: 84.765,37

Contratada: PEÇAMAQ COMERCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA TRATORES LTDA,

CNPJ: 10.727.591/0001-57

Valor: 386.630,91

Contratada: EZEQUIEL JUNIOR VARIEDADES LTDA,

CNPJ: 04.781.237/0001-08

Valor: 273.022,30

Contratada: MARCELO DE OLIVEIRA BRANCO ME,

CNPJ: 0206.151.008.0001/35

Valor: 410.100,95

Contratada: AUTO MECANICA JESSANA LTDA ME,

CNPJ: 02.901.647/0001-10

Valor: 160.940,70

Contratada: TRACMAQ TRATOR PEÇAS LTDA, TORTELLI PEÇAS LTDA

CNPJ: 86.790.755/0001-5 Valor:

Valor: 20.457,60

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 40/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 311/2013

Processo Licitatório nº 40/2013 - Dispensa de Licitação

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ABRIGAR O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a locadora ATAIR MUNIZ DOS SANTOS

CPF: 021.100.089-20

Valor: 8.500,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 41/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 318/2013

Processo Licitatório nº 41/2013 - Convite

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PINTURA EM MADEIRA E ALVENARIA, PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa VOLNEI DE FREITAS

CNPJ: 15.363.868/0001-23

Valor: 78.255,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 42/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 324/2013

Processo Licitatório nº 42/2013 - Dispensa de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA CELULAR E PACOTE DE DADOS COM MINI MODEM PLANO 3G, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa VIVO S.A

CNPJ: 02.449.992/0003-26

Valor: 23.079,20

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 44/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 331/2013

Processo Licitatório nº 50/2013 - Pregão Presencial

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO E/OU EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO, REVISÃO E RESTAURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Contratante: Município de Correia Pinto/SC

Contratada: RAMALUZ LTDA

CNPJ: 08.962.222/0001-05

Valor: 42.600,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 46/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 327/2013

Processo Licitatório nº 46/2013 - Dispensa de Licitação

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O INCRA, A JUNTA MILITAR E EXATORIA.  
Partes: Locatário - Município de Correia Pinto/SC e Locador - ANA PAULA ATANASO DOS SANTOS  
CPF: 009.838.019-24  
Valor: 8.800,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 47/2013 Pmcp**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Instrumento: Contrato nº 320/2013  
Processo Licitatório nº 47/2013 - Inexigibilidade de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ N. 14.969.859/0001-18 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DA DUPLA DANY & RAFA NA FESTIVIDADE DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO NO DIA 10.05.2013, AS 19:00 HORAS.  
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA  
CNPJ: 14.969.859/0001-18  
Valor: 12.000,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 48/2013 Pmcp**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
EXTRATO DE CONTRATO  
Instrumento: Contrato nº 321/2013  
Processo Licitatório nº 48/2013 - Inexigibilidade de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DKS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ N. 02.407.422/0001-82 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW DA DUPLA OSVALDIR & CARLOS MAGRÃO NA FESTIVIDADE DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO NO DIA 10.05.2013, AS 19: HORAS.  
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DKS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA  
CNPJ: 02.407.442/0001-82  
Valor: 18.000,00

Correia Pinto/SC 23 de agosto de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

## Corupá

### PREFEITURA

#### Decreto N° 622/13

DECRETO N° 622/13.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 30 da Lei nº 2085, de 13 de dezembro de 2012 - LDO.

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade da manutenção do equilíbrio fiscal no Município;

CONSIDERANDO a escassez de receita no último bimestre do presente exercício;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das obrigações pactuadas;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica limitado em 75% da meta de arrecadação prevista para o 5º e 6º bimestres para o empenhamento de despesa de qualquer natureza na Administração do Município.

§ 1º - Não será objeto do caput deste artigo as obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - Excetuam-se da situação exposta no caput, às contratações provenientes de recursos vinculados, desde que haja a demonstração de saldo positivo em caixa no ato da contratação juntamente com comprovação de disponibilidade orçamentária.

Art. 2º - Caso haja imperiosa necessidade da realização da despesa com recursos próprios do Município, os responsáveis pelas unidades orçamentárias deverão formalizar autorização junto ao Prefeito Municipal, indicando os recursos orçamentários e financeiros que suportarão a despesa.

Art. 3º - O descumprimento das normas acima expostas pelas unidades orçamentárias importará em sanções previstas na legislação, além de comunicação aos órgãos oficiais de controle.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.





**Portaria N° 2691/13**

PORTARIA N° 2691/13

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA VIVIANE PEDRI PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar a servidora Sra. VIVIANE PEDRI, ocupante do cargo de Psicóloga, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, portadora da CNH Registro nº 032099788908, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 16 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria N° 2692/13**

PORTARIA N° 2692/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO ENFERMEIRO ESF ACT, A SRA. ANGELICA CARDOSO SCHIMANSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ANGELICA CARDOSO SCHIMANSKI, conforme classificação do processo seletivo 03/2013, a partir de 12 de agosto de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Enfermeiro ESF ACT, fator F. 31, com carga horária de 40 horas semanais, no PSF 4, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 21 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria N° 2693/13**

PORTARIA N° 2693/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. LUCIANE STUY WEISSHEIMER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. LUCIANE STUY WEISSHEIMER, a partir de 15 de outubro de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na APAE de Jaraguá do Sul, em virtude do Convênio firmado entre a administração Municipal de Corupá e a APAE, para atendimento de demanda na educação especial e por não haver profissional habilitado em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 21 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Extrato de Contrato N° 138/2013**

EXTRATO DE CONTRATO N° 138/2013

Processo de licitação nº 080/13

Dispensa de Licitação 027/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA XOXO 10, inscrito no CNPJ 15.640.095/0001-85, com sede à Rua Walter Breithaupt, nº 85 - CENTRO, em Jaraguá do Sul - SC.

Objeto: Permissão não remunerada de uso do Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, situado na Rua José Pasqualini, 190, Bairro João Tozini, neste Município de Corupá-SC, para a promoção da transparência e da democratização do acesso aos recursos destinados à Política de Esporte, Cultura local, Turismo e Lazer, o presente processo seletivo tem por meta a execução da Ação DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE EDUCACIONAL, TURISMO, CULTURA E DE ESPORTE E LAZER, conforme Lei nº 2.104, de 27 de Maio de 2013, com fulcro nos termos da legislação e normas vigentes.

Valor do Contrato: Pela utilização do espaço, não serão admitidos projetos que tragam ônus ao Município.

Data da Assinatura: 27/06/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 003/13-Aguas de Corupá**  
EXTRATO DO CONTRATO 003/13-AGUAS DE CORUPÁ  
Processo de licitação nº 003/13-AGUAS DE CORUPÁ  
Modalidade Dispensa de Licitação nº 003/13-AGUAS DE CORUPÁ

Contratante: ÁGUAS DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ: 14.797.046/0001-98, Rua Francisco Mees, 1915 - XV de Novembro; CEP: 89278-000 Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Contratada: WALDEMAR VOIGT, brasileiro, casado, portador(a) da C.I. nº 765.669-6 SSP/SC e do CPF nº 310.547.739/04, e DIETLINDA VOIGT, brasileira, casada, portador(a) da C.I. nº 1.586.997-0 SSP/SC e do CPF nº 719.289.959-34, residente e domiciliado na Rua Ano Bom, 1425, no Município de Corupá.

Objeto: É objeto da presente, Compra e Venda de uma área de 185,00m² de 01 (um) imóvel com área total de 29.442,50m² em conformidade com a Lei Municipal 2111/13, destinada a ampliação da Estação de Tratamento de Água e ainda em conformidade com as marcações inseridas no item I deste tópico "Objeto da Compra e Venda".

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Data da Assinatura: 18/07/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 004/13-Aguas de Corupá**  
EXTRATO DO CONTRATO 004/13-AGUAS DE CORUPÁ  
Processo de licitação nº 004/13-AGUAS DE CORUPÁ  
Modalidade Dispensa de Licitação nº 004/13-AGUAS DE CORUPÁ

Contratante: ÁGUAS DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ: 14.797.046/0001-98, Rua Francisco Mees, 1915 - XV de Novembro; CEP: 89278-000 Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Contratada: SELL AREIAS E TRANSPORTES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 79.871.174/0001-80, situada a Rua Roberto Seidel, nº 502 - João Tozini - CEP 89278-000, Corupá/SC

Objeto: contratação de empresa especializada para extração e transporte de 600m³ de seixo bruto, necessários a manutenção das estradas do município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (Sete Mil Reais).

Data da Assinatura: 24/07/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

## Curitibanos

### PREFEITURA

**Edital de Concorrência Nº 207/2013**  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 207/2013

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998 e convênio firmado entre o Município de Curitibanos e o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Curitibanos - SDR - Curitibanos, nº 2.887/2012-8, cujo objeto é a complementação da pavimentação asfáltica - concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Carlos Betz, conforme convênio nº 2.887/2012-8 firmado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e a Prefeitura Municipal de Curitibanos, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 26 de Setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 26 de Setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 15 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da CPL

**Edital de Concorrência Nº 208/2013**  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 208/2013

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998 e convênio firmado entre o Município de Curitibanos e o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Curitibanos - SDR - Curitibanos, nº 6.795/2011-4, cujo objeto é a construção de passeio público em concreto desempenado na Avenida Jorge Lacerda, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da

Prefeitura Municipal até as 15:30 horas do dia 26 de Setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 16:00 horas do dia 26 de Setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitiba, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitiba, 15 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da CPL

### **Edital de Pregão Presencial N° 213/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 213/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais e serviços para construção de gavetas mortuárias, no Cemitério São Francisco de Assis, conforme memorial descritivo em anexo.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 05/09/2013. A partir das 09:00 horas do dia 05/09/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 20 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro

### **Justificativa de Dispensa de Licitação N° 212/2013**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 212/2013

REFERENTE: Contrato de concessão de prestação de serviços firmado entre o município de Curitiba e a empresa Companhia Catarinense de água e Saneamento - CASAN, com o valor total de R\$ 50.290.414,00 (Cinquenta milhões, duzentos e noventa mil e quatrocentos e quatorze reais).

RESUMO: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, COM EXCLUSIVIDADE À COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:  
- XXVI - "na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005."

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, incisos I, II, III, IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 19 de Agosto de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA  
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO  
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 19 de Agosto de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA  
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 19 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

### **Republicação Edital de Concorrência N° 195/2013**

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 195/2013

O MUNICÍPIO DE Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Coronel Vidal Ramos 860, devidamente inscrito sob n.º CNPJ 83.754.044/0001-34 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal n. 5.046/2013, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Concorrência, para CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL COM FINALIDADE DE LANCHONETE, PONTOS ANEXOS AO GINÁSIO DE ESPORTES ONOFRE SANTO AGOSTINI E AO ESTÁDIO WILMAR ORTIGARI.

A Comissão Permanente de Licitação receberá a documentação de Habilitação e as propostas de preços dos interessados, devidamente protocoladas no protocolo central da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação do resumo deste edital, no horário de expediente, encerrando-se o prazo de entrega às 13:30 horas do dia 25 de Setembro de 2013, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e os envelopes contendo as propostas de preços dos interessados serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00hrs do dia 25 de Setembro de 2013.

Curitiba, 21 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da CPL

**Ata de Registro de Preços**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO 189/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 189/2013      Data do Registro: 21/08/2013      Válido até: 21/08/2014  
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE PNEUS; E, SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, NOS VEÍCULOS DO GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEUS 205/SSR16 (01-22-3302)	UN	JK PNEUS LTDA. (166243)	BRIDGESTON	0	290,2610	1
			MODELO PNEUS LTDA. (334895)	BRIDGESTON	0	305,0000	2
2	TR 413 (01-22-3303)	UN	JK PNEUS LTDA. (166243)	CERT	0	4,9197	1
			MODELO PNEUS LTDA. (334895)	SCHARADER	0	5,0000	2
3	BALANCEAMENTO (02-10-0057)	SERV	JK PNEUS LTDA. (166243)		0	4,9197	1
			MODELO PNEUS LTDA. (334895)		0	5,0000	2
4	GEOMETRIA (02-10-0087)	SERV	JK PNEUS LTDA. (166243)		0	24,5984	1
			MODELO PNEUS LTDA. (334895)		0	25,0000	2
5	PNEU 225/50 R17 (01-22-3305)	UN	JK PNEUS LTDA. (166243)	BRIDGESTON	0	600,2375	1
			MODELO PNEUS LTDA. (334895)	BRIDGESTON	0	624,0000	2
6	GEOMETRIA (02-10-0087)	SERV	JK PNEUS LTDA. (166243)		0	24,8031	1
			MODELO PNEUS LTDA. (334895)		0	25,0000	2
7	BALANCEAMENTO (02-10-0057)	SERV	JK PNEUS LTDA. (166243)		0	4,9606	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013****Número do Registro de Preços: 189/2013****Data do Registro: 21/08/2013****Válido até: 21/08/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE PNEUS; E, SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, NOS VEÍCULOS DO GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	MODELO PNEUS LTDA. (334895)				0	5,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013****Número do Registro de Preços: 189/2013****Data do Registro: 21/08/2013****Válido até: 21/08/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE PNEUS; E, SERVIÇOS DE REPOSIÇÃO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, NOS VEÍCULOS DO GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS N° 189/2013****PROCESSO N° 189/2013**

(166243) - JK PNEUS LTDA.

(334895) - MODELO PNEUS LTDA.

Curitibanos, 21 de Agosto de 2013.

## Ermo

### PREFEITURA

**Decreto N.º 047, de 20 de Agosto de 2013.**

DECRETO N.º 047, de 20 de agosto de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a saber:

03.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0058 (29) - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0058 (salário educação).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 20 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÚCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

**Aviso de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 31/2013 - Modalidade Pregão Presencial, objetivando a contratação de serviços de telefonia celular, para as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Ermo/SC, durante 24 (vinte e quatro) meses, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 09:00 hs do dia 03/09/2013 e abertura às 09:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

## Forquilha

### PREFEITURA

**Dispensa de Licitação N.º. 122/PMF/2013**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º. 122/PMF/2013

A Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, faz PUBLICAR a dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso VIII, da Lei n. 8.666/1993. O presente processo tem por objeto a contratação da CAIXA ECONOMICA FEDERAL para prestação de serviços financeiros e outras avenças.

Forquilha/SC, 13 de agosto de 2013.

KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI

Presidente da Comissão de Licitação

**Nota de Revogação - Pregão Presencial N.º. 121/PMF/2013**

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA N.º. 12/PMF/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 121/PMF/2013

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição material de publicidade (out door) e serviços de publicidade para o desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população, conforme Convênio nº. 0279/2013 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo Pregoeiro Sr. Valdecir Tiscoski, no dia vinte e dois do mês de agosto de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, o mesmo certificou-se de que nenhuma empresa apresentou envelopes para participar do processo licitatório. Desta forma, a comissão decide por revogar o Pregão Presencial nº. 121/2013 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

**Lei N.º 2193/2013**

LEI Nº 2193, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2013, APROVADO PELA LEI Nº. 2164, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e considerando o disposto na Lei Municipal 2164 de 06 de dezembro de 2012;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo,

para o exercício de 2013, até o limite de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (94)  
R\$ 70.000,00

12.364.0009.2.020 - Transporte Escolar do Ensino Superior  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (80)  
R\$ 115.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.1.0400 (29)  
R\$  
450.000,0

Total R\$ 635.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 - Secretaria de Finanças  
06.02 - Encargos Gerais do Município  
28.846.0000.0.200 - Pagamento de Precatórios  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (42)  
R\$ 450.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.306.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (46)  
R\$ 20.750,00

12.365.0010.2.023 - Transporte Escolar da Educação Infantil  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (92)  
R\$ 50.000,00

12.306.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (53)  
R\$ 100.000,00

12.361.0006.1.011 - Aquisição de Veículos para Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (55)  
R\$ 14.250,00

Total R\$ 635.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 22 DE AGOSTO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto N° 0258/2013**

DECRETO N° 0258, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) nas seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social  
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0510 (178) R\$ 5.000,00  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0511 (179) R\$ 7.000,00

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente  
08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (188) R\$ 5.000,00

Total R\$ 17.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social  
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0510 (171) R\$ 5.000,00  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0511 (172) R\$ 7.000,00

11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente  
08.243.0025.2.059 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (190) R\$ 5.000,00

Total R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 22 DE AGOSTO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto N° 0259/2013**

DECRETO N° 0259, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2193, de 22 de Agosto de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2013, no valor de R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais), nas seguintes



## dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (94) R\$ 70.000,00

12.364.0009.2.020 - Transporte Escolar do Ensino Superior

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (80) R\$ 115.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.1.0400 (29)

R\$

450.000,0

Total R\$ 635.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

06.00 - Secretaria de Finanças

06.02 - Encargos Gerais do Município

28.846.0000.0.200 - Pagamento de Precatórios

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (42) R\$ 450.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.306.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (46) R\$ 20.750,00

12.365.0010.2.023 - Transporte Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (92) R\$ 50.000,00

12.306.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (53) R\$ 100.000,00

12.361.0006.1.011 - Aquisição de Veículos para Ensino Fundamental

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (55) R\$ 14.250,00

Total R\$ 635.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto N° 0260/2013**

DECRETO N° 0260, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0031, DE 16 DE JULHO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0031 de 16 de julho de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0031 DE 16 DE JULHO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	MARILENE APARECIDA DE ALMEIDA CASTURINO	12	0	0	5	1	NÃO	12/9/1973



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0031 DE 16 DE JULHO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **12** Área de Atuação: **Geral**  
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Gruta/ Fazenda Conte**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA	8	0	0	1	2	NÃO	11/2/1981
2	6	DANIELI DALAGNOL	8	0	0	1	0	NÃO	20/7/1992



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0031 DE 16 DE JULHO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **10** Área de Atuação: **Geral**  
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santo Antonio**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	NEREZIN ALVES DA ROSA	7	0	0	0	2	NÃO	29/6/1985





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0031 DE 16 DE JULHO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **11** Área de Atuação: **Geral**  
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Taquaruçu de Cima**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA	7	0	0	0	2	NÃO	12/12/1985
2	5	FRANCIELE DE ALMEIDA	0	0	0	0	0	NÃO	27/3/1992

**Decreto N° 0261/2013**

DECRETO N° 0261, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 1.867,138m², CONSTATANTE DA MATRÍCULA N° 10017, DE PROPRIEDADE ANAIR PEDROSO E OUTROS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 3868/2013, o desmembramento da área de 1.867,138m², matriculada no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 10.017, cadastrado neste Município sob nº 8521, de propriedade de Anair Pedroso; Maria Ironi Pedroso Olivo; José Osnir Pedroso; Roseni Manuel Pedroso; Sueli AP. Pedroso Rinaldi e Ireni Pedroso dos Santos, remanescendo na matrícula 25.235,552m², terreno localizado na estrada municipal FB-050, no Bairro São Cristóvão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto N° 0262/2013**

DECRETO N° 0262, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

## DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 4.412,54 (quatro mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos) nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0300 (256) R\$ 4.412,54

Total R\$ 4.412,54

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0300 (272) R\$ 4.412,54

Total R\$ 4.412,54

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2025/2013**

PORTARIA N° 2.025, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme a comunicação interna n.º 1147/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora CAROLINA APARECIDA MENEHINI CHECHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 983.563.489-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, em 23 de agosto de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2026/2013**

PORTARIA N° 2.026, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme a comunicação interna n.º 1153/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ADRIANA APARECIDA MACHADO RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 748.144.519-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 23 de agosto de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2027/2013**

PORTARIA N.º 2.027, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017, de 28 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JESSICA FRANCINE CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.587.239-08, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2013 até 01 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2028/2013**

PORTARIA N° 2.028, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Revoga Concessão de Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1149/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 0328, de 29 de janeiro de 2013, que concedeu Função Gratificada FGM - Diretor de Coordenação Escolar para a servidora CLAUDETE TIBES ZONTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 844.970.259-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, a partir de 23 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2029/2013**

PORTARIA N° 2.029, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e comunicação interna n.º 1152/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora NEIVANIA APARECIDA MOLIN MARCELINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.783.519-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, Função Gratificada FGM - Diretor Escolar Nível 3, por estar assumindo a função de Diretora de Unidade Educacional, na Escola Municipal José de Anchieta, a partir de 26 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2030/2013**

PORTARIA N° 2.030, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e comunicação interna n.º 1150/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à MARISA ALVES DA CRUZ, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 944.096.179-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, Função Gratificada FGM - Diretor Escolar Nível 5, por estar assumindo a função de Diretor de Unidade Educacional, no EJA Central, a partir de 26 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 0319, de 29 de janeiro de 2013.

Fraiburgo, 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2031/2013**

PORTARIA N° 2031, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICANTE E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL SINDICANTE.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas na CI n. 304/2013 da Secretaria Municipal de Saúde e no Processo Administrativo nº 3905/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante, para apuração dos atos e fatos atribuídos a Agente Comunitária de Saúde MISCHELI FAGUNDES, fixando o prazo de 30(trinta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;

II - LENI HUBER WEBER - Membro;

III - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 2032/2013**

PORTARIA N° 2032, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICANTE E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL SINDICANTE.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas na CI n. 305/2013 da Secretaria Municipal de Saúde e no Processo Administrativo nº 3906/2013;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público, JAIR DE SOUZA, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;

II - OSMAR GONÇALVES DA SILVA - Membro;

III - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N° 2033/2013**

PORTARIA N° 2033, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICANTE E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL SINDICANTE.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas na CI n. 306/2013 da Secretaria Municipal de Saúde e no Processo Administrativo nº 3907/2013;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante, para apuração dos atos e fatos ocorridos na Unidade Básica de Saúde Macieira, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial

Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;

II - OSMAR GONÇALVES DA SILVA - Membro;

III - SALIMARA CLAIR MOLIN - Secretária.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 22 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Aviso do Pregão Presencial N° 0120/2013-PMF Rp 0068**

Aviso do Pregão Presencial nº 0120/2013 - PMF

Registro de Preços N° 0068/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de ferros, eletrodos, discos de corte e de desbaste, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante os meses de setembro de 2013 a janeiro de 2014. Prazo de vigência/validade da Ata de Registro de Preços: Setembro de 2013 a janeiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 09/09/2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 21 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

#### **Aviso do Pregão Presencial N° 0121/2013-PMF**

Aviso de Pregão Presencial N° 0121/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto Contratação de serviços de sonorização para utilização no desfile cívico do dia 7 de setembro. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 04.09.2013. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 22 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato N° Ct13pmf137-2013**

Extrato de Contrato N° CT13PMF137

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Concedente: Município de Fraiburgo. Concessionário: Daniel de Jesus Pereira. Objeto: Concessão de Ponto de estacionamento e transporte de passageiros a carro de aluguel localizado no Bairro São Sebastião (Rua Valter Schaly Com a Rua Ivo Savian, em frente ao Centro Educacional Municipal). Valor Total: R\$ 2.948,85 (dois mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos). Data: 09.08.2013. Vigência: O prazo de outorga é de 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão. Processo Administrativo Licitatório: N° 0143/2013 - PMF. Concorrência Pública: N° 0003/2013.

Fraiburgo (SC), 21.08.2013

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Garopaba****PREFEITURA****Decreto N.º 110/2013**

DECRETO N° 110, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 30.000,00  
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agric e Pesca 30.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00  
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 50.000,00  
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 50.000,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 30.000,00  
20606482.012 - Func. E Manut. Da Secr. de Agricultura e Pesca 30.000,00  
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instit. Privadas s/Fins Lucrativos 30.000,00  
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 50.000,00  
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 50.000,00  
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privadas s/Fins Lucrativos 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/08/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO

Secretária de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****Emenda a L. o. M. N° 01 de 21 de Agosto de 2013**

EMENDA A L. O. M. N° 01 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

"Acrescenta Parágrafos 1º, 2º e 3º ao Artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Garopaba"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Garopaba, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Garopaba:

Art. 1º - O Artigo 48, da Lei Orgânica Municipal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º. A licença do cargo de Prefeito Municipal poderá ser concedida pela Câmara de Vereadores, mediante solicitação expressa do Chefe do Executivo nos seguintes casos.

I - impossibilidade de exercer o cargo por motivo de doença devidamente comprovada;

II - gozo de férias;

III - a serviço ou em missão de representação do Município;

IV - licença maternidade;

V - para tratar de interesses pessoais por prazo determinado;

§ 2º. Para os fins de remuneração, considerar-se-á como se em exercício estivesse, o Prefeito Licenciado nos termos dos incisos I, II, III, e IV deste artigo.

§ 3º. O pedido de licença do Prefeito obedecerá à seguinte tramitação:

I - recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24 horas, reunião da Mesa para transformar o pedido do Prefeito em Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do solicitado;

II - elaborado o Projeto de Decreto Legislativo pela Mesa, o Presidente convocará, se necessário, Sessão Extraordinária para que o pedido seja imediatamente deliberado;

III - o Decreto Legislativo concessivo de licença ao Prefeito será discutido e votado em turno único, tendo a preferência regimental sobre qualquer matéria.

Art. 2º Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 21 de agosto de 2013.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

EUCLIDES S. DE A. COELHO

1º Secretário

SÉRGIO LUIZ GONÇALVES

2º Secretário

Publicada a presente Emenda, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte e um dias do mês de agosto de 2013.



Publicada a presente Emenda no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Diretora Legislativa

**Portaria N° 018/2013**

Portaria nº. 018/2013

Garopaba, 20 de agosto de 2013.

De: Rogério Linhares, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba  
Para: Pehr Mares Agência de Viagens e Turismo Ltda

Assunto: Processo Administrativo nº. 001/2013

Ref.: PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

O Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, Sr. Rogério Linhares, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº. 8.666/93, bem como:

Considerando a inadimplência praticada pela empresa Pehr Mares Agência de Viagens e Turismo Ltda quando descumpriu o estabelecido no item 7.5 da Ata de Registro de Preço proveniente do Edital de Pregão Presencial nº. 03/2013;

Considerando o arrazoado contido no Relatório exarado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações e responsável pela condução do Processo Administrativo nº. 001/2013

**DECIDE:**

Tendo como princípio o interesse da Administração Pública, e com fundamento no inciso I do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa Pehr Mares Agência de Viagens e Turismo Ltda, CNPJ sob o nº 10.227.518/0001-16.

Dê-se ciência a empresa advertida.

ROGÉRIO LINHARES  
Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 20 dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo  
Câmara Municipal de Garopaba

## Garuva

### PREFEITURA

**Decreto N° 193/2013**

DECRETO N°. 193 de 19 de agosto de 2013

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Carla Lizete Ramos, para a função de Secretária Administrativa."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

**DECRETA:**

ART. 1o. - Fica nomeada a servidora CARLA LIZETE RAMOS, portadora de CPF nº 716.113.049-20, para a função de confiança de Secretária Administrativa - FC, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 19 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria N° 486/2013**

PORTARIA N° 486, de 20 de agosto de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, pedido de exoneração de servidor;

**RESOLVE:**

ART. 1º Nomear a aprovada no Concurso Público, AMANDA STIZ DE CARVALHO, inscrita sob o nº. 17300115, classificada em 3º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Engenheira Sanitarista, do regime estatutário.

Parágrafo Único - As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 465/2013 de 08 de agosto de 2013.

Art. 2o. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 20 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### Decreto N° 5.570, de 15 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 5.570, DE 15 DE AGOSTO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas

Dotação: 1 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Unidade: 27 DEFESA CIVIL

Funcional Programática: 00006.00182.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200202 Manutenção da Defesa Civil

Dotação: 469 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas

Dotação: 2 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Unidade: 27 DEFESA CIVIL

Funcional Programática: 00006.00182.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200202 Manutenção da Defesa Civil

Dotação: 470 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Trasp. E Obras

Dotação: 103 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Dotação: 216 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS

Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Trasp. E Obras

Dotação: 104 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Dotação: 586 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### Portaria RH 68/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 68/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) Jair do Nascimento, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 09/07/2008 a 20/07/2013, devendo folgar a partir de 04/09/2013 a 02/12/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

### Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato N° SAF-15/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° SAF-15/2013

Início da vigência: 21/08/2013. Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 170/2012. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza e zeladoria do Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schossland. Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (79.283.065/0001-41). Valor: R\$ 2.510,48 (dois mil, quinhentos e dez reais e quarenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 21 de Agosto de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

## SAMAE

### Avios do Pregão Presencial N° 30/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.30/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), para uso em veículos da Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 10/09/2013.



A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 10/09/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 20 de agosto de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria N° 585/2013

PORTARIA N° 585/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 21 de agosto de 2013, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar N° 281/2011, à Servidora SELANIRA ANTONIA ALVES (Matr. 3366), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais - Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, Anexo V da LC N° 280/2011, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 21 de Agosto de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### Portaria N° 586/2013

PORTARIA N° 586/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento, a Servidora FABIANE CRISTINA DEITOS EMMERICH (Matr. 3482), a partir de 21 de agosto de 2013, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar N° 281/2011, cujo Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Agosto de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### Dispensa de Licitação N° 020/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 058/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 020/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### OBJETO

AQUISIÇÃO DE COLETORES DE MATERIAL PERFURO CORTANTE PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, POR NÃO TER LICITANTE VENCEDOR HABILITADO NO PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2013

#### CONTRATADO

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA.

#### VALOR CONTRATO

R\$ 1.525,00

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso V da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 21 de agosto de 2013.

IVONE ESQUINA

GESTORA

#### Dispensa de Licitação N° 021/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 021/2013

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PROERD

#### CONTRATADO

TSA DESIGNER LTDA

UNITY COMERCIO DE BRINDES LTDA. - ME.

#### VALOR TOTAL CONTRATO

R\$ 7.464,00

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 21 de agosto de 2013.

QUENIA BRINCKMANN

GESTORA

#### Termo Aditivo N° 070/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d' Oeste

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste"

CNPJ/MF n° 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos n° 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina  
Município de Taió  
Empresa: W.L.A. Assessoria Ltda  
CNPJ/MF nº 12.153.370/0001-48  
Endereço: Rua Raulino Cuco, nº 95 - Vila Mariana  
Contratada

**TERMO ADITIVO Nº 070/2013 DE 19 DE AGOSTO DE 2013**

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa Andrade Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antonio Bevilaqua, nº 30, centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.377.072/0001-40, neste ato representada pelo seu procurador, Rubens Augusto Schwarz Menslin, brasileiro casado, sócio cotista da contratada, CPF nº 851.086.509-49 resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato nº 037/2013, que tem por objeto a Prestação de serviços pra realização de Concurso Público destinado a seleção de candidatos para provimento de cargos em caráter permanente do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Herval d'Oeste, em decorrência do Processo Licitatório nº 035/2013, na Modalidade de Convite nº 007/2013:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto o aumento de serviços constantes no contrato original. devido a inclusão do cargo de monitor social para o serviço de acolhimento institucional Abrigo Anjos da Luz.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRESCIMO**

O Aumento constante na Cláusula primeira corresponde a um acréscimo do quantitativo do objeto na ordem de 5,263 % do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 38.988,00 (Trinta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais) correspondendo a um aumento no valor de R\$ 2.052,00 (dois mil e cinquenta e dois reais).

Parágrafo único - Com o acréscimo decorrente deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 38.988,00 (Trinta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais), para R\$ 41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65 inciso I, alínea "b," -, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 037/2013, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 19 de agosto de 2013.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito  
CPF: 501.589.459-72  
Contratante

RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENSLIN

Procurador  
CPF: 851.086.509-49  
Contratada

**Testemunhas:**

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO  
CPF: 052.051.949-36

**Termo Aditivo Nº 071/2013**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
Empresa: Gambatto Adm. e Corretora de Seguros Ltda.  
CNPJ/MF Nº 01.977.238/0001-34  
Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 1873 - Centro  
CONTRATADA

**TERMO ADITIVO Nº 071/2013, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.**

Termo Aditivo ao Contrato nº 0043/2011, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 0074/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 0024/2011, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato com a renovação das apólices de seguros dos veículos conforme cotação nº 121710000080790.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

O Valor do presente termo aditivo será de R\$ 14.096,07 (quatorze mil noventa e seis reais e sete centavos), que será pago em 4 (quatro) parcelas de igual valor.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Este termo aditivo terá vigência até 21/08/2014, em conformidade com a cláusula quarta do contrato nº 043/2011.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0043/2011, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, e anteriores, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.



Herval d'Oeste, 21 de agosto de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF: 052.051.949-36

Iomerê

PREFEITURA

### Decreto 1442/2013

DECRETO Nº. 1442 DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2055 Manutenção da Iluminação Pública

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 26.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 19 de agosto de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 1443/2013

DECRETO Nº 1443 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - A partir de 26 de agosto 2013, o horário de expediente da Secretaria de Obras do Município de Iomerê será das 7h30m às 11h30m e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta feira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 19 de agosto de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### Portaria 2228/2013

PORTARIA Nº2.228 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

DESIGNA SERVIDOR PARA REPRESENTAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ JUNTO A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LEANDRO JOSE STEFANI, lotado na Secretaria de Administração e Finanças no cargo de Chefe de Sessão, para representar a Prefeitura Municipal de Iomerê junto a Secretaria de Direitos Humanos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 19 de agosto de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### Contrato Ct13/78

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTONIVELADORA E ROLO COMPACTADOR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CHV SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

CT13/78

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CHV SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Vila Volta Grande, na cidade de Alto Bela Vista - SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.720.438/0001-06, neste ato representado pelo Sr Ailor Carlos Vieira, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e alterações posteriores.



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços e locação de equipamento conforme segue:

**LOTE 01**

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	1000	Serviços de moto-niveladora	139,00
02	1000	Locação de rolo compactador	124,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 - A CONTRATADA fica obrigada a atender os requisitos dos equipamentos exigidos no edital.

2.2 - As despesas com abastecimento das máquinas objeto da presente licitação correrão por conta da empresa vencedora.

2.3 - Todas as demais despesas necessárias para o cumprimento do objeto do presente contrato tais como deslocamento, acondicionamento, conservação, manutenção e transporte, ficarão a cargo da empresa vencedora.

2.4 - As despesas com o operador do item 01 serão por conta do contratado.

2.5 - Ficará a cargo da empresa vencedora a emissão de ART e recolhimento das taxas cabíveis para a prestação de serviços de horas máquinas que o Município contratar, inclusive perante o CREA, mediante apresentação de cópia das mesmas, devidamente quitadas, para a liberação dos pagamentos.

2.6 - Não será permitido a sub-contratação dos serviços acima descritos, ou seja, deverão ser executados obrigatoriamente pela empresa vencedora, sob pena de rescisão contratual imediata.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO**

3.1 - O pagamento pela locação dos equipamentos objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, mensalmente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2013:

Órgão 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária 06.01 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Projeto/Atividade 2059 - Manutenção da Malha Rodoviária  
Complem. Elemento 33900000 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0100 - Recursos Ordinários  
Reduzido 087

**CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES**

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão,

constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;  
b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;  
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

7.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2013

**CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº. 0045/2013 - Pregão Presencial 0020/2013.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

a) fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações exigidas;  
b) fornecer o objeto deste Contrato, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;  
c) manter-se, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em condições de habilitação;  
d) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;  
e) fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;  
f) assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia sua ou de seus empregados, quando da execução dos serviços;  
g) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade.

9.2 - Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**  
10. 1 - São de responsabilidade do CONTRATANTE:

a) tomar todas as providências necessárias à execução dos serviços;  
b) fiscalizar a execução dos serviços;  
c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios;  
d) cumprir com o cronograma de pagamentos, conforme edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

11.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 05 de agosto de 2013.

CONTRATANTE                      CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:                                  Nome:  
CPF:                                    CPF:

PAULA PASQUAL  
OAB/SC 16164

**Contrato Ct13/79**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA

CT13/79

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA - COOPERTRINTA pessoa jurídica, situada na Rua Francisco Nava, 194, Centro, na cidade de Arroio Trinta/SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.591.970/0001-58, neste ato representada pela Sra. Iria Romana Giacomini de Bortoli, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

É objeto deste contrato a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 0002/2013, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, conforme segue:

ITEM	CARACTERÍSTICAS	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Carne suína do tipo bife, fresca	deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	20	14,60	292,00
Carne suína do tipo costela, fresca	deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	15	14,60	219,00
Carne lombo fatiado	Embalagem de polietileno de 1 kg. Elaborado com matéria prima selecionada. Deve constar data de validade, fabricação e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionado em adequada temperatura	20	13,60	272,00
Suco de uva 100% natural	Tipo colonial, sem conservantes. Acondicionado em garrafa de vidro, contendo 500ml do produto. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade	35	9,80	343,00
Suco integral natural (diversos sabores)	Embalagem de até 2 litros. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	100	12,60	1.260,00
Bolacha caseira de fubá	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	30	16,20	486,00

Bolacha caseira açucarada	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	15	16,20	243,00
Bolacha caseira de açúcar mascavo	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	15	18,75	281,25
Bolo caseiro de cenoura	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	13,80	276,00
Bolo caseiro de fubá	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	13,80	276,00
Bolo caseiro de laranja	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	13,80	276,00
Grostoli	Embalagem de 500 g a 1 kg com unidades de 25g em média. Deverão estar polvilhados com açúcar e canela. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	50	14,90	745,00

Tortéi do tipo caseiro enroado (recheio salgado)	Embalagem de 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	10,95	109,50
Tortéi do tipo caseiro pastelzinho (recheio salgado)	Embalagem de 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	11,95	119,50
Agnoline do tipo caseiro (recheio de frango)	Embalagem de 500g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	50	17,25	862,50
Pão do tipo caseiro	Embalagem plástico estéril. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	100	7,90	790,00
Cuca caseira	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	50	9,70	485,00
Lasanha caseira (sabores diferenciados)	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	17,10	171,00

Macarrão caseiro congelado tipo espaguete grosso	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	45	5,80	261,00
Macarrão caseiro congelado tipo furado grosso	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	45	5,80	261,00
Macarrão caseiro congelado tipo cabelo de anjo	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	40	5,80	232,00
Doce caseiro de frutas (sabores diversos)	Embalagem de até 1 kg. Hermeticamente fechadas. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	50	18,90	945,00
Mel natural de abelha	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional e registro no SIF/ Ministério da Agricultura	10	18,30	183,00

TOTAL	9.388,75
-------	----------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante da chamada pública nº 0001/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO LIMITE LEGAL**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS INFORMAÇÕES**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS ENTREGAS**

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues conforme solicitado, no prazo máximo de até 5 dias após a autorização de fornecimento nas quantidades e locais indicados na solicitação emitida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

No valor mencionado na cláusula primeira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04-00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade	04-01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Funcional	MERENDA ESCOLAR
Compl.Elemento	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0060 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura ou NF do Produtor Rural;

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente às entregas efetivas e emissão da nota fiscal;

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres,



dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- Fiscalizar a execução do contrato;
- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executiva, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura até 31/12/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste instrumento contratual.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 06 de agosto de 2013

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

PAULA PASQUAL  
OAB/SC 16164

#### Contrato Ct13/80

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ

CT13/80

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo

Prefeito Municipal LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ pessoa jurídica, situada na Rua da Liberdade, 197, Bairro Morada do Sol, na cidade de Videira/SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 08.971.433/0001-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

É objeto deste contrato a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública n.º 0002/2013, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, conforme segue:

ITEM	CARACTERÍSTICAS	QTDE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Laranja Pêra Doce	Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	350	2,75	962,50
Maçã fuji	Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	650	2,89	1.878,50
Melão	Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	350	3,20	1.120,00
Melancia	Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	250	1,49	372,50
Batata inglesa	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	150	2,99	448,50
Abobrinha	Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente	30	2,35	70,50
Abóbora moranga	firme, tenra, de boa qualidade, livre de batidas e manchas	40	2,10	84,00

Batata doce	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	2,20	132,00
Beterraba	Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente	70	2,35	164,50
Cenoura	Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente	70	2,35	164,50
Chuchu	Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	2,05	123,00
Mandioca descascada e congelada	Características: embalagens de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento	40	2,89	115,60
Pepino	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente	20	2,49	49,80
Tomate	Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente	160	3,35	536,00
Cebola	Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	100	2,99	299,00
Rabanete	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor vermelha. Embalados em plástico de polietileno transparente	10	3,20	32,00
Repolho branco	Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	90	1,55	139,50

Radiche	Característica folha comprida, larga, levemente aveludada, de sabor amargo suave	35	1,60	56,00
Tempero verde (salsinha e cebolinha)	Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente	80	1,60	128,00
Alho fresco	Características: Embalagens de até 100	4	17,90	71,60
Vagem	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde ou verde com contorno marrom. Embalados em plástico de polietileno transparente	10	5,60	56,00
Alface	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	300	1,60	480,00
Acelga	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	2,99	149,50
Agrião	verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante	50	3,50	175,00
Brócolis	Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente	50	2,99	149,50
Chicória	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	1,60	80,00
Couve folha	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	1,80	90,00
Couve-flor	Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	2,99	179,40
Ovos frescos	Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade	80	3,90	312,00

TOTAL	8.619,40
-------	----------

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante da chamada pública nº 0002/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO LIMITE LEGAL**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS INFORMAÇÕES**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS ENTREGAS**

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues conforme solicitado, no prazo máximo de até 5 dias após a autorização de fornecimento nas quantidades e locais indicados na solicitação emitida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

No valor mencionado na cláusula primeira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade	04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Funcional	MERENDA ESCOLAR
Compl.Elemento	Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0060 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura ou NF do Produtor Rural;

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente às entregas efetivas e emissão da nota fiscal;

Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto

pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao CONTRATADO as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- Fiscalizar a execução do contrato;
- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura até 31/12/2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste instrumento contratual.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 05 de agosto de 2013

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PAULA PASQUAL  
OAB/SC 16164**Contrato Ct13/81**

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA.

CT13/81

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Pedro penso, nº 355, na cidade de Iomerê, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição dos gêneros alimentícios abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei nº 10.520/02, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto cometer à contratada o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
PÃO PARA CACHORRO QUENTE, 50g tamanho uniforme, embalagem papel, estéril e decartável contendo o número de paes conforme cronograma da escola, fechado com fita adesiva. Entrega até as 8:30h do dia estipulado no pedido.	kg	90,00	10,94	984,60
PÃO DOCE 50g, tamanho uniforme. Embalagem: papel, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma da escola. Fechado com fita adesiva. Entregue até as 8:30h.	kG	90,00	10,94	984,60
PÃO FRANCES	kg	90,00	7,57	681,30
BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	KG	30,00	16,33	489,90

BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	KG	15,00	16,33	244,95
BOLACHA CASEIRA DE AÇÚCAR MASCAVO	KG	15,00	18,15	272,25
BOLO CASEIRO DE CENOURA	KG	20,00	10,89	217,80
BOLO CASEIRO DE FUBÁ	KG	20,00	10,89	217,80
BOLO CASEIRO DE LARANJA	KG	20,00	10,89	217,80
GROSTOLI	KG	50,00	11,79	589,50
PÃO TIPO CASEIRO	KG	100,00	8,18	818,00
PÃO CASEIRO INTEGRAL	KG	100,00	10,91	1.091,00
CUCA CASEIRA	KG	50,00	11,82	591,00
TOTAL				7.400,50

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0022/2013, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0048/2013, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 - O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato e autorização de entrega, feita no setor de nutrição da prefeitura, conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO**

4.1 - O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será até R\$ 7.400,50 (sete mil e quatrocentos reais e cinquenta centavos), conforme homologação, pagamento será fracionado conforme aquisições.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO**

5.1 - Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO**

6.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária	04.01 – Secretaria de Educação
Projeto/Atividade	12.306.0006.2017 = Merenda Escolar
Complem. Elemento	33900000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários
Reduzido	0060 - PNAE
	25

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 20 (vinte) dias para efetivar o pagamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

7.1 - A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.



**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA****8.1 - É responsabilidade da contratada:**

- a) Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- b) Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- c) Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- d) Os produtos que necessitem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- e) Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- f) Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- g) Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- h) Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE****9.1 - Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:**

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 - O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 - A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

10.2 Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 07 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

JJMCL PANIFIC. CONFEIT. E SERVIÇOS LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PAULA PASQUAL

OAB.SC 16.164

**Contrato Ct13/82**

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MERCADO RZ LTDA.

CT13/82

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MERCADO RZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua XV de Novembro, nº 357, na cidade de Videira, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 85.373.157/0001-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição dos gêneros alimentícios abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei nº 10.520/02, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto cometer à contratada o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
<b>açúcar refinado</b> especial, no mínimo 99% de sacarose e máximo de 0,3% de umidade, embalagem de 5 kg. composição nutricional (média) por 15g de produto: 20kcal.	KG	250,00	2,01	502,50
<b>amido de milho</b> composição nutricional (média) por 20g de produto: 69kcal e 17 g de carboidratos. embalagem de 1 kg	KG	10,00	6,28	62,80
<b>arroz parboilizado</b> longo e fino, tipo 1, embalagens de 5 kg, apresentar selo da ABIAP.	KG	150,00	2,29	343,50
<b>arroz cateto integral</b>	KG	40,00	3,58	143,20
<b>banana caturra</b> tamanho médio em processo de amadurecimento	KG	900,00	1,73	1.557,00
<b>mamão formosa</b> , casca íntegra, sem fungos, bolores e amassados tamanho médio	KG	400,00	3,18	1.272,00
<b>laranja pera</b> , casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	KG	350,00	2,06	721,00
<b>maça</b>	KG	650,00	4,49	2.918,50
<b>maracujá</b>	KG	30,00	8,30	249,00
<b>manga</b>	KG	100,00	4,02	402,00
<b>melão</b>	KG	350,00	6,50	2.275,00
<b>melancia</b> casca íntegra, sem amassados, verde escuro e polpa vermelha e adocicada.	KG	250,00	1,68	420,00
<b>abacate</b> tamanho médio em processo de amadurecimento.	KG	50,00	4,19	209,50
<b>abacaxi perola</b>	UN	90,00	6,40	576,00
<b>batata inglesa</b> monalisa boa qualidade tamanho médio	KG	150,00	3,78	567,00
<b>abobrinha</b> do tipo paulista, casca de cor verde e polpa branca	KG	30,00	2,62	78,60
<b>abobora</b> do tipo cambutiá, casca firme de cor verde, interior cor laranja	KG	40,00	2,16	86,40
<b>batata doce</b> boa qualidade tamanho médio	KG	60,00	2,57	154,20
<b>batata salsa</b>	KG	35,00	7,58	265,30
<b>beterraba</b> firme tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho vivo e com pele lisa	KG	70,00	2,88	201,60
<b>cenoura</b> de 1º qualidade, fresca, tamanho médio	KG	70,00	3,06	214,20
<b>chuchu</b> verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior	KG	60,00	2,34	140,40

<b>mandioca</b>	KG	40,00	3,97	158,80
<b>pepino</b> casca de cor verde vivo, aspecto firme	KG	20,00	2,54	50,80
<b>tomate</b> bem formados, lisos, livres de defeitos, cor vermelho vivo (maduro) e ligeiramente mole	KG	160,00	3,42	547,20
<b>cebola</b> branco (cabeça) nacional, tamanho médio de 1ª qualidade	KG	100,00	3,24	324,00
<b>rabanete</b>	KG	10,00	6,15	61,50
<b>repolho</b> fresco (cabeça), tipo branco, de 1º qualidade	KG	90,00	1,57	141,30
<b>radiche</b>	MAÇ	35,00	1,57	54,95
<b>tempero verde</b> , mistura de cebolinha, salsinha	MAÇ	80,00	2,09	167,20
<b>alho</b> fresco embalagem de até 100gm				
<b>grupo roxo dose 4, tipo especial</b>	KG	4,00	16,13	64,52
<b>vagem</b>	KG	10,00	7,41	74,10
<b>alface</b> fresca e crespa = cor verde, folhas integras com tamanho médio	UN	300,00	1,57	471,00
<b>acelga</b> fresca, 1º qualidade tamanho médio, tipo branco	UN	50,00	1,57	78,50
<b>agrião</b>	MAÇ	50,00	1,92	96,00
<b>brocolis</b> , coloração característica, flores firmes, sem batidas e apresentação de escurecimento	UN	50,00	3,14	157,00
<b>chicória</b>	UN	50,00	1,57	78,50
<b>couve folha</b>	MAÇ	50,00	1,57	78,50
<b>couve flor</b> coloração característica, flores firmes, sem batidas e apresentação de escurecimento	UN	60,00	3,14	188,40
<b>bebida láctea</b> diversos sabores	LTS	700,00	2,58	1.806,00
<b>leite integral</b> longa vida, embalagens tetra park de 1 litro	L	800,00	2,62	2.096,00
<b>biscoito salgado integral</b>	KG	25,00	11,44	286,00
<b>biscoito salgado com gergelim</b> , integral, com sabor e odor agradável, embalagens de no mínimo 240gr, composição média, por 100g de produto, 14g de gorduras totais, 3 g de fibras, alimentares (no mínimo) e apresentado no máximo 5g gorduras saturadas, 900mg de sódio e 2g de gorduras trans	KG	25,00	11,44	286,00

BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL EMBALAGENS DE ATÉ 300GM ATÉ 1KG. COMPOSIÇÃO MEDIA POR 40GMS(PORÇÃO) ATÉ 3,5 GMS DE GORDURAS TOTAIS,ATÉ 0,8GMS DE GORDURAS TRANS E 255MG DE SODIO	KG	30,00	11,44	343,20
BISCOITO SALGADO TIPO COQUETEL EMBALAGENS DE ATÉ 350GMS ATÉ 1KG. COMPOSIÇÃO MEDIA POR 40 GMS (PORÇÃO): 1,3 GMS DE FIBRAS, ATÉ 0,8GMS DE GORDURAS TRANS E 281MG DE SODIO	KG	30,00	11,16	334,80
BISCOITO DOCE SABOR MILHO	KG	25,00	9,40	235,00
BISCOITO DOCE TIPO BOLACHA MEL SEM GLACÊ	KG	15,00	9,67	145,05
BISCOITO DO TIPO KUKI	KG	15,00	11,45	171,75
BISCOITO DOCE AO LEITE TIPO MARIA	KG	25,00	9,67	241,75
BISCOITO DOCE DO TIPO MAISENA	KG	25,00	9,67	241,75
BISCOITO DO TIPO RECHEADO SABOR MORANGO E CHOCOLATE EMBALAGEM DE ATÉ 400 GR	KG	25,00	9,40	235,00
BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO DE LEITE	KG	25,00	11,19	279,75
CAFÉ TORRADO MOÍDO TRADICIONAL	KG	12,00	14,69	176,28
CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	KG	14,00	54,55	763,70
CANELA EM PÓ	KG	0,50	55,77	27,89
CANELA EM RAMA, embalagem de no mínimo 20g	KG	0,50	68,63	34,32
CRAVO DA INDIA	KG	0,50	81,50	40,75
NOZ MOSCADA MOIDA	kg	0,40	120,10	48,04
OREGANO embalagem de até 30 g	G	0,50	47,19	23,60
PIMENTA DO REINO - EMBALAGEM DE NO MINIMO 20g.	KG	0,10	77,20	7,72
COLORAU, embalagem de no maximo 500gr, comp. nutric. (media) de sodio 220 mg de sodio/20 g do produto	KG	3,00	4,80	14,40
SAL IODADO REFINADO	KG	40,00	1,03	41,20
CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇUCAR, embalagem de ate 1 kg, composicao nutricional (media) por porção de 30g, 110 kcal, 12g de açúcar e 200g de sodio	KH	20,00	13,70	274,00
CEREAL MATINAL DE MILHO SABOR CHOCOLATE	KG	20,00	21,25	425,00
CEREAL INFANTIL PARA COMPLEMENTAR ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA	KG	6,00	21,24	127,44

CEREAL DO TIPO GRANO-LA EMBALAGENS DE ATÉ 1KG ISENTO DE GORDURAS TRANS	KG	40,00	15,59	623,60
SEMENTE DE LINHAÇA MARROM EMBALAGEM DE ATÉ 500G	KG	2,00	13,87	27,74
SEMENTE DE GERGELIM	KG	2,00	19,80	39,60
GRAO DE BICO	KG	5,00	9,44	47,20
LENTILHA	KG	15,00	7,91	118,65
LEITE DE SOJA EM PÓ	KG	2,00	34,55	69,10
AVEIA EM FLOCOS	KG	4,00	10,65	42,60
LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO	kg	20,00	16,29	325,80
PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA	KG	5,00	13,52	67,60
FARINHA DE AVEIA	KG	5,00	13,33	66,65
FARINHA LACTEA	KG	3,00	19,14	57,42
ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTANEO	KG	30,00	7,41	222,30
CHOCOLATE GRANULADO, embalagem de ate 500g	KG	3,00	16,18	48,54
CHÁ MATE SABOR MAÇÃ embalagem de ate 40g	KG	0,50	75,92	37,96
CHÁ DE SAQUINHO SABOR MATE COM PÊSSEGO				
Embalagens de até 40g, contendo em média 25 saquinhos cada.	KG	0,50	75,92	37,96
CHÁ SABOR ERVA CIDREIRA	KG	0,50	111,65	55,83
CHÁ DE ERVA DOCE	KG	0,50	120,58	60,29
CHÁ MATE em saquinhos, sabor natural, embalagem de ate 40g, contendo em media 25 saquinhos cada	KG	0,50	75,92	37,96
COCO RALADO SEM AÇUCAR	KG	3,50	26,28	91,98
CREME DE LEITE TIPO UHT	KG	3,00	9,06	27,18
LEITE CONDENSADO	KG	5,00	7,86	39,30
ESSENCIA DE BAUNILHA AÇÚCAR	KG	0,50	25,42	12,71
DOCE DE LEITE EM PASTA	KG	12,00	9,07	108,84
EXTRATO DE TOMATE	KG	40,00	5,78	231,20
FERMENTO EM PÓ EMBALAGENS DE 1KG	KG	4,00	23,01	92,04
ÓLEO DE SOJA tipo 1 lata de 900 ml	LT	85,00	3,75	318,75
VINAGRE DE MAÇÃ	LTS	30,00	1,97	59,10
AZEITE DE OLIVA	L	6,00	24,50	147,00
SARDINHA ENLATADA EM ÓLEO	KG	10,00	25,19	251,90
CARNE BOVINA COXÃO MOLE BIFE DE 1ª	KG	40,00	17,75	710,00

CARNE BOVINA ACEM COR VERMELHA CEREJA BRILHANTE, ELASTICA E FIRME, MACIA, SEM GORDURA APARENTE, FRESCA E ODOR AGRADAVEL. EMBALAGEM EM PLASTICO DE POLIETILENO CONTENDO 1KG CADA. DEVE CONSTAR A DATA DE FABRICAÇÃO E PESO REGISTRO NO SIF	KG	35,00	11,13	389,55
CARNE BOVINA - COSTELA	KG	15,00	12,94	194,10
CARNE BOVINA DE PRIMEIRA - MOIDA, fresca, em embalagem de polietileno de 1 kg, deve constar a data de fabricação e peso, ficha tecnica de inspeção sanitaria	KG	85,00	16,11	1.369,35
CARNE DO TIPO LINGUINHA TOSCANA EMBALAGEM DE POLITILENO DE 1KG. DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE E PESO COM REGISTRO NO SIF	KG	10,00	10,35	103,50
CARNE BOVINA - MUSCULO, freca de cor vermelho - cereja brilhante, macio e odor agradável, embalado em plastico de polietileno, contendo 1 kg cada, deve constar data de fabricação e peso e ficha tecnica de inspeção sanitaria	KG	50,00	9,98	499,00
CARNE SUINA (BISTECA) fresca	KG	20,00	9,98	199,60
CARNE SUÍNA DO TIPO COSTELINHA SUÍNA - FRESCA	KG	15,00	10,06	150,90
CARNE LOMBO FATIADO	KG	20,00	14,20	284,00
COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	KG	200,00	5,51	1.102,00
PEITO DE FRANGO CONGELADO, embalagem de ate 1 kg constando data de fabricação/validade e peso	KG	150,00	8,44	1.266,00
DRUMETE DE FRANGO	KG	40,00	9,55	382,00
ERVILHA DO TIPO CONGELADO EMBALAGENS DE 400G A 1 KG MANUTENÇÃO EM TEMPERATURA DE -12°C	KG	25,00	10,96	274,00
MILHO PARA CANJICA BRANCA	KG	40,00	4,18	167,20
MILHO VERDE CONGELADO	KG	30,00	10,96	328,80
FEIJÃO PRETO	KG	80,00	4,51	360,80
FEIJÃO CARIOCA	KG	20,00	6,63	132,60
FEIJÃO VERMELHO, embalagens de 1 kg	KG	20,00	6,63	132,60

MILHO PARA PIPOCA, calsse amarelo tipo 1 grupo dura, embalagem de 500g	KG	5,00	4,80	24,00
FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, classe amarela, tipo 1, embalagens de até 1kg	KG	7,00	6,66	46,62
FUBÁ	KG	70,00	2,19	153,30
FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	KG	100,00	1,74	174,00
FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	KG	10,00	2,42	24,20
FARINHA DE POLVILHO DOCE	KG	7,00	5,67	39,69
FARINHA DE POLVILHO AZEDO	KG	7,00	6,03	42,21
GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI, embalagens de 1 kg, com rendimento de 54 porções. composição nutricional (média) por 100g de produto: 75kca, 17g de carboidratos, 1,7g de proteínas e 55mc de sódio.	KG	8,00	10,50	84,00
GELATINA EM PÓ SABOR CEREJA, embalagens de 1 kg, com rendimento de 54 porções. composição nutricional (média) por 100g de produto: 75kca, 17g de carboidratos, 1,7g de proteínas e 55mc de sódio.	KG	8,00	10,50	84,00
GELATINA SABOR FRANGO, embalagem de 1 kg com rendimento de 54 porção, composição nutricional media por 100g de produto; 75kcal, 17g de carboidratos, 1,7g de proteínas e 55 mc de sodio	KG	8,00	10,50	84,00
GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO, embalagens de 1 kg, com rendimento de 34 porções de 200ml.	KG	8,00	10,50	84,00
GELATINA SABOR MORGANGO, embalagem de 1 kg com rendimento de 54 porções, composição nutricional media por 100g de produto; 75kcal, 17g de carboidratos, 1,7g de proteínas e 55mc de sodio	KG	8,00	10,50	84,00
GELATINA EM PÓ SABOR UVA, embalagens de 1 kg, com rendimento de 54 porções. composição nutricional (média) por 100g de produto: 75kca, 17g de carboidratos, 1,7g de proteínas e 55mc de sódio.	KG	8,00	10,50	84,00



PÓ PARA PUDIM, sabor morango, embalagem ate 1kg	KG	95,00	9,80	931,00
SAGU classe perola, tipo 1 isento de gluten, embalagem de 500g	KG	30,00	7,20	216,00
MACARRÃO COM VEGETAIS DE LETRINHAS COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO (VITAMINA B9), FEIJÃO DESIDRATADO EM PÓ, ESPINAFRE DESIDRATADO EM PÓ, BETERRABA DESIDRATADA EM PÓ. CORANTES NATURAIS DE CARAMELO, URUCUM, CURCUMA E CARMIM DE COCHONILHA, EMBALAGEM DE ATÉ 1KG	KG	20,00	5,42	108,40
MARGARINA VEGETAL COM SAL	KG	15,00	4,12	61,80
MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	KG	45,00	3,55	159,75
OVOS frescos embalagem de bandeja com no máximo 30 un	DZ	80,00	4,60	368,00
SUCO UVA 100% NATURAL	LTS	35,00	14,08	492,80
SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	LTS	100,00	8,57	857,00
QUEIJO TIPO MUSSARELA FATIADO, embalagem de até 500g	KG	35,00	19,62	686,70
QUEIJO RALADO TIPO PARMESÃO	KG	4,00	39,71	158,84
SALSICHA DO TIPO HOT DOG	KG	60,00	6,20	372,00
PRESUNTO FATIADO E EMBALADO EM PORÇÕES DE 30GR	KG	35,00	20,07	702,45
BARRA DE CEREAL SABOR CASTANHA DO PARÁ (25-30GR)	UN	90,00	1,20	108,00
BARRA DE CEREAL DE FRUTAS	UN	90,00	1,20	108,00
BARRA DE CEREAL SABOR COCO	UN	90,00	1,20	108,00
BARRA DE CEREAL DE AMENDOIM E COBERTURA DE CHOCOLATE (25-30GR)	UN	90,00	1,20	108,00
CANJIQUEINHA OU QUIRERA	KG	20,00	2,40	48,00
TORTEI CASEIRO ENROLADO	KG	10,00	31,00	310,00
TORTEI CASEIRO PASTELZINHO	KG	10,00	31,00	310,00
AGNOLINE	KG	50,00	19,80	990,00
DOCE CASEIRO DE FRUTAS	KG	50,00	16,02	801,00

MEL NATURAL DE ABELHA EMBALAGENS DE NO MINIMO 500G APRESENTANDO ROTULO NUTRICIONAL. APRESENTAR REGISTRO NO SIF/MINISTERIO DA AGRICULTURA	KG	10,00	11,90	119,00
TOTAL				45.403,90

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0022/2013, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0048/2013, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato e autorização de entrega, feita no setor de nutrição da prefeitura, conforme a necessidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

4.1 - O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será até R\$ 45.403,90 (quarenta e cinco mil quatrocentos e três reais e noventa centavos), conforme homologação, pagamento será fracionado conforme aquisições.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 - Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

6.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária	04.01 – Secretaria de Educação
Projeto/Atividade	12.306.0006.2017 = Merenda Escolar
Complem. Elemento	33900000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários
Reduzido	0060 - PNAE
	25

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 20 (vinte) dias para efetivar o pagamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

7.1 - A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitarem de pesagem para entrega (frutas)

e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;  
e) Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;  
f) Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;  
g) Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;  
h) Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 - O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;
- III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;
- IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

10.2 Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 07 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

MERCADO RZ LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PAULA PASQUAL

OAB.SC 16.164

Irineópolis

PREFEITURA

#### Portaria N.º 283/2013. - Republicação.

PORTARIA N.º 283/2013. - REPUBLICAÇÃO.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos n.º 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997,

#### RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Processo Administrativo n.º 007/2013 e designar os servidores CRISTIANE KRÜGER, código 087, ocupante do cargo de Enfermeira do Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus, Presidente da Comissão; SINTIA BENDLIN FRANZ, código 759, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativa, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo Estatutário e NILDO JULIANO KRÜGER, código 1256, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro para ESF, pertencente ao Quadro de Emprego Público, ambos da Administração Direta do Município, membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia de descumprimento das disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT, código 1287, ocupante do emprego público de Médico para ESF, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, quanto a Prática de irregularidades no serviço público ferindo as seguintes disposições da LC 01/97:

VI - Observância das normas legais e regulamentares;

XI - Manter, nas relações de trabalho comportamento condizente com a sua qualidade de funcionário público e de cidadão;

XV - Proceder de forma desidiosa;

XVIII - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com

o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art. 2º - O presente processo será instaurado em virtude de que durante o exercício de suas atividades laborais, apresentou-se de forma inadequada, gerando descontentamento dos cidadãos usuários de seus serviços, podendo ser sua conduta caracterizada como descumprimento de deveres e/ou proibições de ordem funcional.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das penalidades e sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de agosto de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Portaria N.º 286/2013.**

PORTARIA N.º 286/2013.

CONCEDE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - CONCEDER O PRAZO de 30 (trinta) dias para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar N.º 001/2012, instaurado através da Portaria n.º 194/2012, de 14/05/2012.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 22 de agosto de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **Edital Teste Seletivo**

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 011/2013

Secretaria Municipal de Educação

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Juliano Pozzi Pereira, torna público que se encontram abertas de 26/08/2013 a 30/08/2013 as inscrições ao Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Professores para a Secretaria Municipal de Educação, para o exercício de 2013 e 2014, com fundamento na Lei Complementar n.º 064/2013 de 26 de fevereiro de 2013 e na Resolução n.º 02/2013 do Conselho Municipal de Educação, para atuação na Educação Infantil, Séries

Iniciais do Ensino Fundamental/PETI e Disciplinas Específicas do Ensino Fundamental, o qual se regerá pelas instruções deste Edital:

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para cargos de professor disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, a serem admitidos em Caráter Temporário para o ano letivo de 2013 e 2014.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Educação e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

#### **2. DAS VAGAS**

2.1. O preenchimento das vagas da Secretaria Municipal de Educação dar-se-ão, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento e vagas excedentes.

#### **3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1 O candidato poderá se inscrever nas seguintes disciplinas, áreas e níveis de ensino:

- a) Educação Infantil;
- b) Séries Iniciais do Ensino Fundamental e PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- c) Artes
- d) Educação Física
- e) Matemática
- f) Geografia
- g) História
- h) Língua Portuguesa
- i) Língua Inglesa
- j) Ciências
- k) Educação Especial Segundo Professor

3.2. A inscrição deverá ser feita através da internet, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Para efetuar a inscrição pela internet, o candidato deverá:

- a. Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição;
- b. Acessar [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) para INSCRIÇÃO ON LINE e preencher o requerimento de Inscrição, conforme instruções contidas na página;
- c. Imprimir o requerimento de inscrição;
- d. Fazer cópia do requerimento de inscrição para entregar na Secretaria Municipal de Educação, para posterior chamada dos candidatos.
- e. Entregar os documentos exigidos para a efetivação da Inscrição, com envelope devidamente lacrado e rubricado pelo candidato até o dia 30/08/2013 até as 16:30 hs na Secretaria Municipal de Educação que encaminhará no mesmo dia para a Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, a qual fornecerá um protocolo de recebimento.
- f. A inscrição não terá nenhum custo ao candidato.

3.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher no Requerimento de Inscrição a opção, pela área e pela disciplina.

3.3.1 O Candidato deverá observar a formação mínima exigida para os cargos seguindo a tabela abaixo:

DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
Educação Infantil	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil). Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Educação Infantil).
Séries Iniciais e PETI	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia (Séries Iniciais). Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Séries Iniciais).
Artes	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes.
Educação Física	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física.
Matemática	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática.
Geografia	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.
História	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.
Língua Portuguesa	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras/Português. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras/Português.
Inglês	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras / Inglês. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês.
Ciências	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras / Inglês. Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso de Graduação em Licenciatura Plena Letras em Inglês.

Educação Especial  
Segundo Professor

Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Superior em Educação Especial ou Certidão de Frequência em Curso de Complementação em Educação Especial com no mínimo 40 horas.  
Não Habilitado - Certidão de Frequência a partir da 2ª fase (1º período) em Curso Superior em Pedagogia.

- 3.4. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.
- 3.5. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina ou área.
- 3.6. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. O candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos, terá sua inscrição indeferida.
- 3.7. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e endereço eletrônico para contato.
- 3.8. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.
- 3.9. As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas no dia 02/09/2013 até as 16:30hs no mural de publicações da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e nos sites definidos no item 1.2 deste edital, onde caberá recurso no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) dirigido à Empresa RIOS & RIOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

#### 4. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 4.1. Aos candidatos portadores de necessidades especiais que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas conforme o artigo 37, da Constituição Federal, fica assegurado o direito de inscrição no teste seletivo desde que a deficiência de que são portadores sejam compatíveis com o exercício do cargo.
- 4.2. Serão reservadas vagas aos candidatos portadores de necessidades especiais, na proporção de 5% (cinco por cento).
- 4.3. Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.
- 4.4. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção, segundo os padrões clinicamente estabelecidos.
- 4.5. Os candidatos que concorrerem na condição prevista neste artigo serão classificados em lista separada e de acordo com as vagas por lei reservadas.
- 4.6. Havendo laudo médico oficial contrário à condição de deficiente, o candidato será excluído da listagem correspondente.
- 4.7. A publicação do resultado final do Teste Seletivo será feito em duas listas, contendo na primeira a pontuação total de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiências e, a segunda relação somente com a classificação dos portadores de deficiência (para os cargos que atinjam o percentual reservado).
- 4.8. Quando da convocação para a contratação, o candidato portador de deficiência passará por avaliação médica a fim de atestar a deficiência alegada e analisar a compatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.
- 4.9. Caso fique comprovado que o candidato não é portador de deficiência, o mesmo perderá o direito a vaga, da mesma forma que se verificar a incompatibilidade entre a deficiência do candidato e a função a ser desempenhada.

#### 5. DOS REQUISITOS - DOCUMENTOS

- 5.1. O Candidato deverá anexar à Ficha de Inscrição os seguintes documentos:
- 5.1.1. Documento de Identificação com foto.
- 5.1.2. Fotocópia do Diploma de conclusão do curso, devidamente registrado ou certidão de colação de grau ou declaração de



freqüência a partir da 2ª fase (1º período).

5.1.3. Cursos de especialização e aperfeiçoamento ou atualização.

5.1.4. Atestado de Tempo de Serviço na área da educação com data até 30/07/2013.

## 6. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção tem por finalidade a formação de um cadastro reserva de profissionais para a Secretaria Municipal de Educação.

6.2. As provas serão elaboradas e aplicadas pela Empresa Rios & Rios Serviços Administrativos LTDA.

## 7. DAS PROVAS:

7.1. Prova Escrita: Esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 05 (cinco) pontos cada resposta certa, sendo: 14 (quatorze) questões de conhecimentos específicos aos cargos pretendidos; 06 (seis) questões de conhecimentos gerais.

7.1.1. Serão considerados classificados na prova objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 10 (dez) pontos.

7.2. Prova de Títulos: Escolaridade, cursos de especialização e aperfeiçoamento ou atualização, de caráter classificatório, com a seguinte pontuação:

Requisito	Pontuação:
a - Pós-graduação na área da Educação	40 (quarenta)
b - Cursando pós-graduação na área da Educação	20 (vinte)
c - Graduação na área de Educação	40 (quarenta)
d - Cursando graduação na área da Educação	20 (vinte)
e - Certificado de Complementação em Educação Especial	30 (trinta)
f - Cursando Complementação em Educação Especial	10 (dez)
g - Curso de Magistério completo	05 (cinco)
h - Cursos de aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação ofertada por instituições oficiais	02 (dois) pontos para cada 40 horas
i - Tempo de serviço na área de Educação	03 (três) pontos para cada 12 meses

7.2.1. Para receber a pontuação relativa ao título, o candidato deverá apresentar fotocópia dos diplomas ou certificados devidamente registrados, na área da Educação, com carga horária mínima de 10 (dez) horas e realizados no período de 01/08/2011 a 01/08/2013, para fins de comprovação de atualização na área, atingindo o limite máximo de 400 horas.

7.2.2. Para comprovação e avaliação do Tempo de Serviço, será feita através de atestado de Tempo de Serviço na área da educação, emitido por órgão oficial, na Rede Pública Municipal, Estadual e Rede Particular, onde obterá pontuação de 3.0 (três) para cada 12 (doze) meses completos de Tempo de Serviço, limitando-se há 10 anos.

7.2.3. Para as Disciplinas Específicas o candidato deverá comprovar a habilitação para o cargo.

7.3. Conteúdo Programático - conforme Anexo I, deste Edital.

## 8. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA:

8.1. A prova escrita terá duração máxima de 1h 30min (uma hora e trinta minutos) e será realizada no dia 08/09/2013, com início às 09 (nove) horas, nas dependências da EEB Horácio Nunes, sito Rua Paraná, Centro.

8.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

8.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

8.4. Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II - consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, Pager, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletro-eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

8.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

8.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 45 minutos a partir do início.

8.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o fiscal.

## 9. CLASSIFICAÇÃO GERAL

9.1. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos disponíveis na Secretaria Municipal de Educação será no dia 10/09/2013, divulgadas no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Iri- neópolis e no endereço eletrônico: [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br), após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.

9.2. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos interpostos através de requerimento próprio devidamente lacrado, sendo o mesmo dirigido à Empresa Rios & Rios Serviços Administrativos LTDA, devendo o mesmo ser protocolado até o dia 12/09/2013 às 16:30hs, junto à Secretaria Municipal de Educação.

9.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela referida Empresa e após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 13/09/2013 até às 16:30 horas;

9.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).

9.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais por disciplina, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;

9.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

## 10. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DOS CARGOS

10.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.

a) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.

b) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

c) Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado adicional fornecido pelo médico.

d) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

e) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade-Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino;

- Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor, Prova de quitação com as obrigações eleitorais; Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.

10.2. Os classificados serão notificados por e-mail a comparecer na Secretaria Municipal de Educação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desclassificação do Teste Seletivo, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.

10.3. O candidato que assumir a vaga no período letivo de 2014 e solicitar exoneração ficará impedido de participar do próximo teste seletivo.

10.4. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto à Secretaria Municipal de Educação. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

## 11. DO REGIME JURÍDICO

11.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Complementar nº 064/2013 de 26/02/2013.

## 12. DA ESCOLHA DE VAGAS

12.1. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo a ordem de classificação do referido teste seletivo, mediante a existência de vaga e conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observando que os candidatos que aceitarem a vaga no ano de 2013, não terão mudança em sua classificação para o ano de 2014.

12.2. No surgimento de vagas durante o ano de 2013 e 2014, a Secretaria Municipal da Educação realizará novas chamadas para preenchimento das vagas, dando continuidade a listagem de classificação de vaga respeitando a ordem de classificação.

12.3. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma passará ao último da listagem de classificação de sua área, exceto no ano de 2013. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para segunda e última chamada.

12.4. O candidato terá 01 (um) dia, considerando-se os dias úteis, para dar retorno sobre a convocação. Expirando o prazo, será dada continuidade à convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem da classificação.

12.5. O candidato que for selecionado para uma substituição por período inferior a 30 dias permanecerá na mesma ordem de classificação até a existência da próxima vaga.

12.6. O candidato que escolher a vaga e entrar com toda a documentação exigida junto ao departamento de recursos humanos da prefeitura municipal, não poderá desistir da vaga escolhida durante o período de 30 (trinta) dias, sujeito ao contrário pagar indenização correspondente a 01 (um) salário mensal cabível conforme o cargo para o qual foi contratado.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Empresa Rios & Rios Serviços Administrativos LTDA e pela Comissão do Teste Seletivo.

13.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o (a) candidato (a) o direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados do Poder Executivo Municipal. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e

necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação dos candidatos;

13.3 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

13.4 O professor regularmente contratado para exercer suas funções durante o ano letivo de 2013 e 2014, poderá ter seu contrato rescindido antecipadamente, se:

a) Apresentar 03 (três) faltas injustificadas, apontadas pelo chefe imediato;

b) Apresentar 02 (duas) ocorrências funcionais (advertência).

13.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 20 de agosto de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

## ANEXO I

### CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES

Constituição Federal e Estadual; LDB, Parâmetros Curriculares Nacionais, Decreto 6094/07. FNDE/MEC; Resolução 47/07 FNDE/MEC; Resolução 029 MEC FNDE; Lei 10.639/2003; Lei 10.172/01. Plano de Desenvolvimento da Educação, Plano de Ações Articuladas; FUNDEB. Compromisso todos pela Educação. Regime de Colaboração entre os Entes Federados. Conselhos da Área Educacional: Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, Conselhos Escolares, Conselho Tutelar. Gestão Orçamentária da Educação, Articulação Escola Comunidade. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (\*) Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Resolução CNE/CEB nº 4/2010; Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental, Educação especial-legislação, Avaliação da aprendizagem; Temas Multidisciplinares, Planejamento: Plano de Curso e Plano de Ensino; Estatuto da Criança e do Adolescente; Conhecimentos gerais e atualidades.

### CONTEÚDO PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE ACORDO COM A MATÉRIA

#### CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Métodos e técnicas na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Literatura: Emília Ferreira, Piaget, Vygotski, Ana Teberosky. PCNs. Papel do professor na alfabetização. Educação Infantil no mundo atual. Atualidades.

#### CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PETI

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática:

Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos /Material Didático e tecnológico. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos da avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotski, Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal N° 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Emenda Constitucional 19 e 20. Conhecimentos inerentes ao Programa - PETI.

#### CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

História da Educação Física. A importância social na Educação Física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social; Psicomotricidade; Planos de aulas para: cardiopatas, hipertensos, diabéticos, obesos, desvios posturais, gestantes, desvios respiratórios, distúrbios ortopédicos; Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos esportivos.

#### CARGO: PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos em Língua Inglesa: estratégias de leitura, tipologia textual, estrutura e organização textual. Principais elementos e relações da estrutura lingüística da Língua Inglesa: morfologia, sintaxe, semântica, fonologia, vocabulário. Fundamentos teóricos do processo ensino/aprendizagem da Língua Inglesa: a abordagem comunicativa, o inglês instrumental (English for Specific Purposes). Estilos e Estratégias de Aprendizagem.

#### CARGO: PROFESSOR DE ARTES

Fundamentos históricos, filosóficos da Educação Artística. História do ensino das artes no Brasil. Metodologias e procedimentos pedagógicos, recursos materiais e objetivos do ensino das linguagens da arte na escola. Conhecimentos específicos das diferentes linguagens da arte: Teatro (Artes Cênicas), Artes Visuais e Música quanto ao desenvolvimento infantil, à prática específica e a história das artes universal e brasileira, em seus vários períodos até os movimentos contemporâneos.

#### CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA

Lógica - Sentenças e proposições. Quantificadores. Conjuntos numéricos - Os sistemas de numeração. Números naturais, inteiros, racionais e reais. Conceitos, operações e propriedades. Estimativas com números e aproximações numéricas aplicadas à situações-problema. Progressões - Sequência. Progressões aritmética e geométrica. Aplicações. Funções - Relações. Par ordenado. Plano Cartesiano. Produto cartesiano. Relações binárias. Relações de equivalência e de ordem. Representação gráfica. Aplicações de funções na resolução de problemas. Domínio, contradomínio, imagem. Sobrejeção, injeção, bijeção, função inversa e função composta. Função constante e função idêntica. Análise das representações gráfica, tabular e algébrica de funções de 1º e 2º graus, polinomiais, trigonométricas, exponenciais e logarítmicas. Equações, inequações e sistemas. Inequação produto e inequação quociente. Estatística - Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Aplicação de probabilidade e combinatória. Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem e fator de correção. Juros. Sistemas lineares. Geometria Analítica Distância entre dois pontos e entre ponto e reta. Divisão de segmentos. Coeficiente angular. Equações da reta e da circunferência. Posições relativas. Perpendicularidade. Tangência. Triângulos, quadriláteros e demais polígonos. Circunferências e círculos. Congruência e

semelhança. Sólidos geométricos. Poliedros, prismas, pirâmides. Cilindro, cone e esfera. Ângulos. Definições, aplicações e propriedades. Relações métricas. Perímetros, áreas e volumes. Unidades de medidas de Sistema Internacional. Resolução de problemas - Equação e interpretação de problemas.

#### CARGO: PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA

Conteúdo: Compreensão e interpretação de texto. Modos de organização textual: descrição, narração e dissertação. Argumentação. Qualidades do parágrafo e da frase em geral. Unidade, coerência e ênfase. Coesão, concisão, paralelismo sintático e semântico. Coerência e coesão textual. Intertextualidade. Níveis de linguagem. Valor semântico e emprego dos conectivos. Frase, período e oração. Estrutura sintática da frase; ordem direta e indireta da estrutura frasal. A construção do texto: o parágrafo como unidade de composição; tópico frasal e suas diferentes feições. Como desenvolver o parágrafo. Semântica: o sentido das palavras - adequação vocabular, denotação, conotação, polissemia e ambigüidade. Homonímia, sinonímia, antonímia e paronímia. Generalização e especificação o concreto e o abstrato. Vocabulário: paráfrase, resumo e ampliação. A norma culta. Ortografia oficial. Pontuação. Acentuação gráfica e sinais diacríticos. Prosódia e ortoepia. Emprego das classes gramaticais. Flexões nominais. Flexão verbal: verbos regulares, irregulares, defectivos e anômalos; vozes verbais, locuções verbais e tempos compostos. Processos de coordenação e subordinação (valores sintáticos e semânticos). Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Sintaxe de colocação: deslocamento e valor semântico-gramatical posição do pronome átono. Sintaxe da oração e do período. Estrutura e formação de palavras. Gêneros literários. O processo literário brasileiro: estilos literários. Periodização da Literatura Brasileira. Gêneros textuais. Funções da linguagem. A narrativa e seus subgêneros. Elementos da narrativa. O poema e suas formas. O Barroco e o Arcadismo. O épico e o lírico. O Romantismo: características principais, autores e obras representativos. A ficção realista/naturalista. O Modernismo: características principais, autores e obras representativos; romance, conto e crônica modernos.

#### CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

A história do pensamento geográfico - Conceitos, temas e teorias da Geografia. A questão do método e a crítica do conhecimento. Meio ambiente, natureza e pensamento geográfico. A Geografia, os Parâmetros Curriculares e a Cartografia A Geografia no contexto dos Parâmetros Curriculares (5ª a 8ª Séries): O conhecimento geográfico e sua importância social. Categorias. Objetivos Gerais. Metodologia. Cartografia: os mapas e as visões de mundo - Localização: coordenadas geográficas. Escalas. O Espaço Mundial A Geopolítica Mundial: Da Guerra Fria à nova ordem mundial: do mundo bipolar ao mundo multipolar. As transformações políticas no mundo contemporâneo; blocos econômicos supranacionais; a atual divisão internacional do trabalho. Meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. A era da Globalização. Conflitos étnicos atuais, a questão das nacionalidades; movimentos separatistas; terrorismo. O Espaço Industrial: localização das indústrias (fatores determinantes); tipos de indústria; o processo de industrialização nos países pioneiros; grandes potências industriais; os países de industrialização recente e os subdesenvolvidos. Os diferentes modelos de produção industrial. A revolução técnico-científica. A produção mundial de energia e suas diferentes fontes. O Espaço Agrário: as novas relações cidade x campo; os sistemas agrícolas; a agropecuária em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A modernização das atividades agrícolas. Os Espaços Urbano e Regional: as cidades e as metrópoles; urbanização em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; megacidades e cidades globais. Infraestrutura e serviços urbanos. Região e organização espacial. A População e Espaço Geográfico: dinâmica, crescimento, distribuição e estrutura da população; teorias



demográficas; migrações internacionais. O Espaço da Circulação: transportes e comunicação no mundo atual. A natureza e sua importância para o homem: Os diferentes componentes do quadro natural (clima, vegetação, relevo, geologia, solos, hidrografia, águas oceânicas). Quadro natural: recursos e aproveitamento econômico. Domínios morfoclimáticos; natureza/questões socio-culturais; problemas ambientais urbanos; mudanças ambientais globais e meio ambiente. Impactos das sociedades sobre o meio ambiente. O Espaço Geográfico do Brasil A Natureza do Território Brasileiro: grandes paisagens naturais; geomorfologia, relevo e solos; domínios morfoclimáticos; principais bacias hidrográficas e águas territoriais brasileiras. A Formação territorial do Brasil: A ocupação e a construção do território nacional. A organização do Estado brasileiro. O Brasil e suas diferentes regionalizações. Políticas territoriais. As regiões brasileiras e os contrastes regionais. O Brasil e o mercado mundial. O Espaço Industrial Brasileiro: O processo de industrialização no Brasil. Concentração e dispersão espacial da indústria; o Sudeste como pólo industrial do país e a desconcentração industrial; as fontes de energia no Brasil. O Espaço Agrário Brasileiro: A produção agropecuária no Brasil; modernização do espaço agrário; as relações de trabalho no campo; a reforma agrária. Conflitos no campo. O Espaço Urbano Brasileiro: A organização do espaço urbano. Hierarquia e rede urbana; funções urbanas; urbanização, favelização, periferização e metropolização; estrutura interna das cidades brasileiras. Problemática socioespacial das metrópoles brasileiras. A questão do trabalho nas cidades: a expansão da economia informal. Segregação nas cidades brasileiras. População e o Espaço Geográfico Brasileiro: Estrutura da população; dinâmica demográfica. Investimentos e políticas demográficas; distribuição da população pelo território. Migrações. Meio Ambiente: Questões e problemas ambientais no campo e nas cidades. Desenvolvimento urbano e impactos ambientais nas metrópoles brasileiras. A sustentabilidade e a conservação do meio ambiente. O planejamento ambiental no Brasil.

#### CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

Antiguidade Clássica: o mundo greco-romano. O período medieval: a Alta e a Baixa Idade Média. O mundo Moderno: o antigo Regime e o absolutismo; a expansão européia; os sistemas coloniais na América; o Renascimento; a Reforma Protestante. Brasil: colônia, império e República Velha. A Revolução Industrial; o iluminismo; Ilustração. O Mundo Contemporâneo: Revolução Francesa; Nacionalismo; Liberalismo; Imperialismo; 1ª Guerra Mundial. A Revolução russa; a crise de 1929-1933. 2ª Guerra Mundial; o período entre guerras. Nazismo. Fascismo. A Guerra Fria; O Brasil: Estado Novo. Golpe de 1964 e a nova República. Crise do socialismo. Crise da social democracia. A descolonização afro-asiática; o Oriente Médio. A América Latina no século XX; a nova ordem econômica internacional. Globalização. Neoliberalismo. A 3ª Revolução Industrial. Atualidades do Brasil e do Mundo.

#### CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Concepção de Ciências e Ensino de Ciências; Práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências; Avaliação no Ensino de Ciências; História do Ensino de Ciências no Brasil; Ciências como produção humana; Conceitos específicos da área: ecossistema; sustentabilidade; biodiversidade; natureza / ambiente / ecologia; tecnologia / nanotecnologia / biotecnologia; Noções de legislação ambiental; Princípios de educação ambiental; Questões ambientais atuais (aquecimento global, água, efeito estufa, resíduos sólidos).

#### CARGO: SEGUNDO PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL

O desenvolvimento da criança e do adolescente. Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. Teorias Educacionais. Concepções Pedagógicas. Mediação da aprendizagem. Avaliação. Currículo. Fracasso escolar. A prática educativa. Formação de professores.

Mídia e Educação. Disciplina e Limites. Cidadania. Fundamentos da Educação Inclusiva. Teoria Sociocultural. Pedagogia Histórico Crítica. Didática da Pedagogia Histórico Crítica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Educação Inclusiva e práticas pedagógicas. Conceito de deficiência. Deficiências: Múltipla, Surdo, cegueira, Intelectual (mental) e Física. Transtornos globais do desenvolvimento. Adequações Curriculares.

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Decreto N° 153, de 21 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 153, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapiranga, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 2023 de 05.12.2001 e Lei Municipal n° 2155/2003 de 15.12.2003;

#### Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto, reconduzidos os membros efetivos e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, por mais um período de 02 (dois) anos, com a seguinte composição:

#### I. ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

Gilvane Kern (efetivo) e Maria Salete Andrade (suplente);

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:

Simone da Luz Reichert (efetivo) e Mara Oro (suplente);

c) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE:

Amanda Regina Dalbosco (efetivo) e Samira de Freitas Bolsi (suplente);

#### II. ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL:

a) GRUPO DE ESCOTEIROS PEDRA VERMELHA:

Marilúcia Dafré (efetivo) e Carmen Zilles (suplente);

b) GRÊMIOS ESTUDANTIS:

Leonardo Orth Engel (efetivo) e Suelen Rauber (suplente);

c) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP)

Angelita Terhorts Kuhn (efetiva) e Ivete Reckziegel Kessler (suplente);

d) ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE ITAPIRANGA (ASSEMIT):

Cleusa Soethe Guareschi (efetivo) e Cristiani Werlang (suplente);

e) ENTIDADES RELIGIOSAS:

Débora Schmitz Meirelles (efetivo) e Claudina Mayer (suplente);

f) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL (APAE):

Daiane Spies Berwanger (efetivo) e Bernadete Auth (suplente);

g) ASSOCIAÇÃO DE CULTURA ESPORTIVA E TURISMO DE



**ITAPIRANGA - ACETI:**

Milton Carlos Locatelli (efetivo) e Roseli Terezinha K. Geller (suplente).

Parágrafo único. Esta nomeação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 114, de 5 de agosto de 2011.

Itapiranga - SC, 21 de agosto de 2013.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretário Municipal de Administração

**Decreto Nº 152 de 21 de Agosto de 2013**

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar 002/2006 e Lei complementar nº 19/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologado o resultado da Prova de Títulos dos candidatos inscritos para o Concurso Público nº 01/2013, abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC.

Arquiteto			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
149	BÁRBARA REICHERT	0	0,00
162	FRANCIELE ROHR	8	1,02
90	JANAINA GASSEN	0	0,00
88	KATYUCIA MANFREDI BACCHI	3	0,18
137	LILIAN BOHNENBERGER	7	0,42
56	LUCAS SCHWENGBER WOLF	0	0,00
79	RUTI FREESE	6	0,36
112	SIMONE CRISTINA EIDT	0	0,00
Engenheiro Civil			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
65	LARA BORGES WELTER	0	0,00
197	MARCO ANTONIO C. CALZA	0	0,00
196	RAFAEL CASARIL	0	0,00
151	RODRIGO PADILHA	0	0,00
257	ULISSES NYLAND	0	0,00
Engenheiro Químico			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos

240	CIRO ROBERTO ROSAR JACOMEL	0	0,00
180	DINORVAN ZUFFO PERIN	8	0,48
237	FERNANDA ROBERTA CASAGRANDE	0	0,00
207	KATIA JOANA VERDI	5	0,30
93	ROLAND WEIGSDING JUNIOR	0	0,00
Engenheiro Sanitarista			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
191	ALAN CASSIO BORSUK	0	0,00
40	JULIANE CRISTINA DASSOW	5	0,30
267	LEONARDO RHODEN RECH	2	0,12
83	LUAN ARIEL FREISLE-BEN	10	0,60
160	LUAN DOMINGUES DE ARRUDA	0	0,00
266	MACIEL WELTER	4	0,78
106	MAYARA TECHIO	0	0,00
224	WILLIAM DILL ARE-NHARDT	5	0,30
Fonoaudiólogo			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
232	ALINE WEIS	10	1,14
117	ALINY NAISSARA NARCISO	0	0,00
270	DANIELE LAÍS URNAU	0	0,00
Médico			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
185	ANDRÉ JULIANO FUCHS HERRMANN	1	0,60
25	LUCAS MELO DE FREITAS	1	0,06
Médico Veterinário			
Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
61	ADEMIR ZAPPANI	6	0,36
144	ALEX LENGERT	0	0,00
66	ALEX SILVA MARQUEZI	5	0,30
118	ARIANE OLIVEIRA PINHEIRO MACHADO	7	0,96
16	BRUNA BORGES DOS SANTOS	0	0,00
190	CAIO LUIS URBAN	10	0,60
8	CAROLINE WOHLFART FRIEDRICH	9	0,54
194	DENISE CRISTINA SILVA GOMES	11	1,20
199	DENIZE ERENO	6	0,36
140	DIOGO RODRIGO FRONCHETTI	10	0,60

51	EDUARDA LUCCA	5	0,30
247	EDUARDO MIOLA	0	0,00
141	ELTON ANTONIO SELUNG	3	0,18
177	FERNANDO DE SOUZA RAMOS	3	0,18
210	FRANCIELE ROSADO VIERO NEIMAER	10	0,60
139	GIANCARLO MANFRIN	9	0,54
272	GISLAINE DE FATIMA CARVALHO	5	0,30
258	GRACIELE GONCALO MUELLER	1	0,06
239	ITACIO ZINN MOSTAR-DEIRO	11	1,20
208	JEFERSON WELCHEN	5	0,30
156	JOSÉ ANTONIO SALDA-NHA FILHO	11	1,20
98	LUAN MARCEL HOFF	9	0,54
174	LUANA MARIS TIBOLA	7	0,42
11	LUCIMAR KAPPES	7	0,42
158	LUIS ROBERTO LEIVAS PORTELLA	10	1,88
142	LUIZ FELIPE DAMACE-NO TAVARES	0	0,00
89	MARCIANO RAFFAELLI BONAPAZ	10	0,60
92	MATHEUS RODRIGUES ORDONEZ	7	0,96
29	PEDRO PAULO WER-TONGE SANTIAGO	0	0,00
132	RENATO COSTA DE QUARDA	0	0,00
135	RICARDO DAL RI SEGATTO	0	0,00
3	RONALDO JUNIOR CARLESSO	10	0,60
133	SAMUEL AUGUSTO TUNI	10	0,60
183	TATIANE JESSICA MINSKI	0	0,00
202	TIAGO JUNIOR VOGEL	0	0,00
163	TUIRA PANSERA	5	0,30
227	VALDAIR MIGUEL DAHMER	10	0,60
242	VANDELIR PREUSS	5	0,30
256	VANDERLEI LUIS ORTH	5	0,30
213	VANDERSON NEIMAER ALVES	0	0,00
27	VINÍCIOS LINK	0	0,00

## Procurador Jurídico do Município

Insc.	Nome do Candidato	Número de Títulos	Pontuação dos Títulos
173	ADRIEL DIOGO LUNKES	0	0,00
161	BRUNO BRUSTOLIN PRESTES	10	0,60
179	CARLA ROBERTA SCHWANTES HACH-MANN	0	0,00
39	CARLOS ALBERTO MAR-TINOTTO	0	0,00

116	CAROLINE CENDRON	0	0,00
248	CATIENE MAGALHÃES DE OLIVEIRA	0	0,00
41	CRISNA MARIA MULLER	8	1,02
184	CRISTIANE CORRÊA GIRELLI	5	1,04
127	CRISTIANO BIELOHOU-BECK	8	0,48
102	DANIEL ANTONIO CUNICO	6	0,36
42	ENIVALDO BARROS	10	0,60
78	FABRICIA KROETZ	9	1,08
229	GECIANA SEFFRIN	0	0,00
114	GUILHERME LANGA	0	0,00
107	GUILHERME SCHIM-MOCK	0	0,00
233	JOSE SANDAGI RIBAS	0	0,00
193	JULIANE MARIA PEDÂN	10	0,60
13	KATIA MARGARETH BECKER DILKIN	10	0,60
1	KATIUSCIA PETRY	10	0,60
94	LUCAS CASTILHOS MOTTA	6	0,36
182	LUCAS EDIVANDRO AGOSTINI	2	0,12
260	LUCIANE SKRSPYCSAK KIST	6	0,36
4	MAIDI MERLY WOLF DOS REIS	0	0,00
205	MARCELO PELLEGRINI	7	0,42
251	MARCOS BELLAN	7	0,42
100	MAYARA DONDONI DALLA CORTE	10	0,60
68	MICHELE BEAL	1	0,06
167	MILTON LUIS WOLF	10	0,60
212	NODIVAR CARATI	5	0,84
274	PABLO SOUZA	9	0,54
54	PAULO CESAR SPIEL-MANN	10	0,60
249	SANDREIA FORNARI	11	1,20
115	SUELEN REGINA FRANTZ THUMS	9	1,08
19	VALDERES PEREIRA	10	0,60
188	VANESSA SERIGHELI GROTH	5	0,30
101	VIVIANE TERESINHA BROCC	0	0,00

Art. 2º. Todos os candidatos inscritos tiveram suas inscrições homologadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 21 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER  
Secretario Municipal de Administração.

**Portaria 189/2013**

PORTARIA Nº 189 de 16 de agosto de 2013  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 60/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 50% (cinquenta por cento) ao servidor Volnei Wink, sob matrícula nº 14913/01, para atuar como responsável pelas leituras de água, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 184/2013**

Portaria nº 184 de 16 de agosto de 2013

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006;

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar a partir do dia 16 de agosto de 2013, Maria Zeli Ferreira sob matrícula nº 1617/14, do cargo de provimento em comissão de Secretária de Escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 16 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 186/2013**

PORTARIA Nº 186 de 16 de agosto de 2013  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 60/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 40% (quarenta por cento) ao servidor Valdir Klein, sob matrícula nº 10343/01, para atuar como responsável pelos

serviços urbanos e limpeza pública, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 187/2013**

PORTARIA Nº 187 de 16 de agosto de 2013  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 60/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 50% (cinquenta por cento) ao servidor José Preis, sob matrícula nº 10328/02, para atuar como responsável pelas leituras de água, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de agosto de 2013.

MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 188/2013**

PORTARIA Nº 188 de 16 de agosto de 2013  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (GE)

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 02/2006, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 60/2013;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação Especial (GE) no percentual de 50% (cinquenta por cento) ao servidor Valdoir Bie-seck do Canto, sob matrícula nº 14630/01, para atuar como responsável pelas leituras de água, em conformidade com o anexo I da Lei Complementar nº 60 de 6 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de agosto de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

### Portaria N° 190/2013

Portaria n° 190 de 21 de agosto de 2013

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n° 39/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Remover a partir do dia 21 de agosto de 2013, o servidor municipal Fernando Luis Staub, sob matrícula n° 14789/01 da Secretaria Municipal de Transportes para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 21 de agosto de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

**Itapoá**

**PREFEITURA**

### Edital de Pregão Presencial N° 50/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2013  
REGISTRO DE PREÇOS N° 29/2013  
PROCESSO N° 92/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal N° 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar N° 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09 h estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 09/09/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) n° 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo

na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 22 de agosto de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

### Tomada de Preço N° 05/2013 - Processo N° 93/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 06/→09/2013 às 11h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 11h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço n° 05/2013 - Processo n° 93/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção da cobertura da EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do Norte, compreendendo 767,96m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (Doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 22 de agosto de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### Portaria N.º 1290

PORTARIA N° 1.290 DE 21 DE AGOSTO DE 2013  
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

#### RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. SONIA MARLENE BROLLO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 32/2013/FMS de 01 de agosto de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 32/2013/FMS - Pregão Presencial n.º 25/2013/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE



**Portaria N.º 1291**

PORTARIA Nº 1.291 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. CASSIO CECONELLO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 106/2013/PMJ de 21 de agosto de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 77/2013/PMJ - Tomada de Preços n.º 15/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 1292**

PORTARIA Nº 1.292 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. IRINEU MENEHINI para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos n.º 86 a 91/2013/PMJ de 05 de agosto de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 80/2013/PMJ - Pregão Presencial n.º 48/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 1293**

PORTARIA Nº 1.293 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. RENAN ZILIO para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos n.º 23 a 27/2013/FMAS de 16 de agosto de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 11/2013/FMAS - Pregão Presencial n.º 09/2013/FMAS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 1294**

PORTARIA Nº 1.294 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) CLODOMAR NATAL CASARIM, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de agosto de 2013.  
RAFAEL LASKE

**Extrato Homolog PL 11/2013 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2013/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 11/2013/FAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 09/2013/FAS.

Objeto: a aquisição parcelada de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

- Empresas Vencedoras:

FAVRETTO & CIA LTDA

VALOR R\$ 51,50

GRAFICA AMERICA LTDA-ME

VALOR R\$ 3.696,90

HARMONIZE IND. E COMERCIO TEXTIL LTDA

VALOR R\$ 1.907,40

OBJETIVA COMERCIO DE EQPTOS LTDA

VALOR R\$ 7.814,84

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR R\$ 7.388,75

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato Homologação TP 16/2013/PMJ - PL 84/2013/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 84/2013/PMJ,  
- Modalidade: TP 16/2012/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a implantação e readequação da sinalização semafórica nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC.

- Empresa Vencedora: SINACOM IND. E COM. DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME.

- Valor total contratado: R\$ 181.012,42 (cento e oitenta e um mil, doze reais e quarenta e dois centavos), sendo 12.713,47, referente à mão-de-obra de implantação e programação e 168.298,95 referente aos materiais.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato PL 92/2013/PMJ - PP 54/2013/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móvel sob medida, destinado à sala de instrução para o trânsito dos policiais militares do 26º Batalhão de Polícia Militar. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 05/09/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 05/09/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 21 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Homologação TP 16/2013/PMJ - PL 84/2013/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 16/2013 - TP</b>  Processo Administrativo: 84/2013 Processo de Licitação: 84/2013 Data do Processo: 18/07/2013
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 84/2013  
b ) Licitação Nr.: 16/2013-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2013  
e ) Data da Adjudicação: 21/08/2013 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a implantação e readequação da sinalização semafórica nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1 SINACOM IND. E COM. DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME (11082)**

1	Controlador Eletrônico microprocessador 04 (quatro) fases.	UN	2,00	-	7.659,77	15.319,54
2	Coluna 114 mm x 6.000 mm, galvanizada	UN	1,00	-	811,89	811,89
3	Coluna 114 mm x 6.000 mm com braço projetado 101,6 mm, galvanizada.	UN	5,00	-	2.000,79	10.003,95
4	Grupo focal projetado	UN	21,00	-	4.914,38	103.201,98
5	Grupo focal repetidor 3 x 200 mm (LED).	UN	5,00	-	1.483,33	7.416,65
6	Grupo focal pedestre 2 x 200 mm (LED).	UN	12,00	-	1.156,37	13.876,44
7	Suporte basculante 101,6 mm	UN	5,00	-	82,55	412,75
8	Suporte simples convencional 114 mm	UN	11,00	-	79,56	875,16
9	Armação secundária com roldana de porcelana 78 x 78 mm	UN	7,00	-	29,33	205,31
10	Cabo PP 2 x 1,0 mm 750 V	M2	420,00	-	2,81	1.180,20
11	Cabo PP 3 x 1,0 mm 750 V	M2	420,00	-	4,18	1.755,60
12	Cabo PP 4 x 1,5 mm 750 V	M2	500,00	-	4,43	2.215,00
13	Conjunto óptico a LED 3 x 200mm (VD/AM/VM)	UN	16,00	-	689,03	11.024,48
14	Mão de obra de implantação e programação	SERV	1,00	-	12.713,47	12.713,47

**Total por Fornecedor: 181.012,42**  
**Total Geral: 181.012,42**

Joaçaba, 21 de Agosto de 2013.

-----  
RAFAEL LASKE - PREFEITO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99  
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 16/2013 - TP**

Processo Administrativo: 84/2013  
Processo de Licitação: 84/2013  
Data do Processo: 18/07/2013

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (140), 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (141), 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (220),  
2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (222)

Joaçaba, 21 de Agosto de 2013.

-----  
RAFAEL LASKE - PREFEITO



**Termo Homologação TP 15/2013/PMJ - PL 77/2013/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 15/2013 - TP</b>  Processo Administrativo: 77/2013 Processo de Licitação: 77/2013 Data do Processo: 04/07/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 77/2013  
b ) Licitação Nr.: 15/2013-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 21/08/2013  
e ) Data da Adjudicação: 21/08/2013 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma da cobertura do prédio sede da Prefeitura do Município de Joaçaba.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

**GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA. (7664)**

1 Execução pela contratada, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a reforma da cobertura do prédio sede da Prefeitura do Município de Joaçaba, conforme PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO ESTIMATIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO do anexo I do edital.	SERV	1	-	163.230,78	163.230,78
---	------	---	---	------------	------------

**Total do Fornecedor: 163.230,78**

**Total Geral: 163.230,78**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.043.4.4.90.00.00.00.00.00 (231)

Joaçaba, 21 de Agosto de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO

**Extrato Contrato 106/2013/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2013/PMJ  
PL 77/2013/PMJ - TP 15/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a reforma da cobertura do prédio sede da Prefeitura do Município de Joaçaba.

VALOR CONTRATADO R\$ 163.230,78 (cento e sessenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta e oito centavos), sendo:

- R\$ 127.235,60 (cento e vinte e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 35.995,18 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos), referente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.043 - MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

147 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 21/08/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato Contrato 107/2013/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2013/PMJ  
PL 84/2013/PMJ - TP 16/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: SINACOM IND. E COM. DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME.

OBJETO: Prestação pela CONTRATADA de serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a implantação e readequação da sinalização semaforica nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO R\$ 181.012,42 (cento e oitenta e um mil, doze reais e quarenta e dois centavos), sendo 12.713,47, referente à mão-de-obra de implantação e programação e 168.298,95 referente aos materiais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.036 - MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - PREFEITURA

140 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0056 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

141 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

220 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

222 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0056 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 21/08/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Extrato Contrato 23/2013 FMAS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2013/FMAS  
PL 11/2013/FMAS - PP 9/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: GRAFICA AMERICA LTDA-ME

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas

2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas

25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

VALOR R\$ 3.696,90(três mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa centavos),

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2013

**Extrato Contrato 24/2013 FMAS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2013/FMAS  
PL 11/2013/FMAS - PP 9/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: FAVRETTO & CIA LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas

2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas

25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

VALOR R\$ 51,50(cinquenta e um real e cinquenta centavos),

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2013

**Extrato Contrato 25/2013 FMAS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2013/FMAS  
PL 11/2013/FMAS - PP 9/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:****2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO**

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

**2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS**

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas

**2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV**

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas

25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

VALOR R\$ 1.907,40(hum mil, novecentos e sete reais e quarenta centavos),

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2013

**Extrato Contrato 26/2013 FMAS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2013/FMAS

PL 11/2013/FMAS - PP 9/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:****2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO**

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

**2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS**

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas

**2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV**

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas

25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas

VALOR R\$ 7.814,84(sete mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2013

**Extrato Contrato 27/2013/FMAS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2013/FMAS

PL 11/2013/FMAS - PP 9/2013/FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de materiais de artesanato, destinados à manutenção das atividades dos serviços e projetos sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:****2.068- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - IDOSO**

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0047.0 - Aplicações Diretas

**2.071- PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PETI/CREAS**

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.050.0 - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.052.0 - Aplicações Diretas

**2.073 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD - PBV**

24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0 - Aplicações Diretas

25 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0 - Aplicações Diretas  
VALOR R\$ 7.388,75(sete mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2013

**Edital de Audiência Pública****EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para Alteração do Plano Diretor, conforme estabelece artigo 53, da Lei Complementar 137/2007 - Lei de Zoneamento com a pauta:

- Proposta de alteração de zoneamento nas áreas adjacentes à Rua Antônio Nunes Varella desde a Vila Cordazzo até o Jardim das Hortênsias de Zona Agropecuária (ZA) para Zona de Expansão Urbana 2 (ZEU2);

- Proposta de Uso Educacional na Zona Central como Permissível;

- Proposta para que atividades já existentes e que mudam apenas de CNPJ possam continuar existindo;

- Proposta para que nas zonas de Unidade Estruturante Espacial (UEE) Industrial possam ser permitidos os usos da Zona Central.

A audiência acontecerá no dia 06 de setembro de 2013, às 17 horas, dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Avenida XV de Novembro, nº 378, sendo que a metodologia da condução dos trabalhos será repassada logo após sua abertura.

OBS: Fica cancelada a Audiência Pública do dia 27 de agosto de 2013.

Joaçaba, 20 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Homologação Chamada Pública 03 Secretaria de Saúde****EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL****DA CHAMADA PÚBLICA 003/2013 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei, RESOLVE,

I - Homologar resultado final da chamada pública referente ao edital n.º 003/2013 da Secretaria Municipal de Saúde para os cargos de Profissional de Educação Física e Médico Psiquiatra:

**Profissional de Educação Física:**

Classificação	Nome	Pontuação
1º	ANALIE PASQUALI	10,0

II - Para o cargo de Médico Psiquiatra não houve inscritos.

III - A contratação dos candidatos aprovados obedecerá estritamente a ordem de classificação.

III - Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba (SC), 21 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**SIMAE****Portaria JHL 137/2013**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 137/13 de 22/08/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,  
**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação, para o período de um ano, de acordo com o Art. 51, § 4º da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, que a partir de 24/agosto/2013.

Presidente: João Carlos Ungericht

Vice-Presidente: Patricia Callegari Warken

Vogal: Eliane Aparecida Ceron Vier

Vogal: Ligia Adriane Darold da Silva

Suplente: André Francisco Fiorin

Suplente: Ana Paula Pereira

Art. 2º A Comissão designada é caracterizada por "múnus público".

Art. 3º No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os instrumentos convocatórios do convite e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

Joaçaba-SC, 22 de agosto de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

**Portaria JHL 138/2013**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 138/13 DE 22.08.2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,  
**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir de acordo com o PT 1.15, item 1.19, comissão para instauração de sindicância, para no prazo de 20 (vinte) dias, apurar os fatos narrados conforme CAT - Comunicado de Acidente de Trabalho nº 01/2013 protocolado sob nº 2439/2013.

Art. 2º Designo a Comissão Sindicante, composta pelos servidores Valdirene Ap. Dorini, Andréa Reisdorfer Camaroto e Francielli W. G. Fiorin para atuarem sob a Presidência do primeiro, devendo promover as diligências necessárias, inquirir as pessoas envolvidas no caso, bem como o responsável, apresentando relatório circunstanciado do que for apurado.

Art. 3º As informações a serem colhidas através das indagações devem ser direcionadas a identificar:

I - Indagações ao comunicante da CAT.

a) Se o servidor supostamente lesionado comunicou seu superior imediato para as providências conforme item 1.3 do PT 1.15;

b) Se era o único local possível para transitar;

c) Se tinha conhecimento ou placa indicativa que havia cachorro no local.

d) Se já havia executado serviços no endereço que ocorreu o ataque do cachorro.

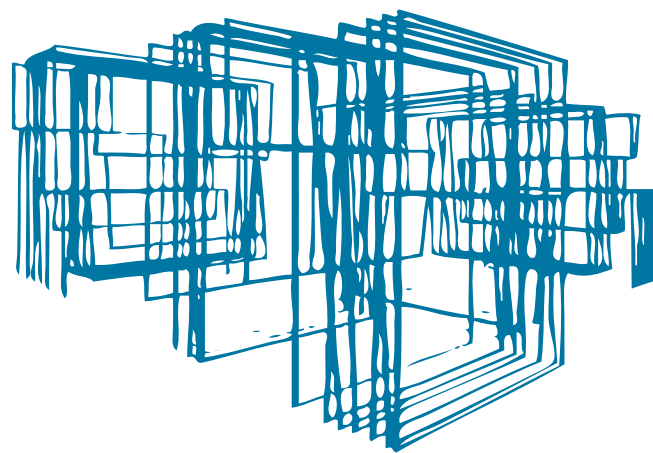
II- Outros questionamentos que a Comissão entender pertinente.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Joaçaba-SC 22 de Agosto de 2013.

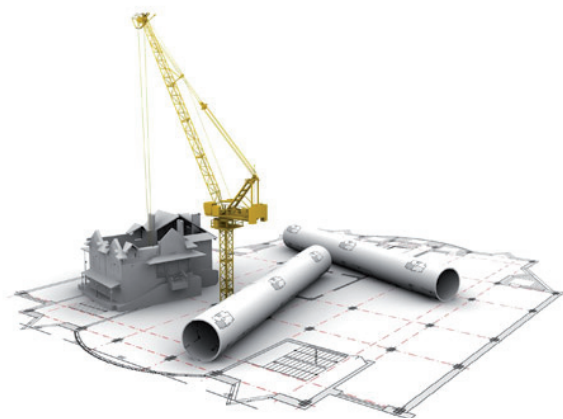
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**Homologação Tp04-13**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2013 - TP</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 38/2013 <b>Processo de Licitação:</b> 38/2013 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2013
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 38/2013  
b ) Licitação Nr.: 4/2013-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 22/08/2013  
e ) Data da Adjudicação: 22/08/2013 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SANEAMENTO, A SER UTILIZADO NO SETOR COMERCIAL DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008166 - J-Tech Soluções em Informática Ltda - ME	<u>1</u>	0,0000	<u>129.552,00</u>
	1		129.552,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 260.696,62

Joaçaba, 22 de Agosto de 2013.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Lages****PREFEITURA****Rerratificação PP 35-2013 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos  
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013 - SMS.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA POSTO DE SAÚDE DOS BAIRROS GUARUJÁ, SANTA CATARINA, SÃO MIGUEL, BELA VISTA E CORAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- EXCLUSÃO DOS ITENS: 16.3 DA QUALIFICAÇÃO TECNICA E 16.4 DA QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DO LICITANTE.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 23/08/2013 às 09:00 horas, para o dia 11/09/2013 às 09:00 horas.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 21 de agosto de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****Aviso de Pregão Presencial Nº 05/2013**

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 05/2013

O OBJETO: A Presente Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/ REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPREITADA GLOBAL P/ MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E CONsertos DA PARTE INTERNA E EXTERNA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL INCLUINDO DESPESAS C/ MATERIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "V" DO EDITAL. dos envelopes contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até as 15h00min do dia 02/09/2013, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 02/09/2013 às 15h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5422.

Lages (SC), 14 de agosto de 2013.

ANILTON FREITAS

Presidente

**Lauro Muller****PREFEITURA****Portaria Nº 282/2013**

PORTARIA Nº 282/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.491/2008 e 1.496/2008, e Edital de Concurso Público nº 001/2012, concurso passível de revogação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, EDVALDO DESTRO, aprovado em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o cargo de TRATORISTA AGRÍCOLA junto a Secretaria Municipal de Agricultura .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 08 de Abril de 2013

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**TERMO D E POSSE**

No dia 08 do mês de Abril do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu o senhor EDVALDO DESTRO, aprovado no Concurso Público nº 001/2012, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Tratorista Agrícola, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria nº 282/2013. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 08 de Abril de 2013.

EDVALDO DESTRO

Servidor

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 283/2013**

PORTARIA N° 283/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, AUGOSTINHO JOSÉ MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de GERENTE DE SETOR junto a Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 284/2013**

PORTARIA N° 284/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARIA ELIZABETE VICENTE DANIELSKI, admitida em caráter temporário como Professora II, referência - MAG LP 1ª, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, junto à Secretaria Municipal da Educação, a mesma substitua a professora Nilzete Schickmann por 20 (vinte) horas na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 12 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 285/2013**

PORTARIA N° 285/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, ALAN JUNG CROSETTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de GERENTE DE SETOR junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 286/2013**

PORTARIA N° 286/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 20% (vinte por cento), por atribuição de função, a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, PRISCILA CARNIATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria N° 287/2013**

PORTARIA N° 287/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de GERENTE DE SETOR junto a Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Extrato de Aditivo de Contrato N° 001/2013 Pmlm  
Contrato 75/2012**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO N° 001/2013 PMLM  
Contrato Original: 75/2012  
Processo Licitatório nº 83/2012 - Tomada de Preço nº 83/2012

Objeto: Construção de Centro de Múltiplo uso Rio Amaral I  
Contratado: Sandra Vargas EPP  
Valor: 45.303,34 (quarenta e cinco mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)  
Prazo de Vigência: 22/08/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 104/2013 - Pmlm**

Estado de Santa Catarina  
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE CONTRATO N° 104/2013 - PMLM  
Processo Licitatório nº 58/2013 - Pregão Presencial nº 28/2013

Objeto: Aquisição de Produtos e Equipamentos  
Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor: R\$ 7.730,00 (sete mil setecentos e trinta).

Prazo de Vigência: 28/06/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato N° 76/2013 - Pmlm**

EXTRATO DE CONTRATO N° 76/2013 - PMLM  
Pregão Eletrônico nº 50/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR DI-  
ÁRIO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DAS REDES PÚBLICAS  
Contratado: Mercedes - Bens do Brasil LTDA

Valor: R\$ 491.000,00 (quatrocentos e noventa e um mil reais)

Prazo de Vigência: 20/05/2013 à 31/12/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

**Lebon Régis**

**PREFEITURA**

**Portaria N° 301/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA N°. 0301/2013 de 21 de Agosto de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital  
e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de con-  
formidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta  
Instituição, de 14 de Maio de 1979.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Fica homologada a avaliação de estágio probatório dos  
servidores abaixo nominados, considerados aprovados, conforme  
pareceres da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório pelo  
Decreto nº 032/2013.

I - Ana Maria Werner - Farmacêutica;  
II- Cesar Alves da Silva, Vigia;  
III- Claudete Guedes da Silva - Técnica em Enfermagem;  
IV- Odete Terezinha da Silva - Técnica em Enfermagem;  
V - Vescleslau Antunes de Souza - Vigia.

ART 2º. - Fica homologada a avaliação de estágio probatório das  
servidoras abaixo nominadas, consideradas reprovadas, conforme  
parecer da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório nomeada  
pelo Decreto nº 032/2013.

I - Adrieli Ramos da Silva - Técnica em Enfermagem;  
II- Eliana Rosa Gomes - Técnica em Enfermagem.

ART 3º - Os servidores considerados aprovados ficam declarados  
estáveis a partir desta data, devendo ser providenciada a devida  
anotação nas fichas funcionais.

Parágrafo único - As servidoras reprovadas deverão ser submeti-  
das a processo administrativo para exoneração, conforme previsto  
do art. 7º do Decreto nº 10/2012.

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de Agosto  
de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

**Lei N.º 985/2013**

LEI N° 985, DE 21 DE AGOSTO DE 2013  
"EXTINGUE PRÉ-ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atri-  
buições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal  
aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica extinto o Pré-Escolar Vô Gilberto Eger, situado na Co-  
munidade de Rio Antinha, Município de Leoberto Leal/SC.

Parágrafo Único. Todos os documentos relativos ao funcionamento  
do estabelecimento municipal descrito no caput do artigo anterior  
serão arquivados na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a  
Lei Municipal nº 407/90 de 09 de Julho de 1990.

Art. 3º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta  
do orçamento vigente.



Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 057/2013

DECRETO Nº 057, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 980, de 21 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara de Vereadores, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	30.00000
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	30.00000
Função	01	Legislativa	30.00000
Sub-função	31	Ação Legislativa	30.00000
Programa	01	Processo Legislativo	30.00000
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	30.00000
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.00000
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.00000
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.00000
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.00000
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	30.00000		

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação total do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	30.00000
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	30.00000
Função	01	Legislativa	30.00000
Sub-função	31	Ação Legislativa	30.00000
Programa	01	Processo Legislativo	30.00000
Projeto	1.001	Construção da Sede do Poder Legislativo	30.00000
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	30.00000

Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	30.00000
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.00000
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.00000
TOTAL DA ANULAÇÃO	30.00000		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 058/2013

DECRETO Nº 058, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 981, de 21 de agosto de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações e valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.500,00
Unidade Orçamentária	02	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.500,00
Função	08	Assistência Social	25.500,00
Sub-Função	243	Assistência à Crianças e ao Adolescente	25.500,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	25.500,00
Projeto/ Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do FMIA	25.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	25.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	25.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	25.500,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	25.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	25.500,00
Função	28	Encargos Especiais	25.500,00
Sub-Função	845	Outras Transferências	25.500,00
Programa	0000	Encargos Especiais	25.500,00
Projeto/ Atividade	0.001	Contribuição ao PASEP	25.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	25.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	25.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	25.500,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>	<b>25.500,00</b>		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de Agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 059/2013

DECRETO Nº 059, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 982, de 21 de agosto de 2013,  
DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	222.472,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	222.472,00
Função	12	Educação	76.472,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	76.472,00
Programa	0004	Educação é Tudo	76.472,00
Projeto/ Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	76.472,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	57.152,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	57.152,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	57.152,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	57.152,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	19.320,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.320,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	19.320,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	19.320,00
Função	12	Educação	146.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	146.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	146.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	146.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	146.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	137.700,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	137.700,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	137.700,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.300,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.300,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.300,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	8.300,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>222.472,00</b>		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	222.472,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	222.472,00
Função	12	Educação	131.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	16.487,00
Programa	0004	Educação é Tudo	16.487,00
Projeto/ Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	16.487,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.487,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	16.487,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	16.487,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	16.487,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	9.900,00
Programa	0004	Educação é Tudo	9.900,00
Projeto/ Atividade	2.009	Transporte Escolar - Ensino Infantil	9.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	9.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.900,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	9.900,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	23.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	23.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	23.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	23.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	23.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	23.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	23.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	27.085,00
Programa	0004	Educação é Tudo	27.085,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	27.085,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	27.085,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.465,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	18.465,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	18.465,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.620,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.620,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	8.620,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	96.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	96.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	96.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	96.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	80.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	16.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	16.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	35.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	35.000,00
Projeto/ Atividade	2.009	Transporte Escolar - Ensino Infantil	35.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	35.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00

Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	5.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	15.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Infantil	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação Entre Órgãos Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	3.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	222.472,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

#### Decreto N.º 060/2013

DECRETO Nº 060, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 983, de 21

de agosto de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social Vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.618,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.618,00
Função	10	Saúde	2.618,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	2.618,00
Programa	6	Saúde com Excelência	2.618,00
Projeto/ Atividade	2.017	Vigilância em Saúde – Epidemiológica	2.618,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.618,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.618,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.618,00
Fonte de Recurso	0.3.0066.32	Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde - PVVPS	2.618,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL	2.618,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes de recursos e valores:

Recurso/Detalhamento	Fonte de Recursos	Valor
0.3.0066.32	Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde - PVVPS	2.618,00
TOTAL DO SUPERÁVIT UTILIZA DO	2.618,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

#### Decreto N.º 061/2013

DECRETO Nº 061, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 984, de 21 de agosto de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:



Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Função	12	Educação	5.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	5.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.005	Construção de Creche	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	5.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Função	12	Educação	5.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	3.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	3.000,00
Projeto/ Atividade	1.006	Construção de Salas de Aula	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	3.000,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	2.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.000,00

Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	2.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	5.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de Agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Processo Licitatório N° 062/2013 Pregão Presencial N° 049/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Compras  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 062/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N° 049/2013

TIPO: Menor Preço (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, copa e cozinha a serem distribuídos aos alunos da Rede Municipal de ensino de Leoberto Leal, por ocasião do Desfile Cívico e para o Dia da Criança, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 049/2013. LEGISLAÇÃO: Lei n° 10.520/02, Decreto Municipal n° 23/2007, Lei n° 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABER-TURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 04 de setembro de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 22/08/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal.

### Contrato N° 014/2013 - FMS

CONTRATO N° 014/2013 - FMS  
Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações do Fundo Municipal de Saúde.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, n° 20, inscrita no CNPJ sob o n° 08.651.832/0001-80, neste ato representada por seu Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social, o Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Leoberto Leal, 69, Bairro Centro, Angelina/SC, inscrita no CNPJ sob número 08.584.873/0001-09, neste ato representada por seu sócio a Sra. VALÉRIA CLARICE BRAUN, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n° 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações, que serão executados os seguintes serviços:

I - Instalação dos equipamentos necessários para fruição dos serviços de internet e voip;

II - Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano

1(um) Mega, com velocidade de downloads/uploads de 1000 (mil) kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS.** Fica sob responsabilidade da CONTRATADA :

I - Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II - Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV - Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V - Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 6 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.** Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2013. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL.** O presente contrato pode ser encerrado:

I - a qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO.** Obriga-se o MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II - Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II - Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

À Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor único de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) referente a taxa de instalação e disponibilização dos equipamentos necessários, e mensalmente será pago o valor de R\$ 78,00 (setenta e oito reais) referente a mensalidade de Internet para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto no Parágrafo Primeiro, e R\$ 20,00 (vinte reais) referente a mensalidade do dispositivo de voip. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será realizado mediante boleto bancário, entregue por via postal, e será pago até o dia 10 do mês subsequente.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas implica na automática suspensão dos serviços da CONTRATADA até a regularização do mesmo, não podendo o MUNICÍPIO, na forma da legislação civil (artigo 1.092), enquanto estiver inadimplente, receber nenhum dos serviços contratados através do presente instrumento.

§ 3º. Na falta de recebimento da cobrança bancária, o pagamento deverá ser realizado através de depósito bancário, até a data de vencimento, em conta determinada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE.** O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - RECURSO FINANCEIRO.** As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

05.01.10.301.0006.2.015.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.0002 (8)  
Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL.** O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Todos os direitos da CONTRATADA ou do MUNICÍPIO, previstos neste contrato e na legislação são cumulativos e facultativos e o não exercício de qualquer deles não impedirá que o MUNICÍPIO ou a CONTRATADA o exerça, a qualquer tempo, mesmo após a extinção deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO.** Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de agosto de 2013.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal de Saúde  
Contratante

VALÉRIA CLARICE BRAUN

BRAUN OTTO INFORMÁTICA LTDA EPP  
Contratada

TESTEMUNHAS:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

#### **Contrato N° 039/2013 - PMLL**

CONTRATO N° 039/2013

Contratação da artista MAIARA ELIZA COELHO consagrada pela crítica e pelo público, para animação e entretenimento ao Dia Internacional da Juventude, que será realizado no dia 31 de agosto de 2013, a partir das 21:30 horas, no Centro Comunitário Independente de Leoberto Leal/SC, com duração de 03 (três) horas.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, a seguir denominado CONTRATANTE, e a artista MAIARA ELIZA COELHO 06758420930, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 16.877.785/0001-15, com sede na Rua Nelson Floriano Campos, 1453 - Bairro Pacheco, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Senhora MAIARA ELIZA COELHO, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Contratação da artista MAIARA ELIZA COELHO consagrada pela crítica e pelo público, para animação e entretenimento ao Dia Internacional da Juventude, que será realizado no dia 31 de agosto de 2013, a partir das 21:30 horas, no Centro Comunitário Independente de Leoberto Leal/SC, com duração de 03 (três) horas.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que

não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2013, devendo ser executados os serviços no dia 31 de agosto de 2013, a partir das 21:30 horas.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, no dia da execução dos serviços, devendo o fornecedor apresentar Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) A equipe técnica deverá apresentar-se antecipadamente ao horário e local designado, para montagem, organização e disponibilização de toda estrutura de som e iluminação para realização do evento;
- 4) Os artistas deverão apresentar-se para prestação do serviço imprerivelmente no horário designado no objeto deste contrato.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica

Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Tributos Federais, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de prestação de serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de agosto de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

MAIARA ELIZA COELHO  
MAIARA ELIZA COELHO 06758420930  
CONTRATADA

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

**Lindóia do Sul**

**PREFEITURA**

### **Lei Ordinária N° 1.162/2013, de 21 de Agosto de 2013**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.162/2013, DE 21 DE AGOSTO DE 2013  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do a.r.t. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0237 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação de Recursos do FUNDEB  
3.1.90.00.00.00.00.00.0237 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00  
Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 1.007 - Esportes - Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicações Diretas R\$ 5.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0238 - Aplicações Diretas R\$ 470.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 - Diretoria de Educação - Ensino Superior

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 5.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 21 de agosto de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON  
Auxiliar de Técnico

### **Decreto N° 2.476/2013, de 21 de Agosto de 2013**

DECRETO N.º 2.476/2013, DE 21 DE AGOSTO DE 2013  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária N° 1.162/2013 de 21 de Agosto de 2013:

#### **D E C R E T A**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0237 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0237 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 1.007 - Esportes - Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicações Diretas R\$ 5.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiro



do exercício anterior:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.013 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0238 - Aplicações Diretas R\$ 470.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.016 - Diretoria de Educação - Ensino Superior

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 5.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 21 de agosto de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON

Auxiliar de Técnico

## Extrato Chamamento 02-2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMAMENTO 02/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade, para proceder o credenciamento aos interessados em vender terreno ao município para a expansão da área industrial. O credenciamento inicia-se a partir do dia 26 de agosto de 2013 até as 10:00 horas do dia 25 de setembro de 2013. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br) ou ainda pelo telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 21 de agosto de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

**Luzerna**

**PREFEITURA**

## Decreto 1658

DECRETO Nº 1658 de 16 de agosto de 2013.

“INSTITUI E REGULAMENTA O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS PARA A APURAÇÃO DO ISSQN MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- Fica criado o LIVRO ELETRÔNICO informatizado e disponibilizado no sítio da página web desta municipalidade [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br) para escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Luzerna(SC) ou por tomadores de serviços executados neste Município.

Art.2º- Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Decreto e na legislação tributária em vigor.

## CAPÍTULO II

### DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN

Art.3º- Ficam obrigados a declararem, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MEs e EPPs, optantes do Simples Nacional ou não;

II - As pessoas jurídicas de direito público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Luzerna(SC);

III- Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste Município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN; Parágrafo Único. Ficam dispensados da declaração previstas neste artigo os prestadores de serviços que recolhem o ISSQN na modalidade fixa.

Art.4º- A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Luzerna, [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br).

§1º- O Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da Pessoa Jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações, contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e/ou tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Luzerna(SC);

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste Município;

VII- O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VIII- O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§2º- Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma declaração;

§3º- A Declaração de ISSQN próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o caput deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN próprio e retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que

não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Art.5º- Ficam substituídas as guias e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadradas no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Art.6º- O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária Municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, no prazo previsto no "caput" do art. 7º, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

II- apresentar a Declaração de ISS próprio e/ou Declaração de ISS Retido de terceiros com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art.7º- A Declaração, que trata o artigo 4º deste Decreto, deverá ser feita e enviada a partir da publicação do presente ato, mensalmente, com ou sem movimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao fato gerador do tributo.

Art.8º- O contribuinte e/ou o substituto tributário, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá entregar declaração retificadora, no caso de erro na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata.

Parágrafo Único - A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente está protegida da aplicação de penalidade se realizada e entregue até o último dia útil anterior ao início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido e declarado.

Art.9º- A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§1º- A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, e conterá todas as informações, inclusive os itens não alterados, servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§2º- Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos fiscais relativos ao ISS:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido inscritos em Dívida Ativa;

III- em relação ao o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§3º- A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art.10 - Os comprovantes de Pagamento do ISS ou de retenção feita pelo tomador do serviço, os documentos fiscais, emitidos ou não, ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, das deduções legais e demais comprovantes dos dados e informações contidas na declaração, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo período de 05 (cinco) anos contados da data prevista para apresentação da declaração de cada competência à

Secretaria Municipal da Fazenda.

### CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art.11 - O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços Tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Art.12 - Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Luzerna(SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIFs.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art.13 - Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§1º- Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§2º- Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste Decreto.

Art.14- O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade Tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a Declaração prevista no artigo 4º deste Decreto, observando-se o prazo de pagamento previsto na legislação tributária municipal.

§1º- O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas no Código Tributário Municipal sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§2º- Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISS, todos os tomadores de serviços previstos no Código Tributário Municipal.

§3º- O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM previsto no artigo 5º deste Decreto, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.15 - A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§1º- O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro Município, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§2º- O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet,

mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 15 de mês subsequente à sua competência.

§3º - Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Luzerna.

Art.16 - Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§1º-A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no caput deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

§2º-Fica o tomador do serviço dispensado de efetuar a declaração mensal de serviços tomados quando houver previsão legal para dispensa da retenção do ISSQN do prestador.

Art.17 - Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deste Decreto, deverão efetuar os seus respectivos cadastros sítio do Município [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br), no link LIVRO ELETRÔNICO, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Art.18 - O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento e pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Município de Luzerna(SC).

Art.19 - As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal vigente.

Art.20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de agosto de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### **Editais de Convocação - Fórum Eletivo Conselho da Mulher**

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocadas as Organizações Não-Governamentais do Município de Luzerna, em conformidade com a Lei municipal nº 1090 de 05 de março de 2013 para participarem do FÓRUM ELETIVO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, que será realizado no dia 18 de outubro, às 14hrs no Centro de Múltiplo Uso, sito a Av. 16 de fevereiro, 161, Centro, no Município de Luzerna, que elegerá os representantes da Sociedade Civil para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Luzerna, biênio 2013/2015. Serão credenciadas as entidades que preencherem os seguintes requisitos: Estarem legalmente constituídas e em regular funcionamento no Município; Não possuírem fins lucrativos; Que no âmbito do Município, comprovadamente, as mulheres que compõe a entidade tenham efetiva atuação na defesa dos Direitos da Mulher ou com participação nos movimentos de Direitos Humanos. Compete ao Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais

eleger 03 (três) representantes titulares e 03 (três) representantes suplentes que comporão o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LUZERNA, biênio 2013/2015. Os representantes que se candidatarem, ao se inscreverem, deverão apresentar: fotocópia de seus documentos pessoais, comprovante de endereço, e Estatuto da entidade que representa com as suas alterações; ata de eleição da atual Diretoria.

Os documentos acima relacionados deverão ser entregues imprimevelmente até o dia 15 de outubro de 2013, na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social com a Assistente Social Joviane Colombelli.

Cada Entidade deverá encaminhar seu representante devidamente credenciado (delegado).

Luzerna(SC), 21 de agosto de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROEHR  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

## **Mafra**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Nº 3946**

LEI Nº. 3946

DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação de Caridade São Vicente de Paulo, visando à manutenção dos serviços de sobre aviso médico especializado aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Art.2º - Para custeio das despesas decorrentes do presente convênio o Município repassará a Associação 5 (cinco) parcelas mensais no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais) cada, sendo a primeira no mês de agosto e a última no mês de dezembro do corrente ano.

Art.3º - O convênio terá validade do dia 1º de julho 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art.4º - Para o pagamento das despesas do respectivo convênio, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Atividades do Fundo

101220016.2.084000 - Manutenção da Secretaria de Saúde  
3.3.50.00 - Trans. a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
(236) Fonte: 102 - R\$ 1.920.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra-SC, 21 de Agosto de 2013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal



**Lei N° 3947**

LEI N°. 3947

DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar Convênio com a Fundação Universidade do Contestado - FUNC, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 83.395.921/0001-28.

Art. 2º - O Convênio de que trata o artigo 1º (primeiro) desta Lei, tem por objeto o desenvolvimento de projetos de promoção da saúde com ênfase na atividade física, por meio do programa Mafra em Forma, Viva Bem com a Coluna que Você Tem.

Art. 3º - Para execução do objeto deste convênio, o Município repassará a Fundação Universidade do Contestado - FUNC, contribuição financeira no valor global de R\$5.000,00 (cinco mil reais) em parcela única.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária proveniente da Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento Municipal de 2013, conforme descrição abaixo:

10 - Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo  
01 - Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo  
133920010.2.021000 - Departamento Administrativo Casa da Cultura  
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
Fonte: 100 - R\$ 5.000,00

Art. 6º. As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte modalidade de aplicação:

10 - Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo  
01 - Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo  
133920010.2.031000 - Reforma dos Bens Públicos  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
(81) Fonte: 100 - R\$ 5.000,00

Art. 7º - O prazo de vigência do convênio a que se refere esta Lei é 20 de dezembro de 2013.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 21 de Agosto de 2013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**Maracajá****PREFEITURA****Decreto 54/2013**

DECRETO Nº 54 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ESTABELECE A REVISÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DE DEFICIT ATUARIAL, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 875 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 73, inciso VII da Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Nº 875 de 08 de novembro de 2013, em seu art. 2º, § 2º,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecida a revisão do Plano de Amortização para equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com o § 2º do art. 2º da Lei nº 875 de 08 de novembro de 2013, nos termos do artigo seguinte.

Art. 2º Conforme indicado no Parecer Atuarial do exercício de 2013, o valor do passivo atuarial do Município de Maracajá/SC é de R\$ 3.683.723,50 (três milhões e seiscentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), que será amortizado no curso de 30 anos a uma taxa suplementar inicial de 5,77% (cinco vírgula setenta e sete por cento) no ano de 2013, de acordo com a tabela abaixo:

Art. 3º A taxa suplementar de que trata o caput passará a vigor a partir de 01 de Setembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 20 de Agosto de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 20 de Agosto de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Decreto N° 36/2013**

DECRETO Nº 036/13 de 14 de Junho de 2013

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

(14) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas  
7.000,00

04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO

04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO

(19) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-0080 - Aplicacoes Diretas  
25.000,00

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES



05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 (147) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.046-0030 - Aplicacoes Diretas 50.000,00  
 (146) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.046-0020 - Aplicacoes Diretas 100.000,00  
 (57) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.046-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00  
 (145) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0021 - Aplicacoes Diretas 455.560,00  
 13 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 13.01 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 (148) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.047-0030 - Aplicacoes Diretas 26.741,00  
 (90) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.047-0080 - Aplicacoes Diretas 2.000,00  
 (144) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.026-0020 - Aplicacoes Diretas 174.880,00

Total Suplementação: 861.181,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 30 - Transf. Convênio Estado - Outros 76.741,00

Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 7.000,00

Fonte de Recurso: 20 - Transf. Convênio União - Outros 100.000,00

Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 47.000,00

Fonte de Recurso: 21 - Transf. Convênio União - Educação 455.560,00

DECRETO Nº 036/13 de 14 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 20 - Transf. Convênio União - Outros 174.880,00

Total excesso de arrecadação 861.181,00

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Junho de 2013

Este

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 41/2013

DECRETO Nº 041/13 de 20 de Junho de 2013

Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1230 - Aplicacoes Diretas

12.172,96

(32) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-1213 - Aplicacoes Diretas 1.271,49

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1215 - Aplicacoes Diretas 1.305,32

(34) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1222 - Aplicacoes Diretas 585,34

(33) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1221 - Aplicacoes Diretas 4.939,10

(29) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1210 - Aplicacoes Diretas 169,24

(31) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-1212 - Aplicacoes Diretas 100,84

(36) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.013-1022 - Aplicacoes Diretas 4.267,73

(35) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-1128 - Aplicacoes Diretas 3.831,48

(30) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-1211 - Aplicacoes Diretas 932,46

(27) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-1217 - Aplicacoes Diretas 1.794,28

Total Suplementação: 31.370,24

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 213 - SUS União - PACS 1.271,49

Fonte de Recurso: 212 - SUS União - Saúde Bucal 100,84

Fonte de Recurso: 215 - SUS União - Assist. Farmacêutica Básica 1.305,32

Fonte de Recurso: 22 - Transf. Convênio União - Saúde 4.267,73

Fonte de Recurso: 128 - Alienação de Bens - Saúde 3.831,48

Fonte de Recurso: 211 - SUS União - PSF 932,46

Fonte de Recurso: 222 - SUS União - Gestão de Políticas de Saúde 585,34

Fonte de Recurso: 221 - SUS União - PFVPS 4.939,10

Fonte de Recurso: 210 - SUS União - PAB Fixo 169,24

Fonte de Recurso: 217 - SUS União - MAC 1.794,28

DECRETO Nº 041/13 de 20 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 230 - SUS Estado - Farmácia Básica 12.172,96

Total Superávit Financeiro 31.370,24

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 20 de Junho de 2013

Este

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

**Decreto N° 44/2013**

DECRETO N° 044/13 de 4 de Julho de 2013

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(116) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicacoes Diretas 100.000,00

Total Suplementação: 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(31) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0103 - Aplicacoes Diretas 100.000,00

Total Anulação: 100.000,00

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de Julho de 2013

Este

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

**Decreto N° 45/2013**

DECRETO N° 045/13 de 5 de Julho de 2013

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.013-0022 - Aplicacoes Diretas 35.673,79

(3) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.013-0103 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Suplementação: 37.673,79

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde 2.000,00

Fonte de Recurso: 22 - Transf. Convênio União - Saúde 35.673,79

Total excesso de arrecadação 37.673,79

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 5 de Julho de 2013

Este

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei N° 3.684/2013

LEI N° 3.684, DE 20 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar gastos com a 8ª EXPOMERIOS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a efetuar gastos, no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com a colocação de estande, transporte, alimentação, camisetas, folders, banner, materiais, serviços e decoração para o Município, quando da realização e participação da 8ª Expomérios/2013 a ser realizada no período de 29/11/2013 a 01/12/2013, na cidade de Maravilha-SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 20 de agosto de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Do Planej. ADM e Fazenda

### Lei N° 3.685/2013

LEI N° 3.685, DE 20 DE AGOSTO DE 2013

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.942/93, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º O parágrafo 3º, do art. 91, da Lei 1.942/93 - Código Tributário Municipal - passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A licença a que se refere o inciso I, do § 2º, do art. 91, quando se trata de atividade permanente em estabelecimento fixo ou não, é válida por 12 (doze) meses, devendo ser renovada no seu vencimento.”

Art. 2º Fica revogado o inciso IV, do art. 50 da Lei 1.942/93.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário.

Maravilha - SC, 20 de agosto de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Sec. Do Planej. ADM e Fazenda

### Extrato Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 3.853/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Registro de Preços n. 030/2013.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços unitário por quilometro rodado, para posterior contratação de empresa especializada em transporte de passageiros, alunos, atletas, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 05 de setembro de 2013, às 15h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 20 de agosto de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto N° 2743 de 19 de Agosto de 2013

DECRETO N° 2743 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 36404 - Programa de Melhoria PMAQ R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 19 DE AGOSTO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**Decreto N°. 2744 de 19 de Agosto de 2013**

DECRETO N°. 2744 DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2039 - Prevenção e Controle Epidemiológico  
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 36602 - Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD  
R\$ 7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,  
EM 19 DE AGOSTO DE 2013  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

## Meleiro

### PREFEITURA

**Portaria N.º 323/2013**

PORTARIA n.º 323/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde, à servidora IVONIR DE OLIVEIRA BRISTOT, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**Errata**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO comunica que no edital da Tomada de Preço nº 042/2013 no item 4 - 4.1 - letra "P" no Índice de endividamento onde se lê "OBS: Será considerada inabilitada a empresa cujo grau de endividamento for inferior a 0,5 (zero virgula cinco)" se leia da seguinte maneira: OBS: Será considerada inabilitada a empresa cujo grau de endividamento for superior a 0,5 (zero virgula cinco).

Meleiro, 22 de agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Navegantes

### PREFEITURA

**Adiantamento**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N.º 977 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

PROCEDE A ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com as leis municipais 2568 de 05/08/2011 e 2622 de 10/08/2012, DECRETA:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor GÉRSO ADEMIR FAGUNDES, - Superintendente da Fundação Municipal de Esporte, - no valor de R\$ 8.170,00 (oito mil cento e setenta reais), dentro dos limites estabelecidos na lei municipal n.º 1674 de 27/05/2003 e de acordo com o disposto na lei federal n.º 4320/64 e Resolução n.º 016/94 do Tribunal de Contas do Estado, combinado com a lei municipal 2568 de 05/08/2011.

Art. 2.º O referido adiantamento é feito com a finalidade de custear despesas da Fundação Municipal de Esporte, de acordo com o que dispõem as leis 2568 de 05/08/2011 e 1622 de 10/08/2012, quando a referida Fundação participará das OLESC, etapa estadual, no período de 31/8/2013 a 4/9/2013, na cidade de Caçador.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE AGOSTO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de agosto de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística



**Portaria de Prorroga Coletivo**

PORTARIA Nº.2882 DE 17 DE JULHO DE 2013.

"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

Prorrogar os Agentes de Serviços Gerais A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 á 20/12/2013.

Nº	SERVIDOR	MATRICULA
01	ANA MARIA CAVA	62744/02
02	BRUNA ROBERTA FRITZKE	3701/05
03	CLAUDETE DOS PASSOS ALVES	62740/02
04	CLEIA APARECIDA MUELLER	62724/02
05	CRISNTIANE SOUSA SANTOS	62713/02
06	EDINEIA KISLIKOSKI MACHADO	62956/01
07	EDNAMARTA PAULO DA SILVA VICENTE	16800/03
08	ELAINE DOS SANTOS	62951/01
09	ELISABETH ARRUDA BATISTA	52917/05
10	ELIZABETH DA SILVA	62952/01
11	EVANDILMA DA SILVA CAMARGO ROMÃO	62984/01
12	FABIA INOCENCIO	62853/01
13	JAQUEL DA SILVA	62014/03
14	JOSIANE WOSNIAK	62731/02
15	LUCIANA SILVA DE SOUZA	5093/05
16	LUCIANE CANDIDO HARTCOPH DA SILVA	62515/02
17	MAIARA DANIELE FELICIO	61953/02
18	MARCIA PIRES DOS SANTOS	63040/01
19	MARIA APARECIDA ESPINDOLA	3248/12
20	MARIA CRISTINA DA SILVA KRAEMER	63056/01
21	MARIA TERESINHA DA LUZ JACINTO	62732/02
22	MARILDA FRANCO	1769/02
23	MARISE APARECIDA BRITTONI QUEIROZ	62954/01
24	PATRICIA LAMIM	62878/01
25	ROSANE AUGUSTA SOUZA DE MENDONÇA	4091/02
26	RUTE ALAIDE TABALIPA AMORIM	62447/02
27	SHIRLEY MARA SCHWARZ	62735/02
28	SILVIA RENATA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	62862/01
29	SUZANA MARIA NUNES SOUZA	62860/01
30	TANIA MARI PASSOS DA LUZ	62963/01
31	VALDENICE PARAIBA LIMA	62813/02
32	VIVIANE REITER	62718/02
33	ERONICE NASCIMENTO FELICIO	20078/03
34	REGINA APARECIDA DE ANDRADE	20050/01

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA.

**Portaria de Prorroga Coletivo**

PORTARIA Nº.2884 DE 17 DE JULHO DE 2013.

"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE

**ESPECIFICA"**

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2399 de 14/02/2011.

**RESOLVE:**

Prorrogar os Instrutores de Informática A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 á 30/11/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	6300101	MAURI SANTANA II
2.	6224205	ANA CAROLINE RAUE
3.	6224206	ANA CAROLINE RAUE
4.	270316	EDGAR FIDGLESKI
5.	6289901	LEONARDO CARLOS KLOCK
6.	6292301	MARCOS DIAS MENEGHEL
7.	6210705	SUELEN MONSINI DE OLIVEIRA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA.

**Portaria de Prorroga Coletivo**

PORTARIA Nº.2883 DE 17 DE JULHO DE 2013.

"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

Prorrogar os Monitores de Educação Especial A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 á 13/12/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	6206504	ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA
2.	6281901	ALINE DE LIMA VIEIRA
3.	6281902	ALINE DE LIMA VIEIRA
4.	6291201	AMÁBILE LAIS FELICIANO
5.	6260002	ANA PAULA DE OLIVEIRA
6.	6292001	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS
7.	6291901	ANDRÉ FELIPE DA COSTA
8.	6283301	ANDREA CRISTINA ALVES MORGADO VIANA
9.	6304401	ANDREA DA SILVA OLIMPIO
10.	1516106	ANDREA RAMOS
11.	6281801	ANDREA VICENTE
12.	6290801	ANGELA ROVER LEAL
13.	6259003	ARIANA MARTINS DA SILVA BRAGA
14.	6301901	BRUNA HELOISA FERNANDES
15.	497805	CAMILA ALMEIDA CALDERON
16.	6304101	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA
17.	1843708	CAROLINE SOUZA SANTOS
18.	216407	CHRISTIANE DOS SANTOS
19.	496909	CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA
20.	503307	CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA



21.	6283201	CRISTIANE VANESA HOLSTEIN DA MOTA
22.	461510	DANIELA CORREA DA SILVA DE MELLO
23.	6296701	DENISE APARECIDA NASCIMENTO RICARDO
24.	1726308	EDILENE MARIA DA SILVA
25.	1726307	EDILENE MARIA DA SILVA
26.	6258402	EDIMARI SCHAUFFERT
27.	6206704	EDINA DE MIRANDA
28.	420014	ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI ESPINDOLA
29.	420013	ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI ESPINDOLA
30.	6256003	ELIETE BORGES ALVES
31.	493307	ELIETE WALMIRA TOMAS
32.	197009	ERIMAR FRANCISCO
33.	197008	ERIMAR FRANCISCO
34.	1742908	FERNANDA SILVIA DOS SANTOS
35.	6281101	GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA
36.	6272502	GILMARA FATIMA DOS SANTOS
37.	6282501	GISLEINE MACHADO
38.	6282502	GISLEINE MACHADO
39.	6208006	GRACIERICA APARECIDA ROSA
40.	6289101	IVANI DE BORBA
41.	6286601	IVETE ZAMBAZI PEREIRA
42.	1606708	IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO
43.	6207804	IZETE ZIMMERMANN PORFIRIO
44.	6207805	IZETE ZIMMERMANN PORFIRIO
45.	1822806	JAQUELINE RITA CELISTA
46.	497707	JAQUELINE SUZANA DE SOUZA
47.	6257502	JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA
48.	2000505	JOSIANE RITA CELISTA
49.	2000506	JOSIANE RITA CELISTA
50.	6298201	KAREN SUZANE RODRIGUES
51.	6284301	LAIZ CRISTINA BEBER
52.	6284302	LAIZ CRISTINA BEBER
53.	6207204	LEANDRA REGEAN RIBEIRO SOUTO
54.	6205704	LILIAN MAURICIO SCHWERTZ
55.	6290601	LISIANE CARTELL PATRICIO
56.	6224004	LUANA LACERDA
57.	6249703	LUCIANA DESCHAMPS
58.	6281202	MAIK ANACLETO LUCREZIA
59.	6281201	MAIK ANACLETO LUCREZIA
60.	6271502	MAIRA LUANA FELIPONI SILVA
61.	325314	MARCIA BORBA
62.	47917	MARCIA SACAEM MIRANDA
63.	6263903	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ
64.	6263904	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ
65.	6253204	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA
66.	1680308	MARIA DAS NEVES DA SILVA
67.	6290901	MARIA DOLORES EHLERS
68.	6244306	MARIA ELENA GUBERTT
69.	6244305	MARIA ELENA GUBERTT
70.	6282301	MARIA FERNANDA VINHOLI
71.	1797704	MARIA GORETTI DUPLAA SOARES
72.	6271002	MARIA ISABEL MANICA
73.	6273002	MARIA LUIZA FERREIRA
74.	6289401	MARINA EDUARDA MAFRA
75.	6280101	MARISTELA TEREZINHA BRAGA
76.	1606510	MARLUCI CARDOZO
77.	6268002	MICAELA MARINA DIAZ
78.	6204303	MIRIAN MARIA GESSER
79.	6205606	NEIVA FATIMA DE SOUZA
80.	6205605	NEIVA FATIMA DE SOUZA
81.	6291301	NELZI NELI INACIO BITTENCOURT
82.	220109	NEUSA MARIA POPENG DE SOUZA

83.	6206905	PATRICIA DE SOUZA
84.	6288501	PATRÍCIA VALENTE TINOCO
85.	6220702	PRISCILA LEMOS
86.	1828608	ROSA MARIA DA SILVA
87.	6283001	ROSANA GAMBA
88.	6243803	ROSANGELA CARLA PAULINI
89.	6243804	ROSANGELA CARLA PAULINI
90.	6259502	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA
91.	399515	ROSELI CORREA DE ALMEIDA
92.	2034605	ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO
93.	1556406	ROSEMARY DE SOUZA DOS SANTOS
94.	392303	SABRINA DA COSTA DOMICIANO
95.	6290501	SANDRA LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA
96.	1699107	SILVANIA NARCIZA SAGAS
97.	2034707	SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI
98.	2034706	SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI
99.	6204606	SONIA QUINONES ABASTO
100.	6272902	STEFANIE KAROLINE RODRIGUES DO NASCIMENTO
101.	6281001	STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA
102.	6273402	SUELEN CRISTINE CAMACHO
103.	6263402	SUNAMITA TÁBITA DOS SANTOS
104.	6205204	SUSI VANIA CARDOSO DA SILVEIRA
105.	299803	TATIANA NERI SIMOES
106.	1888907	VALERIA PEREIRA BARBOSA
107.	1888906	VALERIA PEREIRA BARBOSA
108.	6249603	VANIA MARIA DE ALMEIDA
109.	6281401	VILMA ARAUJO PORTO
110.	6229004	VIVIANE CARINE CIPRIANO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.  
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA.

### Portaria de Prorroga Coletivo

PORTARIA Nº.2886 DE 17 DE JULHO DE 2013.  
"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

### RESOLVE:

Prorrogar os Monitores de Educação Especial A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 á 20/12/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	6280801	ALCEU KOGUT JUNIOR
2.	1348005	ALESSANDRA VIVIANE DA SILVA VEDANA
3.	6259202	ALEXSSANDRA LUCZYSZYN
4.	6260003	ANA PAULA DE OLIVEIRA
5.	1516107	ANDREA RAMOS
6.	6271703	CAMILA SABEL
7.	6282201	CELSE ZAMPARONI
8.	6289301	CRISTIANE VALIN MACHADO



9.	6289001	DEVANIR MARIA ZAMARIOLA
10.	495608	EDIANE CLAUDINO
11.	6280901	EDINETE DE SANTANA
12.	1680106	EDNILCA PAULO DA SILVA VICENTE
13.	6280701	ELENI LUZIA AUGUSTO MACIEL
14.	143404	ELIANE BORBA COUTO
15.	6290301	ELISANDRA PAULINA
16.	6292901	ELISANE SILVA LINALDI
17.	1742907	FERNANDA SILVIA DOS SANTOS
18.	6272503	GILMARA FATIMA DOS SANTOS
19.	6208005	GRACIERICA APARECIDA ROSA
20.	6292601	JANAINA MUNIZ
21.	469807	JENIFFER CRISTIANE TEIXEIRA
22.	6268402	LARISSA HELENA DA SILVA
23.	6260103	LAURA NAIR DOS SANTOS GONÇALVES
24.	6260104	LAURA NAIR DOS SANTOS GONÇALVES
25.	6303601	LUCILENE CARDOSO
26.	215909	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA
27.	6280102	MARISTELA TEREZINHA BRAGA
28.	6268003	MICAELA MARINA DIAZ
29.	265204	NORAIDES JUSTINO DE FREITAS
30.	6259302	PRISCILA ALINE PICOTI DA SILVA
31.	1828609	ROSA MARIA DA SILVA
32.	6251103	ROSANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA
33.	6259503	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA
34.	6251803	RUBIA CRISTINA DOS SANTOS
35.	6289701	SYLVANA ELIZABETH BECKER
36.	6289702	SYLVANA ELIZABETH BECKER
37.	6205105	THAIS COSTA DE MAGALHAES
38.	6245703	VANESSA RAMOS MACHADO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.  
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA.

#### Portaria de Prorroga Coletivo

PORTARIA Nº.2887 DE 17 DE JULHO DE 2013.  
"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

#### RESOLVE:

Prorrogar os Monitores de Educação Infantil A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 á 13/12/2013.

Nº.	MATRICULA	SERVIDOR
01	6291801	ANA CAROLINA ROSA
02	6296601	CLAUDIVANE PEDROZO EBETE
03	6282701	EDILENE NEUSA DE SOUZA
04	6282801	FERNANDA CAROLINI DA SILVA
05	6285201	FERNANDA LOPES SARAIVA
06	1689102	JULIANA PATRICIA DELFINO
08	1678607	LUCILEIA MARLETE CUSTODIO

09	6242804	MARILENE CLAUDINO
10	6246003	NATALI COSTA DE SOUZA
11	6293901	TAISA RUSSI SILVA DALCOQUIO
12	6293701	VERA LÚCIA DA SILVA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.  
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA.

#### Portaria de Prorroga Coletivo

PORTARIA Nº.2888 DE 17 DE JULHO DE 2013.  
"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

#### RESOLVE:

Prorrogar os Monitores de Educação Infantil A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 á 20/12/2013.

Nº.	MATRICULA	SERVIDOR
1.	6269602	ADRIANA LIBERATO SOUZA
2.	6226003	ADRIANA PINTO PACHECO
3.	6272702	ADRIANA SIMOES DE SOUZA COELHO
4.	6223104	ALESSANDRA CORREA
5.	6269502	AMANDA NAYRA PEREIRA
6.	6208904	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA
7.	6263702	ANA CRISTINA SERPA
8.	1976303	ANA MARIA OKER
9.	6291701	ANA PAULA BRECKENBROCK
10.	6302701	ANA PAULA VIEIRA DOS SANTOS ROMANO
11.	6251903	ANALICE PEREIRA QUEIROZ
12.	476307	ANDREIA PEREIRA DE ANDRADE
13.	1999906	ANDRIELI GRITTENS
14.	1822507	ANE KAROLINE PORTELLA
15.	6223204	ARIANE ZILZ DE SOUSA
16.	6281501	BIANCA KAROLINE LOPES GOOSSEN
17.	6294801	BRUNA REGINA ALVES DE OLIVEIRA
18.	6300301	BRUNA REGINA PEREIRA
19.	6296201	BRUNA THAIS PINHEIRO FERREIRA
20.	6200004	CACIARA MEDEIROS CORREA
21.	507702	CAMILA DE SOUZA NUNES
22.	6295501	CARINE BORECK RODRIGUES
23.	6273602	CARLA DOLORES DA SILVA FERREIRA NUNES
24.	6250403	CARLA ELIDIANE CORDEIRO
25.	6183605	CAROLINE SEVERINO DE CARVALHO
26.	6305901	CARULINI ALEXANDRINA
27.	6292501	CELIA REGINA LIBORIO
28.	6208403	CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA
29.	1788903	CLAUDINEIA VARGAS
30.	6298801	CRISTIANA PEREIRA DE SOUSA
31.	6247502	DANIELA APARECIDA MOROSKI
32.	6301701	DANIELA CIRINEIA DE FREITAS
33.	6269902	DANIELE DE CASTRO PEIXE

34.	6305001	DEYSE DAIANE MARTINS DE OLIVEIRA
35.	6273702	DIESSIKA CRISTINA MAGALHAES DA SILVA
36.	6287401	EDILAINE ABREU GAUTERIO
37.	6270202	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA
38.	6183004	ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA
39.	6257902	EROTIDES DA SILVA MARTINS
40.	1679607	FLAVIA LETICIA MARTINS OTTOBONI
41.	6298501	FRANCIELE RODRIGUES
42.	6250302	FRANCIELI EMER LOCOTTI
43.	6252903	GABRIELA BATISTA MACHADO
44.	6299601	GABRIELA MARQUES BATISTA
45.	6251403	GABRIELLE CAMILA DOS SANTOS
46.	6242303	GEISE DE OLIVEIRA
47.	6294101	GERUZA DARCI FRANCISCO
48.	6245603	GIOVANA CORREA BORGES
49.	6298301	GISELE CRISTINA FORMENTO
50.	6246303	GISELE CRISTINA LOURENCO DO NASCIEMNT0
51.	6284801	GISIELI DO NASCIMENTO
52.	6300701	GISLAINE FERNANDA ANTUNES
53.	6280601	GLEICIANE DAVILA MACHADO
54.	6212403	GRACE HOSTIM BARBOSA
55.	6250103	GRASIELE GOMES SANTIAGO
56.	6250203	ILCA ARAUJO HARBS
57.	6266302	INDIANARA SOLANGE RODRIGUES
58.	6309601	ISABEL DOS SANTOS DEMÉTRIO
59.	6305101	JANAINA CORREA
60.	408906	JANAINA DIAS DA SILVA
61.	6303501	JANAINA IRENE PATRICIO DA ROCHA
62.	6299201	JANASELLA RANNY AUGUSTA DE SOUZA
63.	6258002	JANETE AGOSTINHO DOS SANTOS ROMAO
64.	6296801	JANISE INÁCIO DOS SANTOS CONCEIÇÃO
65.	6294601	JESSICA DOS SANTOS
66.	6296401	JESSIKA MAYRA DRANKA
67.	6207404	JOSIANE MAIA
68.	6251003	JOSIANE PRESTES DA SILVA RIBEIRO
69.	6296501	JOYCE ADRIANE FRANZ
70.	1975404	JULIA GRASIELE COSTA BRUM
71.	6286301	JULIANA CRISTINA ANACLETO OLIVEIRA
72.	6270302	JULIANA DE ARAUJO CORREA DA SILVA
73.	391611	JULIANA LUCIA VIEIRA
74.	6306301	JULIANE ROMAO
75.	6206802	KARINA CRUZ
76.	6294301	KARLA DENISE BUENO COLLA
77.	6286901	KEILA PATRICIA RODRIGUES
78.	6305501	LAILA CAROLINE DE BRITO GIRENZ
79.	6294201	LETICIA DE PAULA ALMEIDA
80.	6299301	LETICIA NALDI RAFAEL
81.	6298601	LICIA DE FATIMA SENABIO
82.	6250803	LIDIANA SILVA DOS SANTOS
83.	6282001	LISLIE DA COSTA DOS SANTOS
84.	6310001	LORECI TEREZINHA TEIXEIRA BARBOSA DA SILVA
85.	6242503	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA
86.	6294901	MAGDA ANGELITA DE FREITAS SOARES DE ANDRADE
87.	6242103	MAINGRA REGINA FAUSTO
88.	6287601	MARAISA GABRIELA DE ANDRADE LEAO
89.	6256103	MARCIA PAOLA SEVERINO
90.	6301501	MARIA CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CHAVES
91.	6285901	MARIA IOLANDA DA COSTA
92.	6273302	MARIA LUCILIA COSTA DA SILVA
93.	503205	MARIANA FAGUNDES SILVEIRA
94.	6301301	MARIANE CARDOSO
95.	6267502	MARIELE ALVES DE MIRANDA

96.	6258502	MICHELE REGINA SERRANO DOS SANTOS
97.	343811	MIRIAM VIEIRA A
98.	6285101	NATALIA DA SILVA COSTA DE OLIVEIRA
99.	6294501	NAYARA DOS SANTOS
100.	6252403	PAMELA RODRIGUES CHAGAS
101.	6223704	PATRICIA DERMINA DA SILVA
102.	6306201	PRISCILA CRISTINA EMMERENCIANO
103.	6227304	RAQUEL DE OLIVEIRA
104.	6304201	REGINA FERNANDE DE OLIVEIRA
105.	6257402	RHUANA GABRIELE DE SOUZA
106.	6306901	ROSANE BODANESE SENEM
107.	415307	ROSANGELA ULLIRSCH
108.	6269802	ROSEMERI BERNARDES DE SOUZA
109.	1822407	ROSIMERI PEREIRA
110.	1587606	RUTE CORDEIRO WANGER
111.	6285801	RUTE GARCIA BARBERO
112.	6300201	RUTE MERI FERREIRA DA LUZ
113.	6310301	SABRINA DA SILVA MANGRICH
114.	2000004	SABRINA MARCELINO DIAS DA SILVA
115.	6253903	SAMARA DE OLIVEIRA PEREIRA SANTOS
116.	6279801	SATIE ANDREIA ODAWARA FUSINATO
117.	407806	SHANNA FRANCESCA BORGES
118.	6214504	SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
119.	2002702	SIMONE ANHAIA
120.	6285001	SIMONE CARDOSO ESTEVES
121.	6299401	SIMONE RUBIA CABRAL FREITAS
122.	6301801	SOLANGE FAGUNDES SIMIONATO
123.	6299501	SOLANGE KOLLN
124.	6244503	SOLIANE LUIZA COSTA
125.	6294001	SUÉLEN STEPHANIE ROSA
126.	6258902	SUELLEN CUSTODIO LUZ
127.	6293801	SUSANA DA PIEDADE GOMES CORREA
128.	6274602	TAINARA KREFF
129.	6284501	TAMIRES DAIANI VIEIRA
130.	6305301	THAIS CAROLINE SOBON
131.	6223306	THAIS STÉFANI COUTO
132.	6223802	TUANNY ROBERTA DOS PASSOS DA SILVA
133.	6301401	VANESSA APARECIDA MENDES MADUREIRA
134.	1594203	VANESSA CRISTINA DIAN
135.	6243903	VANESSA DA SILVA GODINHO
136.	6306101	VANESSA FARIAS BATISTA DE OLIVEIRA
137.	6251303	VANI BOASKEVIS
138.	423003	VANIA CRISTINA RAMOS
139.	6294701	VIVIANE ALVES FERNANDES PEREIRA
140.	6242403	VIVIANE BENTA DA CRUZ
141.	6252602	ALESSANDRA MARA SAGAZ INACIO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.  
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA.

### Portaria de Prorroga Coletivo

PORTARIA Nº.2916 DE 22 DE JULHO DE 2013.  
"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"





Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

Prorrogar os Professores A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 à 13/12/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	227213	ADELINA DIAS PEREIRA
2.	6305401	ADIR BOEIRA
3.	437410	ALESSANDRA BRANDL
4.	342912	ANA DEISE LOPES
5.	476407	ANA PAULA JORGE BERNARDES
6.	437716	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA
7.	337620	ANTONIA EDINICE R DE ARAUJO
8.	295718	ARMANDO CARMO DA SILVA JUNIOR
9.	387622	CARIN DAIANA SALOMAO
10.	6291401	CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA
11.	457506	CLAUDIA RUTH DA SILVA
12.	457507	CLAUDIA RUTH DA SILVA
13.	273010	CRISTIANA DE SOUZA D OLIVEIRA
14.	467313	FABIANO VIANNA FILARDO
15.	1998108	GEOVANITA SAMANTA HELGREN
16.	6195902	HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS
17.	493007	IANDRA BORGES
18.	493008	IANDRA BORGES
19.	373008	INDIANARA DOS SANTOS
20.	6288601	IVANIZA PINTO DOS SANTOS BRUNO
21.	6225706	JEFERSON WILLIAM MUELLER
22.	6240406	JOCELINO GONCALVES
23.	485310	JUNIOMAR NASCIMENTO DA SILVA
24.	6286101	JUSCELINO OLIVEIRA
25.	1707210	KARIN MARCELLOS PEREIRA
26.	1707211	KARIN MARCELLOS PEREIRA
27.	6214703	KATIA CILENE KLOPP
28.	6241503	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO
29.	6241502	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO
30.	264509	LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVA
31.	128826	MARIA APARECIDA INACIO
32.	128825	MARIA APARECIDA INACIO
33.	1985512	MIRELA CRISTINA LEITE
34.	6282903	NEIDE RITA ROMAO
35.	6239702	OSVALDO CORREA DE MELO JUNIOR
36.	216314	REGIANE MARINA DE MATTOS
37.	2005410	RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN
38.	6261703	RODRIGO LIMA MOTHÉ
39.	1675403	SILVANA MARIA INACIO SCHMITT
40.	6202602	SUELEN AURELIA RICARDO
41.	155819	TEREZA DOS SANTOS INACIO
42.	508319	ELISANGELA SILVA LINALDI
43.	6288802	ELISEU GOMES ISRAEL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 22 DE JULHO DE 2013.  
SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 22 de Julho de 2013.  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA.

**Portaria de Prorroga Coletivo**

PORTARIA Nº.3040 DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

Prorrogar os Professores A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 à 20/12/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	1706706	ADRIANA CRISTINI DE SOUZA
2.	6212107	ADRIANA DAMBROS MARCHETTI
3.	6212104	ADRIANA DAMBROS MARCHETTI
4.	267210	ADRIANA ERBS
5.	70207	ADRIANA NASCIMENTO SANTOS
6.	491610	ADRIANA PRESTES FURTADO
7.	491611	ADRIANA PRESTES FURTADO
8.	425637	ADRIANA STEFAN ARNDT
9.	437409	ALESSANDRA BRANDL
10.	108922	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES
11.	6300601	ALEXANDRA ARLINDA DA SILVA
12.	497304	ALEXANDRINA ALVES DE OLIVEIRA
13.	483005	ALEXSANDRA BRAZ DE MORAIS SCHULZ
14.	6290701	ALINE CRISTINA PEREIRA DA SILVA
15.	6212603	ALINE GONDO URBANO
16.	6212602	ALINE GONDO URBANO
17.	327709	ALZENIRA GERALDO DA SILVA
18.	6261002	AMANDA BORBA COUTO
19.	100620	AMANDA FELICIO DOS SANTOS
20.	100619	AMANDA FELICIO DOS SANTOS
21.	6284901	ANA CANDIDA NOCETTI CASTRO RODRIGUES
22.	6254304	ANA CAROLINA DA SILVA
23.	6254303	ANA CAROLINA DA SILVA
24.	60318	ANA MARIA ANGIOLETTI
25.	1980004	ANA PAULA DA SILVA I
26.	6254503	ANA PAULA TUROS
27.	437715	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA
28.	291114	ANA RUBIA DO AMARAL ROSA
29.	6291001	ANDRE LUIZ CARDOSO
30.	6291002	ANDRE LUIZ CARDOSO
31.	173328	ANDRE LUIZ DA LUZ
32.	173327	ANDRE LUIZ DA LUZ
33.	1698208	ANDREA APARECIDA GRITTENS
34.	372717	ANDREA CURSEL
35.	6240803	ANDREA DE CASSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA
36.	6240804	ANDREA DE CASSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA
37.	6305201	ANDREA MARLI DOS SANTOS
38.	185212	ANDREIA GERALDO
39.	510605	ANDREIA RODRIGUES DOS SANTOS
40.	170817	ANGELA RAMOS LIMA
41.	1997704	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES
42.	337621	ANTONIA EDINICE R DE ARAUJO
43.	1699014	ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO
44.	1818708	ANTONIO EDUARDO PINHEIRO
45.	418908	ARIANE CAROLINA DA CRUZ
46.	418907	ARIANE CAROLINA DA CRUZ
47.	6287501	ARIANE SOARES ALVES
48.	295717	ARMANDO CARMO DA SILVA JUNIOR
49.	431315	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA
50.	431316	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA
51.	100118	BEATRIZ PERAO



52.	1735905	BIANCA MARTINS
53.	6291102	BRIGITE HEMMER
54.	6291101	BRIGITE HEMMER
55.	505913	CAMILA LEAL
56.	505912	CAMILA LEAL
57.	1673406	CARINA KAMMER DOS SANTOS
58.	434210	CARLA DE SOUZA
59.	203814	CARLA FELIPE DE JESUS ALVES PINTO
60.	203815	CARLA FELIPE DE JESUS ALVES PINTO
61.	1672508	CARLA GOMES DE OLIVEIRA
62.	408807	CARLOS ALBERTO MEDEIROS
63.	447414	CARMEN CLEIDI SCHWERTZ ALVES
64.	447413	CARMEN CLEIDI SCHWERTZ ALVES
65.	6241405	CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO
66.	6241404	CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO
67.	6261303	CAROLINA MARONE ADAMCZYK
68.	6261302	CAROLINA MARONE ADAMCZYK
69.	6183303	CAROLINE MENDES BORTOLATO MODOLON
70.	341411	CASSANDRA DA SILVA CAMPOS
71.	341410	CASSANDRA DA SILVA CAMPOS
72.	1981205	CELIA DZIN OLEGARIO
73.	6262302	CELIA REGINA DE ANDRADE PEREIRA
74.	372621	CELIANA FRITZ
75.	1679706	CHARLENE OLIVEIRA BRAZ
76.	1679705	CHARLENE OLIVEIRA BRAZ
77.	226214	CIBELE DAVILA VIEIRA
78.	117122	CINARA ROCHA SANTOS
79.	117121	CINARA ROCHA SANTOS
80.	324613	CINTIA RENATA CABRAL
81.	324614	CINTIA RENATA CABRAL
82.	383219	CINTIA SOARES
83.	407510	CINTIA SOUZA DA SILVA
84.	6252803	CLAUDETE TERESINHA DA ROSA
85.	6264203	CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES
86.	66718	CLAUDIANE PIERRE
87.	492102	CLAUDINEIA PEDRO
88.	46210	CONCECA MARIA DA COSTA NETA
89.	273009	CRISTIANA DE SOUZA D OLIVEIRA
90.	1511212	CRISTIANE DA CONCEICAO CERQUEIRA
91.	1511211	CRISTIANE DA CONCEICAO CERQUEIRA
92.	6260502	CRISTIANE DOS SANTOS ZUCHETTI
93.	425210	CRISTIANE MENDES DA SILVA
94.	6261803	CRISTIANE PEREIRA DE ARAUJO
95.	52917	CRISTIANE SEVERINO DA COSTA
96.	507807	CRISTINA FARIAS DOS SANTOS MAFRA
97.	263909	CRISTINA PAULO MONTEIRO
98.	6240203	DAIANE DE JESUS
99.	1754505	DAMARIS BEUTER DO PRADO
100.	245706	DANIELA BARON KOELHER
101.	6245903	DANIELA CRIVETTO MARINS
102.	1531812	DANIELA RAMOS URBANETTI
103.	1531813	DANIELA RAMOS URBANETTI
104.	426814	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA
105.	426813	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA
106.	6192004	DAYANE LESAN MEYER
107.	6192003	DAYANE LESAN MEYER
108.	238610	DENISE REGINA COSTA DA SILVA
109.	355609	DIEGO SANTOS QUEIROZ
110.	355610	DIEGO SANTOS QUEIROZ
111.	476905	DILZA DE FATIMA NODA SERRANO
112.	375308	EDNALVA SILVA FRANCA
113.	2007306	EDSON FABRICIO DE SOUZA
114.	6288901	ELAINE CARTELL PATRICIO
115.	255821	ELIANE DA SILVA I

116.	1683604	ELIANE DA SILVA UESLER
117.	503410	ELIANE HASSE
118.	6279701	ELIANE MARISA MONERETTO
119.	142617	ELIETE AMARO
120.	6292101	ELISANE ANGIOLETT ALTINI
121.	508318	ELISANGELA SILVA LINALDI
122.	6288801	ELISEU GOMES ISRAEL
123.	2005604	ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO
124.	2011509	EMERSON JOSE DA SILVA
125.	2011508	EMERSON JOSE DA SILVA
126.	6289802	ÉRICA SUZANA PEDROZZO SOETH
127.	6239404	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO
128.	272011	ESTER CORDEIRO
129.	1978403	FABIANA APARECIDA DOS SANTOS LOPES
130.	244121	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES
131.	244120	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES
132.	132416	FABIANA REGINA SOUZA SANTOS
133.	132415	FABIANA REGINA SOUZA SANTOS
134.	6225104	FABIANA VENTURI
135.	1777212	FABIANE DALLAGO
136.	274206	FABRICIA INOCENCIO
137.	1973206	FERNANDA MICHAELI DE SOUZA
138.	450302	FLAVIA MARQUES DA SILVA
139.	351804	FLAVIA REGINA FERREIRA
140.	1977802	FRANCIELE CANDIDO
141.	6201105	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT
142.	6201106	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT
143.	6196807	FRANCIELI CAROLINE CABRAL
144.	6196806	FRANCIELI CAROLINE CABRAL
145.	387307	FRANCIELLI DE LIMA
146.	387308	FRANCIELLI DE LIMA
147.	1678504	FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA
148.	1642902	FRIMAM KLIMKE NAZARIO
149.	6196704	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA
150.	6196705	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA
151.	6260302	GABRIELA REINERT
152.	6202204	GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS
153.	1706312	GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA
154.	6283901	GILBERTO DA ROSA JUNIOR
155.	116811	GILMARA ROCHA
156.	116810	GILMARA ROCHA
157.	1712009	GIOVANI LUIZ DUNZER
158.	6239102	GISELE DA SILVA COUTO
159.	6186502	GISELE ANGIOLETTI KANGERSKI
160.	1708307	GISELE DE FATIMA BALDO
161.	1688706	GRAZIELA DA SILVA FLORES
162.	1510903	GRAZIELE LOURENCO FERREIRA
163.	1510904	GRAZIELE LOURENCO FERREIRA
164.	496315	HADWIG VOSS
165.	496314	HADWIG VOSS
166.	1767013	HELENA LOHMANN AMARANTE
167.	1767012	HELENA LOHMANN AMARANTE
168.	6239604	HELOISA GRAF LENOIR
169.	373007	INDIANARA DOS SANTOS
170.	353812	IONE GOMES RABITO
171.	6260602	ISABEL BAUMRUCKER
172.	1556505	ISABEL CRISTINA ZIMMERMANN
173.	365510	ISABELA MONTE CRISTO LOPES
174.	429106	JANAINA BEATRIZ ROCHA DA LUZ
175.	1742009	JANAINA CARDOSO
176.	1742008	JANAINA CARDOSO
177.	384214	JANAINA FORLIM DE SOUZA
178.	1290106	JEAN CARLOS RIBEIRO
179.	6225707	JEFERSON WILLIAM MUELLER

180.	1736103	JENNIFER LUARA ROCHA
181.	2003607	JOICE CARDOSO
182.	6281601	JONAS WALTRIK
183.	6242204	JORGE BARGORDAKIS JUNIOR
184.	6242203	JORGE BARGORDAKIS JUNIOR
185.	6271202	JOSE ELIAS DE JESUS
186.	343411	JOSIANE DOS SANTOS VICTOR
187.	6257604	JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE
188.	343013	JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS
189.	2008704	JOYCE KARINA BALERA
190.	1588112	JUCELEI PEDROZO DOS DANTOS DE SIQUEIRA
191.	1588111	JUCELEI PEDROZO DOS DANTOS DE SIQUEIRA
192.	1536206	JUCINEIA MARTINS NAZARIO
193.	500707	JULIANA ARDIGO
194.	1979402	JULIETA JAURRETCHE
195.	5422803	JUSSANA OLGA DA SILVA
196.	476005	JUSSARA MACHADO GARCIA
197.	362512	JUSSARA MARIA THEISS
198.	378911	KENIA CRISTINA RUDOLFO DA CRUZ
199.	80619	LAURA CRISTINA DE SOUZA RODRIGUES
200.	497208	LEDINEIA CORREIA BURCKHART
201.	403407	LETICIA GUTTERRES PORTALET
202.	506109	LIDIANE SANTOS ISENSEE
203.	344214	LIGIA MARA EVARISTO
204.	6203505	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA
205.	244021	LUANA CRISTINA FONSECA
206.	502908	LUCIANA MARGI DA SILVA
207.	502907	LUCIANA MARGI DA SILVA
208.	124610	LUCIANA TRAMONTIN NOLLI
209.	359414	LUCILE PATRICIA FONSECA
210.	412513	LUCIMARA PEREIRA MANCIO
211.	6243503	MAILA ANACLETO
212.	1876208	MARCIA ANDREA GERVASIO
213.	338810	MARCIA DA SILVA
214.	47810	MARCIA DE OLIVEIRA STEFFEN
215.	6292201	MÁRCIA DENYSE MACÊDO DA SILVA
216.	411514	MARCIA RODRIGUES CARDOSO
217.	411515	MARCIA RODRIGUES CARDOSO
218.	418407	MARCIA ROSIANE BORGES
219.	418408	MARCIA ROSIANE BORGES
220.	6218907	MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA
221.	6218906	MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA
222.	111125	MARIA APARECIDA SERAFIM
223.	6289501	MARIA APARECIDA SILVA VIANNA
224.	6283101	MARIA DE FATIMA DE SOUZA
225.	236620	MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO
226.	1687707	MARIANA BERNARDETE ARAGAO
227.	6290101	MARIÂNGELA COGO DA SILVA
228.	1975005	MARIANGELA PEDROZO DE OLIVEIRA
229.	1712507	MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO
230.	464903	MARILENE FONSECA DE SOUZA
231.	247908	MARILIA MARIA DE SOUZA
232.	6221504	MARILIA ROSA MUSSO
233.	492006	MARISTELA CAMILO DA SILVA
234.	167712	MARISTELA CARLOS CORREA
235.	268204	MARISTELA COELHO GALVEZ
236.	440407	MARLENE CARNEIRO DE OLIVEIRA
237.	1706407	MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS
238.	376416	MARLI REGINA PACHECO FAUTO
239.	6200304	MARY CLEIA MADZGALA PRZYWITOWSKI
240.	401304	MATHEUS CAMARGO MARTINS
241.	494412	MAURICIO VALPIR DA SILVA
242.	494411	MAURICIO VALPIR DA SILVA
243.	115015	MELIZA DE AGUIAR DE JESUS

244.	1684804	MICHELE BRAZ LOPES
245.	6212704	MICHELE PARIZOTTO DAVILA
246.	359009	MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO
247.	6284601	NADIR BETT JANUARIO
248.	509606	NAZARETH BODART DOS SANTOS
249.	6257102	NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA
250.	6257203	NEUZA MARIA DE SOUZA
251.	6257202	NEUZA MARIA DE SOUZA
252.	6239703	OSVALDO CORREA DE MELO JUNIOR
253.	6239704	OSVALDO CORREA DE MELO JUNIOR
254.	266911	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA
255.	266912	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA
256.	93221	PATRICIA HERING DOS SANTOS
257.	480511	PATRICIA JACINTO
258.	1999805	PATRICIA LUCIANO KAFKA
259.	156206	PATRICIA ONDINA COELHO
260.	351910	PAULA RUBIA GAYA
261.	6219707	PAULO ROBERTO KUSTER
262.	6219706	PAULO ROBERTO KUSTER
263.	1706804	PRISCILA ALVES
264.	1706803	PRISCILA ALVES
265.	1983009	PRISCILA ANGIOLETTI
266.	1983008	PRISCILA ANGIOLETTI
267.	6219804	PRISCILA DOS SANTOS
268.	464607	RAFAEL DOS SANTOS
269.	1737813	RAQUEL PALOMA DA SILVA
270.	1737812	RAQUEL PALOMA DA SILVA
271.	478310	REGIANE DA SILVA ROMAO
272.	6201305	REGINA MARIA DA SILVA
273.	6201306	REGINA MARIA DA SILVA
274.	494106	RENATA CIPRIANO
275.	324007	RENATA LUIZ
276.	101514	RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT
277.	380815	RITA ROSE KORMANN
278.	6290201	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR
279.	6290202	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR
280.	2005409	RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN
281.	6261704	RODRIGO LIMA MOTHÉ
282.	6221107	ROSANGELA APARECIDA ROTERS
283.	1497810	ROSANGELA CHIMKA
284.	1497809	ROSANGELA CHIMKA
285.	1823106	ROSANGELEI POSSAMAI DOS SANTOS
286.	171821	ROSELI CUNHA
287.	171822	ROSELI CUNHA
288.	342713	ROSEMERE FARIAS DA SILVA
289.	446706	SAIONARA DA SILVA EMILIO
290.	6252104	SAMARA NASATO
291.	485613	SAMIA HASSAN RESLAN
292.	485611	SAMIA HASSAN RESLAN
293.	295803	SANDRA BARILLI CIPRIANO
294.	1993405	SANDRA DE MELLO DE LIMA
295.	421509	SANDRA ELIZABETH LIMA GUIMARAES NAVARRET
296.	294114	SELONI APARECIDA RAMOS
297.	4508/14	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI
298.	1981907	SILVANA LETICIA DUMKE
299.	232406	SILVANETE BEZERRA DE OLIVEIRA
300.	6283401	SINUEH WOLFF
301.	1675206	SIRLEI TEREZINHA WOLFART
302.	1683307	SIRLEY CRISTINE MEDEIROS
303.	344508	SONILDA CORREA DOS SANTOS
304.	106720	SUELI MARIA TRIMMER S CUNHA
305.	106719	SUELI MARIA TRIMMER S CUNHA
306.	1671504	SUSANA MARIA FRANCISCO DESPESELL

307.	6278101	SUZAN CRISTINA LEAL
308.	6278102	SUZAN CRISTINA LEAL
309.	1562910	SUZANA JOSE DA SILVA
310.	1562909	SUZANA JOSE DA SILVA
311.	5347010	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO
312.	5347011	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO
313.	401005	TAMARA APARECIDA DOS SANTOS
314.	145615	TANIA REGINA GALVEZ PINTO
315.	145616	TANIA REGINA GALVEZ PINTO
316.	6280202	TATHIANA CRISTINE PEREIRA
317.	6280201	TATHIANA CRISTINE PEREIRA
318.	494613	TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA
319.	494614	TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA
320.	2069206	TAYANA VIEIRA DA COSTA
321.	155818	TEREZA DOS SANTOS INACIO
322.	224407	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA
323.	1974704	TEREZINHA FEUSER STASUN
324.	6228405	THAIS APARECIDA FELICIANO LIMA
325.	6288701	THAIS CATTAR DA COSTA
326.	6240103	THAIS MEDEIROS
327.	6246102	THAISE REGINA FERNANDES
328.	1983305	VANDERLEIA BONA TRENTINI
329.	63117	VANI FRANCISCA INACIO
330.	6277402	VANIA DE SOUSA GONCALVES
331.	1699208	VISANGELA SAGAS
332.	1699209	VISANGELA SAGAS
333.	465412	VIVIAN CARDOSO DA SILVA
334.	356518	VIVIANE DOS SANTOS SIMAO
335.	467208	VIVIANE VALMIRA SAGAS NOLLI
336.	1789506	VIVIANI TAIMARA BERNARDES GALVEZ
337.	352819	VOLMAR ADRIANO JR
338.	1998208	WILLIAMS CORREA
339.	6297001	WILSON DE JESUS GUICHABEIRA
340.	476512	ZORAIDE WALDETE DA SILVA
341.	4000/12	RENATA GEGINATTO ROQUE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 12 DE AGOSTO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA.

### Portaria de Prorroga Coletivo

PORTARIA Nº.2916 DE 22 DE JULHO DE 2013.

"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

Prorrogar os Professores A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 à 30/11/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	452008	HELOISA DEMETRIO
2.	247909	MARILIA MARIA DE SOUZA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 22 DE JULHO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 22 de Julho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA.

### Portaria de Prorroga Coletivo

PORTARIA Nº.2885 DE 17 DE JULHO DE 2013.

"PRORROGA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO QUE ESPECIFICA"

Exmo. Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA , Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

Prorrogar os Professores A.C.T. (s) abaixo relacionados, com efeito a partir de 01/08/2013 à 30/11/2013.

Nº	MATRICULA	SERVIDOR
1.	400310	ALESSANDRA VIEIRA
2.	400311	ALESSANDRA VIEIRA
3.	325207	CHRISTIANE SORAIA DE LIMA
4.	6251205	MONICA SOARES BASCHTA
5.	6251204	MONICA SOARES BASCHTA
6.	1813904	ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 17 DE JULHO DE 2013.

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA.

### Extrato Ata de Registro de Preços N° 117/2013

Ata de Registro de Preços PMN nº 117/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN nº 117/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 117/2013 - contendo os preços registrados pela empresa listada abaixo:

Empresa: CEK INFORMÁTICA LTDA.

Valor: R\$ 310.350,00 (trezentos e dez mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: 21/08/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 21 de agosto de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira



# Nova Trento

## PREFEITURA

### Decreto N° 092/2013

DECRETO n° 092/2013

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 09/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Edital de Classificação Final do Processo Seletivo, realizado de acordo com o Edital 09/2013, conduzido pela Comissão de Processo Seletivo, para provimento das vagas no âmbito do Poder Executivo Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, cuja relação dos classificados consta no Anexo Único do respectivo Edital objeto da homologação.

Art. 2º O prazo de validade do processo seletivo simplificado ora homologado é de caráter excepcional e temporário, em postos de trabalho, por seis meses, podendo ser prorrogável a critério da Administração Pública municipal, por igual período, a contar da data de publicação deste Decreto, nos termos da legislação municipal de regência.

Art. 3º A convocação dos aprovados para a posse nos respectivos cargos dar-se-á por Decreto, na medida das necessidades da Administração Pública municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de agosto de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Dispensa de Licitação N° 011/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2013

Origem: Edital de Licitação n° 092/2013. Dispensa de Licitação n° 011/2013. Homologação: 01/08/2013 - Fundamentação: Art. 24, Inciso XIII, Lei 8666/93 Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Contratado: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC, Sociedade civil sem fins lucrativos, transformado em serviço social autônomo pelo Decreto n° 99.570, de 09 de outubro de 1990, inscrito no CNPJ sob o n° 82.515.859/0001-06, com sede na Avenida Rio Branco, 611, em Florianópolis/SC. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE "CONSULTORIAS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL, TURÍSTICO E AGRONEGÓCIO", VISANDO PLANEJAR AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MELHORAR A QUALIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA E DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, QUALIFICANDO OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, EMPREENDEMENTOS E EMPREENDEDORES DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO E AGRONEGÓCIOS, cujo valor total é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Vigência do contrato: 01 de agosto a 31 de dezembro de 2013.

Nova Trento, 02 de Janeiro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### Processo N° 094/2013 - Pregão Presencial N° 059/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 094/2013 - Pregão Presencial 059/2013 - Registro de Preços N° 024/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de SERVIÇOS TÉCNICOS DE CALCETEIRO, PARA EXECUÇÃO DE REPAROS NO CALÇAMENTO (PARALELEPIEDOS E LAJOTAS) E MEIO FIO nas vias públicas do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 09/09/2013 até às 14:30 horas. Abertura: 09/09/2013 - 14:35 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br - Site: www.novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### Processo N° 087/2013 - Pregão Presencial N° 055/2013 - SRP N° 020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 087/2013 - Pregão Presencial n° 055/2013 - Registro de Preços n° 020

Objeto: O objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de Relógio Ponto Biométrico, com software, instalação e treinamento, e Aquisição/Confecção de Crachás e cordões para Identificação Funcional, para uso da Prefeitura, suas Secretarias, inclusive o Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 04/09/2013 até às 14:00 horas. Abertura: 04/09/2013 - 14:00 horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 3267.3211 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br - Site: www.novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

### Chamamento Público Para Contratação de Enfermeiro (Posto de Saúde)

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Secretaria Municipal de Saúde

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO (POSTO DE SAÚDE - CENTRO)

O Secretário Municipal de Saúde de Nova Trento torna público que, devido ao pedido de exoneração de GABRIELA SANTANA LEMOS, sem aviso prévio, e a desistência do cargo de Enfermeiro dos selecionados no Processo Seletivo 07/2013, necessita contratar com URGÊNCIA, 01 (um) Enfermeiro para atuar na Unidade Sanitária Madre Paulina como responsável da Vigilância Epidemiológica, em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 1.052,10 Insalubridade 40% sobre o Salário Mínimo Abono R\$ 113,37  
b) Carga Horária: 40 h / Semanais  
c) Prazo do Contrato: 2 meses  
d) Regime Jurídico: Estatutário;  
e) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;  
f) Forma de Seleção: Títulos.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até as 17 horas do dia 23/08/2013, munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário Municipal de Saúde. Informações pelo telefone: (48) 3267-0132, ou comparecer ao Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, falar com Izabela.

Nova Trento, 20 de Agosto de 2013.  
MAXILIANO DE OLIVEIRA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **Edital de Divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo Nº 09/2013**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 09/2013

A Comissão de Processo Seletivo, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 539/2013, após o período de interposição de recursos, torna pública a Classificação Final relativa ao Processo Seletivo nº 09/2013.

Art. 1º A Classificação Final do Processo Seletivo nº 09/2013 consta do Anexo Único do presente edital, no qual estão relacionados os nomes dos candidatos em ordem de classificação decrescente, já considerados os critérios de desempate.

Art. 2º A homologação da Classificação Final do Processo Seletivo nº 09/2013 deverá ser objeto de Decreto a ser editado pelo Prefeito Municipal de Nova Trento, o qual estabelecerá a datas e demais condições de contratação.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 22 de agosto de 2013.  
LUIZ CARLOS ORSI  
Presidente da Comissão

#### **ANEXO ÚNICO**

#### **CARGO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Classificação	Nome completo
01	Denize Monteiro Soares
02	Adriana Costa
03	Ires Niemaier
04	Lindacir da Silva
05	Ana Maria Wossgrau Muller
06	Lucinei Aparecida Cassaniga Bertoldi
07	Vanilde Maria Constante

Nova Trento, 22 de agosto de 2013.  
LUIZ CARLOS ORSI  
Presidente da Comissão do Processo Seletivo

## **Novo Horizonte**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 057/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 21/08/13

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSUMO A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: MULTI AÇÃO - PROD. E EQUIP. P LIMPEZA LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.312,80 (três mil trezentos e doze reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.420,38 (três mil quatrocentos e vinte reais e trinta e oito centavos)

CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.557,15 (quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos)

DATA: 21/08/13 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

#### **Extrato Contratual Nº 062 a 064.2013**

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO CONTRATUAL

Objeto : A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSUMO A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos

Contrato Nº.: 062/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada : SCS COMÉRCIO LTDA ME  
Valor : 4.557,15 (quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos)  
Vigência : Início: 21/08/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2013  
Recursos: Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (127)

Contrato Nº.: 063/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada : AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS



**LTDA-EPP**

Valor : 3.420,38 (três mil quatrocentos e vinte reais e trinta e oito centavos)

Vigência : Início: 21/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2013

Recursos: Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),  
2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Contrato N°. 064/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : MULTI AÇÃO - PROD. E EQUIP. P LIMPEZA LTDA - EPP

Valor : 3.312,80 (três mil trezentos e doze reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 21/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2013

Recursos: Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),  
2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Novo Horizonte, 21 de Agosto de 2013

**Orleans****PREFEITURA****Editais de Chamamento Processo Seletivo N°005/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO N°005/2013, mediante o qual fica CONVO-CADA, para nomeação, a candidata aprovada no Processo Seletivo n° 005/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h00min às 17h30min, no prazo de 05 dias, munida de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo n°005/2013 (disponível no site: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item VIII - 13, do Edital de Processo Seletivo n° 005/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO	CH
GRACE MATTEI CORREA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 hs

Orleans, 22 de agosto de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

**Papanduva****PREFEITURA****Lei N° 1986, de 21 de Agosto de 2013**

Lei n. 1986, de 21 de agosto de 2013.

Altera o Art. 2º da Lei nº 1977, de 30 de abril de 2013, que instituiu o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Qualidade dos serviços de Atenção Básica - PMAQ-AB, na Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Eu, Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e Eu, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º. O Art. 2º da Lei nº 1977, de 30 de abril de 2013, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

I -

a)

b) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído, de forma igualitária, para os Agentes Comunitários de Saúde, um Auxiliar de Saúde Bucal e Auxiliar de Serviços Gerais, designados para compor a equipe;

c) 15% (quinze por cento), distribuído de forma igualitária, para o Técnico de Higiene Bucal e Técnico de Enfermagem e na falta deste, Auxiliar de Enfermagem, designados para compor a equipe;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 1º.07.2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 21 de agosto de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

**Lei N° 1987, de 21 de Agosto de 2013 - Convênio com Apae**

Lei nº 1987, de 21 de agosto de 2013.

Autoriza firmar convênio e conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Papanduva, Estado de Santa Catarina, para fins da execução do Programa "Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência".

Parágrafo único. A subvenção de que trata este artigo, será na

importância de R\$ 737,87 (setecentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos), mensais, a contar do exercício de 2013.

Art. 2º. A aplicação dos recursos será fiscalizada pelo Sistema de Controle Interno do Município.

Art. 3º. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE prestará contas no final de cada mês, com base nas normas de contabilidade e auditoria expedidas pela Secretaria de Estado e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Nos exercícios seguintes a 2013, os convênios a serem assinados terão seus valores reajustados de acordo o aumento do valor das transferências do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, através do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 5º. Para fazer face às despesas da aplicação desta lei, serão usados recursos de transferências do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, através do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 21 de agosto de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

### **Contrato N° 095/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 095/2013, Referente à Tomada de Preços 072/2013. Objeto: Destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, em aterro sanitário devidamente licenciado. Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA, totalizando o montante de R\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais). Vigência: O presente instrumento terá início na data de sua assinatura e termino em 31 de dezembro de 2013.

Papanduva/SC, 02 de agosto de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

### **Ata de Registro de Preços N° 107/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 107/2013

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 116/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06.035.038/0001-86, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando

a aquisição de leite e suplementos alimentares conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 13.799,50 (treze mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), referente aos itens 05 e 06, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 116/2013.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 116/2013 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO**

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.



**CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 116/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo

estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 09 de agosto de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEWSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

EXTRA DIST. DE MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Ata de Registro de Preços Nº 108/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2013

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 116/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa ONCOLINE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.909.536/0001-73, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de leite e suplementos alimentares conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 1.009,00 (um mil e nove reais), referente ao item 07, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 116/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 116/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO**

- 4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;
- 4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;
- 4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;
- 4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;
- 4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;
- 4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

**CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO**

- 5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;
- 5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;
- 5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;
- 5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas,

indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

- 6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 116/2013 e seus anexos;
- 6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- 7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

- 8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
  - b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de

Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 09 de agosto de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **Ata de Registro de Preços N° 109/2013**

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 109/2013**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 116/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa SCHEIDT E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 05.912.018/0001-83, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de leite e suplementos alimentares conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 7.150,00 (sete mil e cento e cinquenta reais), referente aos itens 01, 02, 03 e 04, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 116/2013.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não

ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 116/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO**

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### **CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck n° 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial n° 116/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações



dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 09 de agosto de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

SCHEIDT E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### Ata de Registro de Preços N° 110/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 110/2013

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 119/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 78.218.187/0001-91, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo o Registro de Preços para a aquisição de papel A4, papel e envelopes timbrados, cartões de visitas, fichas de avaliação e diários de classe, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - A execução dos itens licitados somente poderá ser realizada pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da execução do item licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para execução deste item e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 7.972,00 (sete mil e novecentos e setenta e dois reais), referente aos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08, objetos do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 119/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na



forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 119/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido do objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 As entregas deverão ser realizadas em até 10 (dez) dias após a solicitação da Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, neste município;

5.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. 5.3 - Os serviços deverão ser após a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 119/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora executar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por

cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 14 de agosto de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços N° 112/2013**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 112/2013**

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 123/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 20/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 75.796.706/0001-00, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de caixas de água de fibra para o uso do SAMAE, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais), referente ao item 01, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 123/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 123/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO**

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações

trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

**CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do SAMAE;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial n° 123/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei n° 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 20 de agosto de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

ILARIO SCHULKA

Diretor Presidente - SAMAE

**Passos Maia**

**PREFEITURA**

**Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO 0091/2013

Contratante: Município de Passos Maia.

Contratada: Shark distribuidora de tratores e peças Ltda

Objeto: Aquisição de 2 dois tratores agrícola novos, tração 4x4, potencia mínima de 106 cv, cambio com 16 marchas a frente e 08 a ré.

Valor total: R\$ 239.900,00 (duzentos e trinta e nove mil e novecentos reais)

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato é da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2013.

Passos Maia, SC, 22 de agosto de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO 0092/2013

Contratante: Município de Passos Maia.

Contratada: Altair fabro & cia Ltda me

Objeto: Aquisição de 1 uma grade aradora intermediaria com controle remoto e mínimo de 14 discos, com 28 polegadas e 6 mm.

Valor : R\$ 15.020,00 (quinze mil e vinte reais)

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato é da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2013.

Passos Maia, SC, 22 de agosto de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO 0093/2013

Contratante: Município de Passos Maia.

Contratada: Shark distribuidora de tratores e peças Ltda

Objeto: Aquisição de 1 (um) trator agrícola novo, tração 4x4, potencia mínima de 95 cv, cambio com 16 marchas a frente e 08 a ré.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato é da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2013.

Passos Maia, SC, 22 de agosto de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento de Recursos.**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 18.038,58 (dezoito mil trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Destinação: QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Data liberação: 20/08/2013

Passos Maia - SC, 21 de agosto de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento de Recursos.**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 936,55 (novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Destinação: IGD - SUAS

Data liberação: 20/08/2013

Passos Maia - SC, 21 de agosto de 2013.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

### **Notificação de Recebimento de Recursos.**

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 3.500,00 ( três mil e quinhentos reais).

Destinação: PISO BÁSICO VARIÁVEL MEDIA COMPLEXIDADE PETI.

Data liberação: 16/08/2013

Passos Maia - SC, 22 de agosto de 2013.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

### **Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato N°004/2009**

Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2009, de 21/01/2009 conforme Processo Licitatório 008/2009

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Manoel Pereira CPF nº 289.759.959-68, Objeto: Locação de uma sala para funcionamento do Setor de Tributos. Finalidade: Prorrogação do Contrato até 31/10/2013.

21 de agosto de 2013  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### **Processo de Eleição do Conselho Tutelar**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunica que estão abertas as inscrições no período 26/08/2013 a 13/09/2013 para a escolha de Conselheiro (a) Tutelar para mandato suplementar até 10 de Janeiro de 2016. Eleição do Conselho Tutelar no Município de Paulo Lopes que reger-se-á pelo que dispõe a Lei Federal nº. 8.069/90, e na Lei Municipal nº. 717/95, Lei Municipal nº. 811/98 e alterações .EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no mural do Conselho Tutelar e no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes 22 de agosto de 2013  
SIMONES MARIA SOARES  
Vice-Presidente do CMDCA

**Peritiba**

**PREFEITURA**

### **Resumo de Edital de Processo Seletivo 004/2013** EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2013

O MUNICÍPIO DE PERITIBA /SC, através da Comissão de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado N° 004/2013 para o provimento de vagas do Quadro de Pessoal do Município Peritiba/SC em caráter temporário:

Cargos: Agente de Saúde, Enfermeira e Assistente Social CRAS. Inscrições serão realizadas no período de 27 de Agosto de 2013 a 27 de Setembro de 2013, no site [www.concursul.com.br](http://www.concursul.com.br).

O Edital completo estará afixado no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Peritiba, nos sites [www.peritiba.sc.gov.br](http://www.peritiba.sc.gov.br) e [www.concursul.com.br](http://www.concursul.com.br) em 23 de Agosto de 2013.

Peritiba, 22 de Agosto de 2013.

**Pomerode**

**PREFEITURA**

### **Ata de Registro de Preços N° 020/2013 Edital de Pregão Presencial N° 045/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2013  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2013

VALIDADE: 01 (UM) ANO

Aos 21 de Agosto de 2013, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, por seus representantes nomeados, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 045/2013, Ata de julgamento de preços, homologada pelo Sr. ROLF NICLODELLI, Prefeito do Município de Pomerode, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta na Cláusula IV desta ATA, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes às empresas e seus representantes:.....



Participantes Presentes	CNPJ/CPF
REICHEL BRINQUEDOS LTDA - EPP, neste ato representado por NELSON REICHEL JUNIOR.	85.179.463/0001-15
SUPRIMÓVEIS LTDA EPP, neste ato representado por ANDERSON SANTOS FARIA.	04.563.256/0001-68
UNIMOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA EPP, neste ato representado por DANIEL CENCI.	07.189.487/0001-41
M MÓBILE EIRELI ME, neste ato representado por JENIFFER MUELLER.	15.764.033/0001-85
GGL INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA EPP, neste ato representado por ADÃO PEDRO LOPES FILHO.	02.985.342/0001-33
EDSC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA, neste ato representado por EDSON LUIZ CARNEIRO.	10.260.741/0001-65

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 - registro de preços PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

## CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Pomerode não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

27392.9 - SUPRIMÓVEIS LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Preço Total
0011	UN	REVISTEIRA COM 06 PRATELEIRAS INCLINADAS, COM TUBO DE 1", MEDINDO 1 X 1,80M.	SCHOOL	15,00	R\$320,00	R\$4.800,00
Total do Fornecedor: R\$4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)						

27392.9 - SUPRIMÓVEIS LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Preço Total
0002	UN	ARMÁRIO ESCOLAR: CONFECCIONADO EM AGLOMERADO REVESTIDO EM MELAMÍNICO BP NA COR CASCA DE OVO, COM DUAS PORTAS E DIVISÓRIA CENTRAL INTERNA. FUNDO EM DURATREE. TRÊS PRATELEIRAS INTERNAS. COM DUAS FECHADURAS CILÍNDRICAS E PUXADORES. PÉS EM TUBO INDUSTRIAL 25X25(PAREDE 1,20MM) E REQUADRO EM TUBO 20X30(PAREDE 1,06MM). SOLDA MIG. PINTURA POR SISTEMA ELETROSTÁTICO EM EPÓXI-PÓ E SECAGEM EM ESTUFA. ACABAMENTO DOS PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICAS. MEDIDAS: 1600X 1000 X 420MM.	AKON	20,00	R\$290,00	R\$5.800,00
0007	UN	ARMÁRIO DE AÇO DE 02 PORTAS MEDINDO 1,98 X 0,90M E PROFUNDIDADE DE 0,40M, PRODUZIDO EM CHAPA 24, PINTURA POR SISTEMA EPÓXI-PÓ NA COR CINZA EM TODA A SUPERFÍCIE E COM PITÃO PARA CADEADO.	RCH	30,00	R\$359,00	R\$10.770,00
Total do Fornecedor: R\$16.570,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS E SETENTA REAIS)						

33240.2 - UNIMOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Preço Total

0001	CONJUNTO	CONJUNTO ESCOLAR ADULTO, COMPOSTO POR CARTEIRA E CADEIRA, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	260,00	R\$219,00	R\$56.940,00
0003	CONJUNTO	CONJUNTO PROFESSOR, COMPOSTO POR MESA DE PROFESSOR E CADEIRA, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	15,00	R\$361,00	R\$5.415,00
0004	CONJUNTO	CONJUNTO INFANTIL, COMPOSTO POR 01 MESA E 04 CADEIRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	40,00	R\$528,00	R\$21.120,00
0006	CONJUNTO	CONJUNTO ESCOLAR INFANTIL RODA 06, COMPOSTO POR 01 MESA CENTRAL TRAPEZOIDAL, 06 CADEIRAS TRAPÉZIO, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	100,00	R\$985,00	R\$98.500,00
0010	UN	MESA REDONDA COM 1,2M DE DIÂMETRO, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	10,00	R\$440,00	R\$4.400,00
0012	UN	QUADRO LOUSA BRANCO: CONFECCIONADO EM FORMICA BRANCO BRILHO, COM MOLDURA EM ALUMÍNIO E SUPORTE PARA APAGADOR, JUNTO DEVERA SER ENTREGUE O APAGADOR PARA O REFERIDO QUADRO. DIMENSÕES: 1,25X3,00M APRESENTAR JUNTO COM OS DOCUMENTOS CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DA QUALIDADE DA ABNT INMETRO EM NOME DO LICITANTE.	MOVESCO	15,00	R\$695,00	R\$10.425,00
0013	CONJUNTO	CONJUNTO REFEITÓRIO ADULTO EMPILHÁVEL, COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	20,00	R\$920,00	R\$18.400,00
0014	CONJUNTO	CONJUNTO REFEITÓRIO INFANTIL EMPILHÁVEL, COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.	MOVESCO	15,00	R\$870,00	R\$13.050,00
Total do Fornecedor: R\$228.250,00 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)						

## 35970.0 - GGL INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA EPP

Item	Un	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Preço Total
0005	UN	CADEIRA INFANTIL COLORIDA, COM ASSENTO MULTILAMINADO NAVAL, ENCOSTO E PÉS TORNEADOS, MADEIRA DE LEICOM PINTURA PU. TAMANHO DA CADEIRA: ALTURA ATÉ O ASSENTO - 026CM, ALTURA TOTAL DA CADEIRA - 053CM. DISPONÍVEL NAS CORES: BRANCO, AZUL, VERMELHO, AMARELO, VERDE, PINK OU ROXO.	REIFLEX	100,00	R\$45,00	R\$4.500,00
Total do Fornecedor: R\$4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)						



35972.6 - EDSC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Preço Total
0009	UN	ESTANTE DUPLA FACE PARA BIBLIOTECA COM 12 PRATELEIRAS REGULÁVEIS COM MEDIDAS DE 1,04 X 0,66 X 2,02M, PRODUZIDO EM CHAPA 24 E COM PINTURA POR SISTEMA EPÓXI-PÓ NA COR CINZA EM TODA A SUPERFÍCIE.	GGL	30,00	R\$423,00	R\$12.690,00
Total do Fornecedor: 12.690,00 ( DOZE MIL E SEISCENTOS E NOVENTA REAIS )						

35972.6 - EDSC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Preço Total
0008	UN	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS COM CORREDIÇA DE NYLON E PRODUZIDO EM CHAPA 24, PINTURA POR SISTEMA EPÓXI-PÓ NA COR CINZA EM TODA A SUPERFÍCIE, MEDIDAS TOTAIS: 133X47X71.	EDW	15,00000	R\$290,00	R\$4.350,00
Total do Fornecedor: 4.350,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)						

Total da Licitação: R\$271.160,00 (DUZENTOS E SETENTA E HUM MIL E CENTO E SESENTA REAIS)

3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

#### CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria da Administração e Fazenda. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso em 30 (trinta) dias (média).

#### CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 045/2013 e todos os seus anexos.

assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

#### CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Compra no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Compra, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

II - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

III - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

IV - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

3.1 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

3.2 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

3.3 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

3.4 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

3.5 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

3.6 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

- a) greves;
- b) epidemias;
- c) enchentes;
- d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

#### CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 1 da Cláusula II, desta Ata de Registro de Preços, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços antes do prazo de quatro meses da apresentação da proposta, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 10.192/01, que regulamenta o plano real.

2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, "b", da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

#### CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

1.1. Pela Administração, quando:

1.1.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

1.1.2. a detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

1.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

1.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

1.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

1.2. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

1.3. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

1.4. pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

1.5. a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 045/2013 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2. Fica eleito o foro da Comarca de Pomerode-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações e demais normas aplicáveis.

Pomerode/SC, 21 de Agosto de 2013.

ROLF NICLODELLI

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

REPRESENTANTES LEGAIS:

REICHEL BRINQUEDOS LTDA - EPP

NELSON REICHEL JUNIOR

Contratada



GGL INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA EPP  
ADÃO PEDRO LOPES FILHO  
Contratada

UNIMOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES  
LTDA EPP  
DANIEL CENCI  
Contratada

M MÓBILE EIRELI ME  
JENIFFER MUELLER  
Contratada

EDSC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA  
EDSON LUIZ CARNEIRO  
Contratada

SUPRIMÓVEIS LTDA EPP  
ANDERSON SANTOS FARIA  
Contratada

### **Editais de Licitação Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia N.º 003/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
N.º 003/2013

Processo Administrativo n.º 092/2013.

Objeto: RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOSTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 10/09/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 10/09/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode SC, 22 de Agosto de 2013.

ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

## Porto União

### PREFEITURA

#### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2013 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 021/2013 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2013 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, para a equipe CRAS RURAL VOLANTE. O recebimento dos envelopes se dará até as 08h30min do dia 10 de Setembro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2013 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 022/2013 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2013 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de material de expediente, artesanato e jogos, para a equipe CRAS RURAL VOLANTE. O recebimento dos envelopes se dará até as 08h30min do dia 12 de Setembro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Edital de Tomada de Preços 007/2013 Educação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 039/2013 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 007/2013 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço global, para contratação de empresa para instalação, manutenção e monitoramento de alarmes da rede municipal de ensino infantil e fundamental e da Secretaria Municipal de Educação. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 11 de Setembro de 2013,

na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 126/2013

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 126/2013  
Partes: Município de Porto União e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO.  
Vigência: será até 31/07/2014, contados a partir da data de implantação do sistema, podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.  
Base legal: Inexigibilidade 005/2013 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA.  
Contratada.

### Justificativa de Inexigibilidade de Licitação N° 005/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 091/2013  
Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2013

Caracterização da Situação: O Município necessita disponibilizar informações para fins de consulta pública aos interessados, dos dados gerados pelos sistemas de softwares (contabilidade, tributos, compras, frotas, folha de pagamento), via internet.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa que supra as necessidades constantes da presente "caracterização da situação."

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ 00.456.865/0001-67, uma vez que é a empresa que disponibiliza o software que é utilizado pelo município atualmente (Processo Licitatório 003/2012, Pregão Presencial 003/2012, Contrato Principal 017/2012), constatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses, sendo que o 1º pagamento será efetuado em fevereiro de 2014.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União  
Unidade 0210 - Encargos Gerais do Município  
Atividade 2005 - Manutenção da Secretaria de Administração  
Modalidade 3390-100 - Aplicações Diretas  
Cód 12

Complemento - 33903911 - Locação de softwares

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 08 de agosto de 2013.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão de Licitação  
Decreto 092/2013

## Rio do Sul

### PREFEITURA

### Portaria 1.023/2013

PORTARIA N°. 1.023/2013

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora SHIRLEI APARECIDA WARMLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 0008676 71 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ALICE WARMLING HEINZEN DA LUZ.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de agosto de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### Portaria 1.024/2013

PORTARIA N°. 1024/2013

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a ANTONIO CAMPOS, (Protocolo 141680/2013), em virtude do falecimento ocorrido no dia 10/08/2013, da servidora pública municipal, SONIA IRACEMA FERMINO, conforme Certidão de óbito N° 0015651 50, aposentada pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar n.º. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de agosto de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### Portaria N. 1013/RH

PORTARIA N. 1013/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 014/2013, referente ao servidor Edson Luís Fronza, matrícula n. 1147/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Agrônomo, para apurar os fatos citados no Memorando Interno CI n. 036/2013, emitido pelo Departamento de Controle Interno e documentos em anexo.

Parágrafo único - O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 157, incisos II, III e IX e Art. 159, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputado a pena de Demissão, conforme disposto no Art. 173, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Vanessa Fey, matrícula n. 31194/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- c) Marilse Eliane Mattos Pompílio, matrícula n. 25178/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**Portaria N° 1028/2013**

PORTARIA N°. 1.028/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonera, a partir de 21/08/2013, o servidor ELIAS BOELL JUNIOR, matrícula nº 2610702, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), da função comissionada de Chefe da Divisão Administrativa da Secretaria de Assistência Social e Habitação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da

Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**Contrato Administrativo N° 275/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 275/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KARINA LEONILDA NIEMEYER MOSER, portador(a) do CPF nº 074.671.919-10 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Nelson Ricardo Sansão, nº 255, Santa Rita - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Transporte Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 12/08/2013 e encerrando-se em 11/09/2013, podendo ser aditivo, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração



KARINA LEONILDA NIEMEYER MOSER  
Contratado (a)

**Contrato Administrativo N° 277/2013**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 277/2013**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, n° 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA LOPES HAMES, portador(a) do CPF n° 792.075.539-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bc. Walfrido Navarro Lins, n° 56, Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/08/2013 e encerrando-se em 18/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei n° 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANGELA LOPES HAMES  
Contratado (a)

**Contrato Administrativo N° 278/2013**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 278/2013**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, n° 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE MARI CARDOSO, portador(a) do CPF n° 898.209.329-04 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua D. Pedro II, n° 1305, Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/08/2013 e encerrando-se em 18/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei n° 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei n° 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

SIMONE MARI CARDOSO  
Contratado (a)

**Contrato Administrativo N° 280/2013**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 280/2013**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado



Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ONDINA BAUER, portador(a) do CPF nº 028.994.069-90 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Trav. Florinda Coninck, nº 77, Canta Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/08/2013 e encerrando-se em 18/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ONDINA BAUER

Contratado (a)

### **Contrato Administrativo Nº 281/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 891.668.419-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jacó Finardi, nº 212, Canta Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/08/2013 e encerrando-se em 15/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARMEN MARIA HINCKEL

Contratado (a)

### **Contrato Administrativo Nº 283/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 283/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIA MARIA PEREIRA, portador(a) do CPF nº 636.207.079-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ribeirão Preto, nº139, Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinheira, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 835,38 (oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora

pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/08/2013 e encerrando-se em 18/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SONIA MARIA PEREIRA

Contratado (a)

### **Contrato Administrativo Nº 284/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 284/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ZENITA CARDOSO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 015.144.719-57 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ribeirão Preto, nº220 Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinha, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 835,38 (oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/08/2013 e encerrando-se em 18/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo

sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ZENITA CARDOSO DE LIMA

Contratado (a)

### **Contrato Administrativo Nº 286/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 286/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLY TERESINHA LEDRA DE ANDRADE, portador(a) do CPF nº 792.085.419-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Ledra, nº 2564, Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/08/2013 e encerrando-se em 19/09/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência

administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de agosto de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLY TERESINHA LEDRA DE ANDRADE

Contratado (a)

### Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Alciones Roberto Scoz ME	78.211.182/0002-18	140600/13
Neusa Arenhardt	534.469.419-91	138112/12
Barbara Susan Bremm	024.554.850-56	139982/13
Associação Unidos da Quinta – AUQ	17.011.494/0001-02	139791/13

Rio do Sul, 21 de agosto de 2013.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

### CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução N° 702

RESOLUÇÃO No 702, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Instala Comissão Legislativa Temporária Especial, com o fim de analisar proposta de alteração do artigo 86 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no

artigo 120 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno:da Câmara Municipal:

### RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Legislativa Temporária para emitir parecer ao Projeto de Resolução nº 004/2013 que altera a Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010, que Institui o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, os seguintes vereadores:

I - Cariso Sávio Giacomini - PMDB;

II - Janara Aparecida Mafra - PSD;

III - Jaime Sborz - PSD;

IV - Maria Helena Zimmermann - PR; e

V - Zeli da Silva - PT.

Art. 2º A Comissão elegerá seu Presidente, Secretário e Relator Geral e deverá emitir seu parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, conforme determina o artigo 141, "caput" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 3º A Comissão deverá também, caso aprovado o Projeto de Resolução nº 004/13, proceder à compilação do texto da Lei, com as emendas existentes, se houver.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Rio do Sul, 22 de agosto de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara Municipal

### Portaria N° 727/2013

PORTARIA No 727, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes a Servidora Cristiane Matos Rossa

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de agosto a 09 de setembro de 2013, a servidora Cristiane Matos Rossa, Atendente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2011 - 2012, de acordo com a Portaria nº 665, de 14 de agosto de 2012.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

## Salto Veloso

### CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo 003/2013

Município de Salto Veloso

Poder Legislativo - Câmara de Vereadores

ATO DE PROMULGAÇÃO

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.607.626/0001-72, com fundamento na Lei Orgânica do Município, artigo 76, caput e seu parágrafo único, declara



aos cidadãos deste município e destinatários da norma que fica PROMULGADA o Decreto Legislativo nº 03/2013 de 21 de agosto de 2013 que autoriza o Poder Legislativo Municipal a adquirir o terreno urbano o qual tramitou sob a denominação de Projeto de Lei Parlamentar nº 002, de 12 de agosto de 2013.

A íntegra do texto neste ato promulgado segue em anexo, determinando-se ampla publicação para o conhecimento de todos.

Salto Veloso, Sala das Sessões, 21 de agosto de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente Mesa Diretora

CLAUDEMIR SARTOREL

Vice-Presidente

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Secretário

SANTO CIVIERO

Secretário Adjunto

Decreto Legislativo n. 003/2013 de 21 de agosto de 2013.

**AUTORIZA A MESA DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL ADQUIRIR IMÓVEL QUE ESPECIFICA:**

Silvano Tinelli, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ele promulga a presente LEI:

Artigo 1º - Fica o Presidente da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal autorizado a adquirir o terreno urbano sem benfeitorias, com área total de 400m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados), constante do lote nº 14, da quadra nº 03, do Loteamento "João de Bortoli", localizado ao lado par da Rua Izidoro De Bortoli, no Centro de Salto Veloso - Santa Catarina, matrícula nº 5/16.359-RG, folhas 018, verso à 19 do Livro nº 16-A aos 26 de fevereiro de 1996 registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao NORTE com 20,00 metros lineares, com lote nº 13 de Faustino Victor De Bortoli, ao SUL com 20,00 metros lineares, com s Rua Izidoro de Bortoli, ao LESTE com 20,00 metros lineares, com área pública "B", ao OESTE com 20,00 metros lineares, com lote nº 12 de Solange De Bortoli Beal, sucessora de Frederico De Bortoli.

Artigo 2º - O valor de aquisição fica limitado a avaliação cujo laudo passa a fazer parte integrante da presente lei.

Artigo 3º - O imóvel descrito no artigo 1º destina-se exclusivamente para a edificação e instalação da sede própria da Câmara Municipal de Salto Veloso.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei e da aquisição do imóvel serão efetuadas por conta da seguinte dotação orçamentária:

Orgão 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade 0101 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função 01 Legislativa

Sub-função 031 Ação Legislativa

Programa 0101 Processo Legislativo

Projeto/Atividade 3003 Infraestrutura Legislativa

Categoria Econômica 4 DESPESAS DE CAPITAL

Grupo de Natureza de Despesa 4 Investimento

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas

Elemento de Despesa 00 Aplicações Diretas

Sub-Elemento de Despesa 00 Aplicações Diretas

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. A exposição de motivos faz parte integrante da presente lei.

Salto Veloso, 21 de agosto de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente Mesa Diretora

CLAUDEMIR SARTOREL

Vice-Presidente

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Secretário

SANTO CIVIERO

Secretário Adjunto

Exposição de Motivos

Senhores Vereadores,

O imóvel indicado no presente Projeto de Lei destina-se exclusivamente para construção da sede do Poder Legislativo do Município de Salto Veloso, edificação esta que deverá abrigar todo o complexo de áreas destinadas ao plenário, a participação popular nas sessões, com acomodações próprias, os serviços de apoio, como assessoria jurídica, secretaria, contabilidade, arquivo e outros necessários ao pleno e eficaz funcionamento da Câmara de Vereadores.

Motivação - A aquisição far-se-á por dispensa de licitação em decorrência da localização do terreno. Tendo em vista que a motivação da escolha de tal imóvel deve-se a conclusão de que o mesmo facilita, pela localização, o acesso da população o deslocamento e acesso aos vereadores, o acesso a outros serviços públicos do Poder Executivo Municipal necessários a facilitação dos serviços da Câmara e do acesso e participação da população o que é fundamental em se tratando de atividade legislativa.

Fundamentação - O artigo 24 da Lei 8.666 (lei de licitações) assevera o seguinte: É dispensável a licitação: ( ) X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Para as finalidades de declaração e cumprimento do dispositivo acima citado a presente exposição de motivos serve como fundamentação da dispensa de licitação, para o que também colocamos o assunto a apreciação de Vossas Excelências.

A melhor experiência em Direito Administrativo orienta para o cumprimento de dois requisitos fundamentais e indispensáveis para a correta configuração da dispensa de licitação conforme fundamentado, sendo: o interesse da Administração (no caso a Câmara Municipal) em decorrência da localização e preço compatível com o mercado, ambos os requisitos encontram-se cumpridos e demonstrados no presente caso, para o que recomendamos a atenção de Vossas Excelências.

O Laudo de Avaliação que passa a fazer parte integrante da presente Lei aponta para um valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

É correto e também conveniente registrar que o interesse público, a boa administração, o cumprimento das metas que realmente interessam a comunidade, acima de qualquer interesse individual dependem da concreta independência dos Poderes Executivo e Legislativo sob pena de, assim não sendo, termos uma mostra de ditadura onde o poder da decisão tornar-se manipulado por uma única pessoa ou grupo político.

Esta visão serve para qualquer situação político-partidária, pois não é fruto dos partidos políticos a tendência de dominação e imposição unilateral das ideias e sim é um comportamento humano individualista.

Neste norte e modo de pensar a construção de uma sede própria da Câmara de Vereadores, assim como numa receita, é um ingrediente fundamental para que se estabeleça e se mantenha a independência entre os poderes, não somente na atual conjuntura mas para todo o futuro até mesmo quando a posição político-partidária de comando naturalmente se inverte.

A iniciativa é excelente para atual e futuras gerações de políticos e a população.

Com o exposto e fundamentado contamos com a aprovação de Vossas Excelências.

Salto Veloso, 12 de agosto de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente Mesa Diretora

CLAUDEMIR SARTOREL

Vice-Presidente

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Secretário





SANTO CIVIERO  
Secretário Adjunto

LEONARDO ELIAS BITTENCOURT  
OAB/SC 9.815 - Assessor Jurídico

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto N° 271/2013

DECRETO N° 0271, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra situada na Rua Jose Ruckl (fundos), distante 151,80 m referida rua; ao norte confronta com Maria Muehbauer (matrícula 14.139) por 18,20m; ao sul confronta com Município de São Bento do Sul (transcrição n° 5.669, fl 104, livro 3N) e Município de São Bento do Sul (transcrição n° 5.531, fl 77, livro 3N) por 11,10m; a leste confronta com a Massa Falida Estofados Cisne Ltda. (matricula 0013) por duas linha quebradas de 25,10m e 41,79m e ao oeste confronta com o Município de São Bento do Sul (transcrição n° 5.669, fl 104, livro 3N) e Município de São Bento do Sul (transcrição n° 5.531, fl 77, livro 3N) por 71,83m, totalizando uma área de 897,90m2 (oitocentos e noventa e sete metros e noventa décimos quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob n° 0013, Livro 2, Registro Geral, de propriedade de Massa Falida Estofados Cisne Ltda.

Art. 2º. O terreno, a que se refere o artigo 1º, destina-se à urbanização da Vila Schwarz, no Bairro Serra Alta, neste município.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Fica a Procuradoria autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de agosto de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitação - Tomada de Preços N° 224/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 224/2013  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Chefe de Gabinete, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei n° 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 14:00 horas do dia 11 de setembro de 2013, em

sua sede na Rua Jorge Lacerda, n° 75, propostas para:

DO OBJETO: REFORMA DO QUARTEL CENTRAL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, SITUADO À RUA BARÃO DO RIO BRANCO N° 405, BAIRRO CENTRO - 2ª ETAPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONVÊNIO N° 11.439/2011-1.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2013.

PEDRO IVO DIENER  
Chefe de Gabinete

#### Homologação e Adjudicação Em Chamada Pública

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EM CHAMADA PÚBLICA

O Secretário Municipal de Administração, ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão Municipal de Licitações, resolve:

1 - HOMOLOGAR o credenciamento da empresa Lima Comunicação Ltda e ADJUDICAR o objeto, nos termos a seguir definidos:

a) Processo n. :

6028/2013

b) Licitação n.:

128/2013

c) Modalidade:

Chamada Pública (Inexigibilidade)

d) Data de Homologação:

22/08/2013

e) Data de Adjudicação:

22/08/2013

f) Objeto da Chamada Pública

Habilitação de periódicos impressos e serviços de radiodifusão locais, para veiculação de mídias fornecidas pelo Município de São Bento do Sul/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

g) Fornecedor

Lima Comunicação Ltda.

h) Item adjudicado

Item 01 (Cláusula 4.1 do Edital)

i) Descrição do item adjudicado

Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com tiragem e/ou números de assinantes entre 0 e 2000, de acordo com as solicitações do Município.

j) Valores do item adjudicado

R\$ 410,00 (1/4 de página colorida)

R\$ 820,00 (1/2 página colorida)

R\$ 1.640,00 (1 página colorida)

2 - AUTORIZAR a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação: (402) 12.01.2.048.3.3.90.39.47

São Bento do Sul/SC, 22 de agosto de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Diretor de Compras

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### **Retificação e Prorrogação Edital de Tomada de Preços Nº 200/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 200/2013

No Edital acima referenciado, houve inclusão do Projeto de Trabalho Social referente Loteamento Alpestre I e Loteamento Alpestre II onde deverá ser analisada as descrições constantes nesses projetos para a elaboração das propostas considerando os custos com: professores, transporte de alunos, lanches, materiais didáticos, certificados e demais obrigações necessárias.

Para que essa produza seus efeitos a Comissão resolve prorrogar o recebimento e a abertura das propostas para o dia 10 DE SETEMBRO DE 2013, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 14:00 horas e a abertura/início da sessão as 14:30 horas.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Julgamento Processo Administrativo Disciplinar**

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar:8200/2012

Acusada: O.C.R.P.

( )DIANTE DO EXPOSTO e considerando o que tudo mais consta dos presentes autos, em especial as razões expostas pela Comissão Processante que reservo-me ao direito de adotar no todo como razões de decidir, acato na íntegra o relatório da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar n.º 8200/2012, para reconhecer a responsabilidade administrativa da servidora ACUSADA e confirmar a Denúncia de fls. 02 à 107, considerando a infração dos incisos VI, VII, VIII, IX, XI, XIII, XVII do Art. 131 e incisos VI, X e XV do Art. 132, conforme dispõe a Lei nº 228/2001. Em consequência, determino a aplicação da penalidade de demissão prevista no Art. 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei nº 228/2001, em razão das condutas da ACUSADA ora analisadas e capituladas consistirem-se em improbidade administrativa; insubordinação grave em serviço; aplicação irregular de dinheiro público; lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio público; e, transgressão do artigo 132 incisos X e XV da Lei nº 228/2001(X -valer-se de cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública / XV - proceder de forma desidiosa), previstas respectivamente pelos incisos IV, VI, VIII, X, XIV do Art. 143 da referida Lei. Por fim, determino o encaminhamento de cópia integral do presente Processo ao Ministério Público, afim de serem apuradas as denúncias; Expeça-se Decreto de demissão. Cumpra-se, registre e publique-se.

São Bento do Sul (SC), 12 de agosto de 2013.

FERNADO TURECK  
Prefeito Municipal

## **São Domingos**

### **PREFEITURA**

#### **Ata de Reunião da Comissão de Licitações**

Reuniu-se nesta data, a Comissão Permanente de Licitações para analisar e discutir acerca da solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO À SEMANA DA PÁTRIA. Primeiramente, analisou-se a solicitação apresentada pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a qual justifica a necessidade da prestação dos Serviços, tendo em vista a abertura da Semana Cívica, que ocorrerá no dia 02 de setembro do corrente ano e será finalizada no dia 07 do mesmo mês, com o tradicional desfile cívico. Após, a Comissão verificou a existência de dotação orçamentária, em consulta ao Setor de Contabilidade, bem como a autorização assinada pelo Sr. Prefeito Municipal para contratação. Averiguada toda a documentação necessária para a referida contratação e considerando: a) o disposto no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, o qual determina que, é dispensável a licitação para compras e serviços quando o valor a ser contratado não ultrapassa a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), b) que a empresa já prestou serviços dessa natureza ao Município de São Domingos e; c) que a aludida empresa já possui cadastro de fornecedores junto ao Município, a Comissão de Licitações sugere a homologação do processo e a aquisição do objeto deste. Por fim, o presente processo será encaminhado ao Setor Jurídico para a análise e parecer e, posteriormente à autoridade competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 21 de agosto de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ  
Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO  
Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO  
Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE  
Membro da Comissão

#### **Ata de Reunião da Comissão de Licitações**

Reuniu-se nesta data, a Comissão Permanente de Licitações para analisar e discutir acerca da solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para AQUISIÇÃO DE UM KIT EMBREAGEM PARA O MICRO ÔNIBUS, DE PLACAS MEC 8442 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Primeiramente, analisou-se a solicitação apresentada pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a qual justifica a aquisição do objeto acima descrito, tendo em vista que, sem a aquisição de tal item, não há a possibilidade em dar andamento aos Serviços de transporte escolar. Após, a Comissão verificou a existência de dotação orçamentária, em consulta ao Setor de Contabilidade, bem como a autorização assinada pelo Sr. Prefeito Municipal para contratação. Assim, considerando: a) o disposto no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, o qual determina que, é dispensável a licitação para compras e serviços quando o valor a ser contratado não ultrapassa a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), b) que a empresa já forneceu produtos dessa natureza ao Município de São Domingos e; c) que a aludida empresa já possui cadastro de fornecedores junto ao Município, a Comissão de Licitações sugere a homologação do processo e

a aquisição do objeto deste. Por fim, o presente processo será encaminhado ao Setor Jurídico para a análise e parecer e, posteriormente à autoridade competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 19 de agosto de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato N° 027/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N° 027/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°021/2013

OBJETO: ALTERAÇÃO DO VALOR UNITARIO E VALOR TOTAL DO ITEM 01 (OLEO DIESEL) DO CONTRATO ORIGINAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 001/2013 - Carta Convite n°. 002/2013 de 25/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 03 DE Maio de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 026/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 026/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 005/2013

OBJETO: ACRESCENTACÃO DE MAIS UM PONTO DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 1MB A SER INSTALADA NA EXTENSÃO DO PSF DE VILA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DE NOVA FATIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: DUNET LTDA ME

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 005/2013 - Dispensa de Licitação n°. 005/2013 de 04/01/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 30 de Abril de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 028/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 028/2013

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 039/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 01/08/2013, que tem por objetivo a CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO (ACADEMIA DE GINASTICA), VIVENCIA, MULTIPLOUSO E EQUIPAMENTOS, NUM TOTAL DE 312 M², INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 021/2012 - Carta Convite n°. 004/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 03 de Junho de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 029/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 029/2013

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 036/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 01/08/2013, que tem por objeto a AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE VILA CONCEIÇÃO, NUM TOTAL DE 35,90 M², CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 019/2012 - Carta Convite n°. 003/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 03 de Junho de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 030/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 030/2013

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 037/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 01/08/2013, que tem por objeto a AMPLIAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, NUM TOTAL DE 121,22M², CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: CONSONI CONTRUÇÕES LTDA ME.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 020/2012 - Carta Convite n°. 004/2012 de 17/10/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 03 de Junho de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Contrato N°. 031/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO N°. 031/2013



OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PASSAGEIRO, ZERO KM, ANO/MODELO 2013/2014, COR BRANCA, CAPACIDADE 16 (15 1) LUGARES, POTÊNCIA 130 CV, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: VIP CAR VEÍCULOS LTDA.

VIGÊNCIA: 03/06/2013 à 31/08/2013.

VALOR: R\$ 115.900,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2013 - Pregão Presencial nº. 002/2013 de 16/05/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0601 - 10.301.0107.1004 - 4.4.90.52.52.00.00.00.0085.

São João do Sul, 03 de Junho de 2013.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## São José

### PREFEITURA

#### Decreto N° 1.304/2013

DECRETO N° 1304/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado "a pedido" o servidor, CARLOS ALBERTO SCHERTEL CRUZ, ocupante do cargo de Secretário de Serviços Públicos - SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### Resultado do Pregão Presencial N° 061/2013

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 061/2013 - Processo nº 118/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de construção para manutenção do sistema viário realizado pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Contratado: HBJ Comércio de Materiais de Construção Ltda ME. Data da Assinatura: 21 de agosto de 2013.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto N° 4.714, de 21 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 4.714, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado

de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

01.00 CÂMARA DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 04

Aplicação Direta R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação, a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013:

01.00 CÂMARA DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 03

Aplicação Direta R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### Decreto N° 4.715, de 22 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 4.715, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Altera o Decreto nº 4.666, de 17 de junho de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 1.807, de 27 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º, inciso III, alínea "c", do Decreto nº 4.666, de 17 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

III

c)

1. Mario Luiz Deon.

" (NR).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de agosto de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### Decreto N° 4.716, de 22 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 4.716, DE 22 DE AGOSTO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei



Federal nº 4.320, de 17/03/1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 83

Aplicação Direta R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação, a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013:

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 85

Aplicação Direta R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de agosto de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 248/2013

PORTARIA n.º 248/2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JUDITH HAMES COELHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JUDITH HAMES COELHO, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 02/09/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### Portaria N.º 249/2013

PORTARIA n.º 249/2013

Exonera MARICELIA LOHN DA SILVA do cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar MARICELIA LOHN DA SILVA do cargo em Comissão de Diretora da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### Portaria N.º 250/2013

PORTARIA n.º 250/2013

Exonera FRANCISLEINE KUHN PAVANATI do Cargo em Comissão de Secretária de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar FRANCISLEINE KUHN PAVANATI do cargo em Comissão de Secretária de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

#### Portaria N.º 251/2013

PORTARIA n.º 251/2013

Nomeia MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Nomear MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 107/2013**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 107/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob n.º. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Maria Salum Silva, n.º 78, Caveiras - Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 05 (cinco) horas de som volante, a convite para apresentação da Rainha da 13ª OKTOBERTANZ, que será realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2013, em São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 23/08/2013.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 108/2013**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 108/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato

representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LINDOMAR BRUNO DE SOUZA ME, portador do RG. 779.724, inscrita no CPF sob n.º. 777.464.739-20, Pis/Pasep 20601127360, residente a Rua Sid Gonzaga, n.º. 115, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à confecção de uma faixa para a Rainha da 13ª OKTOBERTANZ.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), mediante depósito junto ao Banco do Brasil, Agência 5255-8, conta corrente 487.697-0.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 20/08/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2- A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER LINDOMAR BRUNO DE SOUZA ME

Prefeito Municipal Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 111/2013**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 111/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LINDOMAR BRUNO DE SOUZA 777.464.739-20, com sede a Rua Doutor Sid Gonzaga, n.º. 115, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ 18.278.294/0001-83, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à confecção de uma faixa para a Rainha da 13ª OKTOBERTANZ.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), mediante depósito junto ao Banco do Brasil, Agência 5255-8, conta corrente 487.697-0.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 22/08/2013.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2- A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER LINDOMAR BRUNO DE SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N° 109/2013****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 109/2013**

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Raulino, nº. 21, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de serralheria para confecção e montagem de uma escada para a caçamba do lixo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 21/08/2013 a 22/08/2013.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

**CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 21 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME

CONTRATANTE

CONTRATADO

**Contrato de Prestação de Serviço N° 110/2013****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 110/2013**

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Raulino, nº. 21, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de serralheria para confecção, montagem e pintura de cinco lixeiras, para a Coordenadoria de Serviços Públicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 23/08/2013 a 30/08/2013.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

**CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas

as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 21 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME  
CONTRATANTE CONTRATADO

**Termo de Posse da Sra. Maricelia Lohn da Silva Para o Cargo Em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.**

TERMO DE POSSE da Sra. MARICELIA LOHN DA SILVA para o cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, perante Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sra. MARICELIA LOHN DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Profª. Leonida Vieira Francener, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 22 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER MARICELIA LOHN DA SILVA  
Prefeito Municipal Empossada

**Schroeder**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 2.697 de 20 de Agosto de 2013**

DECRETO Nº 2.697/2013 de 20 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 2.698 de 20 de Agosto de 2013**

DECRETO Nº 2.698/2013 de 20 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**Decreto N° 2.699 de 20 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 2.699/2013 de 20 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.951/2013 de 13 de agosto de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 89.760,00 (oitenta e nove mil setecentos e sessenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 89.760,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 69.760,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais  
R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto N° 2.700 de 20 de Agosto de 2013**

DECRETO N° 2.700/2013 de 20 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria N° 5.227/2013, de 21 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N° 5.227/2013, de 21 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Nelci Rejane Nunes Bergamnn, adquirindo efeitos retroativos a partir de 20 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria N° 5.230/2013, de 22 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N° 5.230/2013, de 22 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV e V, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de

profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão do funcionário, senhor Claudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, no dia 25 de julho de 2013;

Considerando a Lei Complementar nº 132/2013, de 11/06/2013, que criou o cargo de Médico Plantonista;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.668/2013, de 11/07/2013, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR o Sr. Gilberto de Moraes Campos Roth, para exercer o cargo de Médico Plantonista, percebendo o nível salarial nº 131 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, a ser pago proporcionalmente de acordo com a carga horária necessária ao atendimento de toda a população, determinada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, assinando contrato entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de agosto de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº. 5.231/2013, de 22 de Agosto de 2013.**

PORTARIA Nº. 5.231/2013, de 22 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Giselle Eccel Ronchi em 14 de agosto de 2013;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2011;

Considerando o Decreto nº. 2.397/2012, de 09/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sra. Luciane Jezur, para exercer o cargo de Farmacêutica, percebendo o nível salarial nº 50 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público

nº. 002/2011, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de agosto de 2013.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Extrato do Contrato Nº. 176/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 176/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 60/2013-PMS - Processo nº. 148/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: CHICO GERADORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.844.572/0001-10, estabelecida na Rua Xavantina, nº 35-E, Bairro Eldorado, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.810-200.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de gerador de 260KVA para Schroederfest 2013, a ser realizada no Parque de Eventos Alfredo Pasold, no Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Locação de 01 GERADOR DE 260KVA, (silenciado, estabilizado e aterrado), trifásico, brushless, 220/380/440 v, especial para cargas deformantes, com regulador eletrônico de tensão, quadro de comando manual, com disjuntor tri polar com capacidade de 700ª para proteção, silenciador Standard, para funcionamento singelo na potencia de 260/232 kva, (standbye / prime power), fator de potencia 0, 8,220/127 v – 60 hz. OBS: Poderá ser usado ate 240 amperes por fazes; Incluso 300mts de cabo 75mm para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2013.</p> <p>01 TÉCNICO GERADORISTA - disponível no local durante todo os 4 dias de evento; MATERIAL INCLUSO: Laudo técnico, encargos fiscais e trabalhistas; Óleo diesel durante o evento com o abastecimento de combustível incluso, deslocamento, alimentação, hospedagens ,120 metros de cabos 03 cabos de 95mm, caixa distribuidora, 08 granadas, manutenção preventiva e corretiva durante todo o evento. HORAS DE USO: 50h:00min. Este equipamento deverá permanecer em funcionamento pelo período que for determinado pela comissão organizadora, de acordo com a programação do evento ou a necessidade que a comissão organizadora determinar. (Período de locação: 05/09/13, 06/09/13, 07/09/13 e 08/09/13).</p> <p>Será de responsabilidade da licitante a locação, montagem e desmontagem dos equipamentos, bem como o transporte, a manutenção no período da festa, os responsáveis técnicos e os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários; A licitante deverá substituir os equipamentos com defeito ou sem funcionamento imediatamente, devendo ter um funcionário à disposição para a realização dos serviços necessários a este fim; Não serão aceitos equipamentos e/ou materiais em mau estado de conservação, enferrujados, descascados, sem pintura ou improvisados;</p>	1	Unidade	7.500,00	7.500,00
TOTAL R\$					7.500,00

Valor do contrato: de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).  
Data da Assinatura: 22/08/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo N°. A36/2013 - PMS**

TERMO ADITIVO N°. A36/2013 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 27/2013 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 4.184, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de PERMISSONÁRIA, neste ato representada pelo Senhor Vilmar Junkes, inscrito no CPF sob o no 381.641.249-15 e portador da carteira de Identidade n°. 1.004.001-3-SSSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo n°. 27/2013-PMS, celebrado em 14 de março de 2013, Inexigibilidade n°. 03/2013-PMS, Processo n°. 28/2013-PMS, para Outorga de Permissão a título precário é a PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICIPIO DE SCHROEDER -SC, conforme previsto no Plano Municipal de Transporte Coletivo, regulamentado pela Lei Municipal n.º 1.807/2010, regido pela Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente a prorrogação do prazo de vigência de 180 (cento e oitenta dias), com início em 11/09/2013, e término em

10/03/2014.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quinta do contrato n° 27/2013-PMS, prorrogando-se o prazo de vigência de 180 (cento e oitenta dias), com início em 11/09/2013, e término em 10/03/2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n° 27/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de agosto de 2013.

CONTRATADA:

TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA  
VILMAR JUNKES  
CPF no 384.641.249-15

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: ORLANDO TECILLA 2ª Nome: IVANDRA DE SOUZA  
CPF n°. 311.753.079-34 CPF n°. 047.563.299-00



## Serra Alta

### PREFEITURA

**Portaria N° 037/2013**

PORTARIA 037/2013 DE 22/08/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 ,

**Considerando:**

- Necessidade de admissão para desenvolvimento de atividades de interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Admitir a contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público NILDA SALETE CUOCHINSKI, do Cargo de Professora II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes. , no período de 22 de Agosto de 2013 a 18 de dezembro de 2013, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**Extrato Contratual N° 096/2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 096/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: ESQUADRIAS SERRA ALTA LTDA ME.

Objeto O objeto do presente contrato refere-se a Reforma de área distinta, da garagem do Parque de Máquinas, localizado na Rua Duque de Caxias, centro do Município de Serra Alta, com 148,22 m², de acordo com o orçamento quantitativo e financeiro do projeto de engenharia, e suas especificações estão descritas no memorial técnico descritivo que são parte integrante deste instrumento.

Valor : A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos materiais e serviços prestados, o preço total proposto de R\$ 4.781,46 (Quatro mil e setecentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos).

Vigência 22/08/2013 á 12/09/2013.

Dotação As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.110 - Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos - 44.90.00 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

SERRA ALTA, 22 de Agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

**Lei 1.684/2013**

LEI Nº 1.684, DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos nos anexos que acompanham esta Lei, produzidos pelo sistema informatizado, nos parâmetros exigidos

Parágrafo Único: As estimativas das receitas se baseiam nos dados históricos, ocorridos até o exercício de 2012, aplicando-se a correção de 10% ao ano a partir do exercício de 2013, com exceção das transferências voluntárias e operações de crédito, que serão estimadas de acordo com os programas constantes do Plano Plurianual.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Timbé do Sul para o quadriênio 2014/2017 contempla as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as despesas relativas aos programas de duração continuada, e está expresso nos anexos que acompanham esta LEI.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas e as correspondentes fontes de recursos, são aquelas constantes dos anexos que acompanham esta LEI.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos anexos mencionados nesta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, aprovadas em audiência pública, estão demonstradas em anexos específicos desta LEI.

§ 2º - Na forma estabelecida pelas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Ministério da Fazenda, a Origem ao a Destinação de Recursos, correspondentes às receitas estimadas no Plano Plurianual, serão compatíveis com as despesas orçadas.

§ 3º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem



disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI- Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º - Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 7% ao ano e crescimento real de 3% ao ano, tomando-se por base os valores realizados no exercício de 2012, quando existentes ou estimados com base nos valores de mercado.

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei, podendo ser desdobradas as receitas de acordo com as fontes e destinações de recursos e dispositivos da legislação tributária que venha a ser alterada.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de Agosto de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei 1.684/2013 Anexo Programas**

#### **PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 0000 – ENCARGOS ESPECIAIS					
DIAGNÓSTICO:					
Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas, pagamento de inativos pelo tesouro municipal, contribuição ao Pasep e outros encargos gerais.					
DIRETRIZES:					
Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e financiamentos, parcelamento de dívidas, com inativos e pensionistas, contribuições ao Pasep e outros encargos gerais.					
OBJETIVOS:					
Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
0.001 – Amortização da Dívida Fundada	Contrato	Unidade	03	400.000,00	
0.004 – Encargos Gerais do Município	Encargos	Unidade	01	1.300.000,00	
TOTAL				1.700.000,00	

#### **PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 0101 – PROCESSO LEGISLATIVO
---------------------------------------

**DIAGNÓSTICO:**

O Poder Legislativo Municipal, composto por 09 vereadores funciona em sede própria, com autonomia financeira e apoio de 02 servidores.

**DIRETRIZES:**

Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões, recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de Projetos de Leis, Projetos de Resoluções e Indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.

**OBJETIVOS:**

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de Legislar e Fiscalizar.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores	Seções	Unidade	160	3.100.000,00	
1.001 – Aquisição de Veículo p/Poder Legislativo	Veículo	Unidade	01	100.000,00	
1.002 – Ampliação da Sede do Poder Legislativo	Obra	Unidade	01	100.000,00	
<b>TOTAL</b>				<b>3.300.000,00</b>	

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

**PROGRAMA: 0102 – ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA****DIAGNÓSTICO:**

Este programa será executado pela estrutura do gabinete do prefeito composta pelo prefeito, vice-prefeito e chefe de gabinete.

**DIRETRIZES:**

Coordenação e execução das políticas públicas; defesa dos interesses do Município; acompanhamento do sistema de controle interno; atendimento ao público; aquisição de um veículo.

**OBJETIVOS:**

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	Gabinete	Unidade	01	1.200.000,00	
1.003 – Aquisição de Veículos e Equip. Funcionais	Unidades	Unidade	10	200.000,00	
2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm e Finanças				6.700.000,00	
<b>TOTAL</b>				<b>8.100.000,00</b>	

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

**PROGRAMA: 0103 – ENSINO E CIDADANIA**

**DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 02 núcleos escolares na rede do ensino fundamental, 395 alunos, 22 professores. Na educação 0 a 6 anos há 08 pré-escolares, 02 creches, 235 alunos e 17 professores. O transporte diário de 824 alunos é realizado com veículos próprios e terceirizados.

**DIRETRIZES:**

Manutenção do ensino fundamental e infantil, bem como ampliação da rede física e aquisição de veículos para o transporte escolar.

**OBJETIVOS:**

Garantir vagas e condições de frequência para todos os alunos em idade escolar, com ensino de qualidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.006 – Manutenção do Ensino Básico	Alunos	Unidade	395	7.000.000,00	
2.007 – Programa de Alimentação Escolar	Alunos	Unidade	395	500.000,00	
2.008 – Manutenção do Transporte Escolar	Alunos	Unidade	824	5.800.000,00	
1.004 – Ampliação da Rede Física do Ensino Básico	Obra	Unidade	02	300.000,00	
1.005 – Aquisição de Veículos e Equip. Funcionais	Veículos	Unidade	05	400.000,00	500.000,00
2.009 – Manutenção do Ensino Infantil	Alunos	Unidade	235	4.000.000,00	
1.006 – Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Obra	Unidade	01	40.000,00	700.000,00F
<b>TOTAL</b>				<b>18.040.000,00</b>	<b>1.200.000,00</b>

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 0104 – DESPORTO AMADOR E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

**DIAGNÓSTICO:**

O Município promove campeonatos municipais em várias modalidades

**DIRETRIZES:**

Desenvolvimento de ações dando condições físicas, materiais e humanas para a prática de todas as modalidades esportivas do Município.

**OBJETIVOS:**

Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo, descobrir novos talentos, promover eventos esportivos e dar a população mais alternativas de lazer.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.012 – Manutenção do Esporte Amador	Atleta	Unidade	777	500.000,00	
1.007 – Praça Poliesportiva	Obra	Unidade	01	60.000,00	340.000,00E
1.008 – Ginásio de Esportes	Obra	Unidade	01	140.000,00	700.000,00E
<b>TOTAL</b>				<b>700.000,00</b>	<b>1.040.000,00</b>

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

**PROGRAMA: 0105 – PROTEÇÃO SOCIAL****DIAGNÓSTICO:**

O Município não possui um centro comunitário para realização das ações sociais, e possui 254 famílias carentes que necessitam de atenção do poder público municipal.

**DIRETRIZES:**

Construção de um centro de múltiplo uso, atendimento às famílias carentes, principalmente com alimentação e aquisição de um veículo para a Assistência Social.

**OBJETIVOS:**

Suprir a desnutrição e melhor qualidade de vida.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.013 – Manutenção do Departamento de Prom. Social	Departamento	Unidade	01	470.000,00	
2.014 – Auxílios Eventuais a Pessoas Carentes	Famílias	Unidade	254	50.000,00	
2.015 – Apoio a Clube de Mães	Entidade	Unidade	22	100.000,00	
2.016 – Apoio a Pessoa Idosa	Idosos	Unidade	134	200.000,00	
2.017 – Apoio ao Portador de Deficiência	Pessoas	Unidade	62	80.000,00	
2.018 – Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes	Famílias	Unidade	254	100.000,00	
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Pessoas	Unidade	100	970.000,00	
2.020 - Apoio a Criança e ao Adolesc. em sit. de Risco	Pessoas	Unidade	30	300.000,00	
1.009 - Construção do Centro de Múltiplo Uso	Obra	Unidade	01	100.000,00	300.000
1.010 – Construção de Unidades Habitacionais	Habitção	Unidade	50	20.000,00	750.000,00
1.011 – Constr. de Unidades Sanitárias Domiciliares	USD	Unidade	60	10.000,00	90.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>2.400.000,00</b>	<b>1.140.000,00</b>

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**

Plano Plurianual – Período 2014/2017

**PROGRAMA: 0106 – SAÚDE E CIDADANIA****DIAGNÓSTICO:**

O atendimento na Saúde é feito pela Secretaria Municipal de Saúde, atendimento feito junto à secretaria, no posto de saúde, hospital encaminhamentos para fora do Município. Temos também atendimento odontológico, programa saúde da família e agentes comunitários de saúde. Atendemos a todos munícipes e os auxílios financeiros são liberados através do Conselho Municipal de Saúde. Há, junto a secretaria um grande volume de despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

**DIRETRIZES:**

Construção, ampliação e melhoria de unidades de saúde, aquisição de equipamentos.

**OBJETIVOS:**

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, odontológicos e outros, visando a recuperação e a reabilitação da saúde no município de um modo geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde	Pessoas	Unidade	5136	13.770.000,00	



2.022 – Manutenção da Vigilância Sanitária	Pessoas	Unidade	5136	100.000,00	
2.023 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Pessoas	Unidade	5136	100.000,00	
1.012 – Aquisição de Veículos e Equip. funcionais	Veículo	Unidade	02	250.000,00	200.000,00E
1.013 – Constr. e Ampliação de Unidades de Saúde	Obra	Unidade	01	50.000,00	500.000,00F
- MAC ambulatorial e hospitalar				210.000,00	
- Assistência Farmacêutica Básica				500.000,00	
<b>TOTAL</b>				<b>14.980.000,00</b>	<b>700.000,00</b>

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**  
Plano Plurianual – Período 2014/2017

**PROGRAMA: 0107 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

**DIAGNÓSTICO:**

O Município possui 347 Km de estradas vicinais. A falta de equipamentos dificulta a manutenção das estradas vicinais.

**DIRETRIZES:**

Patrolamento e limpeza das estradas vicinais, construção e conservação de pontes e boeiros, abertura de novas estradas e aquisição de novos equipamentos.

**OBJETIVOS:**

Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo, melhorar a trafegabilidade e conservação das estradas municipais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.024 – Manutenção da Rede Viária do Município	Estradas	Km	347	7.500.000,00	
1.014 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipamentos	Unidade	04	200.000,00	1.000.000,00E
2.025 – Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	Famílias	Unidade	689	900.000,00	
2.026 – Manutenção da Iluminação Pública	Pontos	Unidade	913	1.200.000,00	
<b>TOTAL</b>				<b>9.800.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**  
Plano Plurianual – Período 2014/2017

**PROGRAMA: 0108 – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA**

**DIAGNÓSTICO:**

A cidade possui 69.512m2 de vias urbanas ainda não pavimentadas, 37.112m2 de passeio no perímetro urbano à pavimentar, não possui sinalização e possui imóveis que podem ser utilizados para construção de praças.

**DIRETRIZES:**

Sinalizar e pavimentar as vias urbanas e construir praças e lazer.

**OBJETIVOS:**

Melhorar as condições de habitabilidade nas vias de maior movimento de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que caminham na cidade; aumentar as opções de lazer

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
1.015 – Construção de Praça Pública	Obra Executada	Unidade	01	50.000,00	100.000,00
1.016 – Pavimentação de Vias Urbanas	Área Pavimentada	M2	10.000	270.000,00	1.000.000,00
1.017 – Pavimentação de Passeios Públicos	Área Pavimentada	M2	5.000	150.000,00	200.000 ,00
<b>TOTAL</b>				470.000,00	1.300.000,00

### PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES

Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 0109 – PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO

#### DIAGNÓSTICO:

O Município possui 1200 pequenas propriedades rurais que atuam na produção de fumo, arroz e aves e necessitam do apoio da administração municipal através de obras e serviços de infra-estrutura capaz de estimular sua permanência no campo. O trabalho é realizado com 2 tratores com arado e 1 retroes-cavadeira.

#### DIRETRIZES:

Assistência técnica com equipamentos aos pequenos produtores rurais e aquisição de novos equipamentos.

#### OBJETIVOS:

Ampliar a área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade, capitalizar o agricultor, melhorar as condições de vida do pequeno produtor rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
2.027 – Manutenção da Secretaria de Agricultura	Secretaria	Unidade	01	800.000	
2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor	Famílias	Unidade	1200	1.400.000	
1.018 – Aquisição de Veículos e Equip. p/ Agricultura	Veículo	Unidade	01	100.000	300.000,00E
<b>TOTAL</b>				2.300.000,00	300.000,00

### PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES

Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 0110 –TURISMO E CULTURA INTEGRADOS

#### DIAGNÓSTICO:

O turismo é muito pouco desenvolvido no município e possui um grande potencial turístico.

#### DIRETRIZES:

Fazer um diagnóstico da potencialidade turística do município.

#### OBJETIVOS:

Promover ações de incentivo, promoção e divulgação do potencial turístico do município.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO

2.029 – Manutenção da Secr. de Turismo e Meio Amb.	Secretaria	Unidade	01	400.000	
1.020 – Sinalização de Trânsito e Indicativos	Obra	Unidade	01	100.000	20.000,00
2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura	Departam.	Unidade	01	150.000	
2.011 – Promoção e Divulgação de Eventos Culturais	Evento	Unidade	06	200.000	300.000,00
TOTAL				850.000,00	320.000,00

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**  
Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 0111 – ÁGUA E SANEAMENTO

**DIAGNÓSTICO:**

1. O SAMAE é uma autarquia municipal que possui autonomia administrativa e financeira, e busca a transparência dos atos da administração, priorizando a eficiência na prestação dos serviços. Conta com um quadro de 6 (Seis) servidores.
2. O Município possui Sistema de Tratamento de Água, administrado pelo SAMAE, na Área urbana, composto de 01 Estação com dois Filtro Lentos, capacidade de reservação de 160m³, mais de 34.000m de rede de distribuição de água, atende mais de 800 famílias. Já na área Rural possui um Sistema de Abastecimento de Água que atende os distritos de Molha Côco, Amola Faca e Nova Vicença, composto de 01 Estação com dois Filtro Lentos, capacidade de reservação de 100m³, mais de 20.000m de rede de distribuição de água, atende mais de 320 famílias.
3. O Município não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, porém já existe projeto para iniciar a implantação.

**DIRETRIZES:**

Gerenciamento, manutenção e melhorias na estrutura administrativa da autarquia; Ampliação, reforma e reaparelhamento e manutenção do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário na sede.

**OBJETIVOS:**

Melhorar o atendimento dos serviços, possibilitar um maior controle interno, gerenciamento do patrimônio público e administração geral dos serviços, oferecendo maior qualidade nos serviços prestados. Atender um maior número de famílias com água e implantar o sistema de esgotamento sanitário de forma a proporcionar melhor qualidade de vida.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
1.021 - Ampliação dos Sistema de Abast. de Água	Sistema	m	1	160.000,00	700.000,00
1.022 - Implantação e Ampl. Sistema Esgotamento Sanitário	Sistema	m	1	100.000,00	300.000,00
1.023 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Equipamento	Unidade	1	110.000,00	
1.024 - Obras e Instal. no laboratório – CISAN-SUL	Obra	Unidade	1	10.000,00	
2.030 – Manutenção Administrativa e Funcional do SAMAE	Autarquia	Unidade	1	2.100.000,00	
TOTAL				2.480.000,00	1.000.000,00

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES**  
Plano Plurianual – Período 2014/2017

PROGRAMA: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

## DIAGNÓSTICO:

## DIRETRIZES:

## OBJETIVOS:

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como suprir saldos de dotações orçadas a menor.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	META	VALOR/RECURSOS	
				PRÓPRIOS	CONVÊNIO
9.991 - Reserva de Contingência – Prefeitura	Reserva	Unidade	1	40.000,00	
9.992 - Reserva de Contingência – FMS	Reserva	Unidade	1	20.000,00	
9.993 - Reserva de Contingência – SAMAE	Reserva	Unidade	1	20.000,00	
TOTAL				80.000,00	

**Decreto 126/2013**

DECRETO Nº. 126, DE 15 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2.013.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), na dotação abaixo informada:

Órgão 01: Município de Timbé do Sul

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes / Departamento de Obras

2.024 - Manutenção da rede Viária do Município

4.4.90.00.00.00.00.0080(52) - Aplicações Diretas R\$ 14.800,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão 01: Município de Timbé do Sul

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes / Departamento de Obras

2.024 - Manutenção da rede Viária do Município

3.3.90.00.00.00.00.0080(51) - Aplicações Diretas R\$ 14.800,00

Timbé do Sul, 15 de Agosto de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 127/2013**

DECRETO Nº. 127, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO EXERCÍCIO DE 2.013, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, por conta do excesso de arrecadação, no valor de R\$ 43.222,00 (quarenta e três mil e duzentos e vinte e dois reais), na dotação abaixo informada:

Órgão 04: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 01 - Departamento de Educação

Proj./Atividade 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0469(117) - Aplicações Diretas R\$ 43.222,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, constam do excesso de arrecadação verificado na conta corrente 005.857-2, Agência 5.300-7 do Banco do Brasil.

Timbé do Sul, 19 de Agosto de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças



**Decreto 128/2013**

DECRETO Nº. 128, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2.013.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), nas dotações abaixo informadas:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.008 - Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0087(24) - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

2.009 - Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0088(31) - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

09.02 - Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo

2.029 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(80) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.008 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0087(28) - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

2.009 - Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0089(34) - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

09.02 - Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo

2.029 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(82) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Timbé do Sul, 19 de Agosto de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 76/2013**

PORTARIA Nº 76, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Concede Adicional de Graduação

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Susana dos Santos, matrícula nº 2852, ocupante do cargo de Professor 20Hs/semanais, adicional de graduação correspondendo a 25% sobre seu vencimento base:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 21 DE AGOSTO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****Portaria Nº Timboprev-02, de 19 de Agosto de 2013**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-02, DE 19 DE AGOSTO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação do Servidor Público Municipal Ivonei Marcos Pasqualini.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ-TIMBOPREV

NOME PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO DATA TÉRMINO

Ivonei Marcos Pasqualini TIMBOPREV-01, de 19/07/2013  
19/09/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de agosto de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

**Aviso de Pregão Presencial 89/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000089/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA E CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA, INCLUINDO SEUS FUNDOS E FUNDAÇÕES PARA O PERÍODO DE 1 (UM) ANO. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 05 de setembro de 2013. ABERTURA: dia 05/09/2013 às 09:05 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbo (SC), 21/08/2013.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

**Aviso Etapa de Lances Pregão Presencial N.º 19****2013 FMS - Aquisição de Suplementos Nutricionais**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013 FMS

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**AVISO DE ETAPA DE LANCES**

**OBJETO:** Registro de Preços destinado à aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que, após a análise das composições dos produtos apresentados, ficam convocados os participantes do referido processo licitatório a participar da etapa de lances que acontecerá no dia 27/08/2013 às 14h30min no Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó/SC. A classificação das empresas participantes está disponível em [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbó, 22 de agosto de 2013  
JEAN M. R. VARGAS  
Pregoeiro Oficial

**Edital Pregão Presencial N.º 97 2013 PMT - Aquisição de Óleo Diesel S10**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2013 PMT

**OBJETO:** aquisição de óleo diesel S10 destinado à frota de veículos oficiais do município. **ENTREGA DOS ENVELOPES:** contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 03 de setembro de 2013. **ABERTURA:** dia 03 de setembro de 2013 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

Timbo (SC), 22/08/2013  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde

**Extrato Contrato 2013/112**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/112  
CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó.  
CONTRATADO: A.C.M.M. Serviços de Engenharia Elétrica LTDA.

**OBJETO:** Contratação de serviços com fornecimento de materiais para recolocação de transformador em imóvel particular devido a desapropriação de imóvel.

**VALOR TOTAL:** R\$ 9.878,25 (nove mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 20 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 16/08/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário Municipal de Obras

**Ata de Divulgação do Resultado da 9ª Eleição dos Membros Não Governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó.**

ATA DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA 9ª ELEIÇÃO DOS

**MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ.**

Aos 19 dias do mês de agosto de 2013 e de conformidade com o Edital, a Comissão Organizadora informa o resultado da 9ª eleição dos membros não governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó, conforme segue:

MARLENE DOS SANTOS, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó - APAE: 08 votos.

JUCINEIDE MENGARDA LONGO, representante dos trabalhadores do setor: 08 votos.

RONITA PIERITZ, representante da Associação de Amparo a Terceira Idade Elze Benz - ANCIONATO: 07 votos.

ELENISE PISETTA, representante dos trabalhadores do setor: 07 votos.

MARLENE ORSI, representante da Associação de Amparo a Terceira Idade Elze Benz - ANCIONATO: 06 votos

SHARLY MENESTRINA POLTRONIERI, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó - APAE: 06 votos.

SORAYA WANDERLEA BACHMANN, representante dos usuários: 06 votos.

CARMEM LÚCIA DOS SANTOS FUSINATO, representante dos usuários: 05 votos.

JELSILENE APARECIDA SILVEIRA NARDEL, representante dos usuários: 05 votos.

CLARICE ANA ANDREAZZA, representante dos trabalhadores do setor: 04 votos.

SABRINA FORMIGARI, representante dos usuários: 04 votos.

NAILDA BUENO DE OLIVEIRA VIEBRANTZ, representante dos trabalhadores do setor: 01 voto.

COMISSÃO ORGANIZADORA  
Nilton Stein Jaira Packer Lenzi

## Três Barras

### PREFEITURA

**Lei Nº 3.075 de 21 de Agosto de 2013**

LEI Nº 3.075 DE 21 DE AGOSTO DE 2013

CRIA GRATIFICAÇÃO PARA O SERVIDOR REPRESENTANTE DA UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO - UMC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criada a gratificação, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), para o servidor designado como representante da Unidade Municipal de Cadastro - UMC integrada a rede de Cadastro do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão

por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC.,  
em 21 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

**Portaria N°. 456 de 13 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 456 DE 13 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65 inciso VII da Lei Orgânica Municipal

**RESOLVE:**

1º.- Nomear comissão para avaliação de imóveis doados pelo Município para implantação de empresas nestes últimos 10 (dez) anos, verificando o cumprimento das cláusulas previstas nas Leis de doação.

A Comissão ora nomeada deverá apresentar ao Chefe do Executivo Municipal, relatório individual por imóvel demonstrando sua real situação de utilização.

**COMISSÃO:**

Joel Basílio - Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo  
Sidilon Pazda - Secretário de Finanças  
Sebastião Altavir Ferreira - Secretário de Administração e Planejamento.

2º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 13 de Agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 459 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 459 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, o servidor DR. JOÃO CARLOS PECCININ, das funções que exercia no cargo de MÉDICO TEMPORARIO, 50hrs mês, Quadro de funcionários temporários, aprovado através do Processo Seletivo, Lotado na Secretaria de Saúde; a contar de 15/08/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 460 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 460 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER, a servidora PRISCILA DE OLIVEIRA, cargo de Técnica de Segurança do Trabalho, Quadro de funcionários efetivo desta Prefeitura, 10 (dez) dias de férias, interrompido através da Portaria 163/2012, a contar o gozo de férias de 21/08/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 461 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 461 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER, a servidora MICHELEN TATIANI VARGAS MARASCHIN, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Quadro de funcionários efetiva desta Prefeitura, 16 (dezesesseis) dias de férias, interrompido através da Portaria 366/2011 do período aquisitivo 19/03/2009 a 18/03/2010, a contar o gozo de férias haver de 19/08/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 462 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 462 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, a pedido a servidora ANDRIELI RIBEIRO, das funções que exercia no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA, 220hrs mês, Quadro de funcionários Emprego Público, aprovada através do Processo Seletivo, Lotada na Secretaria de Saúde; a contar de 12/08/2013

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 463 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 463 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, a pedido a servidora VIVIANE APARECIDA ZALEUSKI, das funções que exercia no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 200hrs mês, Quadro de funcionários Temporários, aprovada através do Processo Seletivo, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; a contar de 19/08/2013

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 464 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 464 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

INTERROMPER o gozo de férias da Servidora ELOA STEKLAIN, cargo de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO - PC 01, do quadro de pessoal Comissionado desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 02/03/2012 À 01/03/2013, cujo gozo teve início 12/08/2013

O saldo de férias devido do Servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13 de agosto de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria N°. 466 de 20 de Agosto de 2013.**

PORTARIA N°. 466 DE 20 DE AGOSTO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao servidor EDENILSON ENGUEL, Condutor de Veículos e Máquinas, do quadro de pessoal EFETIVO desta Prefeitura Municipal, GRATIFICAÇÃO de 80% (oitenta) sobre o vencimento, tendo em vista o efetivo exercício da função de CONDUTOR DE MAQUINAS, conforme o Anexo III da Lei Complementar nº139 de 08 de outubro de 2009, a contar de da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Edital de Convocação**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 01 nº 001/2009, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 22 de agosto a 06 de setembro de 2013, das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00h, na Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras - SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 01/2009.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, 23 de agosto de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2009.

**Técnico em Enfermagem**

Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato
18	02.06.034	Jucemara Pinheiro dos Santos
19	02.06.046	Edna Tischler Baptista

**Turvo****PREFEITURA****Decreto 39/2013**

DECRETO Nº 039/13, de 22 de Agosto de 2013.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.142/12 (Lei Orçamentária Anual), de 11/12/2012.  
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) assim classificados:



04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0028.2.005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMIN.  
E FINANÇAS  
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (009) - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 5.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0080 no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de agosto de 2013.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Errata Edital Notificação Repasse 34/2013**

#### **ERRATA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES**

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Processo nº 59050.000100/2011-54  
Origem dos Recursos: Secretaria Nacional de Defesa Civil /MI  
Valor da 2ª Parcela: R\$ 70.813,00  
Data do recebimento da 2ª parcela: 19/08/2013

Turvo/SC, 19 de agosto de 2013.

## Vargeão

### PREFEITURA

#### **Extratos de Termos Aditivos**

##### **EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.  
VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 299,33 (duzentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 9.991,57 (nove mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 38/2013.

Vargeão SC, 21 de agosto de 2013.  
AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.  
VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 247,06 (duzentos e quarenta e sete reais e seis centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 5.520,56 (cinco mil quinhentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 39/2013.

Vargeão SC, 21 de agosto de 2013.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.  
VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 92,01 (noventa e dois reais e um centavo). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 9.774,49 (nove mil setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 34/2013.

Vargeão SC, 21 de agosto de 2013.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.  
VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 66,44 (sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 1.689,00 (um mil seiscentos e oitenta e nove reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 36/2013.

Vargeão SC, 21 de agosto de 2013.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

**CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA**

**OBJETO:** Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

**VALOR:** Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 416,24 (quatrocentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 17.142,40 (dezesete mil cento e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

**AMPARO LEGAL:** LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 42/2013.

Vargem SC, 21 de agosto de 2013.

**AMARILDO PAGLIA**

Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC**

**CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA**

**OBJETO:** Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

**VALOR:** Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 6.048,00 (seis mil e quarenta e oito reais).

**AMPARO LEGAL:** LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 57/2013.

Vargem SC, 21 de agosto de 2013.

**AMARILDO PAGLIA**

Prefeito Municipal

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC**

**CONTRATADA: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

**OBJETO:** Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

**VALOR:** Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 157,20 (cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 812,20 (oitocentos e doze reais e vinte centavos).

**AMPARO LEGAL:** LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 58/2013.

Vargem SC, 21 de agosto de 2013.

**AMARILDO PAGLIA**

Prefeito Municipal

**Vargem Bonita**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 022/2013, de 21 de Agosto de 2013.**

DECRETO Nº 022/2013, de 21 de agosto de 2013.

**"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO"**

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e em consonância com o disposto na Lei Municipal nº 758/2008, de 17.12.2008,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, ficando assim constituído:

**GOVERNAMENTAIS:**

a) Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social: Fernanda Cristina Favero

Suplente: Lolita Mafra Alves

b) Secretaria Municipal de Planejamento e Controle: Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

Suplente: Simone Angélica Piran

c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Alexandro Branco

Suplente: Suélen Favretto

**NÃO GOVERNAMENTAIS:**

a) Indústria e Comércio: Flávio Roberto Lazarotto

Suplente: João Eduardo de Oliveira

b) Sindicatos: Marluza Muller

Suplente: Alberto Chites Chaves

c) Associações: Verônica Spader do Rosário

Suplente: Lides Miotto

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o DECRETO nº 040/2012, de 12 de junho de 2012.

Vargem Bonita (SC), 21 de agosto de 2013.

**MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI**

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 21/08/2013.

**SUÉLEN FAVRETTO**

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Videira**

**PREFEITURA**

**Anexo Único do Decreto Nº 10.551/13**

DECRETO N.º 10.551/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

Concede promoção por merecimento aos servidores que ingressaram no serviço público até 01 de fevereiro de 1995.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 118/2011, a qual dispõe no art. 37, II, em suma, que aos servidores que ingressaram no serviço público após 01 de fevereiro de 1995, deve ser

considerado como termo inicial para a promoção por merecimento, a data da posse no cargo de provimento efetivo atual;

CONSIDERANDO o disposto no parecer jurídico nº 076/2012 e,

CONSIDERANDO o documento "Readequação Progressões - Lei n. 11/2011" expedido pelo Departamento Pessoal, constante individualmente na pasta de cada servidor público municipal que ingressou após 01 de fevereiro de 1995 e ,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das promoções por merecimento dos referidos servidores,

#### DECRETA

Art. 1º Fica concedida promoção por merecimento, em decorrência do estabelecido no art. 37, II, da Lei Complementar nº 118/2011, aos servidores relacionados na tabela constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º As promoções por merecimento referidas no art. 1º, dar-se-ão, conforme referências e datas aludidas na tabela constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 3º Considera-se para fins das promoções por merecimento referidas neste Decreto, a data final de 31 de julho de 2013, sendo que, após esta data, as promoções serão feitas individualmente por servidor, através da edição de portaria específica.

Art. 4º Ficam revogadas as portarias individuais relativas às referências e datas mencionadas na tabela constante do Anexo Único, que porventura tenham sido editadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### Decreto Nº 10.551/13

DECRETO N.º 10.551/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013

Concede promoção por merecimento aos servidores que ingressaram no serviço público após 01 de fevereiro de 1995.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar nº 118/2011, a qual dispôs no art. 37, II, em suma, que aos servidores que ingressaram no serviço público após 01 de fevereiro de 1995, deve ser considerado como termo inicial para a promoção por merecimento, a data da posse no cargo de provimento efetivo atual;

CONSIDERANDO o disposto no parecer jurídico nº 076/2012 e,

CONSIDERANDO o documento "Readequação Progressões - Lei n. 11/2011" expedido pelo Departamento Pessoal, constante individualmente na pasta de cada servidor público municipal que ingressou após 01 de fevereiro de 1995 e ,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das promoções por merecimento dos referidos servidores,

#### DECRETA

Art. 1º Fica concedida promoção por merecimento, em decorrência do estabelecido no art. 37, II, da Lei Complementar nº 118/2011, aos servidores relacionados na tabela constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º As promoções por merecimento referidas no art. 1º, dar-se-ão, conforme referências e datas aludidas na tabela constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 3º Considera-se para fins das promoções por merecimento referidas neste Decreto, a data final de 31 de julho de 2013, sendo que, após esta data, as promoções serão feitas individualmente por servidor, através da edição de portaria específica.

Art. 4º Ficam revogadas as portarias individuais relativas às referências e datas mencionadas na tabela constante do Anexo Único, que porventura tenham sido editadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### Decreto Nº 10.552/13

DECRETO Nº 10.552/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Torna sem efeito o Decreto nº 10.517/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 13.228/13,

#### RESOLVE

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 10.517/13, que nomeou TAILANA BAZZO, para exercer o emprego público de Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto N° 10.553/13**

DECRETO N° 10.553/13, DE 21 DE AGOSTO DE 2013.

Nomeia Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LETÍCIA FUMAGALLI DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 25 de junho de 2013, para exercer o emprego público de Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de LEI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria N° 0327/13**

PORTARIA nº 0327/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento à servidora CLELIA MARIA DE ALMEIDA, Atendente de Creche, da referência "M" para a referência "N" a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria N° 0334/13**

PORTARIA nº 0334/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor CLAUDIUS LUIZ FERREIRA, Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, da referência "N" para a referência "O" a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria N° 0635/13**

PORTARIA nº 0635/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13.179/13;

**RESOLVE**

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora LUCIANA DE OLIVEIRA RAMOS RAMPON, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 19 de agosto de 2013 até 16 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2013.

Videira, 20 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria N° 0636/13**

PORTARIA nº 0636/13

Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 13.178/2013,

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar a Interdição da Avenida Manoel Roque (toda extensão), a partir das 19:00h, nos dias 6 e 7 de setembro de 2013.

Art. 2º Autorizar a interdição das seguintes ruas, no dia 7 de setembro de 2013, a partir das 06:30h, para a Realização de Desfile



Cívico alusivo às comemorações do Dia da Independência do Brasil:

I - Juvelino Pires Curuca (toda extensão);

II - Lauro Müller (esquina com a Rua Benjamim Graziotin sentido Rua Alberto Zoller);

III - Antônio Ferlin (esquina com a Rua Lauro Müller até a Rua Adolfo Konder);

IV - José Formigheri (esquina com Avenida Manoel Roque até esquina com a Rua Fernando Egger);

V - Antônio Pinto (esquinas entre a Rua Adolfo Konder e a Rua Vigário Lourenço);

VI - Alberto Zoller (esquina com a Rua Lauro Müller até a Rua Adolfo Konder);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Pregão Presencial N° 114 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 114/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 114/2013 - PMV. 1. OBJETO: registro de preços para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados, de materiais elétricos e hidráulicos, para o uso das Secretarias de Administração, Infraestrutura, Educação, Turismo e Cultura e Polícia Militar, deste município. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08:15 horas do dia 10/09/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 08:15 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

### **Pregão Presencial N° 115 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 115/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 115/2013 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E SUBSTITUIÇÃO DE CERCAS, PORTÕES E PORTA DE FERRO DO CEMEI IVONE MARI OGLIARI CAREGNATO, CEMEI JORGE MARTINS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL O FERROVIÁRIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:15 horas do dia 04/09/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:15 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones

(49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 22 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

### **Edital de Notificação N° Ed020/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED020/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal;

considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN;

considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967;

considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal);

e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993

#### **NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Prefeito Cesar Augusto Filho e Miguel Jacob no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 - DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 - CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 19, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 032/2011.

2 - DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 - CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares de 3.630,00m2 nas Ruas Prefeito Cesar Augusto Filho e Miguel Jacob no valor total de R\$ 141.150,00 (cento e quarenta e um mil cento e cinquenta reais), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 19 deste Edital.

3 - DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 - CTN)

Os proprietários de imóveis situados nas Ruas Prefeito Cesar Augusto Filho e Miguel Jacob onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 98.805,00 (noventa e oito mil oitocentos e cinco reais).

Montante este equivalente a 70,00% do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório TP nº 032/2011.

4 - DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 - CTN) Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Prefeito Cesar Augusto Filho e Miguel Jacob, conforme demonstrado no Anexo II, páginas 01 a 05 deste Edital.

5 - DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, "e", e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 - CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II deste edital.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários

Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 - CTN)

I -Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 21 de outubro de 2013, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II - Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 21 de outubro de 2013.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 - CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa,

devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 - CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal de Serviços On Line". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o login, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 21 de agosto de 2013

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

WALMOR LUIZ DALL' AGNOL

Secretário de Administração

## ANEXO II

DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA  
RUA PREFEITO CEZAR AUGUSTO FILHO E RUA MIGUEL JACOB

CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários  
Valorização total resultante da obra

TOTAL GERAL DA OBRA	R\$	141.150,00	100,00%
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	98.805,00	70,00%
PARTIC. PODER PÚBLICO	R\$	42.345,00	30,00%

	Área do Terreno	Valor terreno	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
PREF. CESAR AUG. FILHO LADO DIREITO						
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.09.022.0110.001.01-01	1.471,07 m2	65.000,00	74.750,00	9.750,00	6.227,97	6,30%
ROBSON DARCI FLACH 01.09.022.0214.001.01-01	457,99 m2	24.000,00	27.600,00	3.600,00	2.299,56	2,33%
JEFERSON RODRIGO GATTI 01.09.025.0080.001.01-01	429,64 m2	25.000,00	28.750,00	3.750,00	2.395,37	2,42%
CLARICE DENARDI ORSSATO 01.09.025.0094.001.01-01	406,00 m2	24.360,00	28.014,00	3.654,00	2.334,05	2,36%
TAILOR MORO SOBRINHO 01.09.025.00107.001.01-01	346,73 m2	31.474,00	34.621,40	3.147,40	2.010,45	2,03%
CLARICE DENARDI ORSSATO 01.09.025.0136.001.01-01	479,73 m2	39.320,00	45.218,00	5.898,00	3.767,44	3,81%
LUIZ ALBERTO VARGAS 01.09.027.0046.001.01-01	485,16 m2	29.109,60	33.476,04	4.366,44	2.789,13	2,82%
VOLMIR MAURER 01.09.027.0076.001.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
ANTONIO VALENTINI 01.09.027.0076.002.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
DAIANY CRISTINA SOBERANO 01.09.027.0076.003.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
PEDRO IVO PEDROSO 01.09.027.0076.004.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
RENATA PAGANINI PONTES 01.09.027.0076.005.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
WILHELM GUMM FILHO 01.09.027.0076.006.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
FABIANE FRENZEL 01.09.027.0076.007.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
ANTONIO VALENTINI 01.09.027.0076.008.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
MARLENE COSTA 01.09.027.0076.009.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
SERVINO DE OLIVEIRA RIBEIRO 01.09.027.0076.010.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
EVALDO NUNES DE ANDRADE 01.09.027.0076.011.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
GLADIMIR LUIZ SPADARI 01.09.027.0076.012.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
MAQUESUEL FAVERO ALANO 01.09.027.0076.013.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%

NELSON MOMM 01.09.027.0076.014.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
ROBERTA VITALI 01.09.027.0076.015.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
LEANDRO GOULART LOUZADA 01.09.027.0076.016.01-01	52,50 m2	6.500,00	7.475,00	975,00	622,80	0,63%
ROSALINO ROSSI 01.09.027.0091.001.01-01	420,00 m2	26.000,00	29.900,00	3.900,00	2.491,19	2,52%
NELSON ANTONIO FERLIN 01.09.027.0105.001.01-01	392,00 m2	25.000,00	28.750,00	3.750,00	2.395,37	2,42%
TADEU SCAPINI 01.09.027.0119.001.01-01	392,00 m2	24.520,00	28.198,00	3.678,00	2.349,38	2,38%
BASEMENT CERVEJAS ESPECIAIS LTDA 01.09.027.0133.001.01-01	392,00 m2	24.520,00	28.198,00	3.678,00	2.349,38	2,38%
BASEMENT CERVEJAS ESPECIAIS LTDA 01.09.027.0147.001.01-01	392,00 m2	24.520,00	28.198,00	3.678,00	2.349,38	2,38%
BASEMENT CERVEJAS ESPECIAIS LTDA 01.09.027.0161.001.01-01	392,00 m2	23.820,00	27.393,00	3.573,00	2.282,31	2,31%
PREF. CESAR AUG. FILHO LADO ESQUERDO	Área do Terreno	Valor terreno	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
GIANELLO INFORMATICA LTDA 01.09.023.0189.001.01-01	550,75 m2	40.000,00	46.000,00	6.000,00	3.832,59	3,88%
JEFERSON ARGENTON 01.09.023.0135.001.01-01	420,00 m2	21.200,00	24.380,00	3.180,00	2.031,28	2,06%
EWERSON SCHAITEI 01.09.023.0119.001.01-01	420,00 m2	25.200,00	28.980,00	3.780,00	2.414,53	2,44%
EWERSON SCHAITEI 01.09.023.0105.001.01-01	420,00 m2	25.200,00	28.980,00	3.780,00	2.414,53	2,44%
OLAVIO ZAGO 01.09.023.0091.001.01-01	420,00 m2	25.200,00	28.980,00	3.780,00	2.414,53	2,44%
CRISTIANO POSSATO 01.09.023.0077.001.01-01	420,00 m2	25.200,00	28.980,00	3.780,00	2.414,53	2,44%
ALICIANE POSSATO 01.09.023.0063.001.01-01	420,00 m2	25.200,00	28.980,00	3.780,00	2.414,53	2,44%
LEANDRO ANTONIO THOMAZI 01.09.023.0049.001.01-01 *(1)	494,35 m2	48.548,00	55.830,20	7.282,20	4.651,62	4,71%
ALDIR COMUNELLO 01.09.028.0064.001.01-01 *(1)	473,39 m2	45.570,00	52.405,50	6.835,50	4.366,28	4,42%
LUIZA ZAGO BARBOSA 01.09.028.0078.001.01-01	378,00 m2	24.600,00	28.290,00	3.690,00	2.357,05	2,39%
REGIANE JULIANOTTI 01.09.028.0092.001.01-01	378,00 m2	24.500,00	28.175,00	3.675,00	2.347,46	2,38%
VALDOMIRO PEREIRA DUARTE 01.09.028.0106.001.01-01	378,00 m2	24.600,00	28.290,00	3.690,00	2.357,05	2,39%
MAURI LUIZ FRUET 01.09.028.0120.001.01-01	378,00 m2	24.600,00	28.290,00	3.690,00	2.357,05	2,39%
MARIS STELA PEDROSO HANSEN 01.09.028.0134.001.01-01	378,00 m2	24.600,00	28.290,00	3.690,00	2.357,05	2,39%



ROBERTO CARLOS ADAM 01.09.028.0148.001.01-01	378,00 m2	24.600,00	28.290,00	3.690,00	2.357,05	2,39%
---	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-------

\*(1) - Imóvel esquina c/ pavimentação nas duas ruas

PREF. MIGUEL JACOB LADO DIREITO	Área do Terreno	Valor terreno	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
------------------------------------	--------------------	------------------	-------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------	--

CRESPIM NEIS 01.09.028.0447.001.01-01	641,62 m2	36.000,00	41.400,00	5.400,00	3.449,33	3,49%
--	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-------

PREF. MIGUEL JACOB LADO ESQUERDO	Área do Terreno	Valor terreno	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
-------------------------------------	--------------------	------------------	-------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------	--

JOEL CARLOS ROBERTO 01.09.023.0384.001.01-01	383,60 m2	18.916,00	21.753,40	2.837,40	1.812,43	1,83%
---	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-------

GILMAR JOSE CADORE 01.09.023.0370.001.01-01	398,34 m2	25.000,00	28.750,00	3.750,00	2.395,37	2,42%
--	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-------

LEORIANE KARINA ZAGO 01.09.024.0061.001.01-01	482,27 m2	23.500,00	27.025,00	3.525,00	2.251,65	2,28%
--	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-------

ALEXANDRE CESAR MELERE 01.09.024.0013.001.01-01	397,02 m2	18.821,20	21.644,38	2.823,18	1.803,35	1,83%
--	-----------	-----------	-----------	----------	----------	-------

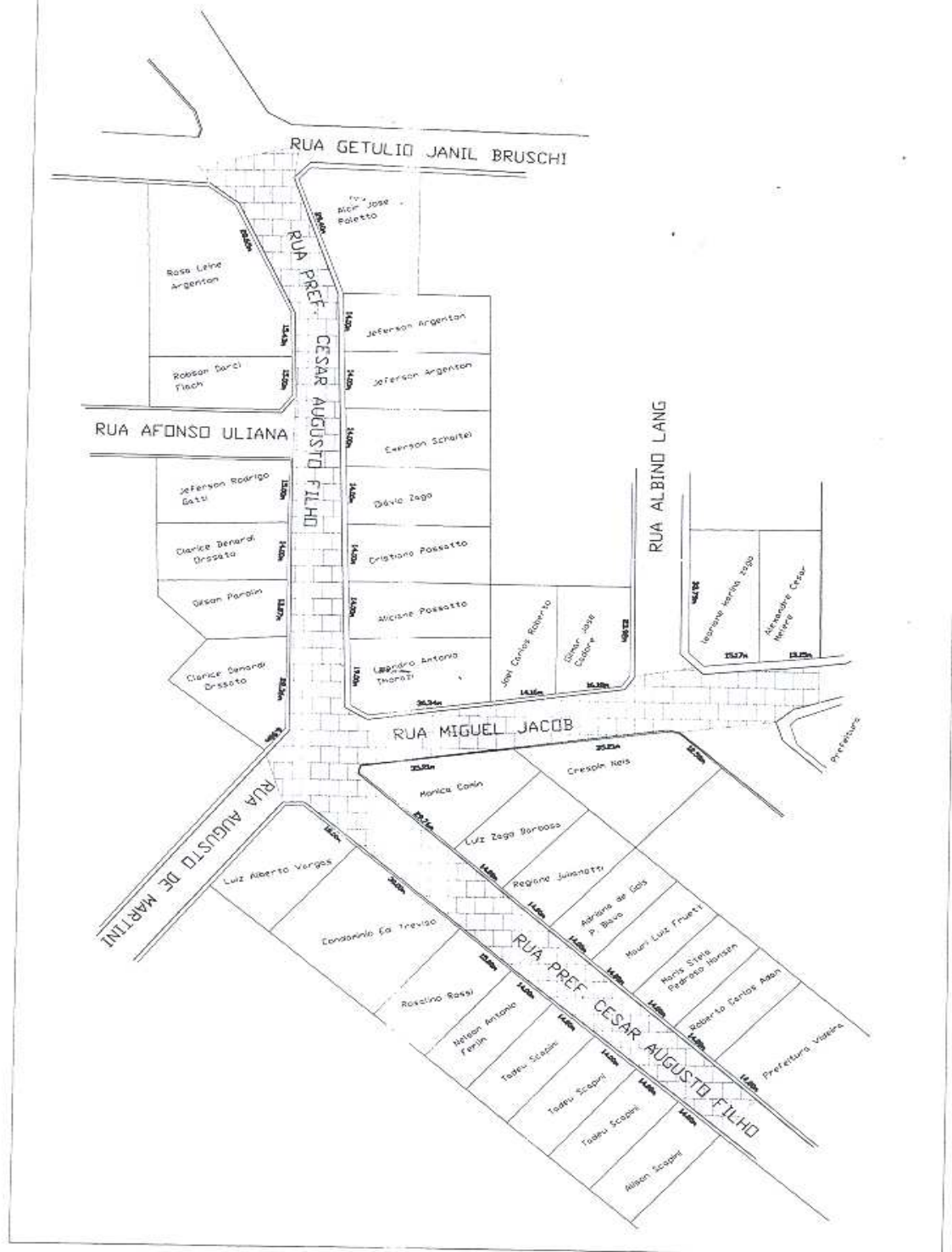
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA				154.681,12		
--------------------------------------	--	--	--	------------	--	--

PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	98.805,00
PARTIC. PODER PÚBLICO	R\$	42.345,00
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$	141.150,00

PREFEITURA DE VIDEIRA  
Secretaria de Planejamento

Anexo II – pág. 5

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA  
RUA PREF. CESAR AUGUSTO FILHO E RUA MIGUEL JACOB



# Xavantina

## PREFEITURA

### Ata PP 43/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 65/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa JOSE FRANCISCO NARDINO - ME, inscrita no CNPJ nº 00.1494.389/0001-53, nesta Ata representada pelo seu(ua) proprietário, Sr(a). JOSE FRANCISCO NARDINO, portador(a) do CPF nº 492.108.589-72 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 43/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de peças para consertar caminhões pertencentes à frota dos Departamentos de Agricultura e Transportes.

Item	Quant	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
1	15	PC	104,50	Coxim cabine dianteiro Ford cargo R-277 1281
2	15	PC	32,85	Coxim cabine traseiro Ford cargo -R229 1556
3	15	PC	6,50	Bucha espaçador pino cabine 1341
4	15	PC	32,60	Parafuso tranca cabine 2334
6	15	PC	44,85	Retentor cubo dianteiro Ford cargo 2484 6205
7	15	PC	57,00	Retentor cubo traseiro Ford cargo 2713 842
8	15	PC	14,00	Mola patim freio dianteira / traseiro 1138
9	15	MI	49,50	Rebites de alumínio 10x12
16	15	PC	100,00	Retentor do pinhão BRGEP
18	15	PC	20,56	Tampão pino articulação
19	15	PC	73,75	Parafuso encosto coroa
27	15	PC	226,00	Balde de óleo 85w140 lubrax
28	15	PC	20,30	Cola auto travante 10 gramas
29	15	PC	20,50	Cola elimina junta 50 gramas
30	15	PC	19,50	Trava 35x1,50 ponta pinhão
31	15	PC	22,40	Trava lateral diferencial
32	15	PC	259,00	Mola vw139.2 2ºfolha dianteira
33	15	PC	57,00	Grampo de mola dianteira 3/4x102x260
34	15	PC	3,45	Porca grampo de mola ¾ dupla
35	15	PC	3,40	Arruela lisa ¾
36	15	PC	25,75	Pino de centro 12x7 cabeça alta
37	15	PC	21,40	Bucha de mola dianteira bronze
38	15	PC	37,90	Pino de mola dianteiro
47	15	PC	72,50	Parafuso encosto coroa
48	15	PC	20,50	Cola auto travante 10 gramas
49	15	PC	20,00	Cola elimina junta 50 gramas
52	15	PC	1,60	Arruela 16 lisa larga Mercedes Bens 2217
54	15	PC	0,45	Cinta plástica média Mercedes Bens 2217
55	15	PC	21,28	Cola elimina Junta 50 gramas Mercedes Bens 2217

62	15	PC	15,40	Mola pedal embreagem Mercedes Bens 2217
63	15	PC	6,99	Parafuso 10x30 completo Mercedes Bens 2217
64	15	PC	25,50	Pino de centro 12 mm Mercedes Bens 2217
68	15	PC	211,00	Reparo manequim Mercedes Bens 2217
69	15	PC	57,00	Reparo válvula descarga rápida Mercedes Bens 2217
72	15	PC	26,50	Terminal embreagem Mercedes Bens 2217

#### Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 43/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de agosto de 2013.

JOSE FRANCISCO NARDINO - ME

CPF: 492.108.589-72

JOSÉ DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

### Ata PP 43/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2013 - PMXV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 65/2013 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2013 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. José Dal Bosco, e a empresa RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.811.143/0001-85, nesta Ata representada pelo seu(ua) proprietário, Sr(a). GILMAR ANTONIO ROSTIROLA, portador(a) do CPF nº 817.739.789-34 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 43/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades



A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de peças para consertar caminhões pertencentes à frota dos Departamentos de Agricultura e Transportes.

Item	Quant	Unid.	Preço Unitário em R\$	Especificação
5	15	PC	50,00	Suporte retrovisor Ford Cargo
10	15	PC	131,25	Patim de freio traseiro Ford cargo 5805
11	15	PC	217,20	Patim de freio traseiro Mercedes Benz
12	15	PC	4.650,00	Coroa e pinhão 06350076
13	15	PC	3.645,00	Caixa satélite completa 05163
14	15	PC	782,00	Semi eixo Ford cargo 3202Y8917
15	15	PC	382,00	Engrenagem solar diferencial 58088
17	15	PC	56,80	Pino articulação garfo diferencial
20	15	PC	471,00	Garfo reduzida diferencial 70446
21	15	PC	134,00	Reparo valvula reduzida 5620
22	15	PC	358,50	Rolamento pinhão TK55206C/437
23	15	PC	475,00	Rolamento pinhão TK78225C/551
24	15	PC	340,00	Rolamento berço F-45864.1
25	15	PC	365,00	Rolamento lateral coroa TK716649/610
26	15	PC	316,00	Rolamento lateral coroa TK12049JP-010
39	15	PC	780,00	Semi-eixo Ford cargo
40	15	PC	340,00	Rolamento berço F-45864-4
41	15	PC	360,00	Rolamento lateral coroa TK716649/610
42	15	PC	317,00	Rolamento lateral coroa TK 12049/JP-010
43	15	PC	475,00	Rolamento do pinhão 78225
44	15	PC	392,00	Engrenagem solar diferencial MX4520
45	15	PC	100,00	Retentor pinhão 2687
46	15	PC	3.670,00	Caixa satélite completa 22673
50	15	PC	130,00	Reparo mecanismo reduzida
51	15	PC	330,00	Amortecedor dianteiro Mercedes Bens 2217
53	15	PC	64,00	Cabo velocímetro Mercedes Bens 2217
56	15	PC	75,00	Coxim cabine completo Mercedes Bens 2217
57	15	PC	150,00	Cruzeta cardan 5.263 Mercedes Bens 2217
58	15	PC	690,00	Disco embreagem Mercedes Bens 2217
59	15	PC	90,00	Flexível embreagem Mercedes Bens 2217
60	15	PC	100,00	Garfo embreagem Mercedes Bens 2217
61	15	PC	311,00	Mola molejo dianteiro Mercedes Bens 2217
65	15	PC	905,00	Platô embreagem Mercedes Bens 2217
66	15	PC	83,00	Regulador de embreagem Mercedes Bens 2217
67	15	PC	88,50	Reparo garfo embreagem Mercedes Bens 2217
70	15	PC	265,00	Rolamento embreagem Mercedes Bens 2217
71	15	PC	730,00	Semi-eixo Mercedes Bens 2217
73	15	PC	25,50	Válvula de Retorno Mercedes Bens 2217
74	15	PC	250,00	Válvula Relé Mercedes Bens 2217

## Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

## Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 43/2013 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 22 de agosto de 2013.  
RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA  
CPF: 817.739.789-34

JOSÉ DAL BOSCO  
Prefeito Municipal em Exercício

## Associações

### EGEM

## Aditivo ao Edital N° 68/2013 \_Conselheiros Tutelares \_AMOSC

ADITIVO AO EDITAL Nº 68/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES: DESAFIOS TEÓRICOS PRÁTICOS

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos Práticos, a realizar-se em Chapecó de acordo com o edital nº 68/2013 publicado em 12/08/2013.

Cidade/Local	Chapecó/SC Auditório da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC Av: Getúlio Vargas,571 Bairro : Centro CEP: 89812-000
Período das inscrições	12/08/2013 à 19/08/2013



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Vencimento do boleto de cobrança	19/08/2013
Homologação das inscrições	19/08/2013
Período de realização	25 e 26/09/08/2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

### **Aditivo ao Edital N° 71/2013 - Técnica Legislativa \_amrec**

ADITIVO AO EDITAL N° 71/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - COM ENFASE PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa que onde se lê: CAPACITAÇÃO SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS - COM ENFASE PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, deve-se ler: CAPACITAÇÃO SOBRE TÉCNICA LEGISLATIVA NA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, a realizar-se em Criciúma de acordo com o edital n° 71/2013 publicado em 20/08/2013.

Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

## Consórcios

### **CINCO**

#### **Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco79**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N° TA.AT13CINCO79  
Fornecedor: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de consumo, instrumentais, aparelhos e utensílios diversos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 165, em conformidade com a Resolução n° 18, de 29 de abril de 2013 e com o art. 65, § 1º da Lei n° 8.666/93. Data: 22.08.2013. Validade: 06.06.2013 a 30.11.2013. PAL n°: 0011/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico n°: 0009. Registro de Preços n°: 0011.

Fraiburgo (SC), 22 de agosto de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

#### **Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco80**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO N° TA.AT13CINCO80  
Fornecedor: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de consumo, instrumentais, aparelhos e utensílios diversos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 423, em conformidade com a Resolução n° 18, de 29 de abril de 2013 e com o art. 65, § 1º da Lei n° 8.666/93. Data: 22.08.2013. Validade: 06.06.2013 a 30.11.2013. PAL n°: 0011/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico n°: 0009. Registro de Preços n°: 0011.

Fraiburgo (SC), 22 de agosto de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

### **CIS/AMUREL**

#### **Extrato de Contrato de Credenciamento 38/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento n°. 38/2013.

Contratante: CIS-AMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CDI - IMAGEM LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia, Mamografia Bilateral, Densitometria Óssea e Tomografia.

Amparo Legal: Lei Federal n°. 8.666/93 (Edital de Credenciamento n°. 001/2009 e 002/2009).

Data da Assinatura: 26/07/2013.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Manoel José Carvalho Fernandes pelo Contratado.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão



**www.ciga.sc.gov.br**



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br